



FERNANDA XAVIER DA SILVA

A FORMAÇÃO DO BRASIL MODERNO EM DOIS TEMPOS:
UMA ANÁLISE COMPARADA DO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA E
HÉLIO JAGUARIBE

CAMPINAS
2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Fernanda Xavier da Silva

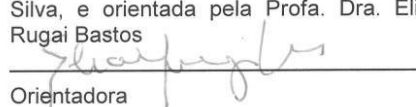
**"A FORMAÇÃO DO BRASIL MODERNO EM DOIS TEMPOS:
UMA ANÁLISE COMPARADA DO PENSAMENTO DE OLIVEIRA
VIANNA E HÉLIO JAGUARIBE"**

Orientadora: Profa. Dra. Élide Rugai Bastos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

R

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Fernanda Xavier da Silva, e orientada pela Profa. Dra. Élide Rugai Bastos


Orientadora







R



Campinas, SP
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Si38f	Silva, Fernanda Xavier da, 1981 - A formação do Brasil moderno em dois tempos : uma análise comparada do pensamento de Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe / Fernanda Xavier da Silva. - - Campinas, SP : [s. n.], 2013. Orientador: Élide Rugai Bastos. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Sociologia – Brasil . 2. Sociologia política – Brasil – Séc. XX . 3. Conservadorismo - Brasil . 4. Desenvolvimento econômico - Brasil . I. Bastos, Élide Rugai, 1937- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
-------	--

Informação para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The formation of modern Brazil in two times : a comparative analysis of Oliveira Vianna and Hélio Jaguaribe thoughts

Palavras-chave em inglês: Sociology - Brazil

Political sociology – Brazil - 20th century Conservatism - Brazil

Economic development - Brazil

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutora em Sociologia

Banca examinadora:

Élide Rugai Bastos [Orientadora]

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

Bernardo Ricupero

Marcelo Ridenti

Milton Lahuerta

Data da defesa: 09-12-2013

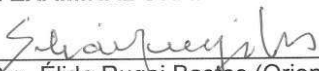
Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Fernanda Xavier da Silva

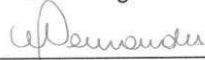
**"A FORMAÇÃO DO BRASIL MODERNO EM DOIS TEMPOS: UMA
ANÁLISE COMPARADA DO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA E
HÉLIO JAGUARIBE"**

Este exemplar corresponde à redação final
da Tese de Doutorado em Sociologia
defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 09/12/2013

BANCA EXAMINADORA:



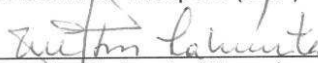
Profa. Dra. Élide Rugai Bastos (Orientadora)



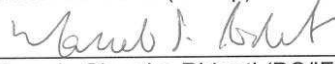
Profa. Dra. Maria Fernanda Lombardi Fernandes (Unifesp)



Prof. Dr. Bernardo Ricupero (USP)



Prof. Dr. Milton Lahuerta (Unesp)



Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (DS/IFCH/Unicamp)

SUPLENTE:

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (DS/IFCH/Unicamp)

Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri (DS/IFCH/Unicamp)

Profa. Dra. Gabriela Nunes Ferreira (Unifesp)

Dezembro/2013

ABSTRACT

This study is mainly aimed to comparatively analyze the works of Oliveira Vianna and Hélió Jaguaribe. Based on the concept that maintained the same aspects / problems over time, the ideas admit some tolerance and upgrading (Brandão, 2007), we demonstrate that, despite the differences in their texts and contexts, there are important affinities between these authors, which allows us to frame them as members of the same intellectual family. As a secondary objective, we establish a dialogue between these works and their main interpretations in order to apprehend the meaning of these ideas. Through the examination of issues, paths of analysis and political agendas that each of these authors alluded, in conjunction with the historical context in which they spoke, we observe that both works involve continuities and transformations, some even contradictory, which allows several lectures. Taking to the comparative plan we observe, in what was constant, approximations and deviations of these two reasoning. We find that, despite their different agendas (organization versus development) and approaches (social-political versus economic), Oliveira Vianna and Hélió Jaguaribe shared not only issues but also lines of thinking and, in some sense, projects. Guided by the interpretation of Brazil in its features, shortcomings and failures, both pointed to the impossibility of society, in an endogenous movement, to transform its reality, and erected the state as an actor and agent of change. They proved to be “organic idealists”, as the concept of Brandão (2007) – the problems are in society, and can be overcome only through the state action.

Keywords: Brazilian social thought; Brazilian political thought; lines of thinking; conservative thought; national-developmentalism

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar comparativamente as obras de Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe. Com base no conceito de que, mantidos os mesmos aspectos/problemas ao longo do tempo, as ideias admitem certa margem de tolerância e atualização (Brandão, 2007), procuramos demonstrar que, não obstante as diferenças de seus textos e contextos, subsistem importantes afinidades entre esses autores, o que nos permite enquadrá-los como membros de uma mesma família intelectual. Como objetivo secundário, buscamos estabelecer um diálogo dessas obras com suas principais leituras, de modo a apreender o sentido dessas ideias. A partir do exame dos temas, caminhos de análise e programas políticos a que cada um desses autores aludia, em conjunto ao contexto histórico no qual falavam, observamos que ambas as obras comportam permanências e transformações, algumas mesmo contraditórias, o que possibilita diversas leituras. Transportando tal descoberta para o plano da comparação procuramos, naquilo que era constante, observar as aproximações e afastamentos desses dois raciocínios. Constatamos que, a despeito de seus diferentes desígnios (organização x desenvolvimento) e enfoques (político-social x econômico), Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe compartilharam não apenas temas, mas linhas de raciocínio e, em certo sentido, projetos. Pautados na interpretação do Brasil em suas características, falhas e faltas, ambos apontaram para a impossibilidade de a sociedade, a partir de um movimento endógeno, vir a transformar sua realidade, e erigiram o Estado como ator e agente da mudança. Revelaram-se, assim, idealistas orgânicos, como na acepção de Brandão (2007) – os males vigentes estão presentes na sociedade, e podem ser superados apenas por meio da ação do Estado.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro; Pensamento político brasileiro; linhagens; pensamento conservador; nacional-desenvolvimentismo.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas.....	xix
Introdução.....	01
I. Justificativa, hipóteses e procedimento de análise.....	01
II. Estrutura da tese	05
Capítulo 1- Oliveira Vianna: de Populações a Instituições.....	07
I. Apresentação.....	07
II. As leituras sobre Oliveira Vianna.....	08
II.I. Os modelos interpretativos da obra de Oliveira Vianna.....	09
III. Oliveira Vianna de Populações a Instituições.....	22
III.I. Influências teórico-metodológicas.....	23
III.II. Diagnóstico.....	28
III.III. Prognóstico.....	39
III.IV. Raça.....	51
IV. As quatro faces de Oliveira Vianna.....	55
Capítulo 2 – Dos Cadernos ao neobismarckismo: o primeiro momento de Hélio Jaguaribe.....	73
I. Apresentação.....	73
II. Breve histórico do ISEB.....	75
III. As leituras sobre Hélio Jaguaribe e o ISEB.....	83
III.I. O debate em torno de Fábrica de ideologias.....	83
III.II. Para além da polêmica: outras interpretações sobre o ISEB.....	95

IV. O primeiro momento de Hélio Jaguaribe.....	101
IV.I. As fontes teóricas de Hélio Jaguaribe.....	102
IV.II. A crise do nosso tempo e do Brasil.....	105
IV. III. As diferentes fases do primeiro momento de Hélio Jaguaribe.....	116
V. O sentido do primeiro momento de Hélio Jaguaribe.....	132
 Capítulo 3: Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe em perspectiva comparada.....	141
I. O plano do diagnóstico e as visões da crise.....	141
II. Inautenticidade das instituições, prática da política de clã e a questão nacional	147
III. O Estado enquanto agente da mudança.....	154
IV. Conservadores?.....	162
 Considerações finais.....	165
 Bibliografia.....	169

*à Tico
por todos os dias...*

Agradecimentos

Embora escrever uma tese seja um trabalho bastante solitário, muitas foram as pessoas que, de algum modo, me ajudaram nesse período. Em primeiro lugar, agradeço à FAPESP pela bolsa concedida. Esta me proporcionou não apenas as condições materiais à realização da pesquisa, como me garantiu a tranquilidade necessária para tal. Agradeço também àquele(a) que foi meu parecerista durante os quatro anos de bolsa. Suas análises e críticas muito contribuíram ao andamento e aprimoramento deste trabalho.

Agradeço aos professores do PPGSO da UNICAMP, principalmente àqueles com quem tive aula, pelas sugestões e diálogo. Meu agradecimento especial à minha orientadora Élide Rugai Bastos primeiramente por, ainda quando na condição de aluna especial, ter me incitado o desejo de mergulhar nos estudos do pensamento social e optar pela área de Sociologia. Depois, e sobremaneira, pela orientação cuidadosa, pela sensibilidade sempre demonstrada e pelo exemplo que espero seguir em minha carreira. Agradeço também a Vera Cepêda figura importante no processo de elaboração do projeto; sem cuja ajuda esse trabalho talvez nem tivesse começado. Não posso deixar de agradecer também aos que fizeram parte da minha banca de qualificação, Bernardo Ricupero e Fernanda Lombardi, pela leitura atenta, dicas e sugestões de como prosseguir dali em diante.

Aos amigos, de São Carlos e da vida, agradeço pelas brejas ou cafés, pelos conselhos ou silêncios, pelo ombro amigo ou simples risadas. Enfim, obrigada pela companhia, mesmo que virtual. Deixo aqui um agradecimento especial ao Nelsinho, desde sempre nosso padrinho, à querida Camila, cuja volta para Sanca não poderia ter ocorrido em melhor hora, e à Rita pelo apoio e inúmeros galhos quebrados em Camps.

À minha família agradeço por muito e ao mesmo tempo por pouco. Obrigada simplesmente por estarem lá, torcendo, perdendo as ausências e vindo me ver sempre que possível. Por fim, ao Pedro, ‘meu digníssimo’, agradeço por tudo. Pelo incentivo e compreensão diárias. Por ter sido amigo, companheiro, psicólogo (sempre que necessário) e até mesmo orientador. Lembro que num momento de desilusão profissional foi na sua defesa que tive certeza que meu lugar era mesmo a academia. Por essa inspiração inicial e constante é a ele que dedico este trabalho.

“Antes de mais nada essa gente tem uma noção muito arraigada de família, de clã.... Só remotamente é que pensa em termos de nação...O resultado do inquérito não me surpreendeu. Tenho a impressão de que neste país todos são primos chegados ou remotos parentes de sangue ou honorários... amigos, compadres, correligionários... que sei eu! A verdade é que se ajudam mutuamente e dificilmente se denunciam. As exceções contam-se nos dedos da mão... Ora, eu procuro compreender esse povo, que na minha opinião está muito mais perto que nós das fontes essenciais da vida”.

Érico Veríssimo
(O prisioneiro)

“Escreveu recentemente Arthur Lewis, que os países menos desenvolvidos acordaram para um século em que todo mundo deseja cavalgar dois cavalos simultaneamente: o cavalo da igualdade econômica e do desenvolvimento. No Brasil continuamos querendo cavalgar os dois cavalos em direção opostas. (...) Com isso perdemos o impulso místico do primeiro e a eficiência do segundo. A opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da ideia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico, que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo do desenvolvimento é rápido, a desigualdade é tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixa o ritmo de desenvolvimento o exercício da justiça distributiva se transforma numa repartição de pobreza”.

Roberto Campos
(Cultura e desenvolvimento)

Lista de Abreviaturas

CNT: Cadernos do Nosso Tempo

CID: Condições institucionais ao desenvolvimento

DEBN: O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional

DEDP: Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político

EPB: Evolução do povo brasileiro

FB: A filosofia no Brasil

HSEC: História social da economia capitalista no Brasil

IC: O idealismo da constituição

IHPEC: Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil

IPB: Instituições políticas brasileiras

IPB II: Instituições políticas brasileiras, volume 2

OI: O Ocaso do Império

PEPS: Pequenos estudos de psicologia social

PMB: Populações meridionais do Brasil

PMB II: Populações meridionais do Brasil, volume 2

PPO: Problemas de política objetiva

RA: Raça e assimilação

RBF: Revista Brasileira de Filosofia

RCM: Revista do Clube Militar

Introdução

I. Justificativa, hipóteses e procedimento de análise

Nas análises do pensamento brasileiro encontramos, de modo geral, trabalhos que o avaliam a partir da perspectiva de uma geração, de um grupo ou de um autor isolado. Buscando compreender as ideias em si mesmas e/ou inseridas no ambiente em que foram produzidas, parecem entendê-las como expressão de temas e conceitos circunscritos a um período histórico específico. Não obstante, há análises (cada vez mais numerosas) que apontam para a existência de continuidades de ideias ou projetos, de sequências temáticas¹ entre obras de diferentes autores, mesmo quando situados em períodos diferentes. Tais trabalhos assinalam uma nova linha de interpretação da história das ideias no Brasil, que procura demonstrar que a vida intelectual brasileira não é aleatória, “faz ao contrário sistema e sentido” (BRANDÃO, 2007: 45).

Conforme Brandão (2007: 43), uma vez que as ideias não são portadoras de um significado em si, mas perspectiva política mobilizada – “estão enraizadas nas condições materiais de vida”, procuram diagnosticar os problemas vigentes e, ao mesmo tempo, propor modos de enfrentá-los e superá-los, – elas devem ser interpretadas em conjunto aos dilemas a que tentam dar resposta sem, contudo, estarem a eles limitados – “seu desenvolvimento jamais é inteiramente imanente, mas sempre em resposta aos problemas reais”. Na medida em que os mesmos aspectos permaneçam ao longo do tempo, as ideias admitirão certa margem de tolerância e atualizações. Ou melhor, “quando realmente significativas sobrevivem aos seus contextos de origem, são universalizáveis e podem ser interpeladas a partir de outras condições e perspectivas” – sem com isso sugerir uma ausência completa de rupturas (BRANDÃO, 2007: 44).

Nesse sentido, para Brandão, é possível identificar certas continuidades, linhagens e tradições no pensamento político-social brasileiro, uma vez que a agenda temática

¹ Perspectiva cunhada por Botelho (2007: 77), pressupõe que embora cada análise possua autonomia e validade independente, de acordo com seus diferentes objetivos e compromissos, elas podem formar conjuntos analíticos, haja vista que “o sentido da construção do conhecimento sociológico é cumulativo, ainda que cronologicamente não consensual”.

inaugurada pelo ensaísmo de 1920 só foi superada na década de 1970². Ainda que reconheça uma “mudança profunda de ênfase, estilo e problemáticas intelectuais” na produção de 1950, o autor entende que “o aparecimento de novas concepções, teorias e interpretações (...) não alteraram ou não esgotaram a estrutura básica da realidade sobre a qual nossos autores refletem”. Isto é, quando tomadas em conjunto essas obras não são excludentes entre si; pelo contrário, “como fenômenos sociais e ideológicos se interpenetram e se influenciam reciprocamente” (BRANDÃO, 2007: 36, 31 e 38).

Partilhando dessa perspectiva, o presente trabalho procurou analisar comparativamente as obras de Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe, importantes pensadores brasileiros que escreveram em períodos cronologicamente apartados, porém não distintos. A nosso ver, a despeito da divisão do conjunto dessas obras em duas gerações intelectuais (de 1920 a 1940³; e de 1945 a 1960), porque inseridas em contextos históricos diferentes – enquanto a primeira geração dialogou com a Primeira República procurando entender o contexto para daí formular um projeto, a segunda buscou consolidá-lo a partir da análise dos erros e limites ignorados pela primeira – e com enfoques diversos – político-institucional em 1920 e econômico em 1950, – isso não é suficiente para considerar a produção destes dois períodos como díspares, obras isoladas no tempo. Embora com enfoques diversos e consolidando projetos distintos, entendemos que em ambos os momentos a pauta que orientou os autores foi a mesma: *a formação do Brasil moderno* – aqui pensado em termos da superação do atraso⁴.

É claro que não pretendemos dizer aqui que a concepção de moderno foi idêntica nos dois momentos referidos. Enquanto em 1920 a formação do Brasil moderno esteve associada à manutenção da coesão interna da Nação a partir da formação de instituições

² A crítica à ditadura militar fez com que o foco da discussão passasse da questão do desenvolvimento/modernização para a questão da democratização do processo político-social.

³ Embora essa periodização seja bastante usual, é importante destacar que existe uma diferença de natureza entre os trabalhos produzidos na década de 1920 e aqueles elaborados em 1930, resultado do novo ambiente (político e social) com o qual dialogam, quando da centralização do Estado. Segundo Bastos (1987: 159), as elaborações dos anos 1930 “abandonam progressivamente a marca de lamentação sobre a inexistência de uma cultura brasileira (...) para voltar-se à busca das raízes de nossa formação”. Pautadas no discurso sociológico, passam a pensar as instituições e sua adequação ao diagnóstico da sociedade (recentemente elaborado), assinalando, pois, a “passagem de uma etapa de meditação a uma fase de explicação do social”.

⁴ Isso se explica na medida em que nenhum desses autores tinha claramente definidos os conceitos de “moderno” ou “tradicional”. Tratava-se de questão ambígua em ambas as análises, até porque ela só foi devidamente consolidada nos anos 1960.

coladas à realidade, em 1950 ela foi pensada em termos de seu desenvolvimento econômico – a industrialização e a construção do capitalismo avançado despontaram como caminho à superação do atraso. Todavia, entendemos que, de igual modo, atribuindo um protagonismo à atividade intelectual nessa tarefa, a produção de ambos os períodos procurou desvendar as singularidades da sociedade e história nacionais e, a partir disso, apresentar o caminho e condições ao seu desenvolvimento – ora político, ora econômico.

Nesse sentido, nossa escolha por estudar os dois autores acima referidos se deveu a três fatores. Primeiramente, dado o lugar de destaque que eles ocuparam nas Ciências Sociais: suas obras são centrais à compreensão do debate intelectual de seu tempo. Em segundo lugar, por serem eles autores que expressaram o projeto político-ideológico hegemônico em cada um dos períodos: Oliveira Vianna e Hélió Jaguaribe foram importantes entusiastas e apoiadores dos governos Vargas e JK, respectivamente, contribuindo à consolidação (direta ou indiretamente) de seus projetos políticos. E por fim, e o mais importante, por acreditarmos subsistirem entre eles significativas afinidades eletivas⁵.

Isso nos levou a formular as seguintes hipóteses de pesquisa:

Hipótese central 1: Apesar da aparente diferença que subsiste entre essas propostas de modernização, Oliveira Vianna e Hélió Jaguaribe foram representantes de uma mesma família intelectual: o *idealismo orgânico* – pressupõe que os males vigentes estão presentes na sociedade podendo ser superados através da ação do Estado.

Hipótese central 2: Oliveira Vianna e Hélió Jaguaribe partilhavam uma mesma agenda temática. A aparente diferença de suas análises resulta dos diferentes momentos em que escreveram.

⁵ Segundo Lowy (1989: 13 e 18), afinidade eletiva caracteriza “um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre suas configurações sociais ou culturais não redutível à determinação causal direta ou ‘influência’ no sentido tradicional”. O termo tem sido usado para mostrar que a produção (de ideias ou conceitos) resulta de uma “complexa trama de aproximações e repulsões, de afinidade e interditos, de movimentos de convergência, de atração recíproca, de combinação, podendo chegar à fusão”. Expressa, portanto, a convergência e a complementaridade das ideias, sem que isso signifique um apagamento das diferenças; sejam elas de recortes ou ideológicas. Isso nos permite pensar que “alianças intelectuais entre pensadores politicamente distantes, mas próximos pela maneira de pensar são possíveis” (BRANDÃO, 2007: 39).

Quando da análise específica da obra de cada autor, outras duas hipóteses surgiram:

Hipótese secundária 1: O diagnóstico é o cerne da obra de Oliveira Vianna; o que muda é apenas seu projeto e foco.

Hipótese secundária 2: A promoção do desenvolvimento é o principal móvel do pensamento de Hélio Jaguaribe.

De modo a comprovar ou refutar essas hipóteses, analisamos: 1) as principais obras de Oliveira Vianna, mais precisamente – seguindo a classificação de Bastos (1993) – o primeiro (final dos anos 1920 e início dos 1930) e o terceiro (final dos anos 1940) momentos de sua produção; 2) aquilo que denominamos o primeiro momento de Hélio Jaguaribe: momento que assinala o surgimento, a maturação e a posterior consolidação do projeto desenvolvimentista no governo JK; e 3) o debate específico sobre as obras desses dois pensadores. Procuramos aí não só identificar os principais temas, caminhos de análise e programa político a que aludiam cada um desses atores, mas também observar como eles se formavam e se transformavam ao longo do tempo, haja vista as transformações processadas em suas respectivas conjunturas, assim como o sentido revelado por essas ideias, contrapondo ou referendando as análises já existentes.

Finda a análise específica de cada autor, nos pusemos a comparar seus temas, diagnósticos e prognósticos, observando onde eles se aproximavam e se afastavam, e a relevância de tais afastamentos; significariam divergências entre suas análises, ou meras adequações aos dilemas e desafios postos pelo contexto histórico particular?

Como procedimento de análise utilizamos da pesquisa bibliográfica. Trabalhamos com os livros de Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe em suas diversas edições, com os comentários específicos sobre esses autores, e com a bibliografia (do pensamento social mais geral ou mais especificamente histórica) sobre os dois períodos históricos referidos. Como recurso metodológico, utilizamos as leituras que procuram analisar conjuntamente texto e contexto, com destaque para o arcabouço proposto por Lukács (1965)⁶.

⁶ O autor pressupõe que toda produção é uma reprodução da realidade social. Todavia, reconhece que esta gênese social é apenas um ponto de partida, exerce influência indireta e subordinada, não chegando a determiná-la. Isto é, em referência a nossa pesquisa específica, poderíamos pensar que a realidade social, o

II. Estrutura da tese

Esse trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro procuramos fazer uma análise da obra de Oliveira Vianna a partir do diálogo com suas leituras. Deparamo-nos aí com um problema: quais leituras enfocar, uma vez que desde o início de sua produção a obra de Oliveira Vianna foi alvo de inúmeras análises, críticas e elogios? Optamos por utilizar um recorte já bastante consagrado, que divide tais leituras em quatro modelos interpretativos: o autoritarismo instrumental, o agrarismo ou ruralismo, o iberismo e a ideologia de Estado. Nosso foco foi tanto compreendê-las, como também pensar sua menor ou maior adequação ao entendimento da obra do autor. Por sua vez, em nossa análise das ideias de Oliveira Vianna procuramos enfocar não só os principais temas, problemas e caminhos apresentados pelo autor, mas também suas transformações ao longo do tempo, em sentido a uma análise genética e cronológica da obra. Nesse ponto, fomos levados a propor uma nova linha de interpretação do autor, multifacetada, na medida em que, a nosso ver, os quatro modelos são suficientes para explicar apenas parte de sua obra, e não o conjunto.

No segundo capítulo procuramos traçar um caminho semelhante ao seguido no anterior. Todavia, são poucos os trabalhos que tratam especificamente de Hélió Jaguaribe, e mesmo estes dialogam com as análises acerca do ISEB. Assim, fomos levados a examinar tais leituras (bem como a própria história do ISEB) a partir de sua divisão em dois blocos: aquelas que integram o debate gestado com a publicação do livro de Caio Navarro (1982), e as que apontam para outros aspectos do instituto, como sua ação política. Novamente, ao analisar o primeiro momento de Hélió Jaguaribe buscamos não apenas avaliar suas ideias, mas também entender como elas se desenvolveram e se transformaram ao longo do tempo. Observamos aí certa linearidade nesse pensamento, expressa no interesse único e exclusivo com o desenvolvimento econômico do país. Remetendo tal dado às mudanças processadas em sua conjuntura, acabamos por encontrar nessa insistência a explicação do porque ideias, a princípio progressistas, mais à frente se revelaram conservadoras.

contexto histórico atua sobre *o que* se fala, mas não sobre *como* se fala. Daí ser necessário estudarmos as ideias não apenas de forma sistemática, mas também histórica (LUKÁCS, 1965: 174).

Por fim, o terceiro capítulo foi dedicado à análise comparada dos dois autores. Procurando observar as aproximações e afastamentos de suas análises, examinamos não apenas as diferentes maneiras com que cada autor trabalhou questões comuns - transplante de ideias, política de clã, deslocamento da classe média etc., - mas também os diferentes pesos que as dimensões do diagnóstico e prognóstico tiveram em suas obras, qual a linha de raciocínio seguida por cada um deles, e por fim a que projeto aludiram. Fez-se necessário trabalharmos o contexto histórico de cada um deles de modo que - haja vista o ambiente político-intelectual em que estiveram imersos, e os desafios e dilemas a que procuravam dar resposta - pudéssemos melhor analisar até que ponto as diferenças entre tais pensamentos significaram discordâncias de ideias, ou uma simples atualização desses temas e problemas ao contexto histórico específico.

Capítulo 1 - Oliveira Vianna de Populações a Instituições

I. Apresentação

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, província do Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1883. Filho de uma família de fazendeiros formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Sociais e Jurídicas, atual UFRJ, em 1906. Embora bastante recluso - recusava convites oficiais “inclusive do estrangeiro, sob o argumento de que tinha compromissos em Saquarema” (MADEIRA, 1993: 191) - foi membro importante do corpo de governo da Era Vargas⁷, com as seguintes atribuições: Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940); integrante da Comissão Especial encarregada do anteprojeto da Constituição (1933); integrante da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça (1939) e Ministro do Tribunal de Contas da República (1940-1951). Mas o que lhe deu fama foram mesmo seus livros.

Oliveira Vianna é autor de obra vastíssima. Abrangendo diversos ramos das Ciências Sociais (Psicologia, Antropologia, Sociologia, Política, Economia, História), as obras publicadas ainda em vida perfazem um total de treze – a saber: 1920 primeiro volume de *Populações meridionais do Brasil: Populações rurais do centro sul*; 1921 *Pequenos estudos de psicologia social*; 1923 *Evolução do Povo Brasileiro*; 1925 *O ocaso do império*; 1927 *O idealismo da constituição* (há uma publicação anterior de parte deste trabalho no livro *À margem da história da República*, organizado por Vicente Licínio Cardoso e publicado em 1924); 1930 *Problemas de política objetiva*; 1932 *Formação étnica do Brasil* (publicado somente em francês); 1932 *Raça e assimilação*; 1939 *Problemas de direito corporativo*; 1943 *Problemas de direito sindical*; 1948 *Problemas de organização e problemas de direção*; 1948 *Direito do Trabalho e democracia social*; e 1949 *Instituições políticas brasileiras*. Após sua morte em 1951, outras quatro obras são publicadas – em 1952 *O campeão rio-grandense*, segundo volume de *Populações meridionais do Brasil*;

⁷ Segundo Venâncio (2003: 105) isto se explica pois, embora recluso, Oliveira Vianna jamais permaneceu isolado; sua “estratégia de sociabilidade base[ou-se] prioritariamente na escrita” e não na conversação. Isto é, foi através da escrita epistolar (cartas) que o autor “estabeleceu uma [ampla] rede de relações profissionais e pessoais”, possibilitando sua participação marcante em academias, revistas e, posteriormente, no governo.

Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil em 1958; *História social da economia capitalista no Brasil* em 1987; e, mais recentemente, 1991, uma coletânea intitulada *Ensaaios inéditos*.

Por sua extensão e diferentes temáticas que aborda não trabalhamos a obra como um todo. Seguindo a classificação de Bastos (1993: 406), nosso foco é o primeiro momento de sua produção - final dos anos 1920 início dos 1930, “representado pela formulação de uma explicação sobre a constituição da sociedade brasileira” – e algumas obras de seu terceiro momento – momento de “retomada da reflexão interrompida, quando redireciona algumas questões [e] busca articular, em outro patamar, os três grupos de problemas que presidem sua obra: as instituições políticas, a questão racial e a história social da economia”. Não estudamos o segundo período, por se tratar de um período de interrupção com a pesquisa iniciada “quando o autor passa a se dedicar a questões jurídicas, principalmente as relacionadas ao direito do trabalho” (BASTOS, 1993: 406).

Por ser um autor muito estudado, iniciamos esta análise demarcando o debate já existente, para em seguida, a partir do estudo da obra do autor referendar determinada perspectiva de análise ou propor novos caminhos a sua compreensão.

II. As leituras sobre Oliveira Vianna

A obra de Oliveira Vianna foi objeto de inúmeras leituras. Tendo publicado *Populações meridionais do Brasil* em 1920, conforme Capistrano de Abreu, ao final da década “Oliveira Vianna grassava”. Elogiado por ter compreendido “perfeitamente a nossa história”, foi por muitos considerado “o grande orientador que o país precisava”. Mas não foram somente elogios que sua obra atraiu. Como se costuma dizer, Oliveira Vianna também foi “mandado aos infernos” pelo conteúdo conservador e racista de alguns de seus escritos (BASTOS e MORAES, 1993).

Segundo Oliveira (1993), é possível dividir tais análises em três momentos distintos: final dos anos 1920 e 1930, anos 1950 e anos 1970. O primeiro período, imediatamente posterior à sua estreia, é marcado pelo elogio e saudação da sua obra como, por exemplo, os escritos de Alceu Amoroso Lima e Fernando Azevedo, mas também pelas

primeiras críticas, resultado do lançamento de *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre. É, porém nos anos 1950 que as críticas se aprofundam. Sérgio Buarque de Holanda aponta para as inconsistências da obra quer “no uso do conceito de cultura e de escola culturalista”, quer pelo mau uso da história – Oliveira Vianna a inventaria de modo a justificar o governo autoritário. Todavia, mesmo aí há aqueles, dentre os quais Guerreiro Ramos, que valorizam “os insights de Oliveira Vianna”. Já os anos 1970 assinalam o ressurgimento do interesse pelo autor, haja vista a implantação de uma nova ditadura. Conforme Oliveira (1993) é nesse momento que se produz a maior parte dos estudos sobre o autor cujo foco é compreender tanto a dimensão racial como política de sua obra.

Tendo em vista a data desta publicação, a autora não chegou a mobilizar os estudos mais recentes sobre Oliveira Vianna. Podemos dizer que na virada do século (anos 1990 em diante), já sob o regime democrático, surgem novas e importantes interpretações sobre o autor. Dentre elas merecem destaque as análises as que integram o livro *O pensamento de Oliveira Vianna* (BASTOS e MORAES, 1993). Isso denota o lugar de destaque ocupado pelo autor no pensamento brasileiro e as dificuldades que envolvem pesquisá-lo atualmente. Como um primeiro passo, propomos aqui um estudo das diversas leituras sobre Vianna, a partir de sua divisão em modelos interpretativos.

II.1. Os modelos interpretativos da obra de Oliveira Vianna

Com base nos livros *O pensamento de Oliveira Vianna*, e *Ordem burguesa e liberalismo político*, Piva (2000) divide as interpretações sobre o autor em três grupos centrais: 1) aqueles que pressupõem o autoritarismo como uma fase transitória para a implantação de uma sociedade democrática e liberal; 2) os que se apegam à dimensão passadista de sua obra vendo nisso um agrarismo, uma busca pela volta ao mundo rural; e 3) os que ressaltam positivamente nossa herança ibérica para, a partir daí, construir uma política particular. Vale acrescentar a este esquema uma quarta corrente: a das análises que pressupõem a obra de Oliveira Vianna como formuladora de uma ideologia de Estado. Cada um desses grupos corresponde a um modelo de interpretação de Oliveira Vianna que analisaremos aqui. Respectivamente: autoritarismo instrumental, agrarismo/ruralismo,

iberismo e ideologia de Estado. Embora tal tipologia não esgote as leituras sobre Oliveira Vianna⁸, sejam elas antigas ou mais recentes, acreditamos que serve, em boa medida, para balizar o debate. Vejamos.

Autoritarismo instrumental

Este modelo foi lançado por Santos (1978) no texto *A práxis liberal no Brasil*. Ao analisar o padrão paradoxal do desenvolvimento do liberalismo no Brasil, Santos (1978: 93) verifica que somente “em 1920, Oliveira Vianna expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. Não existe um sistema político liberal sem uma sociedade liberal”. Para o autor, em oposição ao liberalismo doutrinário até então propagado, – defende a implantação do liberalismo no Brasil via medidas legais – Oliveira Vianna destaca que por possuir uma sociedade “parental, clânica e autoritária” não só a implantação do sistema político liberal no país não apresentará o desempenho apropriado, como inexistente “um caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal” (SANTOS, 1978: 93). Nesse sentido, faz-se necessária a implantação de um sistema político autoritário “cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal” (SANTOS, 1978: 93).

Para Santos (1978: 102), tal perspectiva se diferencia do autoritarismo dos integralistas, ou do de Francisco Campos e de Azevedo Amaral porque em ambos os grupos o autoritarismo não é considerado algo transitório, “ao contrário, quanto mais a sociedade progride, mais necessários se farão”. Já para os autoritários instrumentais, a autoridade do Estado só se legitima para a formação de uma sociedade liberal. Feito isso,

⁸ Insere-se aí o livro *Linhagens do Pensamento político-social brasileiro* de Brandão (2007), que pressupõe a obra de Oliveira Vianna como responsável por consolidar conceitos e matrizes de pensamento por meio dos quais é possível descrever e analisar as principais formas do pensamento brasileiro. Seguindo mesma lógica, o artigo de Botelho (2007), *Sequências de uma sociologia política brasileira*, analisa como as ideias de Oliveira Vianna influenciaram (direta ou indiretamente) os trabalhos de Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maria Sylvia Carvalho Franco, no que tange à investigação acerca do conflito entre público e privado. O livro *O charme da ciência e a sedução da objetividade*, de Maria Stella Martins Bresciani (2007), caracteriza os principais temas e os métodos de abordagem da obra de Oliveira Vianna como lugar comum – “fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos”. Conforme a autora a imagem do país desconstruído consigo mesmo, a busca do método mais adequado para o estudo de sociedades dessemelhantes e, por fim, a saída corporativista tratar-se-iam de recursos compartilhados por toda uma geração de intelectuais, quer nacional ou mundial (BRESCIANI, 2007: 15). Por fim, somam-se a este grupo as análises de Paulo Edmur de Souza Queiroz (1975) e Evaldo Vieira (1981) e muitos dos artigos do livro *O pensamento de Oliveira Vianna* (1993), já devidamente estudados pela literatura.

“o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido” (SANTOS, 1978: 102). Ademais, Santos (1978: 103) destaca que os autoritários instrumentais acreditam que “as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão”. Isto ao mesmo tempo em que justifica, exige a intervenção do Estado na sociedade haja vista que “o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal” (SANTOS, 1978: 103).

O autoritarismo instrumental desponta, pois, como uma tradição específica do pensamento brasileiro latente desde a Independência do Brasil, mas que, conforme o autor, só se torna clara na obra de Oliveira Vianna. Agrupam-se a esse modelo interpretativo as leituras de Bastos (1993), Moraes (1993), Medeiros (1978) e Weffort (2006).

Conforme Bastos (1993), Oliveira Vianna propõe fazer um diagnóstico dos elementos que compõe a sociedade brasileira. Todavia, tal análise não representa um fim em si mesmo, mas um elemento para pensar qual caminho seguir. Uma vez que “a análise do povo aponta para a ausência de tradições que pudessem fundar o autogoverno (...) a sociedade brasileira deve trilhar um caminho *sui generis*”: o autoritarismo (BASTOS, 1993: 409). Este, por sua vez, representa uma fase de transição, posto que, ao promover a centralização, supera a tragédia resultante do descompasso do nosso arcabouço jurídico com o direito costumeiro (expressa no caudilhismo), constrói o povo e as demais condições para “paulatinamente alcançar[mos] a plena democracia” (BASTOS, 1993: 409). Nesse sentido, “o autoritarismo propugnado pelo autor é subproduto tanto do diagnóstico sobre o povo como de sua utopia sobre a sociedade. (...) Autoritarismo instrumental, porque veículo da garantia das liberdades” (BASTOS, 1993: 409).

De forma semelhante, Moraes (1993: 88) aponta para a existência de uma teoria da democracia “exposta com razoável sistematicidade” na obra *Instituições políticas brasileiras*. Conforme o autor, a originalidade desta concepção de democracia reside na tentativa de confirmar que “a vigência efetiva das instituições democráticas repousa sobre duas precondições necessárias”: a) uma tradição ancestral de autogoverno, as chamadas comunidades de aldeia; e b) o complexo cultural, próprio aos Estados-Nação, que confere aos cidadãos uma consciência nacional (MORAES, 1993: 95). São essas conclusões, continua, que explicam porque somente os povos anglo-saxões lograram desenvolver

instituições democráticas e “servem como parâmetro para o diagnóstico dos fatores de bloqueio da democracia no Brasil e para a terapia autoritária suscetível de romper ‘pelo alto’ tais bloqueios” (MORAES, 1993: 95). Segundo Moraes (1993: 101), ainda que Oliveira Vianna incorra aí em um determinismo sociológico – o complexo cultural determina a viabilidade das instituições políticas que, por sua vez, devem se adaptar ao país real, – assinala a possibilidade de tal relação ser invertida “mediante uma intervenção consciente e metódica”. Logo, “outro não é o propósito da técnica institucional autoritária: criar de cima para baixo, as condições precisamente institucionais que atuarão no sentido de combater o mal autoritário de nossa cultura clânico-feudal” (MORAES, 1993: 101).

Já em Medeiros (1978: 175), sua filiação a este modelo evidencia-se na análise de uma contradição interna ao pensamento do autor: “embora um crítico permanente daquilo que ele chamava de ‘espírito de imitação’ de nossas elites demo liberais (...) Oliveira Vianna ao longo de toda a sua obra (...) teve afinal como modelo ideal, a ser atingido por nós, a democracia anglo-saxônica. (...) Autoritarismo, nacionalismo e modernização institucional não seriam, assim, senão um meio e um caminho para se chegar, evolutivamente, ao padrão democrático anglo-saxão”. Por fim, Weffort (2006: 259) assinala: “Oliveira Vianna expressava-se a favor de uma centralização do poder que entendia menos como um fim em si e mais como um meio necessário para que o povo fosse educado e organizado para o exercício da democracia. Era, sem dúvida, um autoritarismo, mas que se propunha como provisório, destinado a desaparecer quando atingisse seu objetivo”.

As críticas a esse modelo de interpretação colocam-se em dois sentidos: na obra de Oliveira Vianna os elogios à ordem democrática são raros e circunstanciais, bem como têm sentido oposto ao pretendido pelos autoritários instrumentais – tratar-se-iam de meros elogios à opinião inglesa e não à democracia liberal. Segundo Silva (2008), o modelo do autoritarismo instrumental é positivo na medida em que ilumina a dimensão crítica e sociológica da obra de Oliveira Vianna – análise da realidade e crítica ao constitucionalismo liberal. Todavia, ao tentar captar a dimensão ideológica contém proposições que “supõe[m] uma duvidosa homologia entre os enunciados analíticos e os enunciados normativos presentes no discurso do autor, o que resulta em conclusões altamente questionáveis” (SILVA, 2008: 250) Para ele, a dimensão ideológica do

pensamento de Oliveira Vianna se explicita em sua busca de uma concepção de Estado enquadrado no Brasil, qual seja “o Estado autoritário”, nada mais.

Não bastando, Silva destaca que como a dimensão de liberdade envolta no raciocínio dos autoritários instrumentais não é a econômica, mas sim a política, tal perspectiva torna-se ainda mais inexata. Conforme o autor, ainda que “a ideia de democracia [seja] mobilizada de modo sistemático nos textos de Oliveira Vianna, raramente [o é] com valor positivo quando associada à ideia de liberalismo político” (SILVA, 2008: 258). O termo só atinge dimensão positiva, continua, quando se trata de uma democracia adequada à sociedade brasileira, ou seja, uma democracia corporativa. Esta crítica se explica em função de, e nos leva a um segundo modelo de interpretação de Oliveira Vianna, o ideológico.

Ideologia de Estado

Tendo como principal representante Lamounier (1979), este modelo de interpretação pressupõe Oliveira Vianna, em conjunto aos demais representantes do pensamento autoritário da Primeira República (Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos), como voltados à elaboração de uma nova ideologia de Estado, a ideologia do Estado autoritário. Pautados na análise de nossa formação colonial, e na crítica ao modelo político consagrado na Constituição de 1891, tais autores operam uma transformação no pensamento político nacional que se volta à “formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade”; dimensão esta normalmente perdida pelas demais análises (LAMOUNIER, 1979: 356).

Propondo-se a uma revisão da historiografia deste pensamento, Lamounier (1979) procura descrever o conteúdo imanente do modelo ideológico aí formulado. Caracterizando-o enquanto “construção intelectual que sintetiza e dá direção política a um clima de ideias e de aspirações políticas” de grande relevância no período, seu significado principal “é a constituição de uma visão de mundo político na qual são afugentadas todas as representações conducentes à noção de ‘mercado político’ exorcizado em proveito das representações fundadas no princípio da autoridade e em supostos consensos valorativos” (LAMOUNIER, 1979: 357). Logo, diferentemente do modelo liberal em que o princípio

integrador é o mercado, para o autor, “o fulcro desta ideologia de Estado é, ao contrário, o intento de domesticar o Mercado, particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas” (LAMOUNIER, 1979: 357).

Fazendo crítica à interpretação de Santos (1978) - que analisa o pensamento brasileiro a partir dos caminhos e descaminhos à consolidação de uma ordem liberal burguesa no país - Lamounier (1979) caracteriza a estrutura ideológica aí formada como composta de oito princípios centrais: 1) predomínio do princípio estatal sobre o de mercado; 2) visão orgânico-corporativa da sociedade; 3) objetivismo tecnocrático; 4) visão autoritária do conflito social; 5) não organização da sociedade civil; 6) não mobilização política; 7) elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política e, por último, 8) o Leviatã benevolente. Ainda que não exploremos em pormenores este esquema do autor, cremos que sua mera enunciação serve para revelar a lógica discursiva autoritária desta suposta ideologia. Conforme o autor, trata-se de “uma resposta bastante específica aos problemas da organização do poder no país”⁹ (LAMOUNIER, 1979: 358).

Um claro adepto deste modelo de interpretação é Silva (2002). Seu exame das lacunas que envolvem o modelo do autoritarismo instrumental leva-o a concluir que a noção mais apropriada “para o exame das ideias políticas de Oliveira Vianna (...) é a noção de ideologia de Estado” (SILVA, 2002: 29). Apesar disso, aponta para uma série de debilidades deste modelo, sobretudo no que tange a sua oposição ao princípio de mercado. Conforme Silva (2002: 29), a organização do poder político, consagrada nos escritos de Oliveira Vianna, não nega o mercado, “mas sim o Estado democrático de direito, ou seja, a dimensão institucional da democracia”. É, pois, perfeitamente possível a convivência deste Estado autoritário com o princípio de mercado.

Para Silva (2002: 30), a ideologia que desponta no pensamento de Oliveira Vianna é a ideologia do Estado autoritário: sistema ideológico que legitima uma estrutura de dominação que estabelece “a) a preeminência do Estado sobre a sociedade civil; b) a preeminência do poder Executivo sobre o Legislativo e mesmo sobre o Judiciário; c) a preeminência das elites técnicas sobre as elites políticas”. Ideia bastante semelhante à de

⁹ O autor desponta como um mannhemiano na medida em que pressupõe o pensamento desses autores enquanto um pensamento voltado à ação política. Esta, por sua vez, é pensada em termos de uma reação ao modelo político liberal, com vistas a gerar uma contra lógica; a ideologia autoritária.

Piva (2000), para quem o ponto fulcral da obra de Oliveira Vianna é a consolidação do Estado centralizado.

Todavia, diferentemente de Silva (2002) e de Lamounier (1979), Piva (2000) entende que é essa opção que orienta a análise do autor e não o contrário. Conforme o autor, as contradições e tensões presentes nos textos de Oliveira Vianna – a saber: alterna particularismo e universalismo; determinismo e invenção¹⁰ – acabam por denotar uma construção *ex ante* de seu modelo político. Logo, é a preferência do autor pelo Estado centralizado que “guia, por comparação aos países desenvolvidos, sua ideia de fatores negativos e positivos do Brasil, sua ideia de atraso e modernização” de modo a “demonstrar que essa construção se sustenta na índole do brasileiro” (PIVA, 2000: 92). Acaba aí por consolidar uma análise cuja “lente desloca-se sem grande precisão explicativa” com o fim último de sagrar sua agenda modernizadora (PIVA, 2000: 134).

Além de pouco usual, tal perspectiva¹¹ vai de encontro com a análise de Carvalho (1993: 30) para quem Oliveira Vianna não tinha “uma ideia clara sobre a forma como deveria assumir a nova ordem”. Isso nos leva ao terceiro modelo de interpretação, o ruralismo.

Ruralismo

Segundo Carvalho (1993:18), embora Oliveira Vianna “deit[e] raízes numa família intelectual que antecede Sílvio Romero e que tem longa descendência” – os chamados liberais-conservadores – partilham aí de diversos pontos de contato tais como a preocupação com o estudo do Brasil, a ênfase nos aspectos culturais, a defesa da centralização como veículo à liberdade etc. - sua inclusão nesta corrente de pensamento não esgota sua obra. Conforme o autor, “seus valores, sua utopia, suas inspiração” vêm de

¹⁰ Por exemplo: embora pressuponha a existência do “heterogêneo inicial” como verdadeiro objeto da investigação científica, Oliveira Vianna parece crer na existência de um ponto de chegada comum, expresso no Estado unificado; daí as singularidades serem detectadas como falhas ou ausências em relação ao modelo almejado. Ademais, ao mesmo tempo em que concorda com Ingenieros que o idealismo orgânico trata da previsão embasada na realidade social, prega “a renovação heroica, a remodelação, a invenção” como meio de nos esquivarmos do destino pré-traçado (PIVA, 2000: 119).

¹¹ Podemos encontrar alguns paralelos no trabalho de Bresciani (2007). Para a autora, por estar inserido em um contexto específico e procurando responder ao mesmo, “o ponto de partida [do pensamento de Oliveira Vianna], já contém o ponto de chegada”; neste caso a transformação da massa-população em massa-nação (BRESCIANI, 2007: 484). Entretanto, o diagnóstico de Bresciani (2007: 484) diferencia-se do de Piva (2000) por pressupor que o projeto político do autor é subsequente à sua análise da sociedade, mesmo que estando pautado em uma “retórica [que] deixa pouco espaço para a imaginação, a criatividade e a iniciativa pessoal”.

outras fontes: do iberismo católico, cujo mais ilustre precursor foi José Bonifácio, e do positivismo ortodoxo, expresso no livro de Aníbal Falcão (CARVALHO, 1993: 23).

Do catolicismo, continua, Oliveira Vianna “absorveu (...) a preocupação com os problemas sociais gerados pelo capitalismo industrial, particularmente aqueles referentes ao proletariado e à convivência das classes sociais” (CARVALHO, 1993: 25). Do positivismo incorporou “o horror ao conflito; [entre nós] a formação do cidadão devia passar não pelo conflito, mas por sua eliminação, pela implantação de uma sociedade cooperativa”¹² (CARVALHO, 1993: 26). Para Carvalho (1993: 27), isso denota que, diferentemente dos liberais conservadores, “o conceito de civismo, de boa sociedade, que ele tinha em mente, não era o das sociedades anglo-saxônicas”, antes o de uma sociedade pré-capitalista.

De acordo com Carvalho (1993: 28) ao observar, em *História Social da Economia Capitalista no Brasil*, que “pelo lado psicológico e cultural” a mentalidade aqui existente não era a capitalista, mas a pré-capitalista, o significado deste fato aparece imbuído de valor. Contrapondo ao capitalismo os valores pré-capitalistas do latifúndio, “a nobreza, a moderação, o desprendimento, a dignidade, a lealdade” aparecem não apenas como superiores à “obsessão monetária e à submissão de tudo ao lucro” capitalistas, mas também como ideal de boa sociedade (CARVALHO, 1993: 28). Nesse sentido, Oliveira Vianna parece defender uma volta ao mundo rural, ao culto da terra, aos valores domésticos patriarcais. É justamente este o ponto que esclarece o vínculo de *Populações meridionais* com seus textos de política social: o Estado centralizado nada mais é que a própria figura do patriarca, “cria a nação, estabelece o predomínio do público sobre o privado, mas de fato não altera valores fundamentais que pertencem à ordem rural patriarcal” (CARVALHO, 1993: 29).

Para o autor, somente após sua nomeação para o Ministério do Trabalho é que Oliveira Vianna, tomando maior contato com a literatura sobre sindicalismo, corporativismo, direito do trabalho e social, formula “com nitidez o modelo de organização para o mundo com que sonhava” (CARVALHO, 1993: 31). A volta ao mundo rural é então abandonada em favor da industrialização capitalista de base corporativista - “engenharia

¹² Oliveira Vianna parece entrar aí em contradição posto que em outros textos aponta o conflito como o fator fundamental da formação do espírito cívico entre os europeus.

social e política moderna para implementar valores que não eram substancialmente distintos dos que teria prevalecido na sociedade agrária” (CARVALHO, 1993: 33).

Novamente podemos situar Bastos (1993) como uma adepta desta perspectiva. No texto *Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil*, ao contrapor Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, Bastos afirma que enquanto Gilberto Freyre “ressalta a sabedoria do patriarcalismo”, Oliveira Vianna recusa essa afirmação, ressaltando “em outra direção, o papel desagregador operado pela família clânica” (BASTOS, 1993: 421). Para o autor é o latifúndio que impede a organicidade da sociedade e o surgimento dos pequenos proprietários. Somente a partir da intervenção de um Estado forte conseguir-se-á corrigir o estado de anomia atual enfraquecendo o poder político dessa classe, organizando a sociedade e criando condições à emergência da classe média, “única base possível de uma formação social mais equilibrada” (BASTOS, 1993: 421).

Bastos (2008: 53) parece enquadrar aí o autor entre os que creem ser a agricultura criadora de *pátrias pacíficas* – “exerce ao mesmo tempo papel de sustentáculo natural da sociedade brasileira e a função de elemento civilizador do próprio homem”. Neste livro, *O moderno em questão*, ao analisar o pensamento de Luiz Amaral, a autora aponta diversos pontos de contato entre esses dois autores, sobretudo, o fato de que em ambos o campo aparece como verdadeiro baluarte – lugar onde se preservam os costumes verdadeiramente nacionais – contra o afrouxamento moral da sociedade, representado na República. Nesse sentido, a superação dos problemas nacionais passa pela retomada da verdadeira vocação do país, que é agrícola.

Conforme a autora, a utopia de sociedade que emerge dos primeiros escritos de Oliveira Vianna “trata-se de utopia de uma sociedade não capitalista (...) a utopia de uma sociedade rural”. Em outras palavras, “o Estado cria a nação, mas mantendo a velha sociedade de raízes agrárias” (BASTOS, 1993: 422). Mais à frente acrescenta, “mantidas as características, respeitadas as bases da formação nacional, trata-se de alcançar a ordenação mais próxima possível das sociedades em equilíbrio político, econômico e social” (BASTOS, 1993: 422).

Piva (2000) é bastante crítico a esta leitura por entender que a autora observa apenas a dimensão inicial desta obra e não o todo que, de fato, é diferente. Todavia, a nosso ver o autor se equivoca neste ponto, posto que ao analisar a produção de Oliveira Vianna dos

anos 1930, Bastos (1993: 423) destaca: “Oliveira Vianna escreveu vários textos que representam propostas de organização social (...) é nessa direção que o projeto embutido no primeiro momento é abandonado na fase seguinte”; ressalva bastante semelhante à realizada por Carvalho e que parece ser aceita por Piva. Ademais, a crítica que Piva (2000: 95) tece a essa perspectiva (não mais só à autora) equivoca-se na medida em que, para o autor, inexistiu agrarismo na obra de Oliveira Vianna, já que “todo [seu] trabalho ao longo dos anos 1920 e 1930 voltou-se crescentemente às regulações institucionais do capitalismo então em expansão no Brasil”. Piva parece conceber o capitalismo apenas em sua forma industrial, ignorando formas de capitalismo agrário.

Resta-nos agora analisar o quarto e último modelo de interpretação, o iberismo.

Iberismo

Tendo como base as duas frentes de análise, consagradas na obra de Richard Morse (1988), que caracterizam o pensamento latino-americano – o americanismo e o iberismo, – Werneck Vianna (1993) propõe-se a uma análise do pensamento de Tavares Bastos e Oliveira Vianna. Conforme o autor, tendo em vista que a oposição entre americanistas e iberistas se expressa aqui de modo diferente ao dos países vizinhos – resultado da especificidade da Independência brasileira, associada à inexistência de uma linha dura de clivagem e à forte influência anglo-saxônica sobre a elite política nacional, – a obra de Oliveira Vianna acabou por consagrar um novo ideal de Ibéria. Enquanto no restante da América Latina o americanismo consiste na crítica ao passado colonial porque fonte do atraso nacional devendo, portanto, ser superado em favor da ordem anglo-saxã, e o iberismo trata da afirmação desta mesma herança porque formadora de uma cultura e mentalidade contrárias ao individualismo anglo-saxão, na obra de Oliveira Vianna tais perspectivas aparecem agrupadas.

Segundo Werneck Vianna (1993: 372), diferente de Tavares Bastos, Oliveira Vianna propõe-se ao estudo da singularidade brasileira “que tem como raiz as relações sociais aqui estabelecidas, especialmente as prevalentes no mundo agrário”. Valorizando positivamente a história nacional, busca compreender o real para em seguida operar sobre ele. Todavia, conforme Werneck Vianna (1993: 373), se “no plano da observação do real ele se identifica com a contingência ibérica; no do *dever ser* [o faz] com a cultura política

anglo-saxônica”. Para o autor, isso se explica porque em nenhum momento Oliveira Vianna opõe a matriz ibérica à anglo-saxônica. De fato, retoma as questões centrais ao americanismo, porém invertendo seu significado: à herança ibérica atribui as qualidades “instintivas e estruturais” da aristocracia, e ao meio rural a capacidade de reciclar “as virtudes da aristocracia ibérica em favor de um sedentarismo agrícola [e de um] novo *éthos* favorável à obra da paz e da civilização” (WERNECK VIANNA, 1993: 374). O latifúndio emerge, pois, como força centrípeta e ordenadora, jamais sede da barbárie como em outros povos.

A partir disso, Oliveira Vianna procura demonstrar que essa história política particular deve nos levar a uma instituição política também particular. Conforme Werneck Vianna, haja vista a profunda dissociação do meio rural associada à relação assimétrica característica da solidariedade de clã, não há como edificar uma política desta sociologia. Isto é, não há como construir a ordem nacional ou o cidadão a partir do localismo patriarcal. Faz-se, pois, necessária certa invenção política. Qual seria? A monarquia, o Estado centralizado. Para Oliveira Vianna, somente a instituição de um Estado forte permite “a expropriação dos senhores locais da administração pública, estabelecendo as condições para uma ação universalista e civilizatória do Estado erigido em *suma ratio* da nação”. Logo, “é na centralização que [ele] indica a via da liberdade” (WERNECK VIANNA, 1993: 378).

A automatização do Estado desponta aqui não como uma herança do patrimonialismo ibérico, mas “da necessidade de construir uma ordem empenhada nos ideais civilizatórios do Ocidente” (WERNECK VIANNA, 1993: 378). Conforme Werneck Vianna (1993: 379), posto que é na insolidariedade social que Oliveira Vianna encontra a raiz do despotismo, somente um Estado racional, a partir de sua associação orgânica com a sociedade, pode resgatá-la de sua condição de nada “apondo nela um subconsciente jurídico, criando-lhe a medula da legalidade, [difundindo, pois,] o poder moral da ideia de Estado”. Não há, portanto, uma oposição do iberismo com o caminho anglo-saxão. De fato, este consiste em um instrumento que, ao revolucionar a sociedade civil, supera suas raízes agrárias em favor de um indivíduo livre postulador e senhor de seus direitos, nos permitindo trilhar o caminho anglo-saxão (WERNECK VIANNA, 1993: 380).

Embora dê pistas importantes, para Werneck Vianna (1993: 381), isso não é suficiente para resolver “o enigma da relação do autor com a cultura política anglo-saxônica”. Qual seu plano do dever ser? Seria a produção do *homo sociologicus* a partir da internalização do Estado e da subsunção do seu interesse ao mesmo? Nesse ponto vale acompanhar, passo a passo o raciocínio do autor:

Então: a) a autocracia não advém de uma herança, mas de circunstâncias autóctones; b) o iberismo significa uma construção própria, resultado de uma leitura do real e do esforço de ordená-lo; c) o que *é* não contém em si o que *deve ser*, a transcendência do atraso e do arcaísmo não pode prescindir do papel pedagógico de um *outro* posto acima das contingências – a monarquia como expressão da razão e dos ideais civilizatórios; d) o modelo excelso é o da cultura política anglo-saxônica, por isto entendida a natureza difusa de um Estado, cujas práticas estejam internalizadas nos indivíduos; e) a autocracia ibérica não consiste num fim, mas num meio – iberismo instrumental -, pois; f) o fim está na cultura anglo-saxônica, cuja realização, aqui, dimana da ação educadora e civilizatória do Estado, que não nega a Ibéria concreta e contingente, mas realiza-a como uma comunidade nacional em que as virtudes públicas e o interesse geral prevaleçam sobre a cultura do individualismo e sobre o interesse particular (WERNECK VIANNA, 1993: 383. Grifos no original).

Conforme o autor, tal raciocínio coloca a Ibéria não no passado, mas no futuro. Reflete uma nova idealidade atingida a partir de uma nova e intensa relação entre Estado e sociedade civil, que consagra a prevalência do público sobre o privado, do Estado-Nação sobre o indivíduo. Firma-se ao se concluir o movimento da ordem integradora - “momento de encontro entre a obra dos pais fundadores, que nos garantiram a ordem e unidade nacional, com a de seus contemporâneos, que superam o crônico estado de indissociação social e maximizam o poder nacional” (WERNECK VIANNA, 1993: 390).

Nesse sentido, a cultura política anglo-saxã emerge não como símbolo da superação do iberismo, antes “como a forma particular de sua realização” (WERNECK VIANNA, 1993: 389). Estaríamos prontos à sua realização desde que expurgada de seu americanismo – “dos valores do indivíduo, da matriz unitária” – em favor de um Estado que desse continuidade à obra Ibérica a partir da substituição do tema interesse pelo primeiro interesse, da participação política pela coletiva, e da política pela tecno-científica (WERNECK VIANNA, 1993: 389). Segundo Werneck Vianna (1993: 391), Oliveira Vianna parece aí querer atingir a moderna cultura anglo-saxã passando por cima da etapa liberal. Chegaríamos ao moderno, não como aprendizes do liberalismo, “mas como inventores de uma nova ordem social”.

Para Piva (2000), embora tal perspectiva ilumine muito a ideia de modernização de Oliveira Vianna, sobretudo por sua recusa ao estilo americano, ela erra ao não perceber as ambiguidades internas à obra do autor. Em Werneck Vianna, continua, nosso passado parece emergir como portador somente de qualidades, “ficam sem resposta ou reflexão os defeitos que ele [Oliveira Vianna] enxerga na nossa formação” (PIVA, 2000: 107). Conforme o autor, ao não distinguir as dimensões positivas e negativas de nosso passado, Werneck Vianna acaba por perder a dimensão ladrilhadora de Oliveira Vianna, questão central à obra. Logo, somente o reconhecimento das qualidades e defeitos de nossa formação permite-nos pensar o Estado corporativo enquanto o encontro de nosso legado histórico positivo com as características do mundo moderno (PIVA, 2000: 108).

Terminada essa apresentação do que consideramos os quatro modelos de interpretação de Oliveira Vianna, é importante destacar que, apesar de essa tipologia ser hoje usual nos estudos a respeito do autor, surgiu a partir do uso que os leitores fizeram dessas interpretações. Quando escritas, tais análises tanto não tinham o propósito de “amarrar” Oliveira Vianna a um rótulo, como dialogavam com sua época e entre si. Procurando responder aos dilemas do Brasil no final do século (liberalismo *versus* autoritarismo), tais autores voltam-se à obra de Oliveira Vianna de modo a revelar aspectos de seu pensamento em resposta à atual conjuntura.

Daí que Lamounier (1979), ao priorizar em seu texto os conteúdos ideológicos autoritários do pensamento de Oliveira Vianna, os momentos operativos desta narrativa, o faz em resposta à leitura de Santos (1978) que parece encontrar nas tensões e ambiguidades internas à obra de Oliveira Vianna a resposta que ele mesmo buscava para as questões nacionais. Da mesma forma, ainda que Carvalho (1993) e Werneck Vianna (1993) apontem para um mesmo elemento do pensamento do autor, são seus interesses pessoais e os de seu tempo que fazem com que estes o interpretem de modo diferente; iberismo instrumental para um, modelo de sociedade pré-capitalista para outro. Desse modo, as críticas de Silva (2002) e Piva (2000) parecem perder sentido, na medida em que mobilizam ideias, tais como democracia e autoritarismo, já em outro contexto, logo, com sentido diferente.

As análises de Santos, Lamounier, Carvalho e Werneck Vianna a respeito de Oliveira Vianna são, pois, datadas; dizem respeito ao momento em que tais autores vivem. Ainda que consolidem importantes e diferentes modos de se pensar a obra de Oliveira Vianna, não devem ser tomadas como algo fechado, fixo a ser simplesmente incorporado. Denotam, antes, as diversas interpretações de que é passível a obra de Oliveira Vianna, quer resultado das ambiguidades internas à própria obra, quer porque a formulação de ideias é um processo. Daí acharmos necessário um estudo multifacetado da obra do autor, pensando-o genética e cronologicamente.

III. Oliveira Vianna, de Populações a Instituições

De modo geral, podemos dizer que a obra de Oliveira Vianna gira em torno da seguinte ideia: o problema nacional, sobretudo o de âmbito político, é resultado do desconhecimento pelas elites dirigentes das nossas coisas, do nosso povo, da nossa história. Padecendo de uma mentalidade idealista, elas insistem em organizar o país com base em paradigmas estrangeiros, pouco adaptados ao nosso povo, cujo resultado último é reforçar nossas características negativas. Partindo da constatação de que “é impossível e contraproducente” reproduzir aqui as instituições estrangeiras, Oliveira Vianna advoga um estudo do Brasil capaz de deslindar nossas singularidades (BRANDÃO, 2002: 301).

Conforme o autor, no passado se encontram “os moldes ainda quentes onde se fundiram [as] idiossincrasias que nos extremam e nos singularizam” (PMB: 14). Compreendê-lo significa não só compreender as nossas características, capacidades e deficiências, mas criar condições à elaboração de uma política orgânica para o país. Somente o estudo do nosso povo em todos seus aspectos pode fornecer “os dados concretos de um programa nacional de reformas políticas e sociais” (EPB: 39). Pressupõe, assim, a história como “mãe e mestra da política” (EPB: 38).

Piva (2000) caracteriza a obra de Oliveira Vianna como composta de duas dimensões: 1) uma de diagnóstico da formação brasileira, presente em PMB; e 2) outra de apresentação da uma agenda modernizadora para os problemas brasileiros, tendo, porém,

sempre como referência o retrato anteriormente elaborado. Daí o diagnóstico da formação brasileira traçado em PMB permear toda sua obra.

Conquanto concordemos com Piva (2000), entendemos, diferentemente, que o diagnóstico não é apenas uma dimensão da obra de Oliveira Vianna, mas o cerne. Ainda que mais à frente apresente sugestões, elabore caminhos capazes de superar a crise nacional, revele aquilo que (nas palavras de Piva) tem de ladrilhador, ao que nos parece é o diagnóstico seu objetivo primeiro e principal. Mais ou menos perene, é referendado sempre, ainda que aprofundado ou até mesmo atualizado. Origem de seu método, temas, problemas e objetivos, acreditamos que é neste retorno contínuo à PMB que se fundamenta a “aparente” coerência e unidade deste pensamento elaborado ao longo de três décadas. Mudam apenas seu projeto e o foco de sua análise, por sua atenção que se volta a diferentes aspectos e em função do contexto histórico nacional e internacional, o que vai gerando soluções diferentes para aquele mesmo diagnóstico. Estudar Oliveira Vianna exige, portanto, que pensemos na “evolução” de uma mesma narrativa no tempo. Passemos a ela.

III.1. Influências teórico-metodológicas

Conforme Carvalho (2002) são várias as fontes de influência de Oliveira Vianna, muitas delas nacionais – tais como Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Alberto Torres – e outras tantas estrangeiras, sobretudo francesas - destaque aí para a sociologia da escola de Le Play, a psicologia social de Le Bon e antro-po-sociologia de Lapouge. Dos primeiros tirou “informações factuais e valores”, nos segundos “buscou chaves de interpretação” (CARVALHO, 2002: 900). Ainda que as tenha utilizado mais de forma retórica – “são abandonadas assim que contrariem valores maiores” – como uma forma de bacharelismo¹³, para Carvalho (2002: 97) é com base nessas ferramentas teóricas e metodológicas que Vianna “construiu uma análise sociológica do Brasil”. De fato, a primeira do país.

¹³ Vale destacar que em IPB ao comparar o sucesso obtido por Rui Barbosa e por Alberto Torres, Oliveira Vianna afirma que no Brasil para um autor obter reconhecimento fazia-se necessário que ele alicerçasse suas afirmações em uma sólida estrutura erudita. Logo, por citar autores estrangeiros Rui Barbosa se fez mais conhecido (IPB II: 33). Talvez seja esta a origem de seu uso retórico de alguns autores.

Já no prefácio de PMB Oliveira Vianna afirma ter como metodologia os métodos das ciências sociais, mais precisamente aquele “fundad[o] pelo gênio de Le Play e remodelad[o] por Henri de Tourville” (PMB: 14). Método que hoje chamaríamos de etnográfico, caracteriza-se pela “longa observação direta da vida [social] e descrição cuidadosa de seu cotidiano” (CARVALHO, 2011: 159). Conforme o autor, de modo a “estabelecer a caracterização social do nosso povo tão aproximada da realidade quanto possível”, não estuda as Constituições – verdadeiras fraudes posto que não representam a sociedade, – vai antes “diretamente às matrizes da nossa própria formação social e histórica”, elaborando um “estudo concreto e realístico” portador de um fiel retrato do Brasil real (PMB: 283). Propõe, pois, um estudo à maneira das “análises minuciosas da fisiologia e da estrutura das sociedades humanas” característica dessa escola francesa (PMB: 14). Merece aí destaque o amplo uso de Demolins – algo revelado recentemente.

Conforme Carvalho (2011: 160. Grifos no original), “não há como negar a influência de *Les français d’aujourd’hui* [de Demolins] sobre a construção de *Populações meridionais*”. Se faz sentir quer na semelhança de seus subtítulos – *Les types sociaux du Midi et du Centre* versus *Populações rurais do centro-sul*, – quer na afinidade de método – “construir tipos regionais com base nos fatos sociais” (CARVALHO, 2011: 160). Ao propor que estudemos o Brasil não como uma unidade, mas a partir dos diferentes grupos regionais que o formam, Oliveira Vianna parece reproduzir em território brasileiro o estudo realizado na França por Demolins.

Se a partir da “geografia, natureza do trabalho executado, (...) forma da propriedade e da família”, Demolins divide a sociedade francesa em dois tipos, o das regiões montanhosas e o provençal (CARVALHO, 2011: 160), com base em critérios semelhantes (meio, trabalho, fatores históricos e sociais) Oliveira Vianna, “distingue os três grandes tipos brasileiros” (BITTENCOURT, 2011: 55).

Temos pelo menos três histórias diferentes: a do norte, a do centro sul, a do extremo sul, que geram, por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas com seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho. É impossível confundir esses três tipos, como é impossível confundir essas três histórias, como é impossível confundir esses três habitats (PMB: 16).

Logo, como sugere Bittencourt (2011: 50), a incorporação de Demolins por Oliveira Vianna “parece ter sido crucial não apenas para a arquitetura e para o projeto de

Populações, mas, intrinsecamente associado a isso, para o entendimento do Brasil a partir de suas diferenças internas”. Ainda que Oliveira Vianna também lance mão da psicologia coletiva e “hierarquia psicológica das raças” cunhada por Gustave Le Bon – pressupõe que as raças diferenciam-se a partir de sua inteligência e caráter, – e “da ideia geral da influência de fatores étnicos e da categoria racial de ariano” da antropo-sociologia de Vacher de Lapouge (CARVALHO, 2011: 163), para Bittencourt (2011) elas só ganham importância a partir de seu segundo trabalho. Conforme o autor, a exemplo de Demolins, em PMB as “determinações biológicas são pouco ou nada relevantes na formulação das características dos tipos regionais (...). A força dos habitats e das condições históricas”, continua, “é tão importante na proposta de Oliveira Vianna que ela é superior aos próprios tipos regionais que dela derivam, sendo capaz de moldá-los” (BITTENCOURT, 2011: 56)¹⁴.

Todavia, tal “influência” parece terminar aí. Conforme Carvalho (2011: 170), quando da “mudança valorativa na avaliação (...) da nobreza rural e sua obra”¹⁵ Oliveira Vianna passa a contradizer a “posição política” não só de Demolins, como de todos seus referenciais franceses. Passa então a buscar apoio em autores brasileiros, principalmente em Alberto Torres.

Se a Sílvia Romero coube o papel de colocar o autor em contato com grande parte da bibliografia utilizada, incluindo “as novas ciências”¹⁶ e a Euclides da Cunha o de publicizar a percepção da “sociedade do interior do país (...) como uma espécie de fundo mítico da nacionalidade (ou originalidade) brasileira”¹⁷, foi Alberto Torres quem teve a

¹⁴ É interessante notar que mesmo em EPB, texto criticado por seu conteúdo racista, a preponderância do meio e da história à raça permanece. Conforme Oliveira Vianna, “de modo a estudar a origem e evolução do povo brasileiro” toma como ponto de partida “o quadro das realidades naturais e sociais que nos cerca”. Destaque aí para os fatores da terra, visto que “por mais que o homem faça por se libertar das influências do ambiente cósmico, delas nunca conseguirá se libertar completamente” (EPB: 31). Caracteriza seu trabalho como um estudo de antropogeografia econômica e política que se contrapõe à história factual em favor de uma história épica onde o povo e o meio aparecem.

¹⁵ Veremos isso detalhadamente mais adiante.

¹⁶ Segundo Bittencourt (2011: 54), Sílvia Romero não só parece ter sido “o primeiro autor brasileiro a lançar mão, em um recorte claramente inspirado na Escola de Le Play, do trabalho e do meio na tentativa de definir os tipos sociais do Brasil”, como tinha em mente um programa de estudos da sociedade brasileira semelhante ao de Demolins.

¹⁷ Conforme Bittencourt (2011: 75), embora seja “difícil sustentar que Euclides foi de fato o primeiro autor a lidar com o antagonismo litoral e sertão (...) foi principalmente o sucesso estrondoso de *Os sertões* que chamou centralmente a atenção da opinião pública para as diferenças entre esses dois pólos”. Daí que noções caras à Oliveira Vianna – tais como o rural como cerne da nacionalidade, a distinção entre um Brasil real e outro artificial-legal – “podem ser melhor compreendidas quando vistas a partir de um prisma euclidiano”.

maior incumbência (BITTENCOURT, 2011: 75). Conforme Carvalho (2011: 172), é ele quem “fornece a Oliveira Vianna a cabeça política brasileira que inocula na cabeça sociológica francesa os valores fundamentais de sua análise, de sua metateoria” (CARVALHO, 2011: 172).

Segundo Carvalho (2011: 171), diante da “massacrante condenação da mestiçagem, do predomínio do Estado e do comunitarismo em geral, que lhe ditava sua cabeça francesa” Oliveira Vianna separa tal sociologia, psicologia e antropologia de suas consequências políticas e busca em Alberto Torres - “velho republicano [que] se preocupava antes de tudo com a restauração do Estado central destruído pelo federalismo” - os alicerces necessários à “ênfase na ação política protagonizada pelo Estado”, engajando-se na crítica ao federalismo e à República. De modo semelhante, Brasil Júnior (2007: 114) entende que é a partir de seu contato com a obra de Alberto Torres que Oliveira Vianna passa a defender uma saída autoritária e nacionalista “para os dilemas da ação coletiva no Brasil”. Logo, é “a proposta centralizadora e autoritária de Torres [que se encontra] reatualizada anos mais tarde em *PMB-I*, mesmo que a partir de outros argumentos”¹⁸ (BRASIL JR., 2007: 117).

Embora algo contraditórias, são essas as principais referências do autor. Raça, meio e homem surgem como fundamentos explicativos da sociedade, política e economia, e assim permanecem até IPB. Somente aí, haja vista a ascensão das teorias culturalistas no mundo, o elemento cultura passa a integrar a tríade, ainda que não signifique uma mudança real em seus métodos. Conforme o autor:

(...) quando comecei o estudo das populações brasileiras, a palavra cultura não estava ainda na voga, que só agora possuí. [Embora] já conhecido do mundo latino, através da escola de sociologia francesa chefiada por Emilio Durkheim [era] indicado por outros nomes, rotulado com outras insígnias, conforme as escolas e os mestres seguidos: ora ‘meio social’; ora ‘antecedentes históricos’; ora ‘condições etnográficas’; ora ‘representações coletivas’ etc. Nunca empreguei essa expressão senão agora [porque já] incorporadas à ‘língua franca’ da ciência (IPB: 22).

¹⁸ Embora tal perspectiva seja bastante utilizada, análises recentes melhor ponderam tal relação de influência, como também apontam para a direção oposta. A partir da análise do conceito de Estado de Alberto Torres ao longo de suas obras, Fernandes (2010: 98) conclui que a aproximação de Oliveira Vianna “se dá muito mais em relação à chamada metodologia objetiva, ao realismo como forma de apreensão do mundo” do que por suas soluções. A seu ver, Torres “parece muito mais próximo das posturas dos liberais desencantados, do que de conservadores e autoritários à Oliveira Vianna”. Já Bittencourt (2011: 28), tendo como base as correspondências trocadas entre os dois autores, observa que “na relação entre os dois não há qualquer indício de apadrinhamento por parte de Torres, para além de talvez tê-lo inserido em algum círculo intelectual”. De fato é Torres quem parece “se aconselhar com Oliveira Vianna” quando da publicação de um artigo pouco favorável no jornal *A Tarde*.

Procurando analisar o direito público e constitucional como um fato do comportamento humano, o autor propõe elaborar um estudo da culturologia do Estado; ou melhor, do papel da cultura na formação da sociedade política e na evolução do funcionamento do Estado brasileiros¹⁹. Recusa aí a perspectiva pan-culturalista que pressupõe a cultura como entidade transcendental - existe fora do homem - reconhecendo-a antes como entidade imanente ao mesmo: atravessa-o influenciando-o poderosamente, porém sem aniquilar sua personalidade ou torná-lo “nulo como força da vida social e de progresso” (IPB: 38).

Para Oliveira Vianna, o conhecimento de uma sociedade exige o conhecimento de como e quais elementos da cultura são assimilados e executados pelo homem, não unicamente da cultura em si. Ademais, reconhece que a cultura não deve ser tomada como único guia explicativo ou como um sistema social que encontra uma explicação em si mesmo. Tal como a teoria racial e a do meio físico, ela depende de outros fatores e contém apenas uma parcela da verdade. Logo, “em vez de uma causa única – *meio* só, ou *raça* só, ou *cultura* só” – propõe, a exemplo do que viria ocorrendo na ciência moderna, uma “explicação múltipla, eclética, conciliadora: RAÇA + MEIO + CULTURA” (IPB: 58). Estuda a cultura não apenas em seu aspecto etnográfico, mas como um mecanismo que as sociedades humanas constroem sob o condicionamento do meio e da história.

É, porém, no segundo volume de IPB que fica patente que, apesar da atualização do seu discurso e retórica, expresso nesse mergulho no culturalismo, Oliveira Vianna “permanece absolutamente fiel às suas convicções teórico-metodológica iniciais” (FARIA, 2002: 86). Ao analisar o que considera a terceira perspectiva de investigação do direito público positivo, – a sociológica – e não por coincidência expressa em sua obra, tributa-a ao uso da metodologia antropogeográfica da escola de Le Play. Conforme o autor, por não focar as semelhanças entre as culturas, antes seus traços de dessemelhanças, esta escola permite-nos ver como a ação do meio regional, do habitat geoeconômico e climatobotânico nos fazem diferentes “não só quanto à sua estrutura morfológica, como na sua estrutura cultural, ou tecnológica, ou moral ou intelectual” (IPB II: 78). Retoma, pois, o que Faria (2002: 89) chama de “padrão naturalista”.

¹⁹ Conforme o autor, em PMB seu objetivo foi descrever para o Brasil a cultura “nos seus aspectos jurídicos políticos” (IPB: 22).

III.II. Diagnóstico

Como já dissemos, PMB não só é a primeira, mas a grande obra de Oliveira Vianna. Eixo em torno da qual giram todas as demais, é o primeiro trabalho a fazer uma análise fina da sociedade brasileira e não de suas instituições. Projeto ousado que propunha deslindar os três tipos sociais nacionais tocando no problema da relação entre regiões e Nação, nunca chegou a ser inteiramente concluído²⁰. Talvez pelo pouco conhecimento que o autor tinha da região norte, somada à própria dificuldade de pesquisa, ou porque se dedicou a outros projetos de intervenção, ou mesmo dada a publicação de *Os Sertões* por Euclides da Cunha, seu estudo a respeito dos sertões nunca foi escrito²¹, e mesmo o volume dedicado aos gaúchos, postumamente publicado, é consideravelmente inferior ao dedicado aos matutos.

De fato, é no primeiro volume que se encontram as ideias centrais que perpassam toda sua obra. Grande épica, narra (detalhadamente por sinal) a evolução da população do centro sul, sobretudo dos paulistas, ao longo dos quatro séculos da história nacional. Enfocando-o a partir de suas populações rurais – matrizes da nacionalidade, fonte de explicação de “muitas singularidades e deficiências de nossa evolução social e psicologia coletiva,” – enumera suas principais características que, por sua vez (haja vista “o papel histórico desse grupo”), acabam sendo por extensão características “do povo brasileiro em geral” (PMB: 283). Destaque aí para a temática da ruralização e, a ela correspondente, a dos clãs.

Ruralização

“Desde os primeiros dias da nossa história, temos sido um povo de agricultura e pastores (...). O tipo ‘natural da terra’ cedo contrasta com o ádvena pela sua feitura essencialmente rural, pelo seu temperamento fundamental de homem do campo (...) Toda a nossa história

²⁰ Esta é mais uma semelhança que Oliveira Vianna guarda em relação à Demolins. Tal autor também não chegou a escrever o segundo livro prometido a respeito dos tipos sociais do norte (CARVALHO, 2011).

²¹ Ironicamente, artigos publicados pelo autor nos idos de 1910 revelam que Oliveira Vianna pretendia iniciar sua série de estudos sobre o Brasil pelo norte. Haja vista que era a oposição litoral x sertão que então orientava seu pensamento, encontrava “nos seus sertões do norte e em seu maior isolamento a região que ainda conservava de modo mais intacto as principais tradições brasileiras” (BITTENCOURT, 2011: 102). Conforme Bittencourt, a mudança em favor do centro-sul dá-se na década seguinte, quando as insurgências no sertão levam-no a abandonar o antigo retrato de calmaria, por o de um sertão mais agitado e violento. Ao mesmo tempo, a alteração da base econômica do centro-sul em favor do regime agrícola acaba por abrandar, amedrontar, sensibilizar e domesticar o matuto, tornando-o expressão da legalidade.

é a história de um povo agrícola é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade” (EPB: 55).

Presente em toda sua obra, a ênfase na base rural é trabalhada longamente em PMB. Conforme Oliveira Vianna, os primeiros séculos coloniais²² são marcados pelo embate entre uma fidalguia urbana (característica do espírito peninsular) versus a tendência americana essencialmente rural. Os primeiros portugueses que aqui aportaram – ora caracterizados como membros de uma aristocracia rural marcada por grande luxo e requintes de bom-tom, ora com preocupações puramente mercantis (EPB) – cedo se defrontam com a característica puramente rural de nosso meio. Aos poucos, dada a dificuldade e os altos cultos que envolvem a manutenção de dois domicílios, somados à caça aos índios, à expansão pastoril e à mineração, assiste-se a retirada da nobreza territorial para o mundo rural e, em consequência, a decadência dos centros urbanos.

Conforme o autor, durante todo o século III (1700) esta “obra de ruralização da população colonial (...) é rápida, vasta, profunda” (PMB: 31). Aos poucos vai se modelando nosso tipo do homem rural, de modo que pouco mais tarde, no século IV, “a população brasileira está completamente ruralizada (...) pelos seus hábitos, pelos costumes e, principalmente, pelo espírito e caráter” (PMB: 33). O viver rural antes pensado como uma sorte de provação, exílio, passa então não só a ser cultuado, como chega a ser “sinal mesmo de existência nobre, uma prova até de distinção e importância” (PMB: 34).

(...) ao alvorecer do IV século, o sentimento da vida rural está perfeitamente fixado na psicologia da sociedade brasileira: a vida dos campos, a residência nas fazendas, a fruição do seu bucolismo e da sua tranquilidade se torna uma predileção dominante da coletividade. (...) a ambição preponderante não é mais, então o gozo dos encantos urbanos, a vida folgada e divertida das cidades como nos dois primeiros séculos, [mas] a posse de um fundo agrícola, o senhorio de um grande domínio rural. Tornar-se senhor de fazenda, proprietário territorial, grande feudatário açucareiro é o desejo geral (...) a ambição de todos. (...) *pelos costumes, pelas maneiras, pela feição mais íntima do seu caráter, o brasileiro (...) se revela, se afirma um homem do campo, à maneira antiga.* O instinto urbano não está em sua índole; nem as maneiras e os hábitos urbanos (PMB: 35. Grifos no original).

²² Vale pontuar que o autor utiliza uma datação própria que vai do século I, quando da descoberta do Brasil (1500) ao século V, período em que escreve (1900).

Formação puramente americana resultado “da ação combinada de várias particularidades nossas, de nosso meio e de nossa história”, explica a pouca importância demográfica e comercial dos centros urbanos (PMB: 36). Somando a isso o fato de que, diferentemente da experiência europeia, nosso ruralismo é um ruralismo de grande propriedade (expresso nos latifúndios agrícolas e pastoris), eis que o “domínio rural [é] o centro de gravitação do mundo colonial” (PMB: 58). É ele quem determina os valores sociais, traça esferas de influência e a própria dinâmica das forças sociais. De uma complexidade extrema²³, “resume e absorve em si toda a vida em derredor; não deixa espaço para o pequeno e o médio proprietário rurais (...) contribui[ndo assim] à rarefação da população livre²⁴” (PMB: 62). “Criação essencialmente brasileira”, se propaga por todo o sul e planalto central quando das bandeiras (PMB: 73).

Conforme Oliveira Vianna, as bandeiras são resultado da própria organização social vicentista; “o meio físico, o meio econômico, o meio social e meio histórico (...) as favorece e suscita” (PMB: 75). Buscam tanto explorar o território em busca de índios ou ouro, como povoá-lo, sobretudo, para escoar o “sobre-excesso de agregados” (PMB: 80). Uma vez que ser senhor de terras “é o único vieiro da fortuna, condição principal da autoridade e do mando”, quem não a possui fica à margem da sociedade (PMB: 60). Logo, essa “situação de miséria forçada para os que não têm terras nem escravos, essa precariedade de vida para aqueles que não pertencem à grande aristocracia territorial”, somadas à infixidez histórica da sociedade vicentista ao domínio rural e ao meio físico de

²³ Compõe-se de três classes perfeitamente distintas: família senhorial, escravos e agregados. É, em geral, oniprodutivo: “tem gado; tem agricultura; tem árvores frutícolas; tem artesanato e [até mesmo,] fabricação” de tecidos e de equipamentos. Trata-se, pois, de um verdadeiro *oikos* “organizado sob a preocupação dominante de *autossustentação* e de *autoconsumo* (...) do clã senhorial e operário” (HSEC: 143).

²⁴ Conforme o autor, é essa carência “de um núcleo de trabalhadores livres e saláriáveis [somada a] correntes migratórias fracas e morosas” que nos impele à escravidão (PMB: 63). Já em HSEC Oliveira Vianna passa a associar a escravidão à mentalidade pré-capitalista de nossa elite: a riqueza tem aí finalidade meramente consultiva de manutenção de status; a prática de qualquer trabalho produtivo, ou que traga lucro, é, pois, condição à desnobilitação (IHSEC).

ampla oferta de campinas, são as “causas mais enérgicas da admirável expansão colonizadora operada pelos paulistas no II e III séculos”²⁵(PMB: 80).

Ainda que se trate de uma empresa guerreira feita “com espada na mão”, tendo ritmos diferentes se na faixa da floresta ou planície, se de irradiação da agricultura ou do pastoreio (forma mais generalizada de exploração da terra no período colonial dado os altos custos que envolvem a criação de um engenho de cana-de-açúcar), tal movimento é responsável por um “abalo formidável da massa colonial [que] a derrama pelos recessos dos altos sertões fracionada em bandos inumeráveis, dotados de maravilhosa mobilidade” (EPB: 102).

A partir daí observa-se uma guinada (a que nos referimos anteriormente) em sua narrativa: o viver rural e a expansão territorial até então analisados em seus aspectos positivos, em seu conteúdo heroico e épico, adquirem uma dimensão crítica – aprofundam a independência e isolamento da população. O latifúndio inicialmente tido como a base de nossa organização social e política, elemento que impede a degradação moral da sociedade e que a impele à expansão, torna-se agora o fundamento de nossa principal deficiência: o insolidarismo²⁶. Conforme o autor:

De um modo geral, contemplando em conjunto a nossa vasta sociedade rural, o traço mais impressionante a fixar (...) é a desmedida amplitude territorial dos domínios agrícolas e pastoris. (...) Em parte imposta pela natureza das culturas [posto que] o pastoreio, a lavoura de cana e a lavoura de café exigem, para serem eficientes, grandes extensões de terreno, [tal dispersão e isolamento fazem d]o grande domínio (...) um organismo completo, perfeitamente aparelhado pra uma vida autônoma e própria (...)

²⁵ O bandeirantismo parece aí despontar como núcleo da formação do Brasil, a ponto mesmo do autor dizer que a vinda de Martin Afonso e de alguns donatários marcam o início da colonização portuguesa (EPB). Merece destaque aí os inúmeros elogios que tece à figura do bandeirante: “Pequena nação de nômades, organizada solidamente sobre uma base autocrática e guerreira” tem no bandeirante paulista - “cabo de tropa (...) estupendo dominador de homens” - o patriarca, o legislador, o juiz e o chefe militar (PMB: 81). Trazendo nas veias “uma forte herança de bravura, de intrepidez, de audácia”, são eles os descendentes da “porção mais eugênica da massa peninsular; (...) enfeixam as melhores qualidades de caráter” a exemplo do tipo medieval do cavaleiro (PMB: 76). Em dois séculos, tais “paulistas dispersam-se por quase todo o Brasil” (PMB: 89). São eles os principais responsáveis pelo atual contorno do país (PMB: 89).

²⁶ Vale notar que esta ambiguidade se faz menor nos seus livros subsequentes à medida que o latifúndio e o bandeirantismo passam a ser analisados mais em seus conteúdos negativos que positivos. Ao final (em IPB, 1949) Oliveira Vianna chega mesmo a afirmar que: apesar de sua feição heroica a expansão conquistadora também foi marcada pela “anarquia branca dos latifúndios, (...) lutas de feudo com feudo, de senhor contra senhor, por motivo de terras e limites de sesmarias, de roubo de gados, de açoitamentos de negros fugidos” aspectos esses que “mui raramente” deixam traço na história (IPB: 172).

exerce[ndo, por sua vez,] uma ação poderosamente simplificadora sobre toda a estrutura de nossas populações rurais”²⁷ (PMB: 111, 116 e 117).

Conforme Oliveira Vianna, ao produzirem quase tudo para o seu sustento, o grande domínio impede tanto “a emersão, nos campos de uma poderosa burguesia comercial” - comércio limita-se à mera mascateação - como “torna naturalmente inviav[el]” a formação de uma classe industrial de fabricantes e artesãos – são, em geral, absorvidos pelo grande domínio. Consequentemente, numa região em que “o comércio é vegetante e a indústria rudimentar” os núcleos urbanos “ou não se formam ou atrofiam-se”. Relações de interdependência e laços de solidariedade fora dos “focos solares” que são os grandes domínios simplesmente inexistem (PMB: 118). E mesmo junto às classes que “dele mais ou menos dependem” – operários agrícolas, foreiros e sitiantes, – o meio físico de ampla oferta de campinas, somado à generosidade do clima e das terras brasileiras asseguram-lhes uma relativa independência frente ao domínio fazendeiro; tão logo a pressão ou cobrança aumente eles emigram (PMB: 119). Logo, “nem nos grandes domínios açucareiros, nem nos grandes domínios cerealíferos, nem nos grandes domínios cafeeiros, nem nos grandes domínios pastoris os interesses econômicos [essas duas classes] se aliam de um modo constante e durável. Interferem-se apenas” (PMB: 125).

Disso resulta “uma das falhas mais graves de nossa organização coletiva: a inexistência de uma classe média” (PMB: 125). A natureza das culturas, a inexistência de um mercado consumidor nos centros urbanos do interior, o rápido esgotamento do solo e até mesmo o sistema de partilhas “trama[m] e conjura[m] contra a pequena propriedade, o seu desenvolvimento, a sua prosperidade, a sua preponderância” (PMB: 128). Uma vez que “só a vitalidade dos pequenos domínios, da multiplicidade deles, da solidariedade deles” permitiria erigir entre nós uma classe média forte e independente, capaz de contrapor-se ao domínio rural; “num ambiente desfavorabilíssimo à sua vitalidade e expansão” resulta a inexistência de povo no Brasil (PMB: 129). Em resumo:

²⁷ Aqui também se faz sentir a mudança de sua narrativa. Se inicialmente Oliveira Vianna via essa capacidade de autossustentência das fazendas como positiva – ao isolar o homem em seu domínio permitia o conformismo moral, a preponderância da vida familiar à urbana – é tida agora como negativa na medida em que impede o convívio com os próprios vizinhos (PMB).

Entre nós (...) a terra vasta e a terra exuberante – o deserto e o trópico – não tornam necessária a aproximação das classes dentro do ecúmeno rural; não as constroem dentro de uma conexão forçada e permanente; fazem os laços, que as prendem, facilmente solúveis; e lhes dão, no tocante à sua estrutura, à coesão dos seus elementos componentes, uma incoerência, uma desintegração, uma fluidez, uma instabilidade, que as tornam, realmente, inorgânicas e informes (...) Sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada (...) sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício em arcabouço, incompleto, insólido, com travejamentos mal ajustado e ainda sem pontos firmes de apoio (PMB: 129 e 130).

É importante destacar que essa mudança no diagnóstico do autor também está associada à sua visão sobre a independência do país. Conforme Oliveira Vianna, até o século IV a aristocracia rural brasileira encontra-se circunscrita às fazendas, completamente afastada do governo colonial. Apenas quando da vinda da família real para o Brasil, é que esta passa a migrar para o Rio de Janeiro com o propósito de aproximar-se da Corte. Embora entenda que somente após disputa com mercadores e lusos transmigrados, dá-se seu triunfo lógico até porque representa a “única classe realmente superior do país, aquela em que se concentra a maior soma de autoridade social”, ao ter de governar o país, o autor parece desconfiar de sua capacidade. Segundo Ricupero (2011: 82), “abandonada a si própria, a aristocracia da terra seria incapaz de dar início à obra de unificação nacional. Dela não poderia provir solidariedade social, os caudilhos”. A formação de uma classe média faz-se então ainda mais importante, na medida em que somente ela seria capaz de gerir as instituições e negócios públicos. Daí a mudança em sua avaliação do latifúndio: de “principal instrumento para a adaptação do colono português ao ambiente americano [torna-se] impedimento mais sério para a tarefa de unificação nacional” (RICUPERO, 2011: 83).

Esse mesmo diagnóstico é referendado anos mais tarde em IPB, embora com outro enfoque: uma vez que “nossa formação social, obra do desbravamento e aproveitamento da terra, da conquista e povoamento repelia a vivência em comunidade”, forma-se aí um traço cultural próprio, “caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência do espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletivo e pela carência de instituições corporativas em prol da vila, da cidade” (IPB: 106 e 110). Tudo isso concorre para que o clã seja a única forma de solidariedade social do nosso povo.

O clã como complexo cultural

“Este clã fazendeiro é uma associação característica do nosso mundo rural (...) tem, no período colonial, uma influência dominante. É ele, sob a direção do grande senhor rural, que se constitui no centro dinâmico de toda a nossa força histórica e nos dá a chave principal de sua interpretação” (EPB: 78).

Segundo Oliveira Vianna, ao longo de toda a nossa história os grandes criadores, os senhores de engenho “aparecem sempre, como chefes de clã”. Mostram-se à vida pública “sempre acaudilhando um bando de sócios, de amigos, de camaradas, de capangas”. É assim “rodeados de uma comparsaria numerosa que fazem sentir a sua influência, seu poder ou o seu arbítrio”. Embora tais clãs rurais não possuam uma forte organização – têm antes um caráter mais patriarcal, defensivo e uma estrutura fluída, – “toda a nossa história política tem nele sua força motriz, a causa primeira de sua dinâmica e evolução” (PMB: 132). Em texto de 1924, o autor consagra definitivamente esta ideia: o clã territorial é o próprio fundamento de nossa organização como povo; é a “base de toda nossa estrutura social e, portanto, política” (IC: 65²⁸). Penetra na alma da sociedade, tem manifestações várias, chegando mesmo a gerar instituições características. Logo, um sistema que se recuse a levar em conta tal fenômeno “como fator de perturbação no funcionamento de qualquer mecanismo político” tende a fracassar (IC: 69). Composto por duas porções: uma militante, “porção visível de uma associação maior”, e uma pacífica, “de aspecto pacífico, laborioso, sedentário”, denunciam uma “situação mais complexa e vasta. Isto é, *que toda a população rural, de alto a baixo (...) está agrupada em torno dos chefes territoriais*” (PMB: 132. Grifos no original).

Conforme o autor, este fato não tem natureza patronal, religiosa, militar ou econômica. Nasce, antes, da “necessidade de defesa [da população] contra a anarquia branca”, presente na parcialidade e corrupção das instituições coloniais – “não ampara nunca os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, os camaradas proletários contra o arbítrio e a ilegalidade” – e na inexistência de “quaisquer outras instituições de ordem privada e social” que a ampare (PMB: 134 e 142). Somando a isso a condição de

²⁸ Quando não especificado, as citações deste livro têm como referência a edição de 1939, de mais fácil acesso.

miserabilidade do povo – é um “desiludido histórico, um descrente secular na sua capacidade pessoal de se afirmar por si mesmo”, – a obediência a um chefe emerge como condição única à sua tranquilidade moral (PMB: 146). Logo, “pela sua riqueza, pelo seu poder, pelo seu prestígio” o fazendeiro local desponta, no período colonial, como “centro histórico de gravitação do povo rural (...) *única forma militante da solidariedade em nosso povo*” (PMB: 144 e 146. Grifos no original).

Não bastando, uma vez que nenhum dos múltiplos agentes de síntese social (inimigo externo, luta de classes, tirania do poder) aqui “atua sobre os clãs rurais de forma a obrigá-los a um movimento geral de desconcentração e solidariedade”, outra forma de vínculo, tal qual “a solidariedade dos moradores, a solidariedade dos grandes chefes do mundo rural, jamais se faz necessária” (PMB: 52). Daí que:

(...) tomando como base da nossa nacionalidade a sociedade rural são essas as leis da sua formação e organização:

I – Pela ação simplificadora dos grandes domínios, as classes rurais se desarticulam e dissolvem, e os seus elementos vão agregar-se à classe fazendeira.

II – Essa agregação se faz sob a forma de ‘clãs patriarcais’. Esses clãs revelam um sensível ‘espírito de corpo’.

III – Tendo embora conseguido com esse ‘espírito de corpo’ realizar uma poderosa solidariedade *interna* e uma consciência social correspondente, esses clãs não chegam, entretanto a realizar uma igual solidariedade *externa*. Isto é, não conseguem formar e fixar a consciência de uma solidariedade mais vasta.

IV – No ponto de vista da sua psicologia social ficam, por isso, em plena fase patriarcal – a fase da solidariedade parental e gentílica. Toda a sua atuação em nossa história social e política se faz tendo por base essa mentalidade elementar.

(PMB: 157. Grifos no original).

É, porém, em um dos seus últimos trabalhos, IPB, que Oliveira Vianna melhor qualifica os clãs. Utilizando o conceito de complexo cultural²⁹ analisa o clã enquanto o complexo cultural característico de nosso direito público, com seus tipos sociais (o oligarca), instituições (partido do coronel), usos e costumes (tumultos eleitorais) próprios³⁰ (IPB: 63). Dividindo-o em dois tipos, o clã feudal e o clã parental, analisa o primeiro apenas no que “concerne às relações de sua população com o senhor ou proprietário para os

²⁹ “Conjunto objetivo de *fatossignos* ou *objetos*, que, encadeados num sistema, se correlacionam a *ideias, sentimentos, crenças e atos* correspondentes”, penetra no homem fazendo com que este pense, sinta e aja “de acordo com esses complexos e na forma deles” ao passo que torna a mudança de comportamento social um problema de mudança de hábitos (IPB: 62. Grifos no original).

³⁰ Vale notar que para o autor este complexo de clã é comum à maioria dos países americanos, com a diferença que aqui nossa formação social agravou este traço (IPB II).

fins de defesa dos domínios ou prestígio do proprietário”, e o segundo em “sua projeção na esfera das instituições políticas e condição de um dos mais ativos agentes da constituição do nosso direito público costumeiro” (IPB: 162 e 184). Foca, pois, apenas sua porção militante, daí algumas mudanças em relação ao anteriormente apresentado.

Conforme o autor, os clãs consistem em estruturas defensivas com vistas a assegurar a sobrevivência de uma família ou latifúndio face às ameaças que os cercam (as do meio, as que envolvem as instituições desbravadoras e colonizadoras, tais como os ataques de índios, e as encontradas em seus próprios vizinhos presentes nas lutas de clãs e guerras de domínios), haja vista a heterocronia entre a marcha da sociedade e a marcha territorial do poder - enquanto a sociedade se alastra para o interior do país, o governo continua restrito aos litorais e cidades mais importantes.

Os primeiros, os clãs feudais, são compostos pelo senhor feudal, administradores da fazenda e por toda a população a ele subordinada, que vai de pequenos proprietários a sitiantes e escravos. Possuem uma ampla estrutura defensiva que dá aos grandes proprietários um prestígio enorme, fazendo “recuar até as próprias autoridades da Coroa”; gozam mesmo de certa imunidade, expansíveis a todos seus habitantes (IPB: 175). O “*clã do feudo* com seus elementos combativos e o seu grupo de fiéis” desponta, pois, como a “única forma de solidariedade do povo-massa dos campos” (IPB: 178 e 181. Grifos no original).

Já a elite conta com outro tipo de solidariedade, o clã parental. Tendo como base não apenas a família patriarcal – grupo que vive na fazenda do patriarca ou nas suas dependências preso ao mesmo, tais como parentes por afinidades, criados protegidos etc., – mas também as relações de compadrio – fonte principal à inserção de novos elementos ao clã parental, espécie de parentesco ideológico e espiritual que permite à família senhorial dilatar-se para além dos limites do próprio feudo, – os clãs parentais surgem do próprio processo de expansão aqui registrado: a emigração em clã e a fixação por contiguidade. Conforme o autor, “da contiguidade das instalações resultou logicamente a sua solidariedade, [e dela] a tradição da unidade da família e o complexo da família senhorial, com todos os seus deveres de assistência”. Como o povo-massa já estava organizado em clãs feudais, “*esta solidariedade interfamiliar e clânica é, assim, peculiar e exclusiva à classe senhorial*” (IPB: 199. Grifos no original).

Para o autor, ainda que a organização desses clãs seja imprecisa e flutuante, dado seu poderio militar e crescente número de aderentes, eles passam a interferir frequentemente no direito público e na nossa história política – “influem perturbadoramente na administração pública, na atividade dos partidos, no êxito das leis, mesmo nas revoluções” (IPB: 211). Tornam-se aí um problema efetivo, a exemplo do que ocorreu no Primeiro Império³¹ – quando da Independência e posterior instituição do Código do Processo em 1832³², os clãs rurais, feudais e parentais foram forçados a promover entendimentos e combinações entre si, de modo não apenas a assegurar cargos significativos, mas impedir sua posse por seus inimigos. Surgem então os clãs eleitorais, fenômeno de ordem política com fins puramente eleitorais. Partem inicialmente do município, chegam às províncias até formarem, por fim, partidos de base nacional.

Entidades de direito público e de ação eleitoral, segundo o autor, os clãs eleitorais não passam de “conjunto unido de clãs feudais e parentais associados para explorarem em seu favor os cargos públicos” (IPB: 227). Uma vez que nascem não de um movimento endógeno da sociedade, mas da simples instituição do regime democrático, expressam a fusão do velho elemento aristocrático com o novo elemento democrático quando a propriedade da terra permanece como força de agregação. Atirados à vida pública, levam para ela todas as peculiaridades de sua composição social, daí os tumultos eleitorais – eleições tornam-se novo pretexto para embate com outro clã, – o surgimento do eleitor de cabresto – o mesmo componente do clã feudal serve-o agora na função de eleitor, – e o privativismo e personalismo característicos de nossos partidos.

Conforme Oliveira Vianna, os clãs eleitorais diferem dos clãs feudal e parental em um “traço único: [são] organizações exclusivamente formadas para a vida pública, ao passo que os clãs feudais [são] organizações puramente privadas (de direito civil). No mais em

³¹ Chama atenção aí sua recusa em estudar o período republicano. Conforme Brandão (2002), uma vez que para Oliveira Vianna a República (em conjunto com a abolição) abala as fundações sobre as quais a sociedade se firmou, acabando com o que há de melhor na experiência dos últimos quatro séculos, pouco ou nada interessaria ao autor. Diferentemente, Brasil Jr. e Botelho (2010: 251) entendem que essa “operação não é apenas cognitiva”, mas normativa: “ao reafirmar o poder plasmador do mundo rural na dinâmica da vida coletiva” o autor não apenas ignora a possibilidade de a sociedade, por si só, “desestabilizar a permanência do espírito de clã”, faz antes “do Estado a única potência capaz de solidarizar, ordenar e racionalizar a sociedade brasileira”.

³² Emenda constitucional que institui uma democracia municipalista. Autoridades locais como juízes de paz, juízes municipais, força policial local e milícia civil passam a ser eleitos diretamente pelo povo, ou pela Câmara Municipal (PMB: 188).

nada diferem, pois [têm] os mesmos princípios formadores, o mesmo espírito e o mesmo personalismo”; são exclusivamente os interesses individuais que os formam e em nome deles agem (IPB: 248. Grifos no original). Mais à frente continua: não fosse a instituição do critério majoritário para a formação do governo, o clã eleitoral continuaria a se confundir com o clã parental; manteríamos aí o sufrágio aristocrático.

O autor parece entender que, a despeito das mudanças legais processadas ao longo de quatro séculos de história, são ainda o clã feudal e parental que dão à nossa vida pública seu significado essencial. Uma vez que estes dois complexos culturais formam os elementos principais de nosso direito público costumeiro, segundo o autor, não teríamos uma cultura política própria ao florescimento de uma organização democrática – não se encontra “nos costumes, usos e tradições, do nosso povo-massa, nenhuma organização de interesse coletivo, sequer local, para formar os organismos de direito público” necessários ao regime democrático (IPB: 266).

É nesse sentido que, retomando PMB, Oliveira Vianna explica a hostilidade de nosso povo à solidariedade política, sobretudo à local. “Aparelhagem dativa, vinda de fora e do alto”, sua estrutura e sua organização não passam de “criações artificiais, postíças, justapostas”; não refletem de modo algum a sociedade centro-meridional na sua estrutura interior específica - qual seja: “nossas células da vida pública (...) nós aqui encontramos nos clãs rurais”; é deles “que depende todo o [seu] maquinismo e da nossa democracia”, o senhor de latifúndios e engenhos é “a única autoridade que todos aceitam” (PMB: 241, 232 e 246). Na medida em que inexistem interesses comuns locais e/ou nacionais, continua, o Estado, o poder político não tem função própria, é tido na verdade como um “intrusão poderoso e incômodo, cuja presença é quase sempre intolerável e irritante” (PMB: 242). Disso resultam dois comportamentos específicos: de um lado “respeito, temor e reverência para com o poder central e suas autoridades”, de outro “uma indissimulável repugnância em obedecer ao poder local e aos seus funcionários”, posto que não diferenciamos o poder político dos indivíduos que os exercem (PMB: 246). Se somarmos a isso o fato de que durante todo o período colonial os poderes administrativos e políticos foram exercidos por funcionários vindos da Península ou por membros da elite nacional e que o povo-massa nunca teve participação direta ou de direito, estava excluído da condição quer de eleitores, quer de representantes, para Oliveira Vianna compreender-se-á a psicologia “do

indiferentismo pela organização dos poderes públicos” presente junto à massa social (PEPS: 100³³).

Em face de tudo isso, combinada à sua análise crítica da experiência republicana, conclui que o problema principal da nossa organização é “de um lado um problema de autoridade e disciplina e de outro um problema de concentração e unidade”, jamais um problema de liberdade (PMB: 275). Faz-se, pois, necessário instituímos “um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso (...) provido de capacidade bastantes para realizar os dois grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização da ordem legal”, a exemplo da experiência do período imperial, sobretudo, do Segundo Reinado (PMB: 276).

III.III. Prognóstico

Tendo como base este quadro - povo em fase elementar de integração social com baixo grau de organização política e afeito à política de clãs - Oliveira Vianna procura elaborar caminhos capazes de superar a crise que o país atravessa³⁴. Como já dissemos, diferentemente do diagnóstico, sua receita não permanece a mesma ao longo de sua obra. Muda de acordo com seu foco que se volta a diferentes aspectos, decorrência dos diferentes contextos em que escreve. O fato é que a partir da percepção do significado que têm a chegada do elemento real no Brasil e a política de centralização desenvolvida no Segundo Reinado, Oliveira Vianna elabora um projeto para o Brasil que vai sendo atualizado à medida que o tempo passa. Vejamos.

³³ Quando não especificado, as citações deste livro têm como referência a edição de 1942, de mais fácil acesso.

³⁴ A saber: questiona-se, aí, a orientação agrário-exportadora de nossa economia, entendida como responsável pela manutenção da dependência externa e vulnerabilidade econômica do país; critica-se o excesso de federalismo da Constituição de 1891, por permitir a prática de políticas particularistas que criam e reproduzem um sistema social desigual; e por último assiste-se à formação de movimentos oposicionistas propondo a quebra do monopólio político das oligarquias e a incorporação das classes emergentes, uma vez que o crescimento das cidades e a diversificação da economia (sobretudo ante a crise de 1929) geram novas forças sociais incompatíveis com a política vigente (FAUSTO, 2002).

O poder real

“O rei é, pois, a peça mestra de todo o mecanismo do governo nacional construído pelos estadistas imperiais (...). Com ela jogando-a com habilidade, eles realizam as duas grandes missões do poder central do país: a unificação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal. Sem ela, não teriam realizado a primeira e, portanto, não teriam realizado a segunda: - e seríamos hoje talvez um amontoado de pequenas repúblicas desorganizadas” (EPB: 257).

Matéria presente em toda sua obra é, porém em PMB, EPB e OI que o autor melhor analisa seu significado. Conforme Oliveira Vianna, ainda que “o triunfo do poder central” observado no IV século tenha sido “relativamente fácil”, ele se explica muito em função da figura do rei – “agente mais prestigioso, mais enérgico, mais eficaz do sincretismo nacional” (PMB: 206). É a fidelidade ao monarca, “nesse conflito secular entre caudilho e a Nação, entre a localidade e o centro” que vivenciamos, que impede o desmembramento do país e assegura “o êxito pacífico e seguro da consolidação do poder nacional no IV século” (PMB: 206 e 210).

Primeiramente o recurso à figura do monarca consegue “neutralizar a ação dispersiva dos fatores geográficos, mantendo unida a nação”; é ela que “acorda nos descendentes dos colonos lusos as antigas virtudes do lealismo português” (PMB: 209). Isto feito, permite-se a organização legal do país expressa na formação de um amplo mecanismo centralizador que “põe nas mãos do poder imperial, a chave de toda a vida política e partidária do país” (PMB: 211). Marcado pela subordinação dos centros provinciais, da polícia e justiça locais ao poder nacional, seu funcionamento é tranquilo graças à instituição do Poder Moderador - intervém nos jogos dos partidos fazendo com que “todas as forças temíveis do localismo e do provincialismo, aceitem, quase sem nenhuma reação, o sistema centralizador e unitário forjado pelos estadistas imperiais” (EPB: 263). Acompanhado do Senado (órgão composto por membros escolhidos pelo Imperador dentro de uma lista tríplice) e do Conselho de Estado (supremo intérprete da Constituição), forma um amplo arranjo em que o soberano “regula sem contraste a vida política, administrativa e partidária da nação, desde os centros às províncias, desde as províncias, às localidades mais remotas” (EPB: 266).

Para Oliveira Vianna, tal sistema visa responder às peculiaridades nacionais. Haja vista a desorganização que os novos sistemas (leia de sufrágio amplo e federalizado) trazem à vida administrativa e política do país, este regime de centralização, acompanhado dessas

duas instituições, impossibilitam quase que totalmente a “emersão de chefes de clãs” nacional ou provincial ao passo que reprimem a caudilhagem (PMB: 212). Mesmo significando uma deturpação do sistema parlamentar – “as quedas de gabinetes e a ascensão dos partidos (...) não são reflexo da opinião parlamentar, mas apenas manobras da vontade imperial” (PMB: 214) – segundo o autor, não fosse esse poder somado à atitude “paternal e [a] displicente imparcialidade” com que D. Pedro II lidava com os partidos fixar-se-ia “no poder *ad eternitatem* o partido do Gabinete”; ou seja, determinado clã eleitoral. (OI: 42). Logo, ao alternar no poder liberais e conservadores, a Coroa tanto “dá ao regime absolutista aparências parlamentares” de modo a contentar a opinião, como impede a montagem de “máquinas partidárias” em favor de uma “ditadura da moralidade” (PMB: 217). Trata-se, pois, do aparelho mais adequado para consolidar a unidade nacional, organizar a vida legal e garantir os direitos individuais e públicos em nosso país.

Vale porém destacar que, para Oliveira Vianna, o que garante a estabilidade do Império não é a monarquia em si, mas o monarca, já que o povo é indiferente às formas de governo. Consequentemente, quando de seu abalo, todo sistema rui em conjunto; justamente o que aconteceu quando da Proclamação da República: “a *desilusão com o monarca* acabou transferindo-se para o sistema político, tornando-se *desilusão da monarquia*” (OI: 58. Grifos no original). Diante disso e do que quatro séculos de experiência política teriam nos mostrado, o autor pressupõe como saída política ao Brasil a centralização.

Centralização

“Pela ausência histórica da nossa formação nacional, de agentes eficazes de integração social e integração política, o problema principal da nossa organização, no momento da Independência, é (...) de um lado, um problema de autoridade e disciplina; de outro, um problema de concentração e unidade. (...) problema cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: - a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal” (PMB: 275).

Embora uma constante em seus livros, seu projeto de centralização é, de fato, pouco estruturado. Em geral, deixa-se entrever em meio aos problemas e objetivos que enumera.

Em PMB tal tema praticamente se limita ao trecho supracitado e a alguns elogios à política imperial. Já em PEPS, Oliveira Vianna considera a aspiração por um governo forte - “que cada brasileiro deixa entrever no fundo da sua alma” - a síntese de toda a nossa psicologia política (PEPS: 121). Todavia, pressupõe que nenhuma das três formas que habitam a consciência nacional (o marcial, o ditador científico e o rei) tem possibilidade de realização. Faz-se, pois, necessário um novo tipo de governo forte para o Brasil.

Tendo em vista o modo como aqui se organizam os partidos – não são corporações de interesse público, mas de interesse privado, – reconhece como governo forte imperativo à Nação aquele que “rompendo com essas praxes más de solidariedade, tenha a energia moral precisa para realizar, *dentro do próprio grupo a que pertence*, a lei jurídica e a lei moral da justiça. (...) De modo que a sua atitude fundamental, será, não *a de quem ataca adversários*; mas – *a de quem resiste a correligionários*, entrincheirando-se no Dever e na Lei” (PEPS: 120 e 133. Grifos no original).

Esta ideia permanece ao longo de toda sua obra, porém com algumas mutações: o objetivo deixa de ser controlar apenas nosso ímpeto amiguelo³⁵, mas os clãs em geral. Na primeira edição de IC (1924) Oliveira Vianna pressupõe como desafio do Estado nacional: educar e disciplinar os clãs de modo a “reduzir-lhes a capacidade de fazer o mal e aumentar-lhes a capacidade de fazer o bem” (IC: 109). Em PPO completa: devemos criar um “centro de força, de natureza essencialmente política (...) [capaz de] agir direta e espontaneamente sobre os grupos, as facções, os clãs, neutralizando-lhes a influência e a nocividade na vida administrativa do país” (PPO: 45).

Já em EPB parece ser outro o seu propósito: “corrigir – pela ação disciplinar de uma organização política centralizadora e unitária – os inconvenientes da nossa excessiva base física, da nossa dispersão demográfica e da ação centrífuga dos agentes geográficos” (EPB: 11)³⁶. Conforme o autor, o problema político que perpassa toda a história política nacional consiste em um grande problema de conciliação: “a conciliação entre o princípio da unidade do governo e a tendência regionalista desintegradora” (EPB: 208). Uma vez que os

³⁵ Leia: “incapacidade moral para resistir às sugestões da amizade e da gratidão para sobrepor às contingências do personalismo os grandes interesses nacionais” (PEPS: 120).

³⁶ É importante destacar que tal mudança deve-se em parte ao fato de que este texto, então denominado *O povo brasileiro e sua evolução*, foi escrito para figurar como parte da introdução ao censo demográfico de 1922. Somente em 1923, já com o título de *Evolução do povo brasileiro* e contando com uma longa introdução (que analisa o conceito de evolução social e a importância dos estudos brasileiros), este texto é publicado como livro.

fins visados pelo governo republicano devem ser os mesmos do governo imperial – governar e dirigir “uma pátria, um povo, uma nação”, – a opção pelo regime federativo representa uma volta aos padrões coloniais, quando se cede à pressão dos fatores geográficos, instituindo um poder central “dependente e enfraquecido” (EPB: 244). Sua superação já não se encontra no controle dos clãs rurais, envolve também a promoção de circulação política.

Conforme o autor, “não é possível nenhuma organização central forte num país de base física vasta, de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar” (EPB: 295). Se quisermos combater as forças locais, separatistas, precisamos desenvolver uma política não de combate direto (sistema empregado nas revoltas de Canudos e do Contestado), mas um programa que promova a “organização legal e social” dessas regiões a partir da aproximação do poder, como o fez a política imperial de combate ao caudilhismo (PEPS: 159). Entendendo que a consolidação de uma autoridade permanente em todo território nacional é também um problema de circulação, sugere enfrentá-lo quer diretamente, via desenvolvimento de caminhos para a intercomunicação, quer indiretamente, através da multiplicação de povoamentos, o que não contribui para um regime federativo. Em resumo, segundo Oliveira Vianna, precisamos evoluir da atual situação, um máximo de base física com um mínimo de circulação, para a seguinte equação: “*um maximum de base física + um maximum de circulação = um maximum de unidade política*” (EPB: 306. Grifos no original).

Anos depois, estes mesmos tópicos são retomados em IPB, conquanto com mudança de enfoque e apontando para outros aspectos. No que tange à circulação, Oliveira Vianna afirma: embora alvo para onde estejamos caminhando por meio da ação consciente do Estado desde o período colonial, culturalmente o Brasil ainda não é uma unidade constituída, mas uma unidade a constituir-se. Só podemos considerá-lo uma unidade “quando visto pela superfície e do alto: pela cultura e consciência das elites”. Quando observado como povo-massa, o país “objetivamente constitui apenas um conglomerado de nódulos culturais que caminham para a unificação gradual”. (IPB II: 84).

Conforme o autor, à medida que o tempo passa, que as populações rurais crescem em número e densidade, que a “circulação material e espiritual cresce e se intensifica”, crescem as chances de nos tornarmos um bloco coeso (IPB II: 84). Enquanto isso não se

processa o regime federativo representa uma anomalia institucional não só por seu aspecto descentralizador, mas pelo que considera “preconceito da uniformidade” – trata-se da obstinação dos nossos reformadores políticos “em não [levar em] conta as condições reais da sociedade que pretendem organizar”, limitando-se à ideia “de investir todos os brasileiros indistintamente na integralidade das mesmas regalias políticas” (PEPS: 145)³⁷.

Conforme o autor, a “peculiar estruturação morfológica e cultural” do país revela-nos que não somos um bloco cultural único e consciente, existem “diferenciações de capacidade política [entre nossos] diversos grupos populacionais” (IPB II: 83). Uma vez que paulistas, gaúchos e baianos são diferentes, ou melhor, possuem níveis de cultura diferentes, quando da instituição de um sistema comum em que todos seus membros partilhem dos mesmos direitos, este logo sofre “transfigurações de forma e substância” adaptando-se às nossas idiossincrasias regionais – exemplo disso são surpresas, fracassos e desilusões quando da implantação do regime federativo; com exceção de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, todas as nossas províncias estacionaram ou regrediram (PEPS: 145). Logo, é primordial superarmos tal preconceito, posto que insistir no mesmo significa condenar-nos a um governo de oligarquias (IPB II: 137).

Retoma aí, ainda que em outros termos, sua preocupação inicial: “nosso grande problema [não é acabar com as oligarquias, mas] transformá-las fazendo as passarem da atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição de oligarquias esclarecidas” (IPB II: 94). Para tal defende uma reforma política que institua a autoridade do poder central, não só a partir do fortalecimento do Poder Executivo, mas também do Poder Judiciário.

Ideia já presente em PPO, se faz sentir em sua análise da revisão da constituição de 1891. Conforme o autor:

³⁷ Para Oliveira Vianna é aí que reside a grande sabedoria dos estadistas coloniais: por não padecerem desse preconceito “não adotam o mesmo tipo de organização administrativa para todos os núcleos sociais. (...) consideram-nos [antes] nas suas diferenças específicas e constroem para eles tipos de governo adequados, de maneira a obter o maior rendimento útil em administração e em defesa” (EPB: 227).

(...) a nossa condição de povo em formação, impõe como essenciais à integração da nacionalidade 1º o princípio da *unidade política*; 2º o princípio da *continuidade administrativa*; e 3º o princípio da *supremacia da autoridade central* (...). Se nos fosse possível resumi[r o sentido nacional da revisão] num lema único, poderíamos formulá-lo assim: *organização sólida e estável da liberdade, principalmente da liberdade civil, por meio de uma organização sólida e estável da autoridade principalmente da autoridade federal* [não] apenas do Poder Executivo, mas também, e principalmente do Poder Judiciário. *O Poder Judiciário e o Poder Executivo são os grandes poderes cuja organização nos deve preocupar, de uma maneira precípua, numa obra séria de revisão* (PPO: 36. Grifos no original).

Mais à frente o autor melhor qualifica essa ideia. Na medida em que ainda estamos “na fase do patriotismo tribal, da solidariedade do clã”, que os conceitos Nação, Estado e Município não passam de meras abstrações “sem qualquer coeficiente afetivo ou emocional”, que não temos sentimento de deveres públicos, de hierarquia, de autoridade ou consciência da utilidade do poder público, a criação de um centro de força capaz de “agir direta e espontaneamente e com eficiência imediata sobre os grupos, as facções, os clãs neutralizando-lhes a influência e a nocividade na vida administrativa do país” faz-se imprescindível. Daí que “ou investi[mos] o Poder Judiciário, tonando[-o] exclusivamente federal [com] força e (...) autonomia estendidas até o máximo das suas possibilidades; ou cria[mos] um quarto poder, tal como o antigo Poder Moderador” (PPO: 45).

Segundo Oliveira Vianna, instituir uma justiça centralizada, liberta das influências diretas e indiretas dos grupos políticos e servindo a interesses gerais, é a melhor maneira de assegurarmos o que mais importa ao povo-massa: não a liberdade política, mas liberdade civil, a liberdade contra o arbítrio das autoridades públicas, das autoridades locais e seus característicos desmandos. Haja vista que longe da correlação estabelecida por nossas elites entre liberdade política e liberdade civil ser verdadeira, aqui o regime eleitoral e a representação têm se processado sempre à custa do sacrifício das liberdades civis da população – “o que se tem até agora garantido com ele, não são as liberdade do povo-massa, mas a impunidade dos mandões políticos nos seus atentados contra estas mesmas liberdades” – reconhecer o primado do Poder Judiciário, sua “competência para anular atos do Poder Legislativo ou do Poder Executivo” (meio principal que temos para desintegrar “os nossos dois formidáveis e velhos complexos: o do feudo e o do clã”) seria a única maneira de reconhecer, assegurar e organizar a defesa das liberdades civis do povo-massa (IPB II: 162 e 152).

Não obstante, no que tange ao problema da administração local, Oliveira Vianna entende que devemos adotar uma postura intermediária: nem a centralização absoluta, como no Império, nem a descentralização total, como na República. Advoga aí uma *descentralização administrativa*, solução intermediária que mantém intacto o princípio da unidade e da autoridade do poder central ao passo que desconcentra a administração local “imposta pela [nossa] desmedida extensão territorial” (IPB II: 135). Conforme o autor, ao não descentralizar o poder, mas a administração, tal mecanismo assegura aos estados a gestão de seus próprios negócios, a captação de especificidades regionais, e à União sua supremacia política. Não nos condena, pois, nem ao mandonismo e coronelismo, nem ao parasitismo e generalismo.

Advogando, como sempre, a adoção de uma política constitucional e legislativa que leve em conta nossas realidades culturais, ao final o autor parece congrega os diversos pontos lançados em seus livros formulando um projeto efetivo de reforma política, espécie de fecho de suas análises. Girando em torno de três temas, liberdade política, liberdade civil e sufrágio, defende:

- a) subestimação da política partidária e dos políticos via diminuição do poder e das atribuições do parlamento, em favor do Poder Executivo despartidarizado, somado a uma descentralização administrativa no plano local;
- b) instituição de uma pluralidade de sufrágios eleitorais e / ou de eleitorados – corpos eleitorais devem variar conforme “o atraso ou progresso de sua *cultura local*, e a maior ou menor diferenciação da sua *estrutura social*, ou *econômica*, ou *ecológica*” (IPB II: 143. Grifos no original)
- c) consolidação do primado do Poder Judiciário por meio da centralização nacional da justiça e instituição de uma polícia de carreira.

Para o autor, são estes três pontos as bases à organização da democracia no Brasil. Embora chegue a citar que o voto só deve ser concedido ao cidadão sindicalizado, o autor não trabalha aí um importante elemento de seu prognóstico, o corporativismo.

Corporativismo

“Numa verdadeira democracia, devem ter colaboração preponderante as classes econômicas, as classes que produzem, e que, afinal, são também as classes que pagam (...) Esta participação das classes não é, porém, a participação individual que cada um dos elementos destas classes possa ter (...) O que é capital para a democracia é a participação coletiva, a participação destas classes como tais nos negócios públicos, na atividade dos governos, na determinação de suas diretrizes administrativas e políticas. Esta participação coletiva é a pedra de toque de uma verdadeira organização democrática” (PPO: 94).

Tema já enunciado em EPB, é, porém, em IC e PPO que Oliveira Vianna trabalha-o devidamente. Já na edição de 1924 de IC ao procurar entender as causas do fracasso da Constituição de 1891, a organização de fontes de opinião desponta como temática central. Conforme o autor, o estudo do exemplo inglês nos mostra, pela sua própria lógica de funcionamento, que o primordial ao funcionamento de um regime como este é a existência da opinião organizada - não há melhor caminho para realizar uma ideia na Inglaterra que “organizar a *pressure from without*”, seja ou não tempo de eleições (IC: 109). Uma vez que “somos um povo em que a opinião pública, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe”, a pedra de toque à consolidação da democracia, à maneira inglesa no país, repousa não na reforma constitucional, na organização do voto, mas em “reformas maiores de caráter social e econômico” capazes de organizar a opinião (IC: 97 e 112). É, porém, somente na edição de 1927 que essa organização da opinião será pensada em termos da organização de nossas classes produtoras.

Resultado da falência mundial dos regimes parlamentares – tornam-se mera expressão de interesses de grupos partidários em detrimento dos interesses nacionais, – conforme o autor, “cada vez mais se generaliza a praxe do entendimento direto do governo” com as delegações de classe (IC: 240). Para ele, tal movimento não só é positivo como necessário já que o advento da economia moderna (grande indústria, grandes concentrações comerciais, industrialização do campo etc.) leva à complexificação dos interesses econômicos que, por sua vez, ficam fora do alcance das corporações puramente políticas. Somando a isso o fato de que, de Norte a Sul do país, nossas classes econômicas vivem ainda em uma “espécie de fase atomística (...) inteiramente indiferentes uns aos outros no tocante aos interesses comuns da classe”, para o autor faz-se primordial impeli-las à sua solidariedade e organização (IC: 246).

Sua proposta inicial de simples organização da opinião torna-se aqui um projeto à organização das classes. Conforme o autor:

(...) a obra mais benemérita que [se] poderia prestar ao Brasil [consiste em] pugnar, por todos os meios capazes de convicção e arrastamento, junto à Lavoura, ao Comércio e à Indústria para que estas classes produtoras realizem o mais rapidamente possível a sua organização profissional, de modo a poderem exercer a influência a que têm direito pela sua importância nos negócios públicos (...) porque a pedra de toque da possibilidade do governo do povo pelo povo em nosso país está nisso: na capacidade das nossas classes produtoras de organizarem-se economicamente. Sem isso é melhor contentarmo-nos com o que está: com o governo do povo por oligarquias brancas (IC: 248. Grifos no original).

Em PPO o autor reitera esta ideia. Conforme Oliveira Vianna, “uma democracia só é realmente digna deste nome quando repousa (...) na atividade dos seus cidadãos agindo *como membro* desta ou daquela corporação” e não individualmente (PPO: 94. Grifos no original). Isso ocorre porque os governos “não veem indivíduos, nunca se entende com indivíduos”, só respondem à pressão que, por sua vez, somente é exercida quando uma classe econômica ou não econômica aparece unida diante do poder; a força de qualquer classe reside na sua solidariedade (PPO: 115). Mesmo quando essas organizações não têm a finalidade de pressionar ou conquistar o poder (como o fazem na Inglaterra), para Oliveira Vianna elas servem como “fontes de informações mais seguras dos interesses coletivos” (PPO: 116). Daí ser tendência no mundo moderno a colaboração dos técnicos e profissionais na atividade legislativa e administrativa do país, quer porque possibilita a elaboração de uma “lei perfeita”, quer porque aumenta as condições à adesão moral do povo.

Ironicamente, para o autor, a política aqui praticada segue o caminho inverso. Primeiramente, no que tange a nossa democracia, ela baseia-se nos indivíduos dissociados e não em classes organizadas, consolidando, por fim, “uma democracia em estado atomístico” (PPO: 95). Ainda que nossos estadistas tentem reagir a tal tendência dissociativa por meio da organização dos partidos, tais tentativas equivocam-se porque julgam “possível a organização de um partido sem a preliminar organização das classes econômicas, das classes que produzem” (PPO: 95).

Haja vista as características de nossa formação histórica, para Oliveira Vianna “reviver partidos de base puramente ideológica, desagregados de nossa estrutura econômica (...) seria puro anacronismo”, como que impeli-los à involução personalista (PPO: 96). Cabe, pois, a nossos partidos primeiro “atacar a fundo o problema da organização das nossas classes produtoras e do desenvolvimento do seu espírito de solidariedade e cooperação no campo econômico” para, a partir daí, desse espírito de solidariedade e cooperação, consolidar sua atuação no campo político (PPO: 97). Conforme o autor, contribui para isso a própria tendência dos partidos em se tornarem partidos de classe.

Já no que tange à atividade legislativa e administrativa, Oliveira Vianna aponta para uma atitude de isolacionismo: “é feita exclusivamente pela classe política” responsável por consolidar um “regime de ruptura entre a vida política e produtiva da sociedade” (PPO: 128). Para ele, é preciso que operemos uma “evolução” equivalente à operada nas democracias europeias. Isto é, devemos “abandonar as nossas velhas praxes de dissociação e isolamento [em favor de] uma política de aproximação entre o governante e governado de modo a tornar, de maneira permanente, os centros legislativos e administrativos, mais acessíveis, mais suscetíveis, mais permeáveis à influência dos interesses e opiniões das outras classes” (PPO: 132).

Tendência já observada ante ao surgimento do Conselho Nacional do Trabalho, do Conselho Superior da Indústria e do Comércio e de outras instituições administrativas locais para defesa de certos produtos, como o Instituto do Café em São Paulo, segundo o autor, seu funcionamento é ainda embaraçado por preconceitos (tal como a crença na onisciência dos parlamentos), não obstante represente a única forma capaz de alterar antigas características. Frente a isso conclui:

Há, portanto, dois movimentos a operar no sentido de dar às instituições legislativas e administrativas uma feição pragmática, que torne possível o estabelecimento de um verdadeiro regime de opinião:

1º - Movimento dos governos (Poder Legislativo e Poder Executivo) no sentido do aproveitamento mais frequente e mais regular das funções consultivas de nossos Conselhos Técnicos;

2º - Movimento dos Conselhos Técnicos Nacionais no sentido de ampliar o seu campo de informação por um processo de entendimento mais frequente, regular e sistemático com os órgãos representativos dos interesses das classes populares em geral e, especialmente, das classes econômicas (PPO: 146).

Somente na edição de IC de 1939, bastante aumentada por sinal, é que Oliveira Vianna apresenta brevemente como esta participação classista deve se processar e atuar. Conforme o autor, da mesma forma que é impossível instaurar um regime de opinião com a simples concessão à população do direito ao voto, “não é possível a representação política das classes sem a prévia organização profissional dessas mesmas classes” (IC: 259). É preciso primeiro preparar o ambiente para que essas novas forças políticas cresçam e se desenvolvam; processo longo e que exige tempo.

Para começar, propõe adotarmos a representação profissional “no plano da vida privada” nas cidades e nos campos. Estimuladas pela lei, é possível que as diversas classes se congreguem em sindicatos, “levando-os paulatinamente à compreensão dos seus próprios interesses” (IC: 259). Somente após esse longo processo de associação, continua, “é que devemos pensar em transportar esses grupos ou classes, para o campo da vida pública e da representação política” (IC: 266). Enquanto isso propõe a instauração dos Conselhos Técnicos – órgãos de representação de competências – com obrigatoriedade de consulta, a exemplo do que foi, para o autor, o Conselho Nacional de Economia do Estado Novo.

Embora extensa, tocando diversas temáticas e tópicos, com diferentes nuances em cada livro, se tivéssemos que resumir as duas dimensões de sua obra em poucas palavras, resumiríamos assim: as deficiências e o rudimentarismo da cultura política do nosso povo tornam impraticável o regime liberal; a execução deturpada que demos à Constituição de 1891 é a única que lhe podemos dar considerando-nos coletivamente; o regime conveniente e adequado à nossa realidade se encontra na centralização do Poder, que apoiado em uma intelligentsia técnica e científica tutele a sociedade brasileira até que sua organização se complete. Tal síntese parece encaixar-se perfeitamente no modelo do autoritarismo instrumental, mas seria Oliveira Vianna mesmo um autoritário instrumental?

A nosso ver a resposta a essa pergunta só será positiva caso nos limitemos a ver as concordâncias, as permanências desta obra. Se a analisarmos a partir do que muda veremos que ela comporta diversas interpretações. Antes de passarmos a esta discussão, de modo a

concluir nossa apreciação desta obra, observemos um último aspecto que perpassa suas duas dimensões: a temática da raça.

III.IV. Raça

“Vasto campo de fusão de raças, nosso país se faz, nos primeiros séculos da sua formação, o centro de convergência de três raças distintíssimas, duas das quais exóticas (...) o negro, o índio e o branco caldeiam-se profundamente, cruzam-se e recruzam-se em todos os sentidos (...) e como cada um desses elementos traz uma estrutura antropológica própria e uma constituição psicológica específica, compreende-se como é árduo o problema da determinação da influência que cada um deles tem na formação do nosso povo e na constituição dos caracteres somáticos e psicológicos dos tipos nacionais” (EPB: 123).

Temática presente em grande parte de sua obra, constitui um dos principais pontos de crítica à Oliveira Vianna. Conforme Brandão (2002: 302), “o extenso uso que fazia de teorias e argumentos racistas para avaliar o papel da mestiçagem e explicar a desigualdade social e política brasileira (...) atraiu a artilharia de Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Dante Moreira Leite”, entre outros. Linhagem “hoje francamente minoritária” concede mais atenção à sua Sociologia que à sua Ciência Política; para ele, seu aspecto mais importante. Já Carvalho (2002: 905) atribui a ideia da influência dos fatores étnicos e a categoria racial ariano presentes na obra ao uso da antro-po-sociologia de Lapouge por Oliveira Vianna. Utilizada “para caracterizar os membros da aristocracia rural dos primeiros tempos da colonização, sobretudo os da aristocracia paulista”, é sim um importante aspecto da obra, porém não chega a comprometer o restante; representa, antes, o que há nela de pior. Importante ou não, ambos os autores concordam que “jogadas no lixo as velharias racistas” preserva-se o interesse pela obra de Oliveira Vianna (BRANDÃO, 2002: 302).

Não querendo entrar no debate se a presença desta temática diminui ou não a obra de Oliveira Vianna, o fato é que ela se faz presente³⁸. Frases como “toda nossa evolução histórica tem um sentido ariano” (PMB: 109); o índio e o negro pouco contribuem “à obra de civilização e construção da sociedade” (EPB: 158); a raça “não determina apenas o tipo do temperamento, mas também o tipo de inteligência” (RA: 45), são comuns em seu texto. Somando a isso o fato de que o autor tinha como projeto lançar outros dois livros acerca desta mesma temática (*O ariano do Brasil e Antropologia Social*) para além do capítulo de *Evolução Política Brasileira e Raça e Assimilação* já publicados, fica evidente que este aspecto de sua obra não deve ser ignorado. O fato é que o autor procura, ora mais, ora menos, entender em que medida a raça contribui à resolução ou ao agravamento das grandes questões nacionais.

Para ele, os estudos da raça se fazem importantes dado o amplo caldeamento de raças aqui realizado. Diferentemente dos povos europeus, no Brasil, continua, “os fenômenos resultantes dos contatos étnicos, não só no ponto de vista das culturas, como no ponto de vista dos cruzamentos, apresentam uma evidência, uma visibilidade, uma clareza” surpreendente; fazem da América o centro por excelência dos estudos da raça (RA: 15). Tais estudos, por sua vez, têm como objetivo estabelecer a correlação existente entre o tipo morfológico com o tipo de temperamento, inteligência ou mesmo constituição física. Aceitando a ideia de que raças diferentes possuem mentalidade, caráter e psicologias diferentes, Oliveira Vianna busca então desvendar qual a qualidade e quantidade dos elementos raciais presentes em nossa Nação.

Isto se explica na medida em que, para ele, “a raça é, em última análise, um fator determinante das atividades e dos destinos dos grupos” (RA: 53). Conforme o autor: um tipo étnico específico “determina a maior frequência deste ou daquele tipo de constituição; este tipo de constituição determina a maior frequência dos tipos de temperamentos e dos tipos de inteligência; estes tipos de inteligência e de temperamento mais frequentes vão

³⁸ Em trabalho recente Bittencourt (2013) relaciona o arianismo de Oliveira Vianna ao esforço do autor em explicar e justificar a liderança e superioridade paulistas. Conforme o autor, de modo semelhante a autores de seu tempo (Paulo Prado, Afonso Taunay, Alfredo Ellis Junior) com os quais inclusive teve intercâmbio intelectual constante, Oliveira Vianna procura “identificar em São Paulo uma formação racial específica, esclarecedora da particularidade da região”. Reconhecendo o antigo paulista, o bandeirante como portador das “grandes virtudes das raças fortes, (...) das qualidades virtuosas dos anglo-saxões”, pressupõe como saída aos dilemas do Brasil restaurar, ressuscitar tal mentalidade em sentido à arianização da sociedade brasileira (BITTENCOURT, 2013: 04 e 09).

condicionar as manifestações das atividades sociais e culturais do grupo” (RA: 53). Nesse sentido, conhecê-las permite não só determinar a importância futura desta raça, mas criar políticas específicas para cada uma delas – a saber: elaboração de políticas de “distribuição em nosso território, dos diversos tipos ou das diversas etnias europeias segundo o critério de maior ou menor aclimatabilidade”, e/ou controle da migração a partir de seus índices de miscigenação (RA: 53).

Conquanto afirme que isso não significa que existam raças superiores e inferiores, sua análise parece indicar o contrário. Se em RA o autor apenas advoga recenseamentos mais aprofundados de modo a conhecermos o panorama racial do Brasil e as questões dele resultantes, em EPB (texto anterior a RA) o autor parece já tê-lo pronto.

Segundo Oliveira Vianna, o tipo nacional é resultado da mistura do branco, do índio e do negro, todavia ressalva que “mesmo dentro de cada uma dessas raças originárias, os seus representantes não possuem a mesma unidade morfológica” (EPB: 123). Isto é, o índio tupinambá difere dos aimorés, o negro de Angola difere dos de Benguela, mesmo os primeiros brancos que para cá afluem são de dois tipos distintos, um dólico e outro bruno. Logo, da diferente distribuição geográfica e miscigenação desses três tipos étnicos com suas variações internas resulta “a impossibilidade de enfeixá-los num tipo único e nacional” (EPB: 140). Conforme o autor, “o tipo antropológico brasileiro só poderá surgir com a sua definitiva caracterização (...) quando o trabalho de fusão das três raças originárias se tiver completado e as seleções étnicas tiverem ultimado sua obra simplificadora e unificadora” (EPB: 169). Apesar disso, pressupõe como tendência já observável a da arianização progressiva dos grupos regionais.

Conforme Oliveira Vianna, o estacionamento do contingente da população negra e mestiça em comparação ao aumento da branca, quer pela migração crescente, quer por seus diferentes índices de mortalidade, de adaptação ao meio e de fecundidade, tem aumentado não apenas o número de arianos puros no país, mas também o “teor ariano do nosso sangue”. Contradiz aí avaliação de Le Bon e Lapouge: segundo o autor, longe de estarmos sendo levados a um “cortejo inevitável de atavismos degenerescentes (...) permitindo a reconstituição dos tipos bárbaros”, a chegada dos migrantes italianos e alemães significou a existência de um “núcleo de reprodutores arianos puros por *pedigree*, no seio da nossa população”, o que resultou numa “aceleração na marcha do nosso apuramento étnico”

(EPB: 175). Cada dia mais, continua, nossas massas mestiças se “aproximam pelos caracteres antropológicos e psicológicos do tipo europeu” (EPB: 185). Deixa aí entrever todo preconceito embutido em sua análise.

Já na apresentação das nossas três raças originárias é gritante a desproporção da atenção devotada não ao branco, mas ao tipo dólico. Conforme Oliveira Vianna, por seus hábitos nômades e conquistadores são eles “os elementos mais numerosos ou dominantes nas correntes imigratórias” quando do descobrimento (EPB: 126). Como previsível, deles nascem “as figuras centrais da nossa aristocracia rural”, o que explica seu espírito imperialista, conquistador, bem como seu zelo pelas suas linhagens (EPB: 129). Isto, combinado ao forte eugenismo dos dólicos, para o autor possibilita que “as grandes famílias primitivas (...) continuem, ainda hoje, a fornecer belos tipos de superioridade intelectual e moral” (EPB: 132). Sua afirmação da igualdade das raças parece aí ir por terra: uma vez que “o valor de um grupo étnico é auferido pela sua maior ou menor fecundidade em gerar tipos eugênicos”, e os dólicos “apresentam os caracteres mais fortemente acentuados de eugenismo”, estão postas as condições de sua superioridade (EPB: 153).

Não bastasse isso, mais à frente Oliveira Vianna chega a afirmar que o negro puro não é capaz de criar um tipo eugênico superior, pois seu poder ascensional seria muito reduzido. Entendendo por poder ascensional ter aspirações e predileções iguais às que orientam o branco, o autor parece acreditar que por pensarem diferente, terem outros propósitos, os negros e os índios – “inteiramente refratário a qualquer influxo educativo no sentido da arianização” – são inferiores (EPB: 157). Mesmo os mestiços, segundo ele, só geram individualidades com capacidade ascensional se mestiços superiores; isto é, se surgidos da mistura de um índio ou negro superior com um branco dotado de eugenismo e preponderando as qualidades do segundo. Seriam eles os “arianos pelo caráter e inteligência” que se classificam ou, como diz às vezes, se clarificam, deixando de ser “*psicologicamente* mestiços” (PMB: 101. Grifos no original). Frente a isso conclui: “toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva outra coisa não tem sido, senão um contínuo aperfeiçoamento (...) dos elementos etnicamente bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca” (PMB: 109).

Bastante criticado, no prefácio à segunda edição de EPB (1933) Oliveira Vianna rebate as críticas, afirmando que a ideia da presença do dólico na aristocracia do bandeirantismo tratava-se de uma pequena hipótese³⁹, abandonada em favor de novos problemas: “o das seleções telúricas, o da aclimação, o da assimilação, o dos cruzamentos, o da psicologia diferencial dos tipos antropológicos” etc. (EPB: 07). O autor chega mesmo a dizer que sua atual convicção é de que “o clima incompatibiliza nosso meio para habitat” deste tipo social (EPB: 07). Contudo, mais à frente ele não só reitera a ideia de que nossa população segue uma tendência arianizante, como parece considerá-la ainda mais importante dado o afluxo dos japoneses. Em RA volta a tocar na questão do eugenismo: “o problema da seleção imigrantista está dependendo de pesquisas preliminares realizadas em nosso meio sobre o eugenismo positivo e negativo das raças afluentes” (RA: 212).

IV. As quatro faces de Oliveira Vianna:

Em seu livro *Oliveira Vianna de Saquarema à Alameda São Boaventura*, Luiz Castro de Faria (2002) procura demonstrar que, a despeito da extensão, não há mudança ao longo de toda obra do autor. Para ele, Oliveira Vianna nunca abandona suas postulações iniciais, exatamente porque “o saber, para ele, confundia-se com o acreditar, estar convencido” (FARIA, 2002: 84). Temas como inexistência do povo, necessidade de construção da solidariedade, rejeição de ideias importadas em favor da realidade nacional “afloram sempre, em qualquer contexto”. Às vezes têm sua “retórica atualizada, mas no fundo permanecem inalterados”, como se Oliveira Vianna apenas tentasse “somar novas formas de conhecimento para reafirmar o já dito, o antigo, [sem] muda[r] de orientação e sentido”. Logo, para o autor, a evolução dessas ideias não “sai[ria] de um jogo de casualidades determinísticas - quanto mais ele mudava, mais dizia a mesma coisa” (FARIA, 2002: 132).

³⁹ Dado este já enunciado na primeira edição no conteúdo do próprio livro, mas que ali aparecia seguido dos seguintes dizeres: “baseadas em modernas revelações da antropologia, da etnologia, e da crítica histórica” (EPB: 07).

A nosso ver, não obstante a existência de respeitáveis continuidades ao longo da obra de Oliveira Vianna (como procuramos demonstrar na seção anterior), elas têm sentido diferente ao exposto por Faria (2002). Expressam antes o que poderíamos chamar de “unidade básica” deste pensamento sem, contudo significar algo fixo ou rígido; comporta, na verdade, alterações internas e mudanças de enfoque bastante relevantes.

Escrita ao longo de três décadas, esta obra não é um todo imutável. É antes um processo: está inserida na trajetória do autor e procura (ora mais, ora menos) responder aos desafios do seu tempo. Sendo assim, admite permanências e transformações, chegando mesmo ser contraditória em alguns momentos. Daí ser possível qualificar Oliveira Vianna de ruralista, iberista, autoritário puro ou instrumental, às vezes, até em referência a um mesmo livro. Nesse sentido, ao pressupor a obra de Oliveira Vianna em sua totalidade, como mais do mesmo, Faria (2002) parece não só ignorar tais alterações, mas acreditar mesmo na imagem, que o próprio autor procurou criar, “de que escrevia uma obra estável, harmônica e homogênea” (VENÂNCIO, 2003: 250)⁴⁰.

Apesar da dimensão mais conhecida da obra de Oliveira Vianna ser a proposição de uma saída autoritária, “de um Estado centralizado e acima dos interesses particulares como única saída possível para a organização da vida coletiva”, a nosso ver, a começar pela primeira parte de PMB, o autor aparenta ser um ruralista (BRASIL JR., 2007: 118). Os elogios que tece à nobreza fazendeira – “centro de polarização [das] qualidades mais instintivas e estruturais (...) do nosso caráter” (PMB: 47), - à família senhorial – “mais bela escola de educação moral” (PMB: 49) - e, sobretudo ao meio rural em si – “admirável conformador de almas, dá-lhes a têmpera das grandes virtudes e as modela nas formas mais puras de moralidade” (PMB: 48) – deixam entrever que, para Oliveira Vianna, é no campo que se conforma o caráter e temperamento de nosso povo. Nesse sentido, ao confrontar-se com a crise do pacto oligárquico, com a experiência desagregadora sob a Carta de 1891 e com os indícios de urbanização do país, ele parece advogar uma volta ao campo, à sua mentalidade característica: “fidelidade à palavra dada, probidade, respeitabilidade, independência moral” (PMB: 50).

⁴⁰ Ironicamente, em texto intitulado *A obra: uma tentativa de reconstrução* - primeiro capítulo do livro supracitado, - Faria aponta para o fato de que a obra de Oliveira Vianna não é uma unidade homogênea. Conforme este, há mudanças na trajetória do autor que fazem com que seja incorreto tomar a obra por um livro, “como se este fosse uma totalidade” (FARIA, 2002: 20).

Para o autor, uma vez que nosso meio rural “constitui, apura e consolida” o conformismo moral, assegura a “uniformidade, pureza e simplicidade” dos costumes, e garante a preponderância da vida familiar, do temperamento e moralidade domésticos, prender o homem ao campo desponta como base à tranquilidade moral do país (PMB: 48). Isto fica ainda mais claro em PEPS (reunião de artigos publicados em 1920 na Revista do Brasil).

Em texto intitulado *Ruralismo e urbanismo: expressões de um conflito*, Oliveira Vianna afirma: passados trezentos anos da formação nacional não vemos degenerar nosso caráter; “os brasileiros atuais e os de outrora são todos ainda forjados na mesma têmpera e feitos do mesmo metal; (...) *é antes de tudo um homem do campo. É este o traço realmente nacional do seu caráter*” (PEPS: 17 e 19. Grifos no original). Apesar dessa primeira negação, mais à frente Oliveira Vianna parece tanto concordar que há algo perturbando nosso equilíbrio social – nesse caso o centripetismo burocrático de nossos doutores – como procura apontar saídas para reverter este processo. Segundo o autor, precisamos de uma educação que ensine a mocidade “a amar a terra, a amar o campo, a amar o arado e sua jugada, [pois] o dia em que nossos doutores e nossos políticos assentarem na posse tranquila de um domínio rural o seu ideal de felicidade, a alegria voltará ao nosso povo” (PEPS: 29).

Além disso, os elogios que tece aos hábitos patriarcais dos mineiros parecem referendar a tese de Carvalho (1993) de que sua utopia de sociedade é a de uma sociedade pré-capitalista. Reconhecendo os mineiros como aqueles “que exprimem, mais do que nenhum outro [grupo], os aspectos mais brandos da índole nacional”, e que mantêm “com relativa pureza, apesar da sua crescente modernização, as tradições da sua antiga sociedade” (até por conta de sua posição geográfica), Oliveira Vianna atribui-lhes enorme sabedoria (PEPS: 33 e 51). Conforme o autor: “*a grandeza de um povo reside na força de persistência dessas tradições familiares e domésticas, que são a expressão mais típica do seu caráter nacional*. Mantê-los tanto quanto possível (...) eis o ideal de um povo consciente de sua personalidade e orgulhoso do seu espírito” (PEPS: 52. Grifos no original).

Daí que “na economia interna dos argumentos de PMB” e, em menor medida, de PEPS, convive um prognóstico autoritário e centralizador com uma via alternativa baseada

“no predomínio da pequena propriedade rural” (BRASIL JR., 2007: 118). Na medida em que nosso latifúndio simplifica a estrutura rural e impossibilita a emergência da solidariedade ou de uma cultura cívica, Oliveira Vianna parece entender que a “vitalidade dos pequenos proprietários, a multiplicidade deles, a solidariedade deles” quer impeliria a formação de uma classe média capaz de contrabalançar o poder dos proprietários rurais, gerando, como diria Bastos (1993), uma formação social mais equilibrada, quer resgataria o que o Brasil tem de melhor (o caráter, os costumes), consolidando, ao final, sua vocação agrária (PMB: 128)⁴¹.

De modo diverso, Brasil Jr. (2007: 118) entende que essa crítica de Oliveira Vianna à inexistência da pequena propriedade está relacionada à ideia de que “a formação de uma sociedade democrática, estimuladora de ações coletivas e voltada para a perseguição de interesses comuns, encontra-se cronicamente associada ao modo pelo qual está configurada a estrutura social do mundo agrário”. Ou seja, caso fosse outra a configuração da sociedade rural brasileira, outra seria sua dinâmica social. Segundo Brasil Jr. (2007: 121), “o pequeno domínio impulsionaria a complexificação da sociedade e o adensamento dos interesses coletivos, atuando como uma força propriamente social e democrática – e não estatal e autoritária – ao estilo das sociedades anglo-saxãs”. Toca aí em outra faceta do pensamento de Oliveira Vianna: seu liberalismo.

A partir da análise de um conjunto de artigos de Oliveira Vianna publicados no *Vassourense: jornal de ciência e arte* entre os anos de 1912 e 1913, Brasil Jr. (2007: 104) aponta para o fato de que “sua reflexão era pautada por uma adesão profunda aos princípios e aos valores constitutivos da sociedade anglo-saxã, bem como por uma rejeição não menos intensa dos valores latinos e ibéricos – incluindo aí a ideia da preeminência do Estado como

⁴¹ Tal percepção é corroborada por Bittencourt (2011) em sua análise de fragmentos inéditos de um livro de Oliveira Vianna escrito por volta de 1908. Abordando a “corrupção do caráter, depravação dos costumes e amnésia da dignidade nacionais” Oliveira Vianna associa-as à perversão, à contaminação das tradições mais características do Brasil, e ao rompimento do “*locus* gerador e mantenedor dessas tradições: o mundo rural, o interior do país” quando da nossa desestruturação econômica - leiam: abandono da colonização da terra e concentração da propriedade que levam à saída em massa da população para cidade. Nesse sentido, propõe uma série de medidas que passam, sobretudo, pela “revalorização do trabalho agrícola” e fragmentação da propriedade rural, “formando uma classe de pequenos proprietários e fixando no solo a maioria da população” (BITTENCOURT, 2011: 60 e 67).

ordenador da vida coletiva”⁴². A nosso ver, é isso que explica a presença do que poderíamos chamar traços de “autoritarismo instrumental” na análise de Oliveira Vianna quando de sua passagem “de anti-estatista e defensor do fortalecimento da iniciativa privada para defensor do Estado autoritário e ordenador da vida” (BRASIL JR., 2007: 117).

O primeiro traço encontramos explícito em PEPS. Ao lidar com a questão sindical Oliveira Vianna afirma que para “preservar nossa personalidade e as expressões práticas da nossa soberania” faz-se necessário nos adaptarmos a instituições individualistas, a exemplo do sindicalismo praticado nos Estados Unidos e Inglaterra. Conforme o autor: “pregar, entre nós, ou mesmo acolher com simpatia e benevolência, doutrinas que não sejam individualistas, quando nos defrontamos com povos fundamentalmente individualistas, cheios de espírito de imperialismo, que lhes é inato, vale por um crime de lesa-patriotismo cuja única excusativa é a total inconsciência das nossas maiorias letradas em relação à realidade da nossa situação no mundo” (PEPS, 1921: 91). Mais à frente conclui: “porque o homem moderno, o tipo vitorioso, o tipo do futuro, é o do homem liberto da comunidade, do homem individualista, que procura em si mesmo a força da salvação e do triunfo” (PEPS, 1921: 95). Se só citar estes dois trechos já é significativo, saber que na terceira edição deste livro (1942) ambos são retirados chama-nos ainda mais atenção.

O mesmo se verifica em relação às duas primeiras edições de IC (1924 e 1927). Texto publicado inicialmente no livro organizado por Vicente Licínio Cardoso *À margem da história da república*⁴³ com o título de *O idealismo da constituição*, mais do que uma crítica à Carta de 1891 (como sugere o título), parece ser um estudo das condições necessárias à realização da democracia inglesa no Brasil. Segundo Oliveira Vianna, resumo do que havia de mais liberal na época – mistura do democratismo francês, do liberalismo inglês e do federalismo americano, – o fracasso desta constituição deriva tanto do momento histórico vivenciado pelo país como de sua inadequação à realidade da Nação.

⁴² Destaca aí os seguintes pontos: 1) embora reconheça que o advento da República tenha tido efeitos negativos em relação ao nosso passado imperial, ao analisar os rumos históricos assumidos pelo estado do Rio de Janeiro Oliveira Vianna clama não pela ação estatal, “mas [pel]o fortalecimento da capacidade de iniciativa particular, individual e autônoma em relação ao governo”; 2) ao comparar as civilizações latinas e anglo-saxônicas o autor não só considera as últimas superiores – não há “nada de imoral nas tendências espoliadoras e absorventes [destes], sua vitória, sua hegemonia, sua conquista é da mais estrita justiça natural” – como entende que a única opção dos latinos para evitarem a vitória “segura e fatal” deles é a negação de seus valores e instituições típicas – “adaptarmo-nos integralmente ao espírito prático e positivo do mundo moderno, ao seu caráter essencialmente econômico e industrial” (BRASIL JR., 2007: 105, 108 e 111).

⁴³ Reflete esforço para entender o Brasil, descrever seus problemas e propor rumos para o país.

Primeiramente, segundo o autor, o pensamento republicano ainda não atingira entre nós a plena maturidade quando de sua vitória. Inexistia uma classe social que o encarnasse devidamente e aqueles que puseram em prática tais instituições eram inteiramente estranhos a esse ideal. Ademais, as condições econômicas eram pouco propícias a tal surto de idealidade, dado o abalo social provocado recentemente com a abolição. Por último, e mais importante, tratava-se de um regime “baseado no pressuposto da opinião pública organizada, arregimentada e militante” algo que não existia “e ainda não existe entre nós” (IC: 96).

Conforme o autor, uma vez que “somos um povo em que a opinião pública, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe”, a instituição do sufrágio universal pelo regime de 1891 nos brindou com a subordinação dos órgãos públicos à realização dos interesses privados dos clãs (IC: 97). É justamente neste ponto que reside a novidade do texto de 1924. Em um longo trecho, suprimido já na edição de 1927, Oliveira Vianna não só não condena os clãs como os analisa positivamente, dado seu poder de iniciativa.

Realmente em boa verdade - e considerando de um ponto de vista objetivo o fenômeno - talvez devemos ser, de um certo modo, gratos a esses clãs politicantes; pelo menos, eles nos prestam o serviço de organizar essa coisa essencial e que, entretanto o povo, o nosso povo, pela sua inaptidão democrática, se mostra incapaz de organizar: o quadro do poder público do país. Porque é natural que se pergunte: entregue a si mesmo, à sua própria espontaneidade, o nosso povo seria capaz de construir a nossa superestrutura política-administrativa? E duvidoso: o que se observa nos municípios do país parece indicar que sem a atividade desses *coteries* politicantes poderíamos construir o aparelho ainda mais complexo dos poderes da União e dos Estados? Estas grandes e pequenas oligarquias não são, pois, em si mesmas, condenáveis. Num povo como o nosso, elas são mesmo inevitáveis. Diríamos mais: elas são necessárias (IC, 1981: 113).

Assinalando em seguida que a pedra de toque à consolidação da democracia no Brasil repousa não numa reforma constitucional, mas em “reformas maiores, de caráter social e econômico” capazes de organizar a opinião, Oliveira Vianna parece reconhecer a organização da “*pressure from without* à maneira inglesa” como um dos maiores desafios do país (IC: 109 e 112). Abandona aí a perspectiva passadista anterior, voltando seu foco

agora para a temática da opinião – sobretudo nos sete capítulos acrescentados na edição de 1927⁴⁴.

Já no prefácio (inserido nesta versão⁴⁵) anuncia: “o nosso problema político fundamental não é o problema do voto – sim o problema da organização da opinião (...) temos que suprir pela ação consciente e até onde for possível, aquilo que nossa evolução histórica não nos pode dar, [temos de] fazer evoluir a nossa democracia desta sua condição atual [uma democracia de opinião simples] para uma democracia de opinião organizada” (IC: XV). Tece aí diversos elogios ao regime de opinião inglês – torna o parlamento “um instrumento de extrema sensibilidade às variações da opinião”, – ao passo que procura encontrar exemplos nacionais que assinalem que uma nova fase em nossa democracia é possível⁴⁶. Exemplo disso é o seguinte trecho, excluído na edição de 1939:

Mesmo agora nós estamos vendo o governo, se não recuar, pelo menos revelar o espírito de transigência e mostrar-se propenso a ouvir os reclames da opinião, diante do movimento, aliás, informe e inorgânico, das nossas classes produtoras contra o imposto de renda. Se este movimento tomar corpo e vencer (e vencerá se houver persistência e solidariedade das classes interessadas) estaremos diante de um novo caso de *pressure from without*, à boa maneira anglo-saxônica – em que, independentemente de qualquer manifestação pelas urnas, sem nenhuma renovação dos quadros dos poderes dirigentes, a nossa rudimentaríssima opinião popular – pela simples ação moral do seu protesto, expresso por órgãos legítimos – pode coagir o Poder a ouvi-la e atendê-la (IC, 1927: 89).

É, pois, visível o otimismo do autor quanto às possibilidades democráticas do país, daí afirmar: “todo o problema está em torná-las [a opinião popular] fontes permanentes (...) fontes de jato contínuo” (IC: 236).

⁴⁴ São eles: O segredo da opinião inglesa; Opinião e governo (em 1939 passa a se chamar Opinião pública e governo); O poder da opinião pública e as fontes da opinião (em 1939 passa a se chamar O poder da opinião e as fontes da opinião); O papel político das classes econômicas; Organização democrática das classes econômicas; O ostracismo do Império (em 1939 passa a se chamar O ostracismo do Império e o valor moral das elites); e O idealismo de Ingenieros.

⁴⁵ Preferimos a palavra versão à edição, pois como o texto de 1924 foi publicado como capítulo de um livro, a edição de 1927 foi a primeira edição do livro *O idealismo da constituição*, e a de 1939 a segunda; mas ao todo são três as versões do texto.

⁴⁶ Refere-se aí aos movimentos populares tal como a campanha abolicionista, o movimento da Independência, a Maioridade e a República, mas, principalmente, ao movimento da Indústria e Comércio de 1926 no qual os órgãos representativos da indústria e do comércio, diante da grave crise de numerário, reuniram-se com os presidentes da República e do estado de São Paulo no sentido de pressionar o Poder a mudar a política financeira então seguida. Conforme o autor, tal movimento consistiu no “acontecimento da maior significação no ponto de vista do desenvolvimento do espírito democrático no país” (IC: 237).

Na medida em que, mais à frente, Oliveira Vianna observa que em todo o mundo os regimes parlamentares começam “a entrar em uma fase de franca involução” e “cada vez mais se generaliza a praxe do entendimento do governo” com as delegações de classe, pressupõe a organização das classes econômicas como base à democracia quer no Brasil, quer no mundo (IC: 240). Logo, a “possibilidade do governo do povo pelo povo em nosso país [passa a estar atrelada à] *capacidade das nossas classes produtoras de organizarem-se economicamente*”; ideia mais bem trabalhada em PPO (IC: 248. Grifos no original).

Coletânea de artigos publicados entre 1918 e 1928 nos jornais *O país*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulista* reitera a percepção de que é preciso “atacar a fundo o problema da organização das nossas classes produtoras, [pois] a participação dessas classes [que produzem] *como tais* nos negócios públicos, na atividade dos governos, na determinação de suas diretrizes administrativas e políticas (...) é a pedra de toque de uma verdadeira organização democrática. Uma democracia só é realmente digna deste nome quando repousa (...) na atividade dos seus cidadãos agindo como membro (...) de classe” (PPO: 94. Grifos no original)⁴⁷. É, porém, no prefácio à segunda edição (1945) que fica clara a faceta “autoritária instrumental” dessas ideias.

Ao rebater críticas, Oliveira Vianna afirma: “concordo que me qualifiquei de *antifederalista* e de *antiparlamentarista* – e aceito com honra e mesmo orgulho o qualificativo. Não, porém, de *antidemocrático*. Não sou uma coisa nem outra. Sou justamente o oposto disto” (PPO: 22. Grifos no original). De modo a prová-lo, o autor recupera o raciocínio apresentado em IC, tomando porém como referência as edições de 1924 e 1927:

Nele desenvolvo de forma extensiva o tema de que o que é preciso é organizar as fontes de opinião pública e de opinião democrática, torná-las mais amplas e mais autorizadas, por menos impregnadas do espírito faccioso dos partidos e por mais expressivas dos interesses coletivos e dos interesses econômicos. Quando sustento a necessidade da organização das classes produtoras, que é a tese central do livro, o que viso é justamente preparar à nossa democracia incipiente uma atmosfera de opinião

⁴⁷ É importante destacar que, como bem pontua Brasil Jr. (2007: 125), a adoção da solução corporativista por Oliveira Vianna expressa uma “espécie de *fórmula de compromisso*”- a que ele chega após toda uma década de reflexão -“entre o estímulo à auto-organização [da sociedade] e a defesa do Estado autoritário, centralizador e porta-voz dos interesses coletivos”. Embora concordemos com o mesmo, acreditamos que tanto nesta edição de IC (mais) como em PPO (menos) subsiste ainda como que uma preferência do autor pela organização da opinião à do Poder Central, ou melhor, uma preponderância de seu liberalismo a seu autoritarismo.

pública capaz de orientar as que governam, e esclarecê-los, e mesmo dominá-los. O meu raciocínio era lógico: desde que o nosso ideal – o ideal político e de governo contido na Constituição – era uma democracia de estilo inglês, o caminho a aconselhar era este e não havia outro: ampliar as fontes de opinião e constituir a pressão - *pressure politics* (PPO: 23).

Logo, embora crítico à cópia institucional, Oliveira Vianna parece aí almejar a realização do regime democrático inglês em solo brasileiro. Sua conhecida proposta por um regime centralizador ao estilo imperial desponta, pois, não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento à obtenção de um fim.

É importante destacar que tanto essa face autoritária instrumental do autor, como a ruralista (anteriormente citada) estão diretamente ligadas ao contexto histórico dos anos 1920⁴⁸. Se, como observa Brasil Jr. (2007), no início do século o ideal de sociedade de Oliveira Vianna era o da sociedade inglesa, na década seguinte ele foi levado a repensar tais ideias na medida em os dilemas e desafios então enfrentados pelo país dissiparam qualquer entusiasmo, qualquer esperança inicial que o autor possa ter tido com a proclamação da República. A nosso ver, ao se deparar com o clima de tensão política e social dos anos 1920, com a política particularista então realizada, ele foi levado a analisar suas causas, a pensar o porquê de aquele espírito prático e de livre iniciativa dos ingleses aqui não ter se concretizado. Nessa procura, Oliveira Vianna parece ora atribuir tal fato a uma vocação rural da sociedade brasileira (não estaríamos destinados a ter um regime tal qual o inglês), ora às características de sua formação histórica que a fez um povo insolidário (carecíamos da famosa opinião inglesa). De qualquer modo, entendemos que essas duas faces expressam as mudanças e acomodações pelas quais passaram suas ideias iniciais em resposta aos desafios do seu tempo. É essa mesma lógica que explica porque, ao retomar a discussão mais geral sobre a questão política no país no final dos anos 1930, Oliveira Vianna parece adotar outra posição.

Quando da publicação da terceira versão de IC em 1939, o conteúdo do livro, que antes girava em torno da impossibilidade da prática de uma democracia liberal no Brasil,

⁴⁸ É este um momento de grande tensão política e social no país haja vista: 1) a formação da Reação Republicana - movimento político de oposição à política dos governadores que “defendia a maior independência do Poder Legislativo frente ao Executivo e o fortalecimento das Forças Armadas” – e, em consequência, do movimento tenentista e a Coluna Prestes; 2) o fortalecimento do movimento operário que decreta greves nos principais centros urbanos do país; e 3) a fundação do Partido Comunista no Brasil (FAUSTO, 2002).

parece então mais uma propaganda da fórmula política expressa no Estado Novo. Embora seu projeto permaneça praticamente o mesmo enunciado desde PMB - 1) aumento do poder e da competência da União; 2) primado do Executivo federal; 3) ampliação da base democrática do governo e da administração pública pelo reconhecimento de novas fontes de opinião popular – nos onze capítulos acrescidos nesta edição⁴⁹ observa-se uma mudança de tom bastante relevante.

A nosso ver, além de legitimar o golpe de 1937, no texto de 1939 a temática da corporativização é preterida em favor da centralização e o poder, antes requerido à União e ao Executivo, aparece agora corporificado na figura do presidente. Conforme o autor, dada a situação brasileira sob a Carta de 1934, “cumpria salvar a soberania da Nação, o prestígio do poder central, os interesses fundamentais da ordem pública e da integridade nacional [por meio de] um movimento pronto enérgico, imediato de reação e defesa” que só um golpe de Estado tornava possível (IC: 133). Feito isso se institui um novo sistema constitucional cuja originalidade reside em tornar o presidente da República sua “peça mais importante” (IC: 131).

Conforme o autor, declarado “autoridade suprema do Estado, como tal coordena a atividade dos órgãos representativos (...) dirige a política interna e externa, promove e orienta a política legislativa e superintende a administração nacional. É, pois o centro do regime [e como tal] está armado, logicamente, de faculdades excepcionais” (IC: 131). Embora ainda advogue a organização das classes profissionais e a própria federalização da justiça, o importante papel anteriormente lhes tributado fica subsumido em face da ampla competência do presidente: “*é o único que exprime e pode exprimir autorizadamente o pensamento da Nação, o único que pode agir em seu nome, em nome da totalidade nacional, que o elegeu*” (IC: 154. Grifos no original). Sugere, pois, que é o poder pessoal, o poder carismático do líder que salva a Nação, não um sistema político afeito à realidade nacional ou a organização definitiva da *pressure*.

⁴⁹ A saber: O primado do poder moderador; O primado do poder Executivo; O equívoco dos partidos políticos; Partido único ou presidente único; O Estado Novo e a organização das suas fontes de opinião; O presidente da República e o seu corpo eleitoral; O problema da representação profissional; O problema da renovação das elites dirigentes; Conceituação brasileira do regime federativo; O regime federativo e a unidade da magistratura; O valor pragmático do passado. Soma-se a isso a mudança do título do texto de 1924 de *O idealismo da Constituição* para *O primado do Poder Legislativo*. Segundo Venâncio (2003: 232) tais acréscimos obedeciam “ao propósito de inseri-lo [Oliveira Vianna] na conjuntura do fim dos anos 1930, dando[-]lhe o cunho consagrador de visionário, aquele que antecipa os acontecimentos”.

Embora denomine tal sistema por “democracia autoritária” ou “democracia de constitucionalismo disciplinado” - tendência das democracias mundiais frente à incessante transformação dos interesses locais em nacionais, - a democracia parece deixar de ser a preocupação central do autor (IC: 288). Distancia-se para um futuro muito, mas muito distante. A experiência nacional do Estado Novo, associada à conjuntura mundial de falência dos regimes liberais e ascensão de regimes totalitários, mostra ter uma ação poderosa sobre o autor⁵⁰, tornando a centralização do Estado o objetivo em si. Oliveira Vianna surge aí como formulador de uma nova ideologia de Estado: a ideologia do Estado autoritário.

Apelando à conveniência e adequação à realidade nacional – somos um povo “destituíd[o] do sentimento de interesses comuns, e desafeit[o] à prática da solidariedade e da cooperação”, mas predisposto a um poder central forte capaz de erigir o espaço público e a Nação - seu principal projeto passa a ser a construção de um Estado autoritário, que apoiado em uma intelligentsia técnica e científica tutele a sociedade brasileira para o futuro (IC: 62). Futuro este que não necessariamente é democrático, mas moderno. Referências ao modelo inglês, antes centrais, cedem espaço para elogios a regimes interventores e corporativistas (embora permaneça crítico aos regimes fascista e nazista), em claro compasso com a conjuntura de seu tempo.

⁵⁰ Mundialmente os anos 1930 assinalam um contexto de revisão das teses liberais e de fortalecimento dos Estados nacionais. Conforme Hobsbawn, se do ponto de vista econômico a crise de 1929 significou o refluxo no processo de internacionalização da economia – países instituem rígidas políticas protecionistas, diminui o fluxo do comércio internacional e das migrações – e o triunfo da Nação, do ponto de vista ideológico assinalou a destruição do liberalismo e de seus planos futuros, abrindo espaço tanto aos radicalismos de direita expressos no fascismo e nazismo, como à rotinização de palavras como plano e planejamento na atividade administrativa de diversos governos, haja vista a situação peculiar da União Soviética (HOBSBAWN, 1995).

No plano nacional, tal quadro, combinado a uma efervescência, cada vez maior, do movimento social e à radicalização da atividade política - resultante da formação e atuação da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e da AIB (Ação Integralista Brasileira), - levaram à decretação do golpe em 1937 e à consequente instituição do Estado Novo.

Tendo como principais marcas a submissão dos governos estaduais ao governo federal e a eliminação dos órgãos legislativos (suas atribuições passam a ser realizadas por interventorias e departamentos administrativos) e dos jogos políticos “em favor da eficiência e da racionalidade do Estado” – preocupação esta presente também no plano administrativo (cria-se do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão direcionado à “reforma e modernização da administração pública”) e econômico (fundam-se inúmeros conselhos e órgãos técnicos com a função de “promover estudos e discussões, assessorar o governo na elaboração e na execução de suas decisões”), – é um período de inúmeras mudanças e de algumas conquistas no país, sobretudo no âmbito trabalhista, associadas sempre, porém, à figura do líder, Getúlio Vargas (CPDOC, s/d).

Se aqui as expectativas do autor “quanto à possibilidade de reordenamento da sociedade através da ação estatal” são aparentemente grandes, em suas reflexões tardias observa-se certo “ceticismo”. Conforme Brasil Jr. (2007: 132 e 134), “as experiências do autor na prática ministerial (...) possibilitou-o enxergar os limites significativos que sua proposta enfrent[ava] no bojo de sua rotinização” levando-o não só a relativizar propostas iniciais – tal como a ação do Estado no processo de elaboração da legislação trabalhista, – mas a mudar mesmo “seu posicionamento político”, haja vista a utilização da noção de cultura⁵¹.

Como bem pontua Brasil Jr., em IPB, ao analisar a formação histórica brasileira e suas instituições políticas sob o prisma da cultura, Oliveira Vianna opera como que uma reviravolta em seu raciocínio. É que a cultura, os complexos culturais⁵² tendem “à estabilidade, a resistir às inovações [sobretudo àquelas] porventura ocorrida[s] apenas nos seus elementos *externos*”; sentido claramente contrário à sua proposta inicial que sugere refundar a sociedade via Estado (IPB: 63. Grifos no original). A nosso ver, é esta incongruência entre seu novo referencial e seus objetivos, somado ao novo contexto histórico a partir do qual escreve⁵³, que levam o autor a ponderar suas afirmações e expectativas anteriores fazendo emergir sua faceta iberista.

Enquanto antes a simples instituição de um Estado centralizado (expressão de nosso idealismo orgânico) e/ou a organização da opinião (base à democracia) pareciam suficientes para transformar nosso comportamento político coletivo assegurando a fiel execução das normas, em IPB Oliveira Vianna dosa tal ideia, chegando mesmo a desacreditá-la. Conforme o autor, para que uma norma, uma lei, uma instituição influencie o complexo cultural de determinada sociedade convertendo-se em “*atitudes ou comportamentos*” é preciso antes que ela “*passe para os costumes, torne-se hábito e tradição* e, conseqüentemente, *penetre* no indivíduo” (IPB: 64. Grifos no original). Trata-se, pois, de um processo lento, que depende da “seletividade da cultura” e/ou da “área de

⁵¹ Pensada sempre em termos de cultura política e não popular.

⁵² A saber: “conjunto de *fat*os, *sign*os ou *obj*etos, que encadeados num sistema, se correlacionam a *ide*ias, *sent*imentos, *cren*ças e *at*os correspondentes” (IPB: 62. Grifos no original).

⁵³ É este o momento da redemocratização do país. Oliveira Vianna parece aí tentar entender por que passados cerca de dez anos sob um regime centralizado não se deu uma transformação significativa no comportamento da sociedade; por que esta ainda não se encontrava preparada para a vida política? Vale lembrar que embora em menor medida, a Segunda República ainda foi um período marcado por administrações de conteúdo particularistas, sobretudo nos municípios; de prática do voto de cabresto principalmente nos redutos rurais do PSD; e mesmo nas cidades o voto era pouco racional (SKIDMORE, 1975).

modificabilidade da natureza humana” – tendência e/ou facilidade que cada sistema/ área cultural tem para incorporar novos traços – e não da coação (IPB: 97 e 100). Faz crítica aí ao que denomina metodologia objetiva de investigação do nosso direito público positivo.

Consagrada por Alberto Torres, segundo Oliveira Vianna, de um lado consolida um avanço na medida em que, superando a antiga crença da existência de tipos universais de Estado - a exemplo da metodologia clássica de Rui Barbosa, - considera “a estrutura política uma forma apenas de adaptação social, subordinada às realidades da estrutura da massa”. De outro, revela ser incompleta, porque ainda acredita “(...) no poder transformador e na capacidade da lei das elites para remodelarem as sociedades e darem-lhe novos fundamentos ou novas estruturas [quando deveríamos] reconhece[r] a capacidade criadora do povo-massa [aceitando-as] como *fatos naturais* da sua vida social e orgânica” (IPB II: 29. Grifos no original). Trata-se, pois, de uma orientação pragmática que põe “a Ciência Social a serviço da Ciência Política”, o que explica suas “divergências com [Alberto Torres, sobretudo n]o caso do Poder Coordenador, tão essencial no [seu] pensamento – e em cuja viabilidade eu [Oliveira Vianna] nunca acreditei” (IPB II: 66).

Mesmo que mais à frente o autor reconheça que, não fosse a “*utilização direta ou indireta* [de certa dose] *do princípio fundamental da técnica autoritária*, [de] um *modicum* de coação”, a sindicalização profissional urbana, a lei do serviço militar e a legislação trabalhista “não teriam tido a execução nem a eficiência que tiveram e ainda estão tendo”, ressalva que tais leis voltam-se à “desintegração de antigos *complexos* suscetíveis de modificação, ou *modificáveis*”, daí seu sucesso (IPB II: 127 e 128. Grifos no original). Outros, por sua vez, “parecem mesmo estar fora da ação modificadora do Estado [e/ou] se conservam inalteráveis pelos tempos em fora”; é este o caso do nosso complexo de clã (IPB II: 98 e 99).

Ponderando, como sempre, que “nenhuma reforma política ou constitucional vingará, aqui se alterar as nossas tradições ou o seu direito-costume”, Oliveira Vianna parece resignar-se quanto às possibilidades de erradicação do nosso espírito de clã (IPB II: 128). Conforme o autor:

Quanto ao espírito de clã – que é o mal que envenena nossa existência e cria este estado de impaciência, exasperação e agressividade, característico da nossa vida política impedindo o funcionamento normal e eficiente dos órgãos do Estado e do Governo – não creio que possamos mover contra ele uma política de eliminação completa de expurgo integral (...). Creio, porém que nos será possível sempre realizar, neste sentido, uma *política de neutralização, tanto quanto possível, dos efeitos dos espíritos de clã na nossa vida pública*. Neutralização conseguida (...) através de uma política constitucional e legislativa, que tenha conta das nossas realidades, não só as de *estrutura*, mas a de *cultura*. Porque o nosso direito costumeiro - (...) *tipos, instituições e costumes* – (...) é um produto da nossa coletividade, *exprime quatrocentos anos de ecologia social e de evolução histórica*. É uma síntese coletiva (...). O que devemos fazer é aceitar resolutamente a nossa condição de brasileiros e as consequências da nossa formação social – e tirarmos todo o proveito disso. Não há razão para nos envergonharmos de nossos clãs, da nossa politicagem e dos seus complexos políticos: somos assim porque não podemos deixar de ser assim; e só sendo assim é que podemos ser como nós somos (IPB II: 129. Grifos no original).

Nossa condição de brasileiros desponta aí não apenas como imutável, mas antes como positiva. É, porém, em *História social da economia capitalista no Brasil*, obra póstuma, que o autor melhor discute isto.

Redigida provavelmente em meados dos anos 1940, de acordo com o autor, tem como objetivo “o estudo dos efeitos ou consequências das repercussões sociais que sobre a nossa sociedade em geral (...) tem tido ou está tendo a nossa moderna estrutura industrial e supercapitalista” (HSEC: 20). Todavia, ao constatar que “a cultura capitalista [aqui] estava limitada a uma pequena fração do nosso povo; (...) o restante ainda se conservava (...) dentro de sua primitiva estrutura e da sua mentalidade pré-capitalista”, o real propósito do autor passa ser confrontar (na verdade exaltar) esse nosso espírito pré-capitalista com o espírito capitalista em ascensão no mundo todo. Opera aí uma mudança significativa em seu posicionamento.

Primeiramente, como já demonstrado por Brasil Jr. (2007: 138), “a contrapelo de suas posições anteriores, [Oliveira Vianna] revaloriza a condição clânica da formação brasileira como um elemento de estabilidade e de integração social não-conflituosa, e não de desarticulação social – como vinha sendo a tônica de sua análise desde PMB”. Isto é, ao averiguar a inexistência de conflitos de trabalho no Brasil, atribui este fato, a seu ver extremamente positivo, à “organização patriarcal da nossa população” (HSEC II: 108). Conforme o autor, uma vez que nossa estrutura latifundiária “tornou cada fazenda, cada grande domínio, cada engenho, cada estância um grupo complexo (...) único, autônomo e

exclusivo, [os operários, artífices, comerciantes] não se associaram com os operários [artífices e comerciantes] dos outros domínios ou fazenda para formarem um grupo seu, específico - de classe. Ao invés disso, ficaram ilhados dentro do seu domínio ou da fazenda (...) incorporaram-se ao clã (...) colocaram-se todos sob a égide do grande senhor de terras [o que] impediu e eliminou a luta”, o conflito social (HSEC II: 108).

Os grandes domínios e, em consequência, os clãs despontam em sua dimensão positiva, cujos efeitos, para ele, ainda se faziam sentir tanto na atividade comercial, como na industrial. Quais sejam? Nutrem a proximidade entre a “*massa trabalhadora com os patrões*” e/ou entre os “*centros industriais (urbanos) e os centros de recrutamento da massa trabalhadora (zonas rurais)*”, favorecendo, assim, o entendimento entre patrão e empregado e/ou o retorno ao campo (não gerando assim um excedente de desempregados), impedindo, assim, a constituição das condições básicas ao surgimento dos conflitos de trabalho (HSEC II: 116 e 128. Grifos no original). Somando a isso a manutenção de nossa mentalidade pré-capitalista – faz da terra, do comércio, da indústria “uma forma de vivência digna, um modo de vida nobre, não uma mera fonte de mercancia e provento monetários” (HSEC: 113), – para o autor, dá-se que, embora exista injustiça social no Brasil, inexistem conflitos sociais “capazes de embaraçar o Estado no desdobramento de uma política de *aproximação e colaboração*” (HSEC II: 127. Grifos no original). A questão social emerge aqui como um problema de justiça social e não de paz social.

Seguindo mesma linha, Oliveira Vianna parece também repensar o regionalismo, a descentralização nacional. Como bem pontua Gomes (1990: 11), “se, face ao espírito de clã e ao caudilhismo local, [para o autor,] só um poder político centralizado é capaz de evitar a anarquia e garantir a cidadania dos homens comuns, [no plano econômico] a solução mais compatível com o regionalismo de um país como o nosso é a descentralização”. Para o autor, a ampla latitude geográfica do Brasil somada à dificuldade de acessibilidade e à quase inexistência de um mercado consumidor lançam por terra as vantagens inerentes a uma “estrutura supercapitalista de estilo e conformação mamutista”, impondo a descentralização (HSEC II: 52).

Por um lado, os altos custos de frete para a circulação e redistribuição encarecem o produto final a tal ponto que torna “mais acessível à capacidade aquisitiva da população os similares elaborados (...) *in loco*, nas médias e pequenas empresas (...) em plena

obsolescência” técnica, do que “esta produção em massa, feita por processos racionalizados” (HSEC II: 54. Grifos no original). Por outro, o profundo agrarismo de nosso povo e o baixo poder aquisitivo das populações urbanas não oferecem às empresas de tipo mamutista “condições satisfatórias de absorção e consumo” (HSEC II: 56). Logo, se implantadas no Brasil, essas instalações supercapitalistas “não poderão crescer indefinidamente, nem produzir ilimitadamente, sob pena de fracasso inevitável” (HSEC II: 56). Frente a isso conclui:

(...) estamos condenados à descentralização (...) esta é a solução mais compatível (...) com a nossa rarefação demográfica, o nosso agrarismo fundamental, o nosso baixo padrão de vida, a nossa imensidade geográfica (...) extremamente agravada (...) pelas condições ainda rudimentares e deficitárias dos nossos meios de circulação material. Em vez de um grande parque unido e concentrado, maciço e imponente na sua grandiosidade *neotécnica* (...) o que terá que vir, para estar conforme as nossas realidades, será uma estrutura descentralizada, composta de parques múltiplos, de tipo *regional*, ou *estadual*, ou talvez mesmo *local*, espalhados ao longo dos nossos litorais e pelo interior dos nossos planaltos, servindo a mercados também *regionais*, mediante um sistema também *regional*, de circulação material, e ajustados às possibilidades de absorção destes mercados, de si mesmo também naturalmente limitados (HSEC II: 57. Grifos no original).

A nosso ver, Oliveira Vianna consagra aí não só uma “via alternativa ao desenvolvimento econômico capitalista”, mas aquilo que considera “a melhor” via ao desenvolvimento do capitalismo (GOMES, 1990: 13). É que ao incentivar a regionalização das nossas indústrias e “condenar” nosso parque industrial a “empresas de dimensões médias ou grandes; não, porém, gigantescas”, assegura as condições essenciais à manutenção de nossa mentalidade pré-capitalista “que tanta nobreza, justiça e dignidade espalhou na vida e nas tradições de nosso povo”, livrando-nos da ambição violenta e do desejo pelo lucro infinito característicos do capitalismo (HSEC II: 57 e 197). Fica, pois, visível o iberismo de suas colocações: promoveríamos a modernização capitalista não reproduzindo os caminhos ou técnicas que a tradição inglesa ou americana havia tomado, mas reforçando nossas tradições⁵⁴.

⁵⁴ O autor parece aí procurar responder a outros aspectos desse contexto tal qual o avanço do movimento sindical no país, agora contando com forte apoio dos comunistas, e do *american way of life* entre a sociedade brasileira graças a um cuidadoso plano de conquista dos Estados Unidos que procurava “promover a cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica, enfrentar o desafio do Eixo e consolidar-se como grande potência” (CPDOC, s/d).

Nesse sentido, referendando a posição já assinalada em IPB, o papel do Estado passa a ser “menos o de criar novos valores sociais e culturais, e mais o de desenvolver as qualidades inatas e harmoniosas instaladas historicamente pelo passado patriarcal brasileiro” (BRASIL JR., 2007: 139). O corporativismo, por sua vez, deixa de servir à formação e “crescimento de um padrão de relações sociais alternativo ao espírito de clã”, cuidando antes de “reagir e bloquear o espírito absorvente e imperialista do industrialismo” (GOMES, 1990: 13). O espírito do pré-capitalismo desponta, pois, “como um esteio capaz de evitar a explosão dos conflitos que invariavelmente acompanhariam a marcha do capitalismo pelo mundo” (BOTELHO e BRASIL JR., 2010: 261).

Recuperando sua crítica a Rui Barbosa – padece de uma mentalidade anglo-saxônica que acredita que a reprodução de um mesmo X leva a um mesmo Y, – podemos dizer que Oliveira Vianna parece almejar a consolidação de um mesmo Y: democracia inglesa (mais em IPB), capitalismo moderno (em HSEC), através de um novo X: via técnica corporativa. É esse, pois, seu ideal de Ibéria.

Os dados aqui apresentados referendam a percepção de Brasil Jr. (2007: 136) de que “a viagem empreendida pelo jovem [Oliveira] Vianna até o maduro [Oliveira] Vianna não foi uma viagem redonda”. Realmente, em uma obra elaborada ao longo de trinta anos, é mais que natural que ela passe por algumas alterações. Talvez menores ou menos “contraditórias” que as aqui reveladas, mas o fato é que as “relações complexas” nas quais o autor se encontra inserido ao longo dessas três décadas - diferentes influências teóricas, diferentes desafios políticos e sociais - fazem com que Oliveira Vianna repense constantemente seu projeto, conquanto não mude de todo sua concepção (BOTELHO e BRASIL JR., 2010).

A nosso ver, não é só o diagnóstico tecido em PMB que permanece. Tanto sua face (ou fase) ruralista, iberista, autoritária instrumental ou simplesmente autoritária, comporta certa demanda (diferente é verdade) pela iniciativa do Estado. Seja para incentivar a pequena propriedade, para organizar a opinião, para salvar a Nação ou simplesmente para assegurar a manutenção de nossas tradições o fato é que Oliveira Vianna sempre clama pelo

Estado. Parece aí desacreditar na capacidade da sociedade, por si só, “reorientar os padrões de conduta forjados nos quatro séculos de vida rural” (BOTELHO e BRASIL JR., 2010). Mais que autoritário, seu pensamento revela-se, pois, conservador, na medida em que não só clama, como legitima uma modernização pelo alto.

Capítulo 2 – Dos Cadernos ao neobismarckismo: o primeiro momento de Hélio Jaguaribe

I. Apresentação

Hélio Jaguaribe de Mattos nasceu no Rio de Janeiro em 23 de abril de 1923, filho do eminente geógrafo e cartógrafo da Comissão Rondon, General Francisco Jaguaribe, e de Francelina Santos Jaguaribe de Mattos. Formou-se em Direito pela PUC-RJ em 1946 e, em seguida, passou a advogar ativamente. Em 1953 articulou a formação do IBESP (Instituto Brasileiro de Sociologia e Política) que serviria de base ao ISEB (Instituto Brasileiro de Sociologia e Política), instituição que lhe daria fama.

Todavia, devido a divergências internas, em 1959 Hélio Jaguaribe deixou a instituição e passou a colaborar, sem vínculo permanente, com algumas instituições acadêmicas no Brasil e no exterior. Ao mesmo tempo, dedicou-se mais ativamente à atividade de empresário encabeçando o projeto de expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória. “Pequeno alto-forno de quarenta toneladas para a produção de gusa, fundado em Vitória por parentes maternos [e] carente de capital de giro”, que graças a seus esforços⁵⁵ tornou-se, nos anos 1960, “uma grande indústria siderúrgica com capacidade para produção anual de quinhentas mil toneladas de aço” (JAGUARIBE, 2000: 108).

Com o golpe militar de 1964, Hélio Jaguaribe foi para os Estados Unidos onde lecionou em diversas universidades – a saber: de 1964 a 1966 na Universidade de Harvard; de 1966 a 1967 na Universidade de Stanford; e de 1968 a 1969, no MIT (Massachusetts Institute of Technology). Ao retornar ao Brasil, em 1969, ingressou nas Faculdades Integradas Candido Mendes, onde foi diretor de Assuntos Internacionais e, quando da fundação do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), em 1979, foi designado decano.

Após a redemocratização em 1985, Hélio Jaguaribe coordenou o projeto Brasil 2000, encomendado pelo governo José Sarney. Participou da formação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988. Foi secretário de Ciência e Tecnologia do governo

⁵⁵Leiam: obtenção de capital junto a “uma grande *trading* alemã, Ferrostal A-G” combinada “com o apoio do BNDE, fornecendo os equipamentos e investindo na empresa o lucro desse fornecimento” (JAGUARIBE, 2000: 108).

Fernando Collor de Mello em 1992, deixando o cargo quando aprovado o impeachment do presidente. Ainda hoje, embora em menor quantidade, o autor continua a escrever livros – o último data de 2008, – e tem matérias e textos publicados em jornais.

Nesses quase noventa anos de vida Hélio Jaguaribe publicou cerca de quarenta livros e diversos artigos sobre os mais variados assuntos e abarcando um espaço de tempo bastante vasto. O próprio autor divide sua atividade intelectual em seis diferentes áreas: 1) trabalhos teóricos no plano da Ciência Política e da Sociologia; 2) estudos no campo de Relações Internacionais; 3) trabalhos sobre América Latina; 4) estudos filosóficos; 5) trabalhos relacionados com o desenvolvimento; e 6) estudos histórico-sociológicos (JAGUARIBE, 2000). A nosso ver, isto não apenas torna inviável uma análise do conjunto da obra, como improcedente. Tendo em vista que as ideias tendem a responder aos desafios postos pelo contexto, o que Hélio Jaguaribe escreveu em 1950 é bastante diferente do que escreveu quer durante o período da ditadura, quer nos anos 1990 ou 2000. Optamos assim por analisar o que consideramos o primeiro momento de sua produção ou, conforme definição de Bresser-Pereira (2000: 237), “o momento do desenvolvimento ou da busca do bem estar”: momento que assinala o surgimento, a maturação, e a posterior consolidação do projeto desenvolvimentista no governo JK, “quando a industrialização era o grande desafio do país”⁵⁶.

Ainda que sua obra, diferentemente da de Oliveira Vianna, tenha sido pouco estudada – excetuando as análises gerais sobre o ISEB, são poucos os trabalhos que tratam especificamente do autor⁵⁷, – consideramos importante procedermos da mesma forma que no capítulo anterior: apresentamos primeiramente o debate já existente, incluindo análises gerais sobre o ISEB, para em seguida analisarmos a obra do autor. Uma vez que, no

⁵⁶ Bresser-Pereira (2000: 237) distingue três momentos na obra de Hélio Jaguaribe: o momento do desenvolvimento, acima referido, nos anos 1940 e 1950; “o momento da democracia ou da liberdade, quando nos anos 1970, a redemocratização do país torna-se a meta principal a ser atingida; e o momento da social democracia ou igualdade, quando recuperando a liberdade, coloca-se o problema das igualdades, não apenas jurídica, mas real”.

⁵⁷ De fato, encontramos apenas três – o livro *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe* de Lovatto (2010), a dissertação de mestrado de Silva (2005) *Hélio Jaguaribe e a reforma política para o desenvolvimento*, e a tese de doutorado de Roma Filho (1999) *Dualidade e revolução no pensamento isebiano: as visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré* – e mais uma coletânea de estudos em sua homenagem – Venâncio Filho (2000), *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*.

período aqui considerado, a trajetória intelectual de Hélio Jaguaribe está diretamente vinculada ao percurso que levou à criação e à posterior cisão interna do ISEB, faz-se necessário à análise um breve resumo da história deste instituto.

II. Breve histórico do ISEB

Ainda que o momento de fundação do IBESP e do ISEB seja devidamente conhecido – o primeiro data de 1953, ano da publicação do primeiro número da revista *Cadernos do Nosso Tempo*; o segundo é criado por Decreto em 14 de julho de 1955 por João Café Filho, – quando se trata de identificar suas primeiras origens não há consenso. Em geral, as análises consideram como seu marco a formação do chamado Grupo Itatiaia - conjunto de intelectuais que se reuniam no Parque Nacional de Itatiaia para discutir teoria e desejosos em “impulsionar um pensamento genuinamente brasileiro” (BARIANI, 2005: 249). Há outros, porém, que o reconhecem como anterior: remontaria ao suplemento cultural da Quinta Página do *Jornal do Comércio* – espaço cedido, por Augusto Frederico Schmidt, a um grupo de intelectuais⁵⁸ para exporem os resultados de seus estudos. Uma vez que, dentre os que partilham desta opinião, encontramos o próprio Hélio Jaguaribe, utilizaremos esta perspectiva.

São poucas as informações a respeito dessa experiência no *Jornal do Comércio*. Conforme Hélio Jaguaribe (2005), a ideia era fazer uma página cultural com textos sobre política, economia, poesia etc. Todavia, o que se observou foi uma predominância do debate filosófico⁵⁹ – “a intenção era encontrar uma formulação epistemológica (encaminhada, sobretudo, para as ciências sociais) que permitissem (...) superar o dilema positivismo-marxismo” – e “um começo daquilo que se tornou uma das orientações do ISEB: a vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade” (JAGUARIBE, 2005: 31). Ainda assim, para o autor, esse movimento não só foi bem sucedido como “teve certa repercussão em

⁵⁸ Além de Hélio Jaguaribe, coordenador do grupo, integravam-no Oscar Lorenzo Fernandes, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho e Candido Mendes (JAGUARIBE, 2005).

⁵⁹ É neste período que Hélio Jaguaribe escreve *A Filosofia no Brasil*, texto de natureza eminentemente filosófica, marcado pela preocupação com a produção filosófica no Brasil.

grupos intelectuais de São Paulo com preocupações afins ao grupo do Rio” (JAGUARIBE, 2005: 32). Criam-se aí as condições que levariam à formação do chamado Grupo Itatiaia.

Passando a atuar a partir de agosto de 1952, tal grupo ficou assim conhecido por se reunir no Parque Nacional do Itatiaia – situado a meio caminho do Rio e de São Paulo, – em local cedido pelo Ministério da Agricultura. Reunindo-se para “conversas sistemáticas” no último fim de semana de cada mês, congregava intelectuais paulistas e cariocas “católicos, antigos integralistas, conservadores e outros de posições mais à esquerda” (BARIANI, 2005: 249)⁶⁰. Para Hélio Jaguaribe (2005: 33), foi justamente “esse conflito de procedências ideológicas”, combinado ao choque de interesses entre paulistas e cariocas que “levou o Grupo Itatiaia à divisão” – enquanto os primeiros pensavam os debates em termos puramente filosóficos, os intelectuais do Rio tinham um enfoque mais sociológico procurando não só pensar a realidade brasileira, mas encontrar resposta aos desafios do subdesenvolvimento. Tendo predominado a posição dos cariocas, os demais intelectuais paulistas acabam por se afastar do grupo, com exceção de Roland Corbisier, que muda de posição (JAGUARIBE, 2005).

“Cristalizada [essa] vocação de estudos dos problemas brasileiros, [o] grupo, remanescente das reuniões em Itatiaia, cria [em 1953] o IBESP” dando-lhe uma forma institucional (BARIANI, 2005: 250). Embora vivendo de pequenas contribuições de seus próprios membros⁶¹ e com encontros extemporâneos, tal grupo editou uma revista, os chamados *Cadernos do Nosso Tempo*⁶², onde eram publicados os textos dessas discussões. Editados entre 1953 e 1956, totalizam apenas cinco volumes, mas que vieram a marcar época.

Como bem assinala Bariani (2005: 250), tais trabalhos “geralmente não contêm citações e/ou preocupações acadêmicas”, são antes textos engajados, “textos de construção e combate que denotam a preocupação essencial dos autores: influir decisivamente na realidade brasileira”. Ainda assim, trazem importantes contribuições teóricas a questões

⁶⁰ Entre os cariocas, além dos intelectuais já atuantes no Jornal do Comércio, podemos listar Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel e Nelson Werneck Sodré. Já entre os paulistas encontram-se Roland Corbisier, Ângelo Simões de Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto e Miguel Reale.

⁶¹ Na verdade, das contribuições de Hélio Jaguaribe, pois era ele quem “financiava do próprio bolso [com seus proventos de advogado] a edição da revista *Cadernos do Nosso Tempo*” (PEREIRA, 2005: 131).

⁶² Vale notar que em diversos trabalhos, incluindo o de Simon Schwartzman, um dos mais importantes sobre o tema, a revista é tratada por *Cadernos de Nosso Tempo*. Todavia o nome correto, inscrito na capa dos cinco volumes da revista, é *Cadernos do Nosso Tempo*.

latentes na década de 1950, tais como o ademarismo, o populismo, e, sobretudo, o desenvolvimento. Conforme Schwartzman (1979: 03), “a importância do IBESP e dos *Cadernos* é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes”. Destaque aí para a importante participação de Hélio Jaguaribe, que além de editor da revista foi o membro com o maior número de artigos publicados, bem como, os de maior repercussão⁶³.

Tendo em vista as limitações acima listadas, combinada à hábil negociação empreendida por Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier junto ao governo, em julho de 1955 o IBESP transformou-se no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. Órgão permanente do Ministério da Educação e Cultura, tinha a função formal de promover cursos avulsos, conferências e publicações, ao passo que se pretendia um laboratório de pesquisa da realidade brasileira⁶⁴. Conforme Bariani (2005: 255), comparado ao IBESP, o ISEB “alargou o espectro das análises, agregou novos temas e aventurou-se tanto no debate intelectual quanto social e politicamente, procurando uma maior inserção”⁶⁵. Coube a Hélio

⁶³ É importante destacar que em muitos desses artigos a autoria não está declarada, ou melhor, o autor simplesmente não é identificado pois, como aponta Hollanda (2012: 610), os *Cadernos* tratavam de uma produção coletiva, como se os “autores e indivíduos dilu[issem-se] em projeto coletivo” do IBESP. Ainda assim, pelo linguajar, termos e temas utilizados, combinado ao fato de ser Hélio Jaguaribe o editor da revista, pode-se “com alguma segurança” atribuir-lhe a autoria de determinados textos – tais como editorial / apresentação e estudos. Os artigos em que essa autoria está subentendida e não declarada, na bibliografia, têm o título seguido de um asterisco (*).

⁶⁴ Vale notar que, conforme Jaguaribe (2005: 34 e 35), o projeto inicial “previa duas coisas: em primeiro lugar algo como o Collège de France [órgão que reconhece pessoas sem carreira na universidade, porém importantes luminárias]. Em segundo lugar (...) uma grande editora que permitisse ao intelectual brasileiro um apropriado instrumento de difusão de ideias e o acesso a livros de alta cultura, traduzidos para o português. Porém, por questões financeiras, tal plano só pôde se concretizar em escala mais modesta: “um instituto de estudos que desenvolvesse um esforço editorial”.

⁶⁵ Consagra, aí, a ideia levantada por Alberto Torres. Acreditando “que somente um grupo diferenciado (...) poderia operar a obra da reconstrução nacional” o autor previa em seu projeto de revisão da Constituição a criação de “um Instituto de Estudos dos Problemas Nacionais, órgão vinculado ao governo que deveria ter a função de fazer o estudo dos problemas práticos da terra e da nacionalidade brasileira, de seus habitantes e de sua sociedade” (FERNANDES, 2010: 113).

Jaguaribe o papel de “estrela central” do grupo⁶⁶. Líder intelectual, cede, porém, o cargo de direção (que lhe seria natural) a Roland Corbisier, ficando responsável pelo departamento de Ciência Política⁶⁷ - “área básica, em torno da qual giravam os demais” (SODRÉ, 1978: 16).

Ao longo de seus nove anos de existência é possível distinguir três fases do ISEB: uma primeira de 1955 a 1958 sob orientação de Hélio Jaguaribe, uma segunda de 1959 a 1962 sob a direção pessoal de Roland Corbisier, e a última de 1962 até o fechamento do instituto em 1964, quando a figura de Álvaro Vieira Pinto ganha destaque. Conforme Toledo (1982: 187. Grifos no original), enquanto a primeira fase “se caracteriza pela manifestação de posições ideológicas extremamente ecléticas e conflitantes”, a segunda “corresponderia àquele [momento] onde a ideologia nacional-desenvolvimentista é *hegemônica* no interior do ISEB” e a terceira ao “movimento político pelas *Reformas de Base*”. Isso deixa entrever uma mudança não apenas no posicionamento político-ideológico do instituto, mas também em sua orientação, haja vista as mudanças conjunturais então processadas.

Conforme Pereira (2002: 141), em sua primeira fase, a fórmula assumida pelo ISEB “está diretamente relacionada com a liderança exercida por Hélio Jaguaribe”. Por conceber o ISEB “como um centro de estudos que agruparia uma *intelligentsia* voltada à compreensão dos problemas brasileiros”, defendia a pluralidade e a liberdade de pensamento, ao passo que era contrário a qualquer forma de ativismo político (PEREIRA,

⁶⁶ Essa ascendência intelectual de Hélio Jaguaribe fica clara em um longo elogio feito por Roland Corbisier (1979: 85) em sua *Autobiografia filosófica*. “Conhecíamos sem dúvida, homens inteligentes, os mais inteligentes do país (...). Jaguaribe, no entanto, era inesperado, surpreendente. Falava com segurança total e rapidez vertiginosa, em nível de abstração que lembrava Hegel (...). Ouvi-lo falar, discorrer, dissertar, abundante e ininterrupto como as metralhadoras, era realmente um espetáculo extraordinário, fascinante. A testa crescia, os olhos fuzilavam, as palavras se multiplicavam, animadas por um ímpeto que jamais desfalecia, na construção de translúcidos edifícios conceituais. Entendia de tudo e sobre todos os assuntos pontificava, com a mesma desenvoltura e a mesma prolixidade. Para dar expressão ao seu pensamento, complexo e poderoso, inventava neologismos em profusão, tais como ‘epicológico’, ‘faseológico’ etc. (...). Lia com a mesma rapidez com que falava e retinha tudo que lia. E dissertava sobre cada assunto, mesmo especializado, como se não fizesse outra coisa senão estudá-lo, como se fosse um especialista em todos os assuntos (...). Em determinando momento nos convencemos (...) de que havia surgido finalmente um líder, o nosso Lênin, o teórico e o prático da revolução brasileira. Lembro-me de uma ocasião em que Vicente [Ferreira da Silva] declarou: ‘Não tenho condições de resistir ao Jaguaribe, vou entregar-me a ele e eleger-lo mestre e líder’”.

⁶⁷ No âmbito docente, o ISEB contava com cinco Departamentos responsáveis pela organização de cursos e demais atividades culturais patrocinadas pela instituição: Filosofia – Álvaro Vieira Pinto; História – Candido Mendes; Sociologia – Guerreiro Ramos; Ciência Política – Hélio Jaguaribe; e Economia – Evaldo Correa Lima (TOLEDO, 1982).

2002: 145). Para o autor, em virtude de seus limites como instituição – “era formada por intelectuais que, na sua maioria, não lidavam com as questões operacionais da política de desenvolvimento e não teriam como se destacar na luta político-partidária”, – o ISEB não poderia exercer qualquer outra função que não as propriamente intelectuais (PEREIRA, 2002: 149). Conquanto tenha sido em torno dessa concepção que os intelectuais inicialmente se agruparam, já em 1957 ela deixara de ser consenso no grupo.

Conforme Pereira (2002: 150), “em suas trajetórias individuais, [Roland Corbisier, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto] vão passando por modificações quanto à sua adesão a determinadas ideias e à sua percepção a respeito do papel do intelectual na conjuntura política e social em que se movem”. Além de assumirem o nacionalismo como orientação predominante no ISEB, passam a exigir certo engajamento do instituto no sentido tanto da mobilização da sociedade civil ao exercício da pressão política, como da resolução dos problemas práticos do desenvolvimento⁶⁸. Opera-se aí uma divisão do instituto entre os partidários de um “ISEB acadêmico” e aqueles favoráveis a um “ISEB mais ativista” (PEREIRA, 2002: 153). Apesar disso, tal polarização só se tornaria patente quando da polêmica, e posterior crise, gestada em torno da publicação do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* de Hélio Jaguaribe.

Conforme Sodré (1978), esta crise teve início quando (no exercício interino da direção do ISEB) ele recebeu, em dezembro de 1958, um ofício da UNE (União Nacional dos Estudantes). Solicitando “urgentes esclarecimentos a respeito da publicação” do referido livro, este órgão dizia-se surpreso com a publicação, pelo ISEB, de algo “que era apontado pela opinião pública como livro dos trustes estrangeiros” (SODRÉ, 1978: 34). Para o autor, o que realmente impressionava era o fato de que “o livro ainda não fora

⁶⁸ É importante destacar que tal mudança está em parte relacionada ao movimento de autocrítica experimentado pela esquerda no final dos anos 1950, e ao clima de desencantamento com o desenvolvimentismo resultado das crises política, econômica e social. Conforme Martins (2008: 20 e 126), de um lado as repercussões das denúncias de Krushev e a Declaração de Março do PCB abriram espaço para outras vertentes teóricas de esquerda que não aquelas definidas exclusivamente pelo PCB, tal qual o “projeto de intervenção efetiva nas camadas populares no sentido de uma possível conscientização e democratização da cultura”; de outro a crise econômica e social na qual o país adentrava (que se torna patente em 1958) e o desencadeamento de inúmeras tensões sociais levam os autores “a reforçar conceitos como classe, conflito social, revolução social, e a questionar as teses desenvolvimentistas”.

colocado no mercado e, portanto, não havia condenação da opinião pública”⁶⁹ (SODRÉ, 1978: 34). Contudo, uma vez que as teses então defendidas por Hélio Jaguaribe eram, no mínimo, polêmicas – opõe nacionalismo de meios ao nacionalismo de fins e legitima a utilização de capital estrangeiro à promoção do desenvolvimento nacional, – o Conselho Curador⁷⁰ foi convocado para debater o caso.

Segundo Sodré (1978: 45), terminadas as discussões era possível notar que as posições “repartiam-se, ostensivamente, em duas áreas: a dos que pretendiam colocar a preservação do ISEB acima da querela originária e a dos que pretendiam colocar a querela acima da preservação do ISEB”. Enquanto os primeiros levantavam a moção pela manutenção da pluralidade inicial do instituto – a responsabilidade pelo livro seria, pois, exclusivamente de Jaguaribe, – os segundos entendiam que tais ideias “contrariavam a orientação predominante do instituto” e sugeriam o afastamento do autor (SODRÉ, 1978: 46). Não se sabia a qual orientação eles se referiam, posto que, até então, os intelectuais tinham total autonomia dentro do ISEB. Essa contradição fez com que, ao final, a moção favorável a Hélio Jaguaribe saísse vencedora. Ficou, porém, como saldo uma explícita divisão do instituto, que foi seguida da saída de diversos membros, dentre os quais Hélio Jaguaribe⁷¹ e Guerreiro Ramos⁷². A partir de então se deu início a segunda fase do ISEB.

⁶⁹ Segundo Sodré (1978: 36), isso se deve ao fato de que, a despeito das divisões internas já listadas, esta crise tratou, sobretudo, de uma manobra de Guerreiro Ramos para conquistar a direção do ISEB e revogar sua posição essencialmente acadêmica. Fortalecido internamente, quer pelo intenso trabalho que exercia junto ao Departamento de Sociologia – com apoio da FIESP estruturou um Centro de Estudos e Pesquisas orientado para o desenvolvimento de análises sobre os problemas concretos da economia brasileira, – quer por ser um dos únicos membros do ISEB que se dedicava integralmente às atividades dentro do instituto, Guerreiro Ramos gabaritava-se ao exercício de uma posição de liderança. Todavia, para tal era preciso não só destituir Roland Corbisier da função de diretor, mas derrubar a influência exercida por Hélio Jaguaribe. Conforme Sodré, “pela estima de que [este] gozava como líder de todos os componentes (...) teria de ser por um escândalo, que levasse a luta para o exterior e que, colocando-a em termos ideológicos, obrigasse as pessoas, as organizações, as entidades nacionalistas e democráticas, a uma tomada de posição”. Daí Guerreiro Ramos ter levado o livro à UNE e incitado sua manifestação.

⁷⁰ Vale notar que, quando de sua criação, o ISEB compunha-se de três órgãos: Conselho Consultivo – órgão de orientação geral constituído de 50 membros designados pelo Ministério de Educação e Cultura; Conselho Curador – órgão de direção composto de oito membros também designados pelo Ministério de Educação e Cultura; e, por fim, Direção Executiva – órgão de execução das deliberações do Conselho Curador, composto por um Diretor eleito pelo Conselho Curador dentre os seus membros (TOLEDO, 1982).

⁷¹ Conforme o autor sua saída do ISEB deveu-se à manobra política processada por Roland Corbisier durante o período de férias. “Com o receio de ser destituído, pelo Conselho, da direção do ISEB [ele] obteve uma alteração dos estatutos do ISEB, convertendo-o em órgão consultivo e tornando o diretor designável por ato do Ministério da Educação” (JAGUARIBE, 2005: 37).

Conforme Hélio Jaguaribe (2005: 37), essa segunda fase do ISEB “foi uma etapa intermediária”. Transcorrendo de março de 1959 até a eleição de Roland Corbisier para deputado estadual em 1962, não alterou a “tradição de estudos e de seriedade acadêmica” que lhe era característica, mas passou a ser utilizado “como instrumento de propaganda eleitoral”⁷³. Obviamente que tal colocação precisa ser ponderada⁷⁴; sem embargo, ela nos permite vislumbrar a principal mudança que ocorrera na instituição. Se durante sua primeira fase “não ficou claro até que ponto o Instituto seria um *think tank*, um formulador de ideias, ou se seria um agrupamento político em estado larvar, uma organização voltada para a ação política dentro da sociedade”, nesta segunda fase, ainda que suas atividades não deixassem de estar ligadas a propósitos culturais e intelectuais, o ISEB passou a intervir mais ativamente no debate político tendo, agora, o nacionalismo como opção política-ideológica oficial (FERNANDEZ, 2000: 179).

Tal ativismo se fez sentir na considerável ampliação do número e de locais que passaram a receber os cursos extraordinários do ISEB⁷⁵. Tendo como público desde sindicalistas, a estudantes e militares, evidencia “o direcionamento *para fora* promovido por Roland Corbisier” responsável por ampliar enormemente “as ligações do Instituto com a sociedade”; nada comparável, porém, ao que este alcançaria em sua terceira fase (PEREIRA, 2002:173. Grifos no original).

Eleito em 1962, Roland Corbisier foi levado a deixar a direção do ISEB. Assumiu em seu lugar Álvaro Vieira Pinto, que exerceu esta função até o fechamento do instituto em 13 de abril de 1964. Conforme Pereira (2002: 186), nesta fase, com um grupo mais coeso, o ISEB pode ser “uma obra coletiva desenhada a partir das determinações de diferentes

⁷² Em texto de 1963, Guerreiro Ramos assim interpretava sua saída: “por questão de princípios, retirei-me do ISEB [visto que] a partir de dezembro de 1958, o ISEB se transformou numa agência eleitoreira, e ultimamente, numa escola de marxismo-leninismo” (RAMOS *apud* TOLEDO, 1982: 189). O fato é que, como aponta Martins, o novo contexto da sociedade brasileira inaugurado no final dos anos 1950 levou Guerreiro Ramos à revisão crítica de seus trabalhos. Buscando “dar uma nossa interpretação ao processo de desenvolvimento brasileiro [mantém os] argumentos nacionalistas que procuram reiterar a centralidade da emancipação nacional [ao passo que] destaca o proletariado como ator da revolução nacional e a política como locus de promoção do desenvolvimento”; opõe-se aí ao que denomina perspectiva internacionalista que então teria assumido o debate (MARTINS, 2008: 123).

⁷³ Hélio Jaguaribe refere-se aí ao apoio do ISEB à candidatura do Marechal Teixeira Lott à Presidência da República.

⁷⁴ O mesmo se aplica ao balanço de Nelson Werneck Sodré a respeito da crise de 1958. Uma vez que tanto ele como Hélio Jaguaribe participavam do grupo, suas análises dos fatos e dados em torno do ISEB estiveram relacionadas às suas expectativas pessoais.

⁷⁵ De três em 1958 passaram-se para nove em 1959. Além do Rio De Janeiro, recebem cursos Porto Alegre e Salvador (PEREIRA, 2002).

trajetórias individuais agrupadas em torno de princípios mais ou menos comuns e na defesa de bandeiras igualmente comuns”. Entre seus membros encontravam-se “isebianos históricos”, como Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, e “isebianos de última hora”, como Osny Pereira Duarte, Wanderley Guilherme dos Santos e Carlos Estevam Martins (TOLEDO, 1982).

A despeito das dificuldades financeiras enfrentadas pelo instituto no período – em 1961 o ISEB ficou sem sua dotação orçamentária, – seus membros tiveram muito trabalho. Num primeiro momento, “os cursos extraordinários, os seminários, as conferências avulsas, tiveram um aumento considerável” (PEREIRA, 2002: 188). Posteriormente, o ISEB não apenas passou a colaborar com os CPCs (Centros Populares de Cultura⁷⁶) como, influenciado pelos mesmos, lançou “duas coleções voltadas para o público popular: os Cadernos [do Povo] Brasileiro” – publicação dirigida fundamentalmente à classe trabalhadora, com seus títulos diretos, explosivos e na forma de questionamento procurava incidir no debate político nacional – e a “História Nova, [movimento que] pretendia contar a história do Brasil a partir do ponto de vista das classes populares e através de uma linguagem popular” (MARTINS *apud* PEREIRA, 2002: 204). É, pois, evidente a mudança de direção que se processara no instituto.

Conforme Toledo (1982: 189), “diante do caráter entreguista do Governo JK e desvanecidas as promessas do desenvolvimento que beneficiassem toda a Nação, [o ISEB] faz coro com todos os grupos políticos (frente parlamentar nacionalista, confederação de trabalhadores, movimento estudantil etc.) que pleiteiam alteração nas estruturas básicas da sociedade”, e perfila-se ao lado da “luta pelas *Reformas*: Agrária, Bancária, Universitária etc.”⁷⁷. Foi justamente esta guinada à esquerda - segundo Hélio Jaguaribe (2005),

⁷⁶ Criados em 1961, no Rio de Janeiro, os CPCs refletem uma tentativa de construção de uma cultura nacional, popular e democrática, por meio da conscientização das classes populares. Tendo como ideia norteadora a noção de “arte popular revolucionária”, instrumento privilegiado para a revolução social, tais centros impulsionam uma série de iniciativas: encenação de peças de teatro em porta de fábricas, favelas e sindicatos; publicação de cadernos de poesia vendidos a preços populares; realização de filmes autofinanciados (KORNIS, s/d).

⁷⁷ Essa colocação de Toledo precisa ser ponderada. Trata de explicação ideológica em resposta ao contexto específico dos anos 1960, quando a associação do governo JK ao “entreguismo” – defensores do capitalismo associado – se tornou palavra de ordem.

responsável por tornar o ISEB “um eco do PC”⁷⁸ - que despertou a ira dos militares. Como consequência, quando do golpe, deu-se não apenas o fechamento do instituto e a apreensão de seus documentos, arquivos e publicações, mas também a instauração de um IPM (Inquérito Policial Militar) para apurar suas atividades.

III. As leituras sobre Hélio Jaguaribe e o ISEB

Como vimos, são poucos os trabalhos que analisam especificamente o autor. Já os que tratam do ISEB são vários, com enfoques igualmente diferenciados. Há aqueles que abordam o pensamento de um único autor isebrino⁷⁹ ou comparam os de dois, outros que se debruçam sobre uma temática específica, e outros que procuram mesmo desvendar a lógica subjacente às produções do instituto. Ainda que a palavra *nacionalismo* esteja inscrita no título da maioria deles, a nosso ver, quando tomados em conjunto, tais trabalhos podem ser divididos em dois grandes grupos: de um lado, aqueles que integram o debate gestado com a publicação do livro de Toledo (1982); de outro, os que apontam para outros aspectos do instituto, tal como sua ação política. Tendo em vista que mesmo as análises sobre Hélio Jaguaribe acabam por dialogar com algumas dessas interpretações, faz-se relevante entendê-las antes de passarmos à análise do autor.

III.1. O debate em torno de *Fábrica de ideologias*

Publicado em 1978, *ISEB: Fábrica de ideologias* é um livro importantíssimo, porque “primeiro trabalho que procurou sistematizar a produção intelectual do ISEB no seu

⁷⁸ Em entrevista concedida em março de 1988 Jaguaribe (1988: 12) afirma: “na verdade, o final do ISEB, a meu ver não foi feliz, porque foi arrastado por uma visão primária do marxismo barato, do comunismo de tipo muito fácil, e se tornou órgão de ‘agit prop’ e não um centro de pensamento. (...) na verdade, no final, o ISEB era um eco do PC, não tinha mais vida própria”.

⁷⁹ A título de curiosidade, tomando como referência o recenseamento bibliográfico em torno do ISEB feito por Edison Bariani Junior, verificamos que dentre os autores do ISEB, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto foram os mais estudados (15 trabalhos têm no título o nome de Guerreiro Ramos e oito o de Álvaro Vieira Pinto). Depois deles encontram-se Nelson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe, ambos com quatro cita es (BARIANI, 2005).

período desenvolvimentista” (PEREIRA, 1998: 259). Buscando identificar linhas gerais, fontes filosóficas e limites das formulações isebianas, Toledo (1982: 18) aponta para o caráter eminentemente ideológico desta instituição; sua produção, longe de caracterizar um puro exercício de pensar, consiste antes num esforço para “forjar uma precisa e determinada ideologia”: a ideologia do desenvolvimento.

Conforme o autor, tendo a função de pensar o desenvolvimento nacional, o ISEB promoveu uma reabilitação das ideologias por entender que “no interior das formações sociais, ditas subdesenvolvidas (...) caberia [às elites intelectuais] forjar novas ideologias” de modo a transformar a realidade de que participavam (TOLEDO, 1982: 35). Para Toledo, ainda que tal colocação possa parecer aceitável se direcionada a sociedades decadentes, não eram nelas que os isebianos⁸⁰ estavam pensando. Para eles, essa exigência caberia, justamente, às “nações subdesenvolvidas onde já se instalaram efetivas condições para aquele processo de desenvolvimento” garantindo, assim, que este se realizasse ordenadamente (TOLEDO, 1982: 35). Ou seja, ainda que as transformações da estrutura semicolonial que suscitaram o desenvolvimento tenham se processado espontaneamente, no entender dos isebianos, somente a partir da formação de uma ideologia assegurar-se-ia que essas “mudanças assum[iriam] a feição de processo, conduzindo, promovendo e incentivando um desenvolvimento nacional integrado, harmonioso e sem grandes disparidades regionais” (TOLEDO, 1982: 38). Assumiam, pois, que “*não haver[ia] desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional*” (CORBISIER *apud* TOLEDO, 1982: 37. Grifos no original).

Como consequência, Toledo (1982: 49) entende que tais autores “foram incapazes de se livrarem da *ideologização* da própria ideologia”. Isto se fez sentir, primeiramente, “na hegemonia que procurava[m] defender para a ideologia do desenvolvimento nacional” (TOLEDO, 1982: 50). Concebendo-a como expressão dos interesses gerais da Nação, representação autêntica das camadas em ascensão, segundo Toledo (1982: 51), eles tanto escamotearam a existência de ideologias dominantes e dominadas no interior da formação social - a ideologia do desenvolvimento nacional aparece, pois, destituída de seu sentido negativo, - como não puseram em questão a “sempre problemática relação entre elites

⁸⁰ Utilizo a expressão isebianos/isebianas para me referir às formulações, seguindo definição de Toledo, dos “isebianos históricos”; são eles: Guerreiro Ramos, Candido Mendes, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto (TOLEDO, 1982).

intelectuais [de origem pequeno-burguesa] e as massas proletárias”. Além disso, para o autor, tal ideologização se fez notar na confusão entre ciência e ideologia que subjazia em suas produções.

Tomando como exemplo os livros de Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto, Toledo aponta para o fato de que “os isebianos teriam conferido à prática ideológica atributos que se confere normalmente à ciência” (PEREIRA, 1998: 261). Conforme o autor, em *Formação e problema da cultura brasileira* Roland Corbisier pressupõe a ideologia como saber engajado. “Construída basicamente para transformar a realidade” permite, ao mesmo tempo, “alcançarmos o saber de nós mesmos e do que queremos ser” (TOLEDO, 1982: 52). A ideologia parece aí não só desempenhar a mesma função cognoscente da ciência, como esta só se torna possível em razão da primeira; “a transformação racional da nossa circunstância exige o *seu prévio conhecimento*, conhecimento este que, por sua vez, *só se torna possível em consequência desse projeto anterior* de transformação” (CORBISIER *apud* TOLEDO, 1982: 52. Grifos no original). Ademais, Toledo (1982: 60) aponta que, embora Álvaro Vieira Pinto não entenda que a ciência só seja possível a partir da prévia elaboração de uma ideologia, ao pressupor, no livro *Consciência e realidade nacional*, a ideologia do desenvolvimento nacional como a verdade do momento histórico brasileiro, porque autoconsciência e projeto da Nação, acaba investindo-a “da própria dignidade do saber científico”; torna-a critério de orientação e validação do conhecimento objetivo. Logo, para o autor, em ambos os casos a ciência parece estar “suspensa e inteiramente dependente do crivo ideológico” – este tanto sanciona os resultados da prática científica como, no caso específico das Ciências Sociais, informa seus fundamentos teóricos (TOLEDO, 1982: 60). E, na medida em que a ideologia “é investida do caráter de *práxis*, privilegia-se sempre a segunda” à primeira (TOLEDO, 1982: 178).

Para Toledo, foi justamente este o ponto que levou o ISEB à mistificação e obscurecimento da consciência das classes dominadas. Conforme o autor, por conceber o plano econômico como responsável por todas as determinações da vida social, os isebianos atribuíram ao desenvolvimento a faculdade de liquidar com todas as formas de alienação (econômica, política e cultural) que o “país” sofreria (porque subdesenvolvido e não dado sua relação de produção), bem como de integrar naturalmente os interesses das classes sociais. Sua promoção tratar-se-ia, pois, da revolução nacionalmente necessária; aquela

que, dentro do próprio capitalismo, seria capaz de colocar “no interior da nação, *nas mãos do povo*, das massas trabalhadoras, o centro de suas decisões históricas” (VIEIRA PINTO *apud* TOLEDO, 1982: 78. Grifos no original). Nesse sentido, recusavam o conflito capital x trabalho – nacionalmente o conflito de classes se faria sentir na oposição entre classes produtivas *versus* improdutivas, Nação *versus* antinação – e proclamavam “o nacionalismo como ideologia autêntica” (TOLEDO, 1982: 117). Como resultado, confundiram e enfraqueceram as classes, impossibilitando sua conscientização.

Segundo o autor, ainda que o ISEB não tenha sido o único fiador desse discurso aliancista e nacionalista, ao difundir-lo foi responsável por tornar as organizações e movimentos sociais “incapacitados de organizar as camadas populares e proletárias para a realização de seus objetivos e compromissos históricos de classes” (TOLEDO, 1982: 175). Não bastando, ao pressuporem o desenvolvimento econômico brasileiro sob moldes capitalistas como projeto capaz de representar os interesses fundamentais dos setores e camadas populares, tais autores pareceram (ou pretenderam?) ignorar quer que o desenvolvimento do capitalismo não se faz de forma homogênea, quer que distintas classes sociais podem conceber, por si próprias, modelos antagônicos de desenvolvimento econômico e social. Consagraram, pois, uma ideologia situada nos quadros do pensamento da classe hegemônica.

É, porém, Franco (1978) quem melhor trabalha esta ideia. Autora responsável por prefaciар o livro de Toledo, publica, posteriormente, o texto *O tempo das ilusões*, em que denuncia o caráter classista da doutrina propugnada pelo ISEB. Conforme a autora, autodenominado centro de estudos e “visando ao incentivo e à promoção do desenvolvimento nacional”, as determinações sociais do pensamento do ISEB – “suas concepções de cultura, de realidade, de história” – foram “as legadas pelo patrimônio intelectual burguês” (FRANCO, 1978: 156). Tendo como referência obrigatória de seu raciocínio a realidade nacional, tais autores trabalharam com a ideia da existência de um povo indiviso e assumiram a Nação como sujeito da história. Por sua vez, ao pressuporem que esta “só adquire efetividade ao passar pelo mercado de bens industrializados”, ambicionaram “um progresso em direção à ordem capitalista” (FRANCO, 1978: 156). Logo, “por desenvolvimento econômico [temática principal nos trabalhos do ISEB] deve

compreender-se industrialização e aumento de produtividade, silenciando-se sobre as relações de produção” (FRANCO, 1978: 156).

Conforme Franco (1978: 182 e 179), não bastando “o esvaziamento conceitual e a falta de precisão teóricas” dos isebianos – passam de um idealismo extremado a um empirismo místico, - sua releitura do conceito de alienação - “é distorcido, separado das suas determinações de classe [resultaria da dependência internacional e não do capital] e referido à Humanidade” – somada à caracterização da sociedade civil como matéria informe a ser forjada via desenvolvimento, lhes possibilitou “negar como principal a contradição capital-trabalho” dissolvendo-a no antagonismo Nação/antinação – “briga é mais com o estrangeiro que com o capital”. Para a autora, ao erigirem o imperialismo como “sede da irracionalidade e da violência”, inimigo principal da Nação, tais autores apresentaram “o nacionalismo, a industrialização e a aliança de classes que os legitima, como as mediações da *salvação universal*” (FRANCO, 1978: 178. Grifos no original). O capitalismo parece, pois, surgir como “o reino da liberdade”, via real e possível, porque “superadora da contradição nação/antinação” (FRANCO, 1978: 184 e 176).

Segundo Franco, é justamente esse ponto que coloca a doutrina elaborada pelo ISEB no domínio da ilusão. Ao escamotear a existência de diferentes interesses de classe e afastarem sua luta para “um infinito imprevisível”, os isebianos propagaram a ilusão (“essencial ao modo capitalista de produção”) de que as relações entre trabalhador e proprietário são “de troca simples, em que ambos obtêm um equivalente” (FRANCO, 1978: 191). Uma vez que a riqueza, os benefícios do desenvolvimento capitalista se difundiriam pela sociedade, “a disciplina, a operosidade, a economia” puderam despontar como “*sistema de valores*” (FRANCO, 1978: 191. Grifos no original). Nesse sentido, “a articulação das interpretações sobre a industrialização, sobre o progresso, sobre nacionalismo e o imperialismo”, presente nas formulações do ISEB, serviu a determinado interesse de classe: possibilitou “a montagem da dominação ideológica da burguesia moderna” (FRANCO, 1978: 197). Mais à frente Franco conclui:

(...) o sentido do projeto de desenvolvimento econômico e social do ISEB, o significado prático que tiveram no processo de “modernização” do país [devem ser pensados em termos da] expressão de uma consciência de classe, de sua importância para organizar a sociedade conforme os requisitos e os interesses da “burguesia nacional”. [Seu pensamento] longe de [caracterizar] uma frouxa, despropositada,

inocente fraseologia, (...) está firmemente amarrado num sistema, cujo ecletismo e cujas “inconsistências teóricas” mesmo o sustentam em sua eficácia prática, confluindo no processo de afirmação do capitalismo (FRANCO, 1978: 207).

Diversos foram os autores a partilhar desta perspectiva. Mesmo antes da publicação desses dois textos, Debrun (1962) e Lebrun (1963) fizeram críticas, neste mesmo sentido, ao livro *Consciência e realidade nacional* de Álvaro Vieira Pinto. Conforme Debrun (1962: 237), livro responsável por finalmente configurar a ideologia do desenvolvimento⁸¹, seguiu uma orientação eminentemente prática, como se tivesse “urgência de uma definição política”. Daí que ao distinguir e focalizar as “noções de objetividade, historicidade, racionalidade, totalidade, atividade, liberdade, nacionalidade” buscava fundamentar ou esclarecer os princípios da política nacionalista (DEBRUN, 1962: 238). Para Debrun (1962: 269), ainda que Álvaro Vieira Pinto não pretendesse “inventar a qualquer preço a cobertura ideológica de uma prática prévia”, ao pressupor a ideologia do desenvolvimento como a verdade ideológica daquele momento, seu pensamento despontou como uma “ideologia dentro da ideologia” - “os fatores ideológicos [afiguram-se] não como componentes exteriores da política desenvolvimentista (...) e sim como sua essência, como condição básica de seu significado”.

Já para Lebrun (2005: 175), o principal problema do livro de Álvaro Vieira Pinto consistiu em “oscilar sempre” entre uma posição racionalista e um “irracionalismo de fato”. Exemplo disso é a ambiguidade de seu nacionalismo: não obstante o próprio autor afirmar que o nacionalismo que defendia não se tratava de “uma ideologia grosseiramente xenófoba (...) muitas passagens de seu livro parecem exprimir um nacionalismo estreito [quase que] um abscesso de fixação”⁸²(LEBRUN, 2005: 175). Segundo Lebrun (2005: 185), ambicionando sempre a tomada de consciência pela Nação, Álvaro Vieira Pinto não apenas recusou qualquer caráter universal à cultura ocidental, como acabou por condenar “todo saber teórico que não oferecesse utilidade imediata para [seu] desenvolvimento”.

⁸¹ Para Debrun (1962: 237), por apresentar uma “concepção geral da história, no sentido de entender melhor e de tentar dominar um momento privilegiado, vivido pelas totalidades nacionais que fazem irrupção no cenário mundial; [conter uma] interpretação de conjunto da esfera ideológica, destinada a desmascarar a falsidade, a inautenticidade ou a nocividade de certas ideologias, bem como a projetar a luz adequada sobre a ideologia que melhor se coaduna com a história presente de determinadas coletividades; [e expressar um] esforço por encontrar os princípios que, esclarecendo a política, lhe devam poupar a queda no imediatismo e no oportunismo”, este trabalho se define como uma ideologia.

⁸² Isso pode ser notado em citações como: “a partir de agora será alienada toda consciência que não se comportar como reflexo da realidade brasileira, mas persistir no culto de concepções e estilo de vida estrangeiros” (LEBRUN, 2005: 170).

Posteriormente, nos anos 1980 os principais adeptos (ainda que não de forma intencional) de tal posição são Mota (1977) e Ianni (1984). Segundo Mota (1977: 156. Grifos no original), os anos 1950 caracterizaram-se pela formação de um poderoso sistema ideológico em que “as ideias de consciência nacional, aspirações nacionais, cultura brasileira e cultura nacional [foram] suficientemente fortes para mascarar *quase* todos os diagnósticos sobre a realidade brasileira”. Sendo o ISEB uma de suas principais frentes de elaboração, teve “a aliança entre as classes [como seu] pressuposto básico” (MOTA, 1977: 173). Conforme o autor, ambicionando a modernização, “e com ela a independência econômica e a autodeterminação” do país, os representantes do ISEB “preconizam o advento de uma *intelligentsia* nacional, aberta aos problemas do país e empenhada em sua solução”, como base à conscientização popular (MOTA, 1977: 169 e 166). Para estes, somente a partir da formulação de uma ideologia (pela *intelligentsia*) esclarecer-se-ia a sociedade dos problemas de base do país, criando, pois, as condições à superação do subdesenvolvimento nacional e à consolidação da sociedade burguesa. Logo, de modo semelhante a Toledo (1982), Mota (1977: 169) entende que o ISEB não apenas “nutriu de ideologia as ciências (...) ao ponto de não saber onde terminava uma, onde começava outra”, como expressou uma ideologia burguesa.

Já Ianni (1984: 57), ao analisar as principais características do modelo neobismarckiano formulado na primeira fase do instituto, classifica o ISEB como “um grupo de intelectuais que se empenhava em criar uma ‘ideologia do desenvolvimento’ e torná-la uma espécie de ‘ideia força’ do capitalismo industrial, monopolista”. Conforme o autor, tendo como base uma compreensão dualista da sociedade brasileira – “era principalmente arcaica, tradicional, com poucos segmentos modernos” – os isebianos atribuíam às “elites esclarecidas e deliberantes” (via controle ou exercício de influência junto ao aparelho de Estado) papel principal “na definição e condução do desenvolvimento econômico” (IANNI, 1984: 58). Como consequência, negaram “qualquer papel político especial às [demais] classes sociais” e legitimaram um Estado autoritário – o Estado surge aí “como instituição privilegiada, um tanto independente da sociedade civil, à qual parece impor-se de cima” (IANNI, 1984: 60). Para Ianni (1984: 61), tendo como meta acelerar o desenvolvimento econômico, o modelo neobismarckiano almejava, pois, “a realização da hegemonia econômica e política da burguesia industrial”.

Se muitos foram os adeptos dessa perspectiva, outros tantos foram seus críticos. Em 1978, Lamounier (1978: 153) publica o texto *ISEB: notas à margem de um debate* em que critica a tese de que o ISEB fora o “grande responsável por certa intoxicação ideológica obscurecendo” a consciência das classes. Conforme o autor, ainda que o estudo de Toledo apresente “uma competente reconstituição dos textos”, faltou-lhe “uma referência mais exata ao contexto político em que atuava o ISEB” (LAMOUNIER, 1978: 154). Caso o fizesse, entenderia primeiramente que “seria anacrônico e exagerado cobrar dos isebianos uma discussão a respeito das teorias das classes sociais”, pois, naquele momento, não só era baixo o grau de institucionalização das Ciências Sociais no país, como pouco se sabia a respeito das classes (PEREIRA, 1998: 262). Ademais, perceberia que nos anos 1950 “o jargão nacionalista significava justamente (...) crítica ao status quo; significava tomada de consciência de inúmeros problemas entre os quais o da desigualdade (...) e, sobretudo, significava abertura política, abertura de um espaço maior para a participação” (LAMOUNIER, 1978: 156).

Para Lamounier (1978: 157), longe de um obscurecimento ideológico, o ISEB foi responsável “por um diagnóstico substantivo” da realidade brasileira que denuncia o controle de “pontos estratégicos na estrutura de poder” por parte dos setores antinacionais e conclama os setores progressistas à formação de “uma ampla aliança entre eles e deles com o Poder Executivo”. Se se propõe à formulação de uma ideologia, é porque a apreende em seu sentido positivo, enquanto “conjunto (...) de bases para arregimentação de forças para a formulação de políticas específicas” e não como mecanismo à dominação de classe (LAMOUNIER, 1978: 158). Logo, conforme o autor, embora “o diagnóstico substantivo do ISEB, nas condições da década de 1950 po[ssa] ser questionado”, não seria correto desqualificá-lo (LAMOUNIER, 1978: 158).

De fato, para Lamounier (1978: 157) o pensamento do ISEB esteve mais próximo da análise das condições objetivas da política - que “impõe alianças e barganhas”- do que de um obscurecimento. Mesmo que ao orientar sua atividade a “encontrar e definir um terreno de aliança política” tenha revelado certa acomodação, isto não a torna ilegítima (LAMOUNIER, 1978: 158). Mais à frente conclui: se quisermos ser críticos, a verdadeira crítica ao ISEB deveria se centrar no fato de que este “jamais elaborou uma teoria

satisfatória da organização e da representação política; [limitou-se a] um populismo ou plebiscitarismo implícito”⁸³ (LAMOUNIER, 1978: 156).

Em 1985, as críticas a tal perspectiva vêm de Ortiz em seu livro *Cultura brasileira e identidade cultural*. Enfocando a retomada e atualização da temática cultural pelos intelectuais do ISEB, Ortiz (1985: 48) situa este pensamento junto aos “movimentos e intelectuais nacionalistas e/ou terceiros mundistas”. Para o autor, tanto os conceitos de alienação, colonialismo ou autenticidade cultural, propagados pela *intelligentsia* do ISEB, estavam claramente relacionados ao contexto mundial dos anos 1950⁸⁴, como é possível pensar certa identidade entre as teses isebianas e a obra de Franz Fanon⁸⁵, já que ambos relacionam a “formação da cultura nacional e autônoma (...) à luta de libertação nacional em oposição ao domínio cultural, político e econômico dos países desenvolvidos” (ORTIZ, 1985: 49).

No que tange às colocações de Toledo (1982) e Franco (1978), Ortiz (1985: 46) aponta para “um descompasso entre a realidade e a crítica uma vez que os conceitos são articulados a nível político e a crítica é sobretudo de caráter filosófico”. Para o autor, mesmo que “ao erigir a nação como categoria central de reflexão [o ISEB] encobre as diferenças de classe e elabora uma ideologia que unifica capitalista e trabalhadores (...) seria difícil argumentar que esta ideologia serviu de algum modo para que se desse uma hegemonia da classe dirigente no país. Para que isso pudesse ocorrer, seria necessário que os trabalhadores internalizassem a ideologia produzida”; possibilidade esta que a própria história se encarregou de eliminar (ORTIZ, 1985: 47). Nesse sentido, de modo semelhante à Lamounier (1978), Ortiz sustenta que, a despeito de seu ecletismo teórico, o ISEB foi responsável por uma reflexão crítica da realidade nacional. Suas formulações corresponderam política e intelectualmente ao contexto da época, não podendo ser classificado como aparelho hegemônico da burguesia.

⁸³ É importante destacar que ao defender o ISEB Lamounier (1978) tem em vista mais diretamente as ideias de Guerreiro Ramos. Procurando construir uma Ciência Política sem ruptura, opõe-se a Toledo (1982), que desqualifica o ensaísmo.

⁸⁴ Refere-se aí ao contexto da descolonização da África e da Ásia quando, sob posse dessas categorias (alienação e situação colonial) os povos periféricos tomaram “uma posição ofensiva no interior do *world system*” passando a encarnar “respostas em relação a este quadro de dominação internacional” (ORTIZ, 1985: 66. Grifos no original).

⁸⁵ Psiquiatra, escritor e ensaísta, foi um pensador influente no século XX, quando publicou obras inspiradas nos movimentos de libertação anticoloniais.

Já nos anos 1990 tal perspectiva será partilhada por Pécaut em seu livro *Intelectuais e a política no Brasil*. Ainda que entenda que “muitas das acusações [feitas nos anos 1980 ao ISEB] são incontestavelmente fundamentadas”⁸⁶, para o autor faz-se necessário uma nova abordagem visto que os intelectuais isebianos não apenas “estavam imersos no vasto movimento nacionalista que percorreu o Brasil, [como] se situavam ao lado das forças progressistas” (PÉCAUT, 1990: 124). Procurando “acompanhar os isebianos em sua aspiração a criar, através da ideologia, as condições para liberar o dinamismo das forças produtivas, e para emancipar o povo e nação” Pécaut (1990: 124) busca analisar a lógica de ruptura e racionalidade presente nessas formulações.

Segundo o autor, o Brasil dos anos 1950 e 1960 vivenciava um quadro bastante semelhante ao da Alemanha do século XIX quando “tudo girava em torno das interações entre o atraso econômico e a política” (PÉCAUT, 1990: 126). Sendo assim, da mesma maneira que na Alemanha “do atraso objetivo” formaram-se as condições para “um avanço da consciência”, base para um desenvolvimento mais racional, “seria justamente o atraso do Brasil que lhe permitiria colocar-se, por meio da ideologia, acima do momento atual, e afirmar a possibilidade de uma história comandada pela razão” (PÉCAUT, 1990: 126).

Para o ISEB, continua, era o atraso - sequela de “uma relação de opressão econômica e cultural” e não da fraqueza do caráter nacional - que nos possibilitaria “não recorrer às forças de mercado, mas controlar o desenvolvimento, orientando-o segundo um projeto voluntarista” (PÉCAUT, 1990: 126). Planejamento e projeto despontariam aí como dois termos centrais deste discurso, indicando o modo como a “nação se torna sujeito de sua história” (PÉCAUT, 1990: 127). Segundo Pécaut (1990: 127), “o elogio da consciência, da racionalidade e da ruptura teve para os isebianos o valor de uma revolução; (...) foi por alçarem plena consciência que os intelectuais pensaram estar vivendo uma ruptura”. Daí seu culto à ideologia do desenvolvimento - cria o sentimento “de que nada escapa à vontade humana”, unindo a Nação em torno do projeto.

Frente a isso, o autor sustenta que seria apressado criticar “esses pensadores por terem esquecido a luta de classes”. Haja vista “o ceticismo dos teóricos da época quanto às

⁸⁶ Para o autor, os isebianos realmente promoveram “uma proliferação sem limites do discurso ideológico” e como consequência criaram “um universo imaginário que se mantém pela referência a um inimigo” – neste caso o estrangeiro e as forças não produtivas – e “um universo paralelo, profundamente obscuro e opaco [expresso na] inconsciência radical” – o subdesenvolvimento refletiria o estado de alienação da Nação (PÉCAUT, 1990: 128).

potencialidades da classe operária”, as alternativas postas pelos isebianos, ainda que estereotipadas, “expressam a resolução de se colocarem ao lado do povo”, difundem “a ideia de uma oposição radical entre os nacionalistas e os seus inimigos, como também entre o povo e os elementos antipopulares”. Evidenciam, pois, “a intensidade do mito da libertação nacional, e se insere[m] no projeto de uma ruptura que permite fundar a política sobre novas bases” (PÉCAUT, 1990: 133). Têm, pois, sentido progressista.

Em resumo, podemos dizer que esse primeiro grupo de leituras sobre o ISEB trata do embate entre as análises que, apontando a falta de rigor teórico das obras isebianas, acusam-no de não ter compreendido a realidade sociopolítica e econômica brasileira, obliterando o avanço de uma consciência revolucionária *versus* as análises que reconhecem que, não obstante suas imprecisões teóricas, o ISEB foi responsável por um diagnóstico crítico da realidade brasileira, não representando o pensamento da classe hegemônica.

Na virada do século, em trabalho acerca das ideias de Álvaro Vieira Pinto, Cortes (2003) recupera esse debate agora sob uma nova perspectiva. Embora crítica ao esquecimento a que foi relegada essa obra⁸⁷ – consequência das acusações e críticas da escola uspiana, – forma aí “o mais bem-sucedido cânone interpretativo da história da inteligência e da sociedade brasileira”, que dita ao leitor o que ler no que lê – entende que “a fortuna crítica das ideias isebianas e, particularmente da obra de Vieira Pinto não deve ser compreendida [em termos] de [uma] polarização entre os intelectuais do Rio de Janeiro e os de São Paulo”, ou de um conservadorismo de suas ideias, mas antes como expressão de distintos modos de ver o Brasil (CORTES, 2003: 25, 28 e 30).

Conforme Cortes (2003: 20), os motivos para a repulsa das ideias e do estilo de pensar de Álvaro Vieira Pinto “são historicamente explicáveis”: devem-se ao fato de ele “representar a mais bem elaborada inteligência historicista acerca da realidade nacional [justamente quando] tal paradigma entrava em colapso”. O fato é que a nova geração de cientistas sociais, os “teóricos da teoria da dependência”, consagrando os novos ares teóricos do estruturalismo, são críticos à razão dualista – “típica dos intelectuais nacionalistas da década de 1950 [que] sustentava[m] a conjunção do binômio democracia &

⁸⁷ “Suas ideias, seus conceitos e até mesmo seu vocabulário” são hoje quase que totalmente desconhecidos não porque expressam uma época já ultrapassada - “os chamados anos dourados ainda pulsam e os ecos da sua vida cultural permanecem vibrando em nossos ouvidos”, - mas porque a geração intelectual que o sucedeu “repeliu e hostilizou suas ideias; (...) rejeitou seu modo [e do ISEB?] de entender e explicar a sociedade brasileira” (CORTES, 2003: 26 e 27).

crescimento econômico”, - contrariam “a perspectiva historicista (a que chamam de romântica ou pré-científica)”, rejeitam “qualquer possibilidade de ação política inspirada nos ideais nacionalistas” e redefinem o papel *intelligentsia* no Brasil (CORTES, 2003: 28). Negam aí “validade teórica e propriedade política ao paradigma nacional-desenvolvimentista”, porém com base em uma percepção totalmente diversa da realidade nacional⁸⁸.

Nesse sentido, para Cortes (2003: 34 e 38) o que provocou “a fratura intelectual entre os pensadores isebianos e a nova geração de cientistas sociais” não foi uma superação e/ou aprimoramento do modelo interpretativo do primeiro, mas o “conflito entre dois estilos intelectuais e os seus respectivos modos de avaliação do Brasil em geral”. Aponta aí para a dimensão central desta querela: o lugar (contexto histórico, “preferências teóricas, atitudes epistêmicas e condutas intelectuais”) a partir do qual esses autores falam (CORTES, 2003: 44). Conforme Cortes:

Dos anos 1950 até a década de 1970 ocorreram profundas alterações econômicas, demográficas, políticas, sociais (...) a experiência do entre guerra – desemprego em massa, insegurança, preços estáveis em queda – era [para essa nova geração] histórica, e não parte de sua experiência. Além disso, no Brasil (e também no mundo) a universidade se tornara o principal centro aglutinador da vida intelectual, viu inflar suas estruturas de ensino e de pesquisa além de passar por um inédito processo de massificação com o crescente ingresso de jovens desvinculados (...) dos estratos mais tradicionais da sociedade. [Estes, desde já] contestadores, [ao] defrontar[em-se] com um governo ditatorial (...) confirma[ram] suas certezas acerca da urgência de se reinventar o mundo sob novos padrões de inteligência, vida e conduta (...) superior à singeleza dos modos de pensar ordinários [ao ponto mesmo de] não rest[ar] sequer a mais vaga possibilidade de um diálogo razoável [com o pensamento isebiano] (CORTES, 2003: 40 e 44).

Logo, para a autora, não apenas a produção do ISEB, mas também a própria crítica precisa ser contextualizada, visto que ambos os grupos, movimentos procuravam responder aos desafios do seu tempo - promoção do desenvolvimento urbano-industrial *versus* promoção da revolução social, - ao mesmo tempo em que dialogavam com seus contemporâneos – teoria do desenvolvimento *versus* novo marxismo, teoria da dependência. Ainda que tal perspectiva se deva em grande parte ao fato de a autora

⁸⁸ Vale notar que os trabalhos de Toledo, Carvalho, Mota e Ianni foram produzidos já no período da ditadura militar e tinham como propósito questionar o projeto de desenvolvimento então implementado - justamente uma reedição, ainda que de forma mais aprofundada, do projeto de JK.

procurar dialogar com a teoria da dependência, aponta para um importante aspecto a qualquer pesquisa: a necessidade de se analisar não só o que os autores dizem, mas como e quando dizem.

Por ora, não discutiremos o mérito dessas posições; vale, contudo, ressaltar que as análises acima listadas (porque basais) não foram as únicas a compor tal debate. Diversos outros trabalhos, mesmo aqueles cuja temática parecia passar ao largo deste embate, acabaram se posicionando. Do lado dos acusadores (leiam adeptos da perspectiva de Toledo) podemos listar, entre outros, os trabalhos de Marinho (1986) e o de Lovatto (2010). Do lado dos defensores (críticos a Toledo) encontram-se as teses de Roma Filho (1999) e Pereira (2002), bem como os trabalhos de Bresser-Pereira. Passemos agora à análise do segundo grupo de leituras sobre o ISEB.

III.II. Para além da polêmica: outras interpretações sobre o ISEB

O principal trabalho a integrar esse segundo conjunto de leituras sobre o ISEB é a tese de doutorado de Abreu, *Nacionalism et action politique au Brésil: une etude sur l'ISEB*, defendida na França em 1975 e até hoje não publicada em português. Atribuindo o surgimento do ISEB à crescente preocupação da “intelectualidade brasileira em exercer influência sobre os centros de poder no que diz respeito à definição de uma política econômica voltada para o desenvolvimento” nos anos 1940 e 1950, a autora caracteriza o grupo de intelectuais que o compõe como “um grupo de interesse” – grupos que se constituem, se organizam e empreendem uma ação voltada para o exercício da influência ou de uma pressão estruturada sobre os centros de poder de modo a converter essa pressão em decisões consoantes com os interesses do grupo (ABREU, 2005: 97). Conforme Abreu (1975: 287), o ISEB procurou não só formular alternativas políticas para o desenvolvimento brasileiro, mas exercer influência sobre os centros de decisão política com vistas a tornar suas propostas orientações gerais da política de desenvolvimento. Consagrou-se, aí, como “um dos centros mais importantes de elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista que marcou todo o processo político brasileiro” até a queda de João Goulart.

Não obstante isso, Abreu (2005: 99) entende que o ISEB não obteve sucesso “em aceder aos centros de decisão e orientar a condução política do desenvolvimento do país”⁸⁹ por conta de dois fatores. De um lado as transformações que se processaram na sociedade brasileira naquela época acabaram por fazer dos intelectuais do ISEB “um tipo de intelectual de transição” - detém cultura geral e consciência das mudanças sofridas e necessárias ao país, mas não o saber técnico agora necessário para participar da definição da política econômica a ser implementada (ABREU, 2005: 103). De outro, havia “uma defasagem entre o momento que o ISEB explicitou seu projeto de desenvolvimento nacionalista e a fase em que se encontrava o desenvolvimento industrial brasileiro” (ABREU, 2005: 104). Segundo Abreu, quando os intelectuais do ISEB formularam seu projeto a oportunidade de uma alternativa nacionalista não mais existia. Exemplo disso é tanto o projeto desenvolvimentista, baseado na cooperação internacional, formulado pelo governo JK, como as alianças estabelecidas entre a burguesia industrial e o capital estrangeiro. Logo, o malogro do ISEB resultou do fato de seus intelectuais e projeto já estarem superados, o que se fez sentir na mudança da própria forma de ação do instituto⁹⁰.

Para a autora, enquanto nos primeiros anos de sua atividade “os procedimentos predominantes [no ISEB foram] a argumentação, a persuasão, por intermédio de cursos, de conferências e de estudos sobre os problemas do desenvolvimento brasileiro e a indicação de solução para esses problemas” - privilegiavam, pois, a possibilidade de conversão do saber em influência, - nos anos 1960 este procurou se aliar com grupos localizados na periferia dos centros de poder passando a utilizar a pressão como forma de realização de seus objetivos (ABREU, 1975: 287). Isto é, face à inoperância de seus primeiros procedimentos para influir nos centros de decisão política, o ISEB acabou por abandonar sua postura de “grupo de interesse” atuando agora como “grupo de pressão”; justamente, o que “desencadeou intensa campanha contra as atividades da instituição” (ABREU, 2005: 114).

⁸⁹ Tem aí como referência a CEPAL, cujas ideias foram influentes em toda a América Latina. Conforme Bielschowsky (2000: 20 e 24), procurando “na esteira ideológica da hegemonia heterodoxa keynesiana [consolidar uma] versão regional da teoria do desenvolvimento”, a CEPAL foi responsável pela formação do método histórico-estruturalista, baseado no argumento da condição periférica – pressupõe que desenvolvimento em países periféricos segue caminho distinto ao dos países centrais.

⁹⁰ De modo diverso, entendemos que é o protagonismo então exercido pela CEPAL, somado ao fato de que o ISEB não possuía um projeto muito específico, que explicam tal insucesso e não o seu nacionalismo (até porque este não era consenso) ou sua baixa capacidade técnica (vale lembrar que alguns membros do ISEB produziram análises de conteúdo técnico).

Pereira (2005: 121) contesta esta tese por entender que o ideal de mobilização política sempre existiu no ISEB e que as condições históricas, de fato, lhes favoreceram “num outro sentido”. Para o autor, as transformações em curso na sociedade brasileira na década de 1950 asseguraram aos intelectuais isebianos “uma relativa autonomia no campo de produção de ideias” (PEREIRA, 2005: 121). Ou seja, sem embargo as “relações estreitas que estabelece com os centros de poder”, a nova conjuntura histórica possibilitou ao ISEB não comprometer o conteúdo de sua produção intelectual submetendo-a a interesses políticos (PEREIRA, 2005: 122). Para Pereira (2005: 122 e 130), longe de “traidores da cultura”, os intelectuais do ISEB foram “sujeitos capazes de articular elementos da conjuntura para fazê-los jogar a seu favor”, a exemplo da campanha eleitoral de JK – “fornecem contribuição intelectual (...) acreditando ser ele o sujeito histórico da transformação”.

Logo, para o autor, “o significado da produção e da ação dos intelectuais do ISEB [não residiu] em sua capacidade ou não de orientar o processo de decisões políticas, [mas] na capacidade de articulação entre cultura e política (...) demonstrada desde a antevéspera do ISEB” (PEREIRA, 2005: 122). Favorecidos pela conjuntura histórica dos anos 1950 – o aprofundamento do processo de racionalização do Estado e do debate acerca das opções de condução da política econômica não só favorece a “afinidade de ideias, de motivações e de interesses entre intelectuais e políticos” como “amplia a importância dos intelectuais na sociedade”, passando a exigir sua participação no poder, – os intelectuais do ISEB estabeleceram “uma relação [bastante] particular entre cultura e política” (PEREIRA, 2005: 124). “Não se trata mais de desenvolver um pensamento que serve apenas a fins intelectuais”, mas de refletir de forma a exercer papel de natureza política (PEREIRA, 2005: 127).

Nesse sentido, Pereira (2005: 128) entende que o estudo da problemática nacional pelo ISEB bem como sua própria institucionalização foi resultado da “opção deliberada de [seus] intelectuais” de intervir na realidade, e não de imposições externas ao campo intelectual. Se os isebianos conferiram “à produção das ideias um caráter político”, continua, o fizeram por acreditar “na necessidade de intervenção do intelectual na realidade socioeconômica nacional” e não para assegurar interesses de qualquer natureza (PEREIRA,

2005: 128 e 126). Seja em 1950 ou 1960 afirmaram-se como *intelligentsia*⁹¹ cujo papel seria justamente “mobilizar os setores da sociedade” para a tomada de consciência dos problemas brasileiros (PEREIRA, 2002: 73). A única mudança consistiu em que: ante a homogeneidade alcançada pelo ISEB nos anos 1960, lhes foi possível uma “aproximação maior em relação às camadas populares” (PEREIRA, 2002: 117).

Essa ideia, do ISEB como *intelligentsia*, é partilhada por Schwartzman (1979) no livro *Pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Conforme o autor, constava da agenda do IBESP (mantida durante a primeira fase do ISEB) “o esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época, com a análise, em particular, das ideias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o estudo sistemático do Brasil”, sobretudo, de seu subdesenvolvimento (SCHWARTZMAN, 1979: 03). Mesmo que suas análises econômicas, em essência, não diferissem das proposições da CEPAL⁹², para Schwartzman tal grupo inovou ao se propor “a assumir uma liderança política nacional por meios próprios” (SCHWARTZMAN, 1979: 04).

De acordo com Schwartzman (1979: 04), diferenciando-se quer dos pensadores políticos do passado para quem “as ideias políticas faziam tudo”, quer dos pensadores de influência marxista para os quais as ideias “podiam pouco”, o IBESP sagrou-se “um grupo intelectual com projeto político próprio”. Pressupondo que “eram os intelectuais, mais do que suas ideias ou partidos, que poderiam, um dia, tomar o destino do país em suas mãos”, atribuíam aos intelectuais, e a si mesmos, “um papel muito mais importante do que Mannheim havia pretendido para sua *intelligentsia*”: por ter uma “visão verdadeira do

⁹¹ Utilizamos aqui a perspectiva “mannheimiana” de *intelligentsia*: camada intersticial, situada não acima, mas entre as classes sociais, capaz de adotar e enfocar questões levantadas sob várias perspectivas. Tem como missão avaliar, diagnosticar e refletir sobre a realidade e suas alternativas de modo a promover a síntese: reconhece a relatividade dos diversos pontos de vista transcendendo-a (MANNHEIM, 1974: 95).

⁹² Tais semelhanças poderão ser observadas mais à frente. Por ora, vale destacar que a análise da CEPAL nos anos 1950 sinteticamente apontava para: 1) a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio das economias periféricas quer porque “a estrutura de produção e emprego subdesenvolvidas impedia a periferia de reter os frutos do progresso técnico”, quer resultado do “excesso de mão-de-obra na agricultura subdesenvolvida da periferia”; 2) a tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos durante o processo desenvolvimento, o que impunha a prática de uma industrialização por substituição de importações - “altera a composição das importações” em resposta às necessidades da indústria; 3) os graves problemas de insuficiência de poupança e divisas que assolavam as economias periféricas, haja vista a baixa produtividade de todo os setores, a estrutura fiscal obsoleta do poder público e os suntuosos padrões de consumo das classes ricas. Em resposta a esse “diagnóstico d[os] problemas estruturais da produção”, demandava a ação estatal e a programação do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000: 28, 29 e 35).

conjunto” não se colocava além das ideologias, tinha antes o poder de construir a ideologia verdadeira, “passo inicial para as transformações sociais que o país exigia” (SCHWARTZMAN, 1979: 04 e 05).

Uma última interpretação que queremos elencar neste segundo conjunto de leituras sobre o ISEB trata da dissertação de mestrado de Silva (2005). Embora seu objeto não seja propriamente o ISEB, mas Hélio Jaguaribe, por apresentar uma interpretação pouco usual faz-se interessante estudá-la⁹³. Tendo como recorte as obras produzidas entre 1950 e 1960, Silva (2005: 05) procura analisar as “formulações pioneiras sobre o planejamento da economia” apresentadas por Hélio Jaguaribe.

Conforme o autor, por entender que o Brasil vivenciava uma profunda crise, resultado do processo de desencaixe entre o sistema produtivo (que passa a adquirir caráter urbano-industrial) e a cultura política (de caráter propriamente colonial), Hélio Jaguaribe pressupunha como fundamental “encontrar o caminho do desenvolvimento planejado antes que o país chegasse ao colapso” (SILVA, 2005: 07). Embora tal modelo de planejamento não permaneça o mesmo em seus textos – muda a partir das transformações processadas com o passar dos anos, – Silva (2005: 08) entende que todos eles partilhavam de um ponto comum: a percepção da “reforma política como o fator dinâmico das transformações sociais”.

Para Silva (2005: 25), “a tese central que Jaguaribe procura demonstrar em todos os textos é que os desequilíbrios provocados na economia brasileira pelos pontos de estrangulamento só poderiam ser ultrapassados se houvesse uma correspondente reforma político-institucional no aparelho de Estado”. Pensada em termos da substituição do “modelo de economia de exploração e [d]as práticas políticas e culturais ligadas a ele” em favor de um novo corpo político representante dos setores vinculados ao progresso, ela seria fundamental à racionalização da sociedade e seu consequente desenvolvimento (SILVA, 2005: 25). Silva parece, assim, entender o projeto ideológico e o planejamento para o desenvolvimento como estando atrelados a uma anterior reforma político-institucional.

⁹³ Vale destacar que dos três trabalhos que tratam especificamente de Hélio Jaguaribe este é o único que procura apresentar uma linha de interpretação própria, mesmo que superficial. Como vimos, tanto a análise de Lovatto (2010) como a de Roma Filho (1999), embora tenham como recorte somente a obra de Hélio Jaguaribe, ao final acabam por se situar junto ao debate em torno de *Fábrica de ideologias* (1982).

Ainda que o autor não afirme isso explicitamente - de fato, como o próprio Jaguaribe, caracteriza o “desenvolvimento [como] um processo social global”: o desenvolvimento de uma esfera da vida social é produto e produtor do desenvolvimento da outra, - ao referir-se ao texto de Paiva (1980) Silva deixa entrever tal entendimento (SILVA, 2005: 26). Conforme o autor, parafraseando Paiva, “a reforma político-institucional [é] o único meio de transformar os valores culturais de maneira adequada às mudanças causadas pelo processo de industrialização”, provendo assim um desenvolvimento equilibrado. O Estado desponta como “instituição mestra para Jaguaribe” porque capaz de “agregar as normas e procedimentos necessários para a elaboração do planejamento (...) [e] aglutinar a sociedade em torno de uma comunidade de valores e interesses”. Mais à frente, continua, é ele “o espaço mais apropriado para uma ação política hegemônica das forças progressistas na implantação e validação do projeto nacional de desenvolvimento” (SILVA, 2005: 38).

Não obstante o “modelo ideal de Estado” de Hélio Jaguaribe mudar com o passar do tempo – se em 1953 cabia ao Estado “direcionar e construir todas as formas de investimentos produtivos através de uma ruptura com a propriedade privada”, em 1955 sua função passou a ser “orientá-la [a propriedade privada] para o desenvolvimento industrial através de uma maior capacidade de organização social e estabilidade nas relações de mercado”, – para Silva (2005: 49) permanece a certeza de que somente a partir de sua reforma “seria possível impulsionar o projeto ideológico” e com ele o planejamento do desenvolvimento. Logo, longe de uma ideologia de classe, ou um grupo de interesse, o que orientou o pensamento de Hélio Jaguaribe (poderíamos estender ao ISEB?) foi o objetivo de promover a reforma política para o desenvolvimento; entendimento este que em muito lembra algumas interpretações sobre Oliveira Vianna.

Mais uma vez é importante ter em vista o contexto a partir do qual esses autores falam. Se Abreu (1975) e Schwartzman (1979) escrevem no auge da ditadura, momento do chamado “acerto de contas com as esquerdas”, Pereira (2005) e Silva (2005) o fazem já nos anos 2000 sob um regime democrático, e tendo como horizonte as teses do novo desenvolvimentismo. Uma vez que nosso objetivo aqui não é esgotar as leituras sobre o ISEB, mas compreender o debate principal para balizar nossa análise, passemos agora ao exame da produção de Hélio Jaguaribe.

IV. O primeiro momento de Hélio Jaguaribe

Nos três artigos publicados na *Revista Brasileira de Filosofia* (1951 - *Que é filosofia?*; 1952 - uma resenha do livro de Karl Jasper intitulada *Origem e meta história*; e 1954 - *A crise da universidade*) e no texto *A Filosofia no Brasil*, originalmente publicado no Jornal do Comércio em 1952, Hélio Jaguaribe realiza um debate teórico a respeito dos temas em questão. Destaque aí para a análise acerca das razões “da falta de originalidade e de autenticidade da filosofia brasileira”, o que se faz sentir, “como observou Oliveira Vianna”, na transplantação de “fórmulas e doutrinas [independentemente] das relações dialéticas entre as estruturas econômica, social e cultural e normas de poder” do país (FB: 08 e 20). Ainda que, mais à frente, o autor retome algum aspecto desses trabalhos (sobretudo este debate sobre a filosofia brasileira⁹⁴), em geral seu pensamento se define menos como um debate teórico e mais prático, como se procurasse, a todo o momento, influenciar os rumos dos acontecimentos.

De modo semelhante a Oliveira Vianna, no primeiro trabalho de Hélio Jaguaribe⁹⁵ encontra-se o cerne de sua obra (aqui analisada): o Brasil vivencia uma conjuntura de crise, cuja resolução passa pela elaboração de uma nova ideologia em sentido ao desenvolvimento. Embora as causas, tipos, bem como a própria concepção de crise mudem ao longo do tempo, resultado quer da própria maturação de suas ideias, quer dos diferentes desafios postos pelo contexto, a busca pelo desenvolvimento perpassa toda sua obra; é o principal móvel de suas ideias. Antes de passarmos à análise de como se constrói e se transforma este discurso, observemos primeiramente quais as fontes teóricas que o orientaram.

⁹⁴ Até porque este era um tema bastante comum dentro ISEB, como se faz notar no livro *Introdução aos problemas do Brasil* (1956): dos nove artigos publicados quatro abordam, de alguma maneira, esta temática.

⁹⁵ Consideramos como seu primeiro trabalho a *Apresentação* (1953a) e o ensaio *A crise brasileira* (1953e), publicados no primeiro número dos *Cadernos do Nosso Tempo*, e a palestra proferida na cerimônia inaugural dos cursos e seminários do ISEB intitulada *A crise do nosso tempo e do Brasil*, publicada no segundo número da revista.

IV.I. As fontes teóricas de Hélio Jaguaribe

Em entrevista concedida em 1988, Hélio Jaguaribe assim definiu sua formação intelectual:

A minha tramitação intelectual percorreu, em grandes linhas, um caminho que começou por uma crítica à religião. (...) depois, fui conduzido, com Marx, a partir de suas teses sobre Feuerbach, para uma posição de grande coincidência com o seu pensamento.

(...) a partir de minha conexão crescente e bastante ampla com o pensamento do neokantianismo e do culturalismo alemão [fui levado a abandonar o] marxismo trotskista por uma posição marcada pelo culturalismo historicizante de Dilthey, de Wildelband, de Cassirer, de Max Weber, que foram influências muito decisivas na formação do meu pensamento. Devo à Ortega y Gasset uma extraordinária influência na minha orientação.

Em momento posterior eu já homem maduro, formado, já dedicado às ciências sociais, procedi a última revisão das minhas ideias, reintroduzindo alguns elementos que se poderia chamar de marxismo crítico. De sorte que, hoje, tenho uma posição de proximidade com a escola de Frankfurt, sobretudo de Horkheimer. Estou numa tentativa de síntese entre a contribuição do que me parece mais relevante no pensamento de Hegel e de Marx, com o que me parece mais válido da crítica neokantiana, histórica e culturalista desse pensamento (JAGUARIBE *apud* KUMASAKA, 1988: 02).

Ainda que seja necessário ponderar tais afirmações, pois nem sempre o que o autor toma como referência realmente influencia seu pensamento, em geral, as análises sobre o tema referendam tal percepção.

Segundo Paiva (1980: 29), a atividade intelectual dos isebianos históricos sofreu forte influência do existencialismo combinado ao culturalismo ou, mais precisamente, daquilo que Hélio Jaguaribe cunhou de existencialismo-culturalista: “movimento que resulta da confluência do existencialismo com o culturalismo – marcado pelo reconhecimento da cultura como ordem própria de valores e pela compreensão dos valores como algo decorrente no curso de processo histórico e a ele submetido”. Nomes como Hegel, Karl Jasper, Marcel conviviam, ou melhor, complementavam-se, em suas obras, aos nomes de Max Weber, Alfred Weber, Splenger e, sobretudo, de Ortega y Gasset.

No que tange a Hélio Jaguaribe especificamente, para a autora, “no início dos anos 1950, [su]as preocupações e [su]as análises inspiraram-se na obra de Ortega y Gasset”. De fato, foi ela a responsável por lançar sua análise à “reflexão sobre a realidade brasileira”

(PAIVA, 1980: 34). Pressupondo a crise brasileira como uma crise da cultura – não oferece mais “ideias e instrumentos adequados à interpretação da realidade transformada”, daí o surgimento de brechas, falhas entre a cultura ambiente (língua, valores) e o mundo que se transforma, – Paiva (1980: 35) entende que Hélio Jaguaribe analisou a circunstância brasileira sob a mesma chave consagrada nos livros de Ortega: “a civilização dominada pela técnica e a ascensão das massas, sua rebelião (capaz de provocar o surgimento de ditaduras irracionais e escravizantes)”. Seus primeiros trabalhos⁹⁶ consagram, pois, um esforço intelectual no sentido de interpretar a “realidade transformada para, através dela, recompor as brechas abertas pela mudança”.

Em *Fábrica de ideologias*, Toledo (1982: 95) referenda esta ideia. Para o autor, apesar de Hélio Jaguaribe encontrar-se “fundamentalmente preocupado com soluções técnicas e funcionais para as crises e impasses do subdesenvolvimento”, sua obra não representou, rigorosamente, um pensamento tecnocrático. Por, em sua fase pré-isebiana, revelar-se devedor de certas filosofias existencialistas, concebendo a filosofia numa inspiração orteguiana, reconhecia como “grande problema da filosofia contemporânea” elaborar uma visão de mundo capaz de superar a crise não só brasileira, mas ocidental (TOLEDO, 1982: 96). Como consequência, “não conseguiu superar os impasses de uma visão apocalíptica e mistificadora da história, onde o *destino* confere a certos grupos especiais o cumprimento de determinadas tarefas” (TOLEDO, 1982: 97. Grifos no original).

Diferentemente, Lafer (2000: 78) aponta para o lado positivo dessa influência orteguiana: é “parte [mesmo] do substrato explicativo” da obra do autor. De um lado, ela orientou a “dialética universal/nacional” presente em sua obra, na qual o nacional despontava como “movimento dialógico da diferença” com o repertório universal. De outro, marca a própria trajetória político-intelectual do autor, quando a concepção de Ortega de que “o intelectual deve ter um papel diretivo e de renovação da sociedade” induziu Hélio Jaguaribe a atribuir-se da missão de vertebrar o Brasil. Segundo Lafer (2000: 80), procurando “promover e incrementar a racionalidade pública, que ele considera como a

⁹⁶ Refere-se aí aos artigos publicados na *Revista Brasileira de Filosofia* e ao texto *A filosofia no Brasil* (1957a).

essência do desenvolvimento”, Hélio Jaguaribe atuou no sentido de converter a “moeda da cultura em moeda da influência”, à imagem de Ortega.

Não obstante o autor “nunca se livrar das marcas deixadas por [essas] posições teóricas e políticas” - faz-se entrever no uso dos conceitos de época, fase, estrutura-tipo e por situar a história de uma comunidade na história da sua cultura, - para Paiva (1980: 37) esse vitalismo orteguiano, sobretudo no que tange à concepção da crise enquanto crise da cultura, se fez presente somente nos dois primeiros números de CNT. Segundo a autora, ao procurar “diagnosticar a crise brasileira, de modo a retirar dela o máximo de rendimento como fator estimulante da cultura” Hélio Jaguaribe foi levado “a abandonar o plano da especulação [e] buscar apoio também em economistas, sociólogos, cientistas políticos e não mais apenas em filósofos” (PAIVA, 1980: 37). Passou aí de um “culturalismo especulativo ao culturalismo militante” (PAIVA, 1980: 34).

Reconhecendo a crise brasileira como “resultado do processo de crescimento econômico, da industrialização substitutiva de importações”, segundo Paiva (1980: 37) Hélio Jaguaribe caracterizou o problema nacional não mais em termos da construção da Nação, e sim da “intervenção do Estado para assegurar o desenvolvimento, [d]a racionalização das atividades do Estado, [d]a adoção de uma política externa que atendesse os interesses nacionais, (...) [d]a elaboração de um projeto social que possibilitasse reduzir os antagonismos das classes”. Deu, pois, o “passo que o lev[ou] da filosofia à ciência política, da especulação à militância, das preocupações com o indivíduo à preocupação com a realidade socioeconômica, do vitalismo orteguiano à sociologia pragmática” (PAIVA, 1980: 37).

Conforme a autora, incorporando ao seu repertório as leituras de Pareto, de Max Weber, Alfred Weber e de Karl Mannheim, formulou, nesta passagem, “as ideias básicas sobre as quais se apoia o nacional desenvolvimentismo” (PAIVA, 1980: 37). Por um prisma, congregando princípios do marxismo, atribuiu ao desenvolvimento econômico a faculdade de promover o “ajustamento faseológico das nossas ideias e crenças”; ou melhor, a transformação cultural que o país necessitava (PAIVA, 1980: 38). Por outro, lançando mão dos conceitos de representatividade e autenticidade, calcados, sobretudo, na “sociologia do conhecimento de Mannheim”, caracterizou o nacional-desenvolvimentismo

como “a ideologia que favorecia a transformação e o progresso”, aquela que a sociedade “necessitava para sedimentar a nova fase” (PAIVA, 1980: 40).

Mesmo que mais à frente Hélio Jaguaribe tenha revisto ou mesmo abandonado tais referências, podemos dizer em resumo, a exemplo de Paiva, que em seu primeiro momento elas refletem “um período da vida intelectual brasileira em que predominavam [tais] temas e autores” (PAIVA, 1980: 54).

IV.II. A crise do nosso tempo⁹⁷ e do Brasil

Já na *Apresentação* (1953a) do primeiro número dos *Cadernos*, Hélio Jaguaribe caracteriza sua época (anos 1950) como uma época problemática, uma época de crise⁹⁸. Resultado da “perda de validade ou vigência das crenças que pautavam a conduta das épocas precedentes, [da] confusão causada pela inexistência de critérios de seleção e julgamento, [da] instabilidade da vida, sujeita a crises econômicas e sociais que se superpõem, [da] alienação causada pela massificação e proletarização e [da] precariedade das coisas, sob o risco iminente da aniquilação atômica”, entende que o próprio viver tornou-se um problema (CNT, 1953a: 02). É, porém, em *A crise do nosso tempo e do Brasil* que tal questão encontra-se melhor matizada.

Segundo Hélio Jaguaribe, o problema do seu tempo é resultado da conjunção de duas crises. De um lado há a crise das crenças, quando o cristianismo, apesar de se manter como essência da religião e cultura ocidentais, “não consegue mais ordenar coerente e sistematicamente nossas crenças e nossos valores” haja vista a ascensão do racionalismo e do marxismo (CNT, 1954a: 06). De outro lado, verifica-se uma crise das ideologias resultado do colapso tanto da liberal-democracia - produz afastamento da burguesia, ao passo que assume posições antidemocráticas, - como do socialismo - que sofre contradições

⁹⁷ Este é o título de um livro de Ortega y Gasset.

⁹⁸ No plano interno o processo de industrialização se desenvolvia de forma mais acentuada que nos anos 1920, embora fosse ainda obstado por fatores como: o déficit no balanço de pagamentos; a migração do campo para a cidade crescia vertiginosamente, pressionando o mercado e ampliando a demanda por serviços públicos; do ponto de vista político, os problemas centrais passavam a ser o avanço da política populista, e as ameaças golpistas que presidiam o processo histórico. Já no plano externo vivenciava-se um contexto de reconstrução do capitalismo mundial dentro de um quadro de Guerra Fria, pautado na crise do liberalismo e na ascensão do keynesianismo (SKIDMORE, 1975).

internas à sua realização e perde sua validade teórica. No que tange ao Brasil, para o autor, o problema reside justamente em sentir tais crises sob a forma particular que as condições do país imprimem. Ou seja, sem sequer apresentar um contexto semelhante do qual essas crises derivaram. Isso aponta para “o desajustamento e o descompasso entre nossas instituições e nossa realidade e entre nossas posições ideológicas e nossas verdadeiras instituições” (CNT, 1954a: 11).

Conforme o autor, a alienação colonialista brasileira⁹⁹ – expressão do retardamento cultural e econômico do país – faz com que consideremos os problemas nacionais “segundo a perspectiva dos interesses alienígenas”, quando devíamos fazê-lo “a partir da realidade brasileira, da posição do Brasil na América Latina e desta no mundo” (CNT, 1953a: 02). Entende, pois, que é preciso que compreendamos concretamente a realidade, de modo a “fundamentar uma ação autêntica, apoiada na interpretação das possibilidades e das necessidades do homem brasileiro, nas condições de lugar e tempo” (CNT, 1953a: 02). Isso explica a inscrição contida na contracapa dos cinco números da revista: *os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil; os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo*.

Os problemas do Brasil

“Do ponto de vista dos fatores ideais, o Brasil, já agora participando direta e imediatamente, da crise ocidental, experimenta a necessidade de rever suas crenças e de elaborar uma resposta para os impasses da vida contemporânea. Do ponto de vista dos fatores reais, a estrutura econômica do país se encontra em fase de profunda transformação. Desagrega-se a economia rural latifundiária e se expande a industrialização (...) aumenta[ndo] a necessidade de uma ação técnica, baseada na compreensão científica dos problemas. Tornou-se, por isso, insustentável, o descompasso entre nossas necessidades culturais e econômicas e as possibilidades de atendimento que apresentam as forças tradicionais. Daí uma terrível e crescente crise” (FB: 50).

Conforme o autor, *A crise brasileira* (1953e) apresenta dois planos de profundidade, o estrutural e o conjuntural, e quatro aspectos básicos: econômico, social, cultural e

⁹⁹ Conforme Roland Corbisier, a situação colonial reflete a “situação global que afeta e tinge de um colorido específico todos os ingredientes, (...) todo complexo de relação institucional, valores e formas de conduta” da sociedade colonizada. Sua estrutura se configura e se mantém na base da alienação, que faz da colônia um instrumento a serviço da metrópole. De acordo com o autor, é tanto mais alienada uma colônia, quanto menor sua capacidade de resistência, e “tanto mais subordinada à pressão da sociedade dominante e estranha, quanto mais degradada estiver” (CORBISIER, 1956: 2001).

político. Segundo Hélio Jaguaribe, a crise econômica é resultado do fato de o Brasil ter ultrapassado o nível de tolerância do processo de subdesenvolvimento. A manutenção de uma economia pautada na monocultura de exportação, somada à dependência crescente de certas matérias primas e de maquinaria, tornou o saldo do balanço de pagamentos cada vez mais insuficiente ante as atuais exigências de importação – resultado da baixa elasticidade dos nossos termos de troca em oposição à alta elasticidade dos bens importados. Acrescentando a isso o alto custo da produção nacional – fruto da dependência da importação, da baixa racionalização da produção, e/ou da insuficiência da infraestrutura nacional – e, como consequência, a baixa acumulação de capital e de formação de tecnologia, dá-se que a economia brasileira é incapaz de atender a demanda interna¹⁰⁰ (CNT, 1953e).

Para Hélio Jaguaribe, tal configuração acaba por resultar no surgimento de novos fenômenos de subdesenvolvimento expressos na desproporção crescente entre renda dos assalariados e dos proprietários e entre as diferentes regiões do país. Intensificada por um contexto de inflação, haja vista a imoderada expansão do crédito, forma-se nacionalmente uma conjuntura de escassez-carestia quer por efeito deliberado - resultado do monopólio ou oligopólio de alguns setores tal como o de transporte, - quer involuntariamente - resultado da insuficiência de bens e serviços, de transporte e armazenamento ou da concentração tanto da demanda, como da concorrência (CNT, 1953e: 121).

Já a crise social consiste na transformação da tensão entre as classes num antagonismo irreduzível resultado do baixo índice de renovação das elites dirigentes, acompanhado da pressão ascendente das camadas populares e da decadência do capitalismo. Conforme o autor, as transformações pelas quais o país passou ao longo de sua história significaram o solapamento das bases em que se assentavam o domínio da burguesia latifundiária e da classe média, forçando a participação das massas no processo econômico e político. Todavia, até então, a partir de uma prática demagógico-

¹⁰⁰ Bebe aí das teses consagradas no Manifesto de Prebisch de 1949 que, recusando as teses da teoria ortodoxa, aponta para a disparidade de condições a partir das quais os países centrais e periféricos se inserem no mercado internacional: “enquanto os primeiros reteriam os frutos do aumento da produtividade, os outros sofreriam os efeitos da alta dos produtos que importam e baixa dos produtos de exportação”. Para o autor, a escassez de dólares gerada pelo déficit do balanço de pagamentos e o baixo nível dos salários no mercado interno representariam dois dos principais impeditivos ao desenvolvimento desses países, não superados pela lógica ortodoxa da divisão internacional do trabalho. Demandavam, pois, “intervenção estatal” (MARTINS, 2008: 80).

assistencialista, responsável por uma sorte de promessas ao proletariado, tais classes têm assegurado a manutenção da política de clientela¹⁰¹ e do regime agroexportador. Como resultado, amplia-se o antagonismo entre as massas e elites, cuja principal consequência é tanto impedir a formação de um projeto de convivência das classes, como acentuar “os egoísmos de classe, o imediatismo oportunista dos indivíduos e as tendências dissociativas” (CNT, 1953e: 129).

No que tange ao aspecto cultural, a crise trata do agravamento em termos críticos da incultura nacional. Isso ocorre primeiramente dada à prática da economia de exploração. Conforme o autor, o processo de economia de exploração, aqui implantado, atenuou as provocações do meio rural responsáveis pela formação da cultura. Por auferir seus proventos da simples plantação e/ou do comércio, a burguesia latifundiária e urbana não precisou “aprimorar técnicas complexas para assegurar sua subsistência” (CNT, 1953e: 130). Ao mesmo tempo, ao parasitarem em torno do Estado, a classe média não foi levada a desenvolver modernos mecanismos administrativos. Somando a isso as características da colonização portuguesa – não apenas impediu o florescimento de uma cultura nacional, como por não ter sido atingida pela Reforma não forjou novos instrumentos mentais para compreender o mundo moderno, – o Brasil mostra-se culturalmente despreparado para enfrentar a crise do seu tempo. Conforme o autor, nosso pensamento não dispõe de categorias “para equacionar a problemática filosófica e sociológica do mundo contemporâneo”, e carece de conhecimento técnico e administrativo para enfrentar as tarefas da vida econômico-social (CNT, 1953e: 130).

Por fim, a crise política “exprime as dificuldades e desorientação” indicada nos itens precedentes. Assinala o colapso do sistema cartorial¹⁰² praticado desde o Império.

¹⁰¹ Embora citado aqui, é somente no livro *Condições institucionais ao desenvolvimento* (1958) que Jaguaribe deixa claro o que entende por política de clientela. Conforme o autor, trata-se da política surgida com a urbanização brasileira responsável por gerar uma nova classe: a classe média. Uma vez que o processo produtivo brasileiro apresentava uma relação de classes bastante simples – resumia-se em classe dominante dos fazendeiros e/ou burguesia mercantil e classe dominada do campesinato, – esta classe estava deslocada do processo produtivo. Isto fez com que se organizassem clientelas em torno das fazendas, sendo posteriormente consolidadas e homologadas pelo regime federativo via prática do voto de favor, barganhado pelo emprego de favor (CID).

¹⁰² Aqui também falta uma explicação do que seria o Estado Cartorial. Em CID Jaguaribe afirma: o Estado Cartorial é “produto da política de clientela e, ao mesmo tempo, o instrumento que a exerce e a conserva” por meio do oferecimento de cargos no serviço público. Ao subsidiar as clientelas e envolver a classe média marginal, converte-se em uma “pirâmide infinita de cargos” cuja única função é se auto-sustentar através da arrecadação (CID: 22).

Conforme o autor, a expansão dos fatores de produção, quando das duas guerras mundiais, significou um aumento na demanda por serviços públicos efetivos; demanda esta incompatível com a estrutura do Estado Cartorial. Ao mesmo tempo, no plano das relações internacionais, os Estados passaram crescentemente a intervir em favor de seus interesses econômicos. Todavia, faltava ao Estado brasileiro a estrutura necessária para tal, tornando-o “presa dos Estados que programam e executam coerentemente uma tal política” (CNT, 1953e: 143). Para Hélio Jaguaribe, este fato torna-se ainda mais grave, na medida em que se trata de um contexto de formação de uma hegemonia mundial cuja principal tendência é a do “Estado vencedor exercer uma política de economia de exploração em relação aos demais países, tanto mais acentuadamente quanto menor for a capacidade de resistência de cada país” (CNT, 1953e: 144).

Frente a isso, que rumo tomar? Tal resposta deixa entrever os diferentes contextos em que o autor escreve. Expressa a perspectiva do Brasil, então extremamente mutante.

A perspectiva do Brasil

“o Brasil como resultado de fatores históricos, de processos que ora se desenvolvem e de projetos para o futuro que vão sendo elaborados, só é compreensível a partir do nosso tempo que compõe a estrutura de significações através das quais as coisas adquirem sentido para os contemporâneos” (CNT, 1953a: 02).

Segundo o autor, tendo em vista que um dos maiores problemas de sua época consiste no esgotamento das crenças que presidiram nossa formação, a solução à crise nacional comporta dois aspectos distintos: “de um lado, o repertório de providências suscetíveis de corrigir as mais graves deficiências de que se ressente o país (...) e de outro lado, a ideologia de que esse programa seja um corolário e a cujos princípios esteja vinculado” (CNT, 1953e: 138). Em relação ao primeiro aspecto, seu diagnóstico é mais ou menos perene ao longo de sua obra.

No plano econômico: “a) regulamentação das aplicações, da renda nacional, destinada a ensejar a máxima capacidade de investimento (...); b) rigoroso controle de intercâmbio internacional, visando a aumentar as exportações, reduzir as importações e selecionar a utilização de divisas; c) reaparelhamento geral, segundo escalas de prioridade por atividade econômica e por regiões; d) racionalização e tecnificação da produção”. No plano social: “a) liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe;

b) promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade e exemplaridade; c) formação de um movimento social apoiado numa ideologia e assentado por uma programática aptos a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados”. No plano cultural: “a) criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional; b) desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo de rendimento da crise como fator estimulante da cultura (...); c) reforma da educação, tornando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores; d) imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores”. No plano político: “a) liquidação do Estado Cartorial e do parasitismo burocrático e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz; b) instauração de uma política interna calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional; c) instauração de uma política externa calcada na objetiva compreensão dos interesses do Brasil na órbita internacional; d) urgente atendimento dos mais imperativos interesses do país sujeitos à pressão direta ou indireta de outros Estados”. (CNT, 1953e: 138 a 141).

A mesma constância não se verifica, porém, no que concerne à ideologia capaz de “atender as solicitações específicas para integrar, num sistema de crenças e ideias, a programática exigida pelos referidos problemas” (CNT, 1953e: 142). Enquanto no texto de 1953 Hélio Jaguaribe entende que a ideologia “apta a integrar, num sistema conjunto, suscetível de eficácia histórica, as soluções requeridas pela problemática nacional” passaria pela desprivatização dos meios de produção¹⁰³ - receita esta fortemente influenciada pelo contexto internacional de Guerra Fria, expressão da busca por uma política de terceira posição, - nos anos seguintes os rumos dos acontecimentos levam-no a pensar a situação brasileira não mais em relação ao quadro global, mas em função dos seus dilemas internos.

¹⁰³ Conforme o autor, cada um dos planos sociais tende a lucrar com esta política na seguinte medida: plano econômico: torna planejamento mais viável possibilitando a aplicação da renda nacional segundo critérios do interesse público, maior controle do câmbio internacional, reaparelhamento geral mais rápido e eficiente, maior racionalização e tecnificação da produção; plano social: permite uma intervenção gestional em sentido à estabilização dos custos e controle dos lucros, ao estabelecimento de uma dependência real entre produção e remuneração, e à liquidação dos privilégios de classe; plano cultural: contribui à formação de uma cultura nacional, facilita a radicação social da cultura na realidade e possibilita a reforma educacional, a criação e o aproveitamento de um quadro técnico e administrativo; plano político: permite a supressão do Estado Cartorial e a formação de um Estado de serviço, bem como o planejamento da política interna e externa pelo Estado (CNT, 1953e: 149 a 160).

Seu foco passa aí da simples adoção de uma postura de terceira posição face ao conflito mundial, à elaboração e adoção de uma ideologia nacional-desenvolvimentista (CNT, 1953e: 149).

Já no segundo número de CNT, no artigo sobre a *Situação política brasileira* (1954b) Hélio Jaguaribe pressupõe como sua nota mais característica o enfraquecimento do poder civil¹⁰⁴. Conforme o autor, o Brasil vivenciava uma forte crise política, resultado da crescente inadequação das instituições em relação à realidade nacional. Não se tratava apenas de uma crise do governo (como a oposição queria levar a crer), mas uma crise das instituições oficiais e representativas da sociedade civil, que “carecem de sua presumida representatividade” (CNT, 1954b: 104).

No âmbito da governança, tal crise se assemelharia à crise de 1945, quando o governo tentou transferir, sem sucesso, sua base social para as classes trabalhadoras. Uma vez que estas ainda não tinham condições de arcar com tal responsabilidade, isto significou a perda de suas bases. Segundo Hélio Jaguaribe, a política trabalhista então praticada pelo segundo governo Vargas assinalou mesmo a perda de sua substância: “hostilizado pela classe mercantil, [o governo] não soube conservar o apoio da burguesia industrial e da classe média e não logrou (...) encontrar bases suficientes no proletariado”¹⁰⁵ (CNT, 1954b: 110).

Soma-se a isso a crise da própria oposição que “não se mostra capaz de traçar rumos próprios, em substituição aos que critica” (CNT, 1954b: 111). Conforme o autor, a heterogeneidade econômico-social do país é responsável tanto pela fragmentação interna dos partidos (que, de fato, continuam regionais), como pela falta de sentido ideológico e programático dos mesmos. Daí que “ideológica e programaticamente, todos os nossos partidos são iguais, se confundem na mesma falta de ideias e orientação” (CNT, 1954b: 114). Sobrepondo a isso a organização clientelística dos nossos partidos - “impede todas as formulações analíticas econômico-socialmente fundamentadas”, - institui-se um divórcio

¹⁰⁴ Tem aí como referência o cenário de grande instabilidade política vivenciada em meados dos anos 1950, resultado das constantes denúncias contra o governo Vargas, tentativas de impeachment e ameaças golpistas (CPDOC, s/d).

¹⁰⁵ É importante destacar que esse tom negativo com que é analisado o governo Vargas é abandonado já no terceiro número da revista – provavelmente porque escrito posteriormente ao suicídio de Vargas. Aí, ainda que com certas reservas, Jaguaribe passa a elogiar o governo entendendo seu esforço de transferência das bases da classe média para o proletariado, como resultado da impossibilidade de continuar apoiado em uma classe economicamente marginal.

entre a dinâmica político-eleitoral e a econômico-social: as forças ligadas ao meio rural “logram prevalecer na política partidária, imprimindo suas características e interesses” quando já são as classes urbanas as responsáveis pelo desenvolvimento do país (CNT, 1954b: 118).

Para o autor, essas duas crises, do governo e dos partidos, revelam as duas faces da crise do poder civil vivenciada. Expressão do “agravamento da inautenticidade de nossas instituições políticas (...) quando apreciadas em função da dinâmica do processo econômico-social”¹⁰⁶, tende a ser superada apenas através da formação “*de uma frente comum, econômica, social e política, que mobilize as forças e os interesses mais aptos a promover o desenvolvimento nacional*, [de modo a impor a] prevalência desses interesses e dessas forças sobre as forças e interesses comprometidos com o *status quo* e o subdesenvolvimento” (CNT, 1954b: 117 e 119. Grifos no original). Uma vez que, em seu contexto, nenhum partido “representa ou pode representar essa forças”, o autor defende a formação de “um movimento novo (...) [que] apoiado nessas forças e liderado por seus mais significativos representantes” possa levar a cabo o que considera um “grande esforço de salvação nacional” (CNT, 1954b: 120).

Seguindo esta tônica - “agravamento da inautenticidade de nossas instituições políticas (...) quando apreciadas em função da dinâmica do processo econômico-social” - o autor analisa os fatos e movimentos políticos característicos do período (o moralismo¹⁰⁷, o

¹⁰⁶ Vale notar que o conceito de inautenticidade em Hélio Jaguaribe é diferente aos dos demais membros do ISEB. Conforme Guerreiro Ramos, expressa o fato de o país pautar-se “econômica, política, social e culturalmente por normas que não permitam a atualização de suas possibilidades e que vigoram a custa de contínuo déficit do seu ser”. A inautenticidade é, pois, relacionada à não apropriação, pelo sujeito, do seu próprio ser. Para o autor, por nossa estrutura normativa ter sido “assimilada dogmaticamente pelo cidadão (...) temos sido, assim, (...) mercenários inconscientes, coparticipantes de nossa expropriação” (RAMOS, 1956: 29,30).

¹⁰⁷ Movimento tipicamente da pequena burguesia, resultado de sua dependência do status e de sua visão idealista do mundo – pressupõe que as coisas são boas ou más porque produto de uma vontade honesta ou não. Nascido frente ao crescente desajustamento material e espiritual sofrido pela classe média diante da situação econômica do país (desvalorização de seus ordenados frente ao aumento do custo de vida) e da política praticada por Vargas, aponta para a inautenticidade do governo – o que é um fato – sem, porém, se aprofundar até suas causas e condições. Expressa, pois, a alienação idealista desta classe que a impede de ver que “a única solução durável para permanecer na direção do processo político-social do país [exige] a modificação da estrutura econômica do Brasil” (CNT, 1955a: 06).

golpe de agosto¹⁰⁸ e a sucessão presidencial de 1955¹⁰⁹), repensando e aprofundando o debate sobre a crise brasileira (CNT, 1954b: 117). É, porém, no artigo publicado na *Revista do Clube Militar* em 1955 que sua nova proposta para a *Situação atual do Brasil* fica clara.

A crise do Brasil sob uma nova perspectiva

“A pergunta pela situação atual do Brasil é a pergunta pelo estado em que atualmente se encontra o processo histórico-social brasileiro. Entre os vários pressupostos que condicionam a resposta a tal pergunta destacam-se os que se referem às concepções históricas e sociológicas à luz das quais se considere esse processo” (RCM, 1955e: 05).

Conforme o autor, estudar a situação do Brasil nos anos 1950 exige que pensemos o “estado em que atualmente se encontra o processo histórico-social brasileiro mediante análise histórico sociológica do mesmo” (RCM, 1955e: 07). Pressupondo o primeiro (o processo histórico) como resultado da interação de quatro ordens de fatores – os ideais (conjunto de crenças substantivas), os reais (condições materiais do meio físico), a liberdade e o ocaso (refere-se ao fato de determinado evento ter se verificado em certo lugar e de certo modo), – considera o segundo (o processo social) “em função de sua faseologia”; ideia esta que passa, agora, a ser central em sua obra (RCM, 1955e: 05).

¹⁰⁸ É semelhante e equivalente ao golpe de 1945, quando “a classe média não podendo mais dar uma orientação própria ao processo político-social do país, se torn[ou] reacionária” (CNT 1955a: 04). Espécie de tática para “deter o curso da história a fim de reconstruir o paraíso perdido do pré-capitalismo”, expressa a “crise da pequena burguesia (...) que, tendo perdido a possibilidade de dar uma solução própria ao processo político-social do país, aderiu à ideologia e submeteu-se à liderança da burguesia mercantil” – então o setor mais consciente de seus interesses e mais bem organizado para defendê-los (CNT, 1955b: 34). Somam-se a isso os próprios erros que caracterizaram o segundo governo Vargas e “a insuficiência dos métodos personalísticos para fazer a política requerida pelas condições históricas”, responsáveis por deixá-lo sem qualquer amparo que não o princípio formal da autoridade, do que resultou sua deposição (CNT, 1955b: 36).

¹⁰⁹ Polarizada em torno de duas bandeiras, a do juscelinismo identificado com o getulismo, e a do antijuscelinismo ou antigetulismo, assinala o embate de duas posturas econômico-sociais diferentes: desenvolvimento *versus* colonialismo e/ou desenvolvimento *versus* caos. Volta aí às linhas mestras do quadro político-social do governo Vargas, com a diferença de que o debate, agora, se transfere para o plano “ideológico programático” (CNT, 1955d: 06).

Termo cunhado por Guerreiro Ramos¹¹⁰, consiste no reconhecimento de que “as comunidades pertencentes a um mesmo processo histórico global tendem a percorrer as fases determinadas pelo curso desse processo” (RCM, 1955e: 05). Por sua vez, cada uma dessas fases constitui uma estrutura-tipo de relações que orientam toda a vida da comunidade. Nesse sentido, o entendimento da atual situação brasileira passa pela “compreensão da estrutura-tipo segundo a qual se ordena nossa comunidade”, acompanhada da compreensão da faseologia de suas origens (RCM, 1955e: 07).

No que tange ao primeiro aspecto, para o autor, a estrutura-tipo do Brasil é “a de uma comunidade ainda marcada por características semicoloniais em estado de subdesenvolvimento econômico-social, mas em fase de acentuado desenvolvimento, ora obstado por determinados pontos de estrangulamento” (RCM, 1955: 07). Isso se faz sentir face à estrutura de nosso comércio exterior - ainda dependente da exportação de um único produto primário e destinado a um só mercado importador - e à nossa subcapitalização, que nos leva a pensar a questão do subdesenvolvimento.

Caracterizando como subdesenvolvidas “as economias que por deficiências de seus fatores de produção (...) não disponha[m], por conta própria, da possibilidade de dar aos seus fatores, em regime de pleno emprego, a máxima utilização permitida pela técnica existente”, para o autor o subdesenvolvimento se faz sentir aqui não por meio da estagnação – “como ocorre com a maioria dos países subdesenvolvidos”, - mas através de elevadas taxas de crescimento, porém ainda bastante tumultuário e heterogêneo – “com relação aos diversos setores da economia e às diversas regiões do país”, - e enfrentando graves obstáculos (RCM, 1955e: 08).

Isso nos remete ao segundo aspecto à compreensão da situação brasileira, o da faseologia. Conforme o autor, a história econômico-social do Brasil divide-se em três fases distintas:

¹¹⁰ Segundo Martins (2008: 99), a concepção de fase de desenvolvimento é utilizada por Guerreiro Ramos para “rejeitar as teorias e as soluções praticadas por países avançados”, posto que permite estabelecer as especificidades da situação nacional. Ideia fortemente marcada pelo existencialismo – “trata-se de uma acomodação dos princípios existencialistas para a Nação que nessa perspectiva torna-se sujeito, ou ser dotado de consciência”, - define fases na história brasileira (agrária, de transição) nas quais predominariam determinadas leis gerais (lei da complementariedade, lei da autodeterminação) que, por sua vez, caracterizariam uma estrutura econômico-social específica, à maneira mannheimiana.

(...) a primeira é a *fase de economia de produção escravocrata* e vai desde os primórdios da colonização até meados do século XIX. A segunda é a *fase da economia semicolonial de exportação* e vai de meados do [mesmo] século, a partir da abolição do tráfico de escravos e de sua progressiva substituição pelo trabalho assalariado, até a crise do café em 1930. A terceira fase é a *fase de transição* para a autonomia econômico-social do país que, iniciada em 1930 e acelerada com a 2ª Guerra Mundial, prossegue até nossos dias [1950] (RCM, 1955e: 09. Grifos nossos).

Enquanto na primeira fase o Brasil aparece mais como uma parte descentralizada da Europa por sua produção de artigos para exportação, a segunda “caracteriza-se pela formação da sociedade brasileira, sua diferenciação em classe e seu enriquecimento” (RCM, 1955e: 09). Todavia, para o autor, embora já dotado de vida e economia próprias, nessa segunda fase o desenvolvimento do Brasil continua dependente da situação econômica mundial, visto que é o café a base de nossa economia. É somente na terceira fase - impelido pelo contexto de crise econômica dos anos 1920, reforçado, posteriormente, com o conflito mundial - que a indústria torna-se a principal fonte de renda nacional. No entanto, uma vez que a situação nacional é marcada pela dilapidação dos saldos cambiais e pela posse de uma infraestrutura precária, somada ao contexto global de ausência de financiamento externo, configura-se aí a crise que vivenciávamos, segundo o autor (RCM, 1955e: 09). Frente a isso conclui:

Considerada à luz de seu processo formativo, a estrutura-tipo de que atualmente se reveste o processo econômico-social brasileiro representa o resultado de uma progressiva descolonização da nossa economia, cujo desenvolvimento se tornou possível na medida em que ela se transformava numa economia nacional. Considerada à luz de suas tendências, [ela] se revela insuscetível de perduração [posto que] marca uma fase logicamente transicional (RCM, 1955e: 11).

Por se tratar de uma estrutura em transição, Hélio Jaguaribe entende que seu equilíbrio deve se estabelecer “mediante uma reorganização dessa estrutura-tipo” quer pelo nível mais alto, quer pelo mais baixo, a depender da ideologia que se sagrará vencedora (RCM, 1955e: 11). Para o autor, das quatro tendências ideológicas em disputa nacionalmente – correspondentes às classes latifúndio-mercantis, pequeno-burguesa, industrial e proletária, – a fórmula que representa a transição para uma etapa mais avançada

do processo faseológico era a encampada pelas classes industrial e operária. Reconhece, assim, como ideologia mais autêntica a ideologia do desenvolvimento econômico-social¹¹¹.

É justamente neste ponto que o debate, até então um pouco dilatado, revela ser um debate meramente econômico. Pressupondo que os problemas do Brasil são bastante simples porque “as questões mais importantes e urgentes são as que se referem à produção e à produtividade” e não à sua distribuição, Hélio Jaguaribe propõe-se a pensar as medidas necessárias para consolidar finalmente a passagem do Brasil da fase semicolonial à fase de pleno desenvolvimento (CNT, 1956b: 54).

Embora esse mesmo raciocínio e base teórica permeiem todos seus demais trabalhos, tendo em vista algumas leves mudanças de foco e por responder a propósitos em parte diferentes, resultado das mudanças na conjuntura, consideramos possível dividir tal produção em três fases específicas: uma primeira marcada pelo debate econômico e, em menor medida, o político e o cultural; uma segunda em que ganha força o debate acerca do nacionalismo; e uma terceira em que o autor retorna à temática do desenvolvimento econômico, porém munido de uma análise mais elaborada¹¹².

IV.III. As diferentes fases do primeiro momento de Hélio Jaguaribe

O debate econômico

“No caso brasileiro, os problemas com os quais se defronta o país são, na sua essência, extremamente simples. (...) as questões mais importantes e urgentes são as que se referem à produção e à produtividade e permitem, em torno delas, a formação do consenso nacional. Acrescenta-se, por outro lado, que o fato de nos encontrarmos (...) numa fase já

¹¹¹ Entendendo por ideologia “a racionalização dos interesses situacionais de um grupo social, visando justificá-los e lhes emprestar uma validade transcendente à situação em que se encontre aquele grupo”, considera possível julgá-las tendo em vista sua maior ou menor autenticidade. Conforme o autor, é autêntica uma ideologia quando orientada no sentido da história, e quando a visão de mundo e o projeto de vida social nela implicados estão ajustados à situação concreta da comunidade e do grupo que representa (RCM, 1955e: 07).

¹¹² Tais fases correspondem, respectivamente, aos seguintes contextos: 1) início do governo JK seguido de certo apaziguamento das forças em disputa dado a habilidosa política de negociação com adversários então implantada; lançamento do Plano de Metas seguido da instauração da administração paralela fundamental à execução do mesmo; 2) auge das conquistas do Plano de Metas, consolidando nacionalmente a opção pelo desenvolvimento associado; 3) final do governo JK até o início do governo Jango; quadro econômico de inflação crescente, acompanhado do aumento das tensões sociais e políticas (CPDOC, s/d).

superada pelos países econômica e culturalmente mais desenvolvidos, nos proporciona (...) padrões empíricos para orientar causal e finalisticamente nossos esforços de desenvolvimento. Daí a simplicidade que em sua essência representam nossos problemas” (CNT, 1956b: 54).

Integram essa fase os textos *Para uma política nacional de desenvolvimento* (1956), *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (1956) e *Condições institucionais ao desenvolvimento* (1958¹¹³). Textos que, não obstante apresentarem preocupações de ordem social e política, têm a questão econômica como central; de fato parece que é ela que orienta o debate. Retomando o raciocínio já apresentado – conhecer o Brasil exige que estudemos “o processo político brasileiro em face e em função da atual estrutura-tipo do Brasil, e ao mesmo tempo [levemos] em conta o processo faseológico dessa estrutura, ou seja, as modificações que enfrentou no curso da história”, – Hélio Jaguaribe propõe-se a pensar as medidas necessárias para “promover o crescimento de nossa economia sem que ela seja destruída pelos desequilíbrios que tal crescimento ocasiona” (CNT, 1956b: 89).

De acordo com o autor, longe de limitar o debate a termos monetaristas (caso da disputa entre deflacionistas e inflacionistas), “os desequilíbrios estruturais que experimenta nossa economia, em consequência mesmo de seu crescimento, só podem ser superados com a definitiva transformação da atual estrutura-tipo”; isto é, promovendo o desenvolvimento (CNT, 1956b: 90). Para tal, faz-se necessário reequilibrar nossa balança comercial, aumentando nossas exportações ao passo que se substituem as importações, e expandir nossa infraestrutura de modo a atender a demanda interna por transporte e energia. Uma vez que isso requer grande volume de capital, item em falta nacional e internacionalmente, “a modificação das condições produtivas exige uma intervenção planificadora do Estado que, direta ou indiretamente, organize a economia do país para os fins em vista, estimule ou desestime determinadas atividades, coordene fatores, discipline os investimentos e assuma, promocional ou supletivamente, certos encargos produtivos” (CNT 1956b: 94). Isto põe em pauta a existência de certas condições institucionais. Sugere aí, pela primeira vez, a ideia do desenvolvimento enquanto processo social global.

¹¹³ Vale destacar que, embora publicado em 1958, este livro é composto por duas conferências proferidas em 1957.

Conforme o autor, “o fenômeno do desenvolvimento econômico é um aspecto particular do fenômeno do crescimento econômico” (CID: 37). Envolve não apenas a acumulação quantitativa das riquezas, mas também a transformação qualitativa do processo econômico, por vincular-se ao “aproveitamento ótimo e crescente das possibilidades tecnológicas” na utilização dos recursos disponíveis (CID: 37). Embora trate de um processo que ocorre no âmbito das relações econômicas, não está a ele limitado. Segundo Hélio Jaguaribe, o desenvolvimento “se realiza dentro de estruturas sociais dadas e, se apresenta, em relação a tais estruturas, como uma função que as configura e um efeito que delas resulta” (CID: 38). Ou seja, tanto as mudanças na estrutura produtiva ocorrem a partir de condições mais amplas, tais como crenças e hábitos de uma comunidade, como ao se processarem, no plano econômico ou em qualquer outro, provocam igual efeito nas outras áreas da vida social. Daí que, para o autor, o planejamento democrático da economia, embora já represente uma tendência da economia do seu tempo – expressão da conciliação da “polêmica teórica e prática [travada] entre a espontaneidade e o dirigismo”, – é “insuscetível de aplicação e de realização se não estiver enquadrado em um contexto que propicie a sua execução” (CID: 41 e 48). Todavia, se no âmbito do diagnóstico o autor pensa (ou diz pensar) em termos globais, o mesmo não se verifica no que concerne ao seu prognóstico.

A nosso ver, há uma predominância do plano econômico sobre os demais setores, visto que é seu interesse único e exclusivo pelo desenvolvimento econômico que o leva a pensar assuntos de ordem política e social, e não o contrário. Conforme o autor, “se considerarmos mais profundamente as relações entre o Estado [digamos entre a superestrutura social] e a economia, e atentando ao fato de que, dado certo prazo, todo processo econômico tende a criar as instituições necessárias para discipliná-lo”, a melhor (e talvez a única) saída para superar os quatro planos da crise nacional, sobretudo o Estado Cartorial e a política de clientela, é o *desenvolvimento* (CID: 29). Logo, a criação das condições capazes de transformar “o antigo quadro do semicolonialismo do subdesenvolvimento” tende a alterar “a estrutura estatal que ainda subsiste”, impedindo que “as relações entre o homem público e o seu eleitorado” continuem a se processar com base em relações de barganha clientelística (CID: 29 e 30).

Retoma aí as crises econômica, cultural, social e política já apresentadas, mas com pequenas mudanças – exceto em seu aspecto econômico. A crise social, antes pensada em termos do descompasso instituído entre a vida civil e a vida política, responsável por um antagonismo de classe crescente, agora se expressa na manutenção de uma estrutura de privilégios de classe – tais como a proteção de empreendimentos e trabalho não rentáveis – para além do período “em que historicamente eram compreensíveis” (CID: 17). Além de dificultar a horizontalização da democracia e suscitar o parasitismo social, produz uma espécie de “equívoco ideológico” que impossibilita a livre dinâmica das classes em função das suas atuais garantias (CID: 18). Por sua vez, a crise cultural anteriormente entendida como a ausência de conhecimento para pensar a problemática filosófica do mundo moderno e as tarefas da vida econômico-social, agora é pensada em termos da alienação cultural e, seu correspondente oposto, o nativismo primário. Enquanto o primeiro consiste na “importação mecânica, transplantação automática e acrítica de categorias e princípios, de critérios e valores elaborados pelos países culturalmente desenvolvidos”, mas inadequados ao período faseológico do país, o nativismo primário é o fenômeno “da pura e simples afirmação de tradições folclóricas e processos anímicos primários”, simplesmente por serem eles brasileiros (CID: 18 e 19). Se o primeiro, por aplicar modelos totalmente inadequados a nossa realidade, dificulta a formação de uma consciência nacional autêntica, o segundo, ao rejeitar a cultura internacional, acaba por revigorar “processos primitivos incapazes de permitir a compreensão e a modificação da nossa própria realidade” (CID: 19). Ao que parece, o que essas duas crises perdem em importância e profundidade, a crise política ganha.

Pensada em termos da manutenção do clientelismo e cartorialismo, é responsável por estabelecer “um intervalo entre o processo econômico e o processo político [que] suscita um intervalo igualmente grave entre a estrutura do Estado Cartorial e sua efetiva capacidade de operação e as necessidades crescentes de verdadeiro serviço público” – observe-se que a crise, antes social, surge aqui como política (CID: 27). Conforme Jaguaribe, embora represente uma “monstruosa deformação do serviço público”, entre os anos de 1850 e 1930 o Estado Cartorial expressou a “coincidência entre as forças que dominavam o processo econômico brasileiro e as que dirigiam politicamente o país” (CID: 23). Ao manobrar a política de clientela através da inserção da classe média no Estado

Cartorial e do pagamento do imposto (ou melhor, do salário) necessário à sua manutenção, a classe latifundiária assegurou a manutenção não apenas de seus privilégios de classe, mas também do regime de produção primária, da rentabilidade e da funcionalidade de suas empresas. Todavia, “pela [sua] própria eficácia”, este Estado foi conduzido à contradição: ao garantir emprego à classe média marginalizada, criou as condições necessárias à formação de um mercado interno e, em consequência, favoreceu o desenvolvimento econômico (CID: 24). Acabou, assim, por destruir suas próprias bases de sustentação, entrando em crise. Nesse sentido, o problema com que se defronta o Brasil é o de encontrar a fórmula capaz de superar as forças estáticas (as classes tradicionais, sobretudo a elite agrário-exportadora) e reajustar o Estado às forças dinâmicas (burguesia industrial e proletariado) que conduzem o processo social.

O que nos falta é, portanto, alargar a propaganda do desenvolvimento, mostrando às grandes massas “a dependência que existe entre o processo econômico e a elevação do seu nível de vida” (CID: 49). Uma vez que, para o autor, há uma correspondência entre os interesses situacionais de classe – as demandas do proletariado, da burguesia industrial, do camponês e da classe média estão contempladas no desenvolvimento econômico, – para Hélio Jaguaribe falta apenas promover a mobilização ideológica da sociedade:

O problema que se apresenta, pois, para que se possa desencadear a ideologia do desenvolvimento e em torno dela reorganizar o aparelho do Estado e convertê-lo em Estado funcional, apto a planejar e a executar o planejamento econômico requerido pelas necessidades do país, *é essencialmente, um problema de educação e de organização ideológica.* (...) É, portanto, por meio de um esforço ideológico e da organização de núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais que (...) se poderá construir a grande unidade nacional para o desenvolvimento, formando-se correntes de ideias e interesses (...) suficientemente poderosos para transformar, no sentido do desenvolvimento, as condições institucionais do nosso país (CID: 53. Grifos nossos).

É perceptível que, embora o autor toque em questões de ordem política e social, seu fim primeiro e último é o desenvolvimento econômico. Em DEBN, texto de caráter mais econômico, porque voltado à Federação das Indústrias de São Paulo, tal ideia fica ainda mais clara.

Para o autor, a necessidade de substituição do Estado Cartorial por um Estado funcional justifica-se na medida em que a condição para a promoção do desenvolvimento nacional consiste “na intervenção ordenadora e promocional do Estado apta a distribuir

mais eficazmente os fatores disponíveis”, função essa incompatível com o modelo estatal então vigente. Por sua vez, sua demanda pela mobilização ideológica da sociedade busca assegurar o “apelo popular necessário” para que as *policies*, elaboradas pela burguesia industrial para a solução dos problemas brasileiros, “encontrem o suporte das grandes massas e possam ser convertidas em ação administrativa corrente” (DEBN: 45). Não bastando, o fato de pressupor a burguesia industrial como portadora da “missão de promover o desenvolvimento (se encontra na vanguarda do processo de industrialização do país)” não deixa dúvidas de que é o desenvolvimento econômico seu mote principal (DEBN: 60). Mote que permanece nas suas duas obras posteriores, embora com uma leve mudança de foco.

O debate nacionalista

“O problema do nacionalismo, com todas as suas implicações, constitui a questão fundamental com que ora se defronta o Brasil, cujo futuro será decisivamente condicionado pelas opções que adotar, ante as várias alternativas que nessa perspectiva se abrem ao Brasil” (NAB: 07).

Debate presente no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, tem o propósito de esclarecer o dilema do nacionalismo brasileiro - “ou alcança uma formulação mais consistente e suficientemente elaborada e determina o curso subsequente de nossa história, ou malogra, desaparecendo, com seu insucesso, a condição mesma do povo brasileiro realizar uma história nacional” - em favor da adoção de políticas racionais e eficientes (NAB: 14). Considerando-o um fenômeno histórico-social¹¹⁴, entende que “somente nas últimas décadas do século XIX se criaram as condições que imporiam ao Brasil uma configuração nacional, no sentido político do termo” (NAB: 17, 26 e 30).

Conforme o autor, o surto de desenvolvimento processado a partir da I Guerra Mundial, e acelerado com a depressão de 1929 e a II Guerra Mundial, fez o país voltar-se a si mesmo, passando a produzir para o mercado interno. Como resultado, “na medida em que determinados níveis ou setores da vida brasileira experimentavam essa transformação neles se fazia sentir a exigência da integração do país como um todo”; daí o surgimento de

¹¹⁴ “Só se constitu[i] e passa a exigir formulação adequada quando surgem as condições que erigem em nação determinada comunidade”. Quais sejam? A necessidade “de assegurar seu desenvolvimento econômico-social mediante a organização e consolidação da aparelhagem institucional adequada” (NAB: 17 e 26).

movimentos nacionalistas (NAB: 31). Nascidos “fragmentária e descontinuamente, em função das áreas de integração constituídas pelo desenvolvimento econômico-social”¹¹⁵, o fenômeno está ligado “à crescente importância que adquiriram no país as forças ligadas ao desenvolvimento econômico” - “aspiram a um dirigismo racional, que favoreça a industrialização, por meio de medidas protecionistas e de processos de transferência de renda” (NAB: 31, 32 e 33).

Compreendendo grupos que acusam “os mais elementares e os mais elaborados níveis de mentalidade e cultura” – burguesia industrial, proletariado, quadros técnicos e administrativos e a *intelligentsia* da classe média, – quando pautado na compreensão histórica e sociológica da realidade brasileira, deixa de limitar-se à “pura e simples afirmação de confiança nas potencialidades do país [base de] um nacionalismo incondicional tendencialmente xenófobo, [em favor da] convicção de que o país se transforma e se desenvolve a uma taxa extremamente favorável e dispõe de condições para se tornar rapidamente uma grande nação, suscitando, por isso mesmo, uma [outra] orientação nacionalista”: aquela que visa acelerar e racionalizar o processo de desenvolvimento (NAB: 36).

Frente a isso, retoma o debate acerca dos pontos que estrangulam o desenvolvimento brasileiro, de modo a caracterizar as contradições que embaraçam o nacionalismo; são de forma ou substância? Sua resposta é taxativa: “as contradições encontram-se na forma pela qual se entende ou pratica o nacionalismo, e não nas tendências gerais que o determinam e nos fins gerais a que propende” (NAB: 48). Introduce aí a tese polêmica de que o nacionalismo é “um meio para se atingir um fim: o desenvolvimento” (NAB: 14).

Conforme o autor, o que torna uma política nacionalista não é “o fato de serem nacionais os agentes ou recursos empregados”, mas por representar a forma capaz de nos “assegurar a mais eficiente exploração” e produção de determinado bem, estar integrado com os problemas globais da nacionalidade e, por fim, ser capaz de transformar nossas estruturas tradicionais em sentido à compreensão de sua natureza (NAB: 53). Advoga aí

¹¹⁵ Conforme o autor, temos um nacionalismo cultural ligado ao movimento modernista, um econômico expresso no movimento “o Petróleo é nosso”, e outro político identificado com as exigências de democracia e justiça social internamente e com a adoção de uma linha neutralista externamente (NAB).

“uma atuação cultural e política que reajuste o movimento nacionalista aos imperativos do desenvolvimento, fim imediato que o suscita e orienta” (NAB: 48).

Superando a visão mecânico-formal em favor de uma perspectiva histórico-dialética, o autor reconhece como modelo econômico conveniente para o país: “aquele que tire o máximo partido da especialização do país, no quadro da divisão internacional do trabalho, compatível com o máximo incremento de sua produtividade, mediante a mais acelerada possível transformação de sua estrutura econômico-social e a mais alta taxa possível de acumulação capitalista” (NAB: 61). Para Hélio Jaguaribe, tal modelo conduz às seguintes consequências: “a) reaparelhamento, reorganização e expansão dos bens e serviços de infraestrutura; b) racionalização da agricultura e do escoamento e comercialização dos produtos da lavoura; c) industrialização acelerada, visando à substituição de importações e à expansão da indústria de base” (NAB: 61). Estas, por sua vez, só podem ser alcançadas nas seguintes condições:

(...) a) utilização ótima da capacidade de exportar por meio de um câmbio realista, da ampliação dos mercados e do melhoramento dos produtos; b) seleção das importações em função de sua essencialidade, mediante um sistema tarifário apropriado, que se apoie em um sistema de ágios cambiais; c) máximo aproveitamento dos recursos naturais existentes, até o limite de sua marginalidade, fixado em função da oferta internacional e de nossa capacidade de importar; d) máxima compressão do consumo, particularmente do conspícuo, mediante uma política realista de salários e tarifas e de uma adequada política fiscal; e) ótima utilização da capacidade nacional de investimento, inclusive do capital estrangeiro que possa ser absorvido pelo país, e máximo incremento de nossa taxa de acumulação de capital, mediante política fiscal e creditícia global (NAB: 62).

Embora em seguida reafirme o caráter global do desenvolvimento, o exposto acima, bem como a segunda parte do livro¹¹⁶, consagram um debate essencialmente econômico. Questões políticas e sociais antes presentes em seu raciocínio são abandonadas em favor de um confronto do nacionalismo e do cosmopolitismo em termos puramente econômicos, talvez resultado do contexto de calma que adveio com a posse de Juscelino Kubitschek.

Por um desenvolvimento neobismarckiano

¹¹⁶ Analisa aí questões específicas como o petróleo, o capital estrangeiro e a política externa buscando apresentar as medidas que se fazem necessárias, qual o nacionalismo de que precisamos.

“[o bismarckismo] designa o exercício pelo Estado, mediante um executivo forte, de uma arbitragem entre as classes e forças sociais que assegura as condições de estabilidade necessárias para a promoção do desenvolvimento sob a liderança da burguesia [além de] um dirigismo nacional [expresso em] uma política interna e externa de consolidação e emancipações nacionais” (DEDP: 20).

Essa terceira fase da produção de Hélio Jaguaribe é marcada pela transferência do foco de sua análise da questão do nacionalismo em favor de um debate mais geral e melhor aquilatado sobre o desenvolvimento. Enquanto seus textos anteriores são cercados de um tom bastante panfletário, o livro *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* é mais uma abordagem teórica do tema. Partindo da conceituação do que é desenvolvimento, passando pelos modos e condições à sua realização, termina por apresentar qual caminho, ou melhor, qual modelo de desenvolvimento deve ser implantado no Brasil.

Conforme o autor, além de global – “é um aspecto do processo do desenvolvimento da sociedade como um todo; o acentuado desenvolvimento em um dos planos da vida social ou provoca processo correspondente nos demais ou regrida a um nível compatível com os outros”, – o desenvolvimento é um processo histórico-social que se encaminha para sua crescente racionalização. Sobretudo nos tempos atuais quando o conceito de desenvolvimento espontâneo perdeu seu “caráter de necessidade lógica” (DEDP: 14, 13 e 17).

Para Hélio Jaguaribe, uma vez que as condições sobre as quais se processaram o desenvolvimento da Inglaterra e dos Estados Unidos são “historicamente quase irrepetíveis”, faz-se necessário que utilizemos o recurso da programação econômica, daí sua racionalização.

Entende-se por programação econômica, no sentido amplo do termo, a técnica de provocar a ocorrência de determinado resultado mediante uma intervenção deliberada no processo econômico, fundada no conceito racional deste e orientada de conformidade com um plano. Em sentido mais restrito entende-se por programação econômica uma política econômica, em geral do Estado, que vise a obter determinados resultados através da aplicação de planos apropriados (DEDP: 23).

Podendo se fundamentar tanto na ideia de que o desenvolvimento espontâneo é raro, como na de acelerar o processo (conforme preceda ou suceda o desenvolvimento), segundo o autor “toda programação se realiza em duas etapas: a da preparação dos planos” - envolve a análise da situação, a escolha dos objetivos a alcançar e a determinação dos meios a

serem utilizados - “e a de sua execução” - abrange a implantação e operação de novos mecanismos legais e administrativos (DEDP: 25). “Embora algo óbvias, tais etapas se revestem da maior importância para a determinação das condições de eficácia de uma programação” (DEDP: 25). Daí fazer uma longa análise das condições à validade e vigência do plano¹¹⁷, antes de pôr-se a pensar seu problema central: quais “as condições políticas de possibilidade da programação do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, notadamente dos latino-americanos”? (DEDP: 43).

Segundo o autor, este debate abrange três ordens de condições: a) “as de viabilidade da comunidade nacional politicamente independente (...) para se desenvolver como Estado nacional; b) as condições da crise social induzida pelo efeito demonstração das comunidades plenamente desenvolvidas; e c) as condições de superação da crise política em sentido estrito” (DEDP: 44). Trata-se de condições políticas no sentido amplo do termo, condições externas à validade do plano “que dizem respeito à possibilidade de o poder público proceder, consistentemente, à elaboração e execução do plano” (DEDP: 44). Vejamos.

No que diz respeito à primeira condição, para o autor, uma vez que a forma de associação mais apropriada para o desenvolvimento de uma comunidade é a do Estado Nação¹¹⁸, “duas sérias consequências [impõem-se à] programação do desenvolvimento das comunidades contemporâneas” (DEDP: 49). De um lado, “se torna cada vez mais inviável a promoção do desenvolvimento das pequenas nações subdesenvolvidas”, haja vista seu território exíguo somado à escassez de recursos naturais e ausência de mercado interno (DEDP: 50). Isto é, como, por suas condições naturais e econômicas, as pequenas nações não são capazes de formar um parque industrial, poucas são suas chances de romper com a dependência em que se encontram das nações desenvolvidas. Permanecem, assim, como exportadoras de produtos primários e sofrem, por consequência, com o nacionalismo alheio. De outro lado, “o desenvolvimento das grandes nações subdesenvolvidas tende a

¹¹⁷ Conforme o autor, isso envolve toda uma gama de questões internas - a quem cabe a análise? (atribui-se a um grupo de peritos), quais seus meios e objetivos? (quanto mais diferenciados os objetivos e regimes de participação das pessoas, menos democrática será sua adoção) - e externas - qual o regime político adequado à programação? (DEDP).

¹¹⁸ Para o autor, isso se deve quer à própria natureza do nacionalismo - sua solidariedade objetiva e subjetiva “atua como uma pressão homogeneizadora (...) o que vale dizer, como imanente propensão ao desenvolvimento”, - quer em função do nacionalismo dos outros - “numa sociedade em que todas as comunidades organizadas (...) são Estados nacionais, as comunidades que não se organizem [desta forma] não proporcionarão aos seus membros proteção contra o nacionalismo alheio” (DEDP: 49).

provocar a contradição com as condições políticas e os requisitos econômicos para tal” (DEDP: 50). Ou melhor, há uma oposição entre a demanda por capital, que exige empréstimos externos, e a necessidade de afirmação nacional. Se, para Hélio Jaguaribe, tal contradição pode ser resolvida a partir de um “ajustamento de seu regime econômico ao imperativo da preservação da autonomia nacional e na inflexível adoção de um sistema de poupança, de investimento e de produção que assegure a máxima taxa de desenvolvimento suportável pela comunidade”, à primeira questão (inviabilidade do desenvolvimento das pequenas nações) ele parece não enxergar saída (DEDP: 55).

Já com relação à segunda condição, Hélio Jaguaribe entende que os países subdesenvolvidos vivenciam uma crise social por efeito demonstração dos benefícios auferidos pelos países desenvolvidos com o *welfare state*. Ou seja, “embora suas condições reais sejam distintas das dos países atualmente desenvolvidos, [uma vez que] suas condições ideais são as mesmas, porque presentes à mesma época, as massas dos países subdesenvolvidos aspiram aos benefícios do *welfare state* e desejam repartir as vantagens de um aumento de produtividade”, mesmo que este apenas se inicie (DEDP, 1962: 64). Como consequência, dá-se uma inversão do processo - “os benefícios do aumento da produtividade são repartidos por antecipação” - cujo principal resultado é privar os países subdesenvolvidos “de capacidade de investimento, [persistindo] na estagnação, ou hipoteca[ndo-os] ao investimento estrangeiro” (DEDP, 1962: 64).

Segundo o autor, a única forma de conter tais inconvenientes exige não uma política de austeridade ou de inflação, mas “viabilizar a contabilidade social e em face dela conduzir a comunidade a optar por certa taxa de consumo e poupança, rateando-se aquela e esta entre os estratos da sociedade” (DEDP, 1962: 67). Tal operação torna-se, contudo, controversa na medida em que há uma “propensão dos estratos inferiores da sociedade a melhorar seu regime de participação, em detrimento dos superiores e destes a manter e ampliar suas vantagens a expensas dos inferiores” (DEDP, 1962: 67). Para Hélio Jaguaribe, é justamente aí que o debate torna-se político.

Quais caminhos ou modelos estão à disposição dos países subdesenvolvidos para atacarem a crise social e promoverem eficientemente seu desenvolvimento? O autor elenca três: o bismarckismo ou neobismarckismo, o capitalismo de Estado e o socialismo, relacionados “respectivamente, à predominância política da burguesia, das classes médias e

à ocorrência de um conjunto especial de circunstâncias” (DEDP: 63). Vale aqui uma larga citação para compreendermos detalhadamente como o autor caracteriza cada um desses modelos:

O bismarckismo (...) é o modelo político que permite ao chefe do governo o exercício de uma arbitragem entre as diversas camadas sociais, baseada numa contabilidade nacional objetiva, que assegure a maior capacidade possível de investimento tolerável pela comunidade, regulando a participação de cada camada de acordo com sua capacidade política de reivindicação e assegurando aos empresários nacionais a liderança na promoção de desenvolvimento da (...) nação, de acordo com o programa traçado pelo Estado. O capitalismo de Estado é o modelo político que consiste em superar a crise social pela transferência dos empreendimentos privados para o Estado, da iniciativa e do controle, e pelo nivelamento acentuado da capacidade de consumo de todos os grupos sociais e indivíduos. (...) Finalmente o socialismo desenvolvimentista (...) corresponde a uma forma mais radical de capitalismo de Estado, que socializa os meios de produção e suprime a economia de mercado (DEDP: 63 e 65).

A isso acrescenta: “o conteúdo democrático dos regimes dedicados à promoção do desenvolvimento se determina menos pelos ideais políticos dos protagonistas do que pelo grau de compatibilidade entre os objetivos perseguidos e a livre iniciativa dos agentes”; referência clara da predominância do desenvolvimento sobre a questão política em seu raciocínio (DEDP: 64).

Por fim, a terceira condição à possibilidade da programação do desenvolvimento trata da “compatibilidade política entre o plano e o processo do poder”. Isso exige que pensemos a “vigência do poder no tempo e representatividade do poder” (DEDP: 68). Conforme o autor, “nos países politicamente desenvolvidos as ordens de vigência e validade tendem a coincidir [dado que] o processo de constituição e de exercício do poder são representativos das expectativas sociais, tal como resultam dos regimes de participação” (DEDP: 69). Já nos países subdesenvolvidos, ainda que eles adotem regimes representativos, como é o caso do Brasil, a inexistência de qualquer mediação política entre os cidadãos e seus representantes cria um “crescente intervalo entre a vigência e a validade do poder e, na ordem da vigência, entre a vigência real e a aparente” (DEDP: 70). Uma vez que é exatamente o grau de representatividade que determina o grau de eficácia que a programação para o desenvolvimento tende a obter, deparamo-nos com um círculo vicioso: “quanto menos desenvolvida a comunidade, mais necessita de programar seu desenvolvimento, [porém] menos provável será a implementação coerente dos planos

adotados, tendo em vista a efetividade puramente temporária do poder, consequente da falta de representatividade do processo político” (DEDP: 72).

Como fugir a este círculo vicioso? Segundo o autor, “as alternativas possíveis que se abrem para a superação dos óbices políticos ao desenvolvimento são, igualmente, determinadas pela forma segundo a qual a comunidade logra superar sua crise social”; isto é, se há predominância política da burguesia, das classes médias ou do conjunto especial de circunstâncias próprias ao socialismo (DEDP: 78). A cada uma dessas alternativas corresponde um modelo político específico, respectivamente, “o nacional-capitalismo, o capitalismo de Estado e o socialismo desenvolvimentista” (DEDP: 78).

Conforme o autor, no nacional-capitalismo “a forma pela qual [o setor empresarial da burguesia] tende a instituir a verdadeira representatividade política é a organização de um partido do desenvolvimento” (DEDP: 78). Comprometido ao mesmo tempo com os interesses do empresariado e das massas, “formula uma ideologia desenvolvimentista nacional-capitalista, orientada para os grandes investimentos públicos e de base, para a produtividade do capital e do trabalho e, para a consolidação e o engrandecimento da nação” (DEDP: 79). Investindo contra as formas pré-capitalistas de economia em favor da equalização das oportunidades e do “máximo de bem-estar social compatível com as necessidades de investimento produtivo”, requer uma liderança de tipo neobismarckiano (DEDP: 79).

Já o capitalismo de Estado ocorre quando a tecnocracia que se forma nos quadros da burguesia “adquire consciência dos problemas do país, da necessidade de promover seu desenvolvimento e dos meios para tal necessários, mas depara-se [com] o obstáculo político criado pelas forças que controlam o processo de poder, vinculadas à estagnação e ao subdesenvolvimento” (DEDP: 79). Demanda-se aí a realização de um golpe de Estado que, pautado “numa conspiração de oficiais progressistas” e aliado às massas proletárias e camponesas, institua “um capitalismo de Estado voltado para a promoção do desenvolvimento” (DEDP: 80). Uma vez consolidado este regime, far-se-á necessária a criação de um partido oficial, ou de um partido da revolução, “instrumento de mediação entre o governo e a comunidade” com vistas a “enquadrar as massas na linha da revolução” (DEDP: 80).

Por fim, o modelo do socialismo pode ocorrer de duas formas. Primeiro “nas sociedades onde o estrato dirigente, além de manter o país sujeito à estagnante e involutiva espoliação das massas, exerce o seu domínio por processos feudais e semifeudais, não dando margem à utilização da *intelligentsia* da classe média nos quadros da burocracia e das forças armadas” (DEDP: 82). “Comprimidas até o limite do intolerável”, essas forças convertem-se “num contingente de revolucionários profissionais” que, quando de posse do poder, instituem o socialismo (DEDP: 82). Já a segunda forma, o socialismo derivado, resulta da superação do capitalismo de Estado. Segundo Hélio Jaguaribe, “implantado pela tecnocracia da classe média, (...) o êxito ou malogro deste regime tendem, igualmente a suscitar sua superação”; “para proteger sua economia do controle do capitalismo estrangeiro (...) ou para empreender mais profundo e radical esforço de desenvolvimento”, o capitalismo de Estado pode ser “levado à supressão da propriedade privada dos meios e tenha de adotar um sistema socialista” (DEDP: 82 e 83). Seja ele originário ou derivado, o fato é que o socialismo desponta como importante modelo teórico de desenvolvimento.

Ao final acrescenta: embora se trate de modelos com “significação e alcance globais [é] igualmente determinante (...) a situação em que se encontre a comunidade nos planos econômico e cultural”, pois o modelo do nacional-capitalismo só se faz possível em países de mais alto nível de renda e cultural, sobrando aos demais a opção de se “desenvolver como comunidades nacionais e independentes, sob a forma de socialismo desenvolvimentista e de capitalismo de Estado” (DEDP: 86)¹¹⁹.

De posse dessas construções, Hélio Jaguaribe volta-se para apresentar o caminho cabível ao Brasil. Sua proposta deixa entrever o amadurecimento do seu raciocínio, bem como o esforço em afastar qualquer alternativa golpista. Haja vista que nos encontramos entre os países com razoável nível de desenvolvimento econômico, que atingiram ou se encaminham para atingir razoável nível de diferenciação econômica, e contamos com uma burguesia empresarial dinâmica e poderosa, “o modelo político mais apropriado para o seu desenvolvimento [é] o nacional-capitalismo, por intermédio de um partido do

¹¹⁹ Observem que ao longo de toda essa apresentação o autor não pontua em momento algum o que ele entende por representação, como organizá-la, como torná-la efetiva. Parece aí acreditar que a consolidação de qualquer desses modelos políticos (obviamente por uma elite, ou intelectuais) seja a questão mais importante, ou que isso já significava fazer valer os interesses da massa.

desenvolvimento” (DEDP: 180). Justamente o modelo vigente durante o bem sucedido governo JK.

Segundo o autor, “a aliança PSD-PTB representou, de certa forma, esse ‘partido do desenvolvimento’, assim com a Presidência Kubitschek manifestou características neobismarckianas” (DEDP, 1962: 101). Responsável por instaurar o Plano de Metas – “esforço de programação do desenvolvimento do país orientado no sentido de criar ou expandir, na extensão apropriada, a oferta de bens e serviços de infraestrutura e de base”, – consolida “o maior esforço de desenvolvimento econômico empreendido no Ocidente por um país subdesenvolvido” (DEDP, 1962: 180). Mais à frente continua: sem contar com apoio de qualquer entidade internacional, antes as contrariando, o governo brasileiro foi responsável por políticas não ortodoxas, alcançando “extraordinário êxito em seu esforço de desenvolvimento, atingindo e ultrapassando quase todas as metas” (DEDP, 1962: 180). Para o autor, “ao que tudo indica foi vencida a barreira do desenvolvimento e o país projetado em processo de continuado crescimento” (DEDP, 1962: 181).

É, pois, visível o otimismo do autor. Mesmo no último capítulo, quando analisa alguns problemas do desenvolvimento logrado pelo governo JK - tais como o fato de este não se manifestar de forma homogênea em todos os setores da economia ou nas diferentes regiões do país, aprofundar “a falta de representatividade das agências e dos processos políticos”, e agravar a “falha de autenticidade e de funcionalidade dos órgãos do Estado e de seus atos” (DEDP, 1962: 192), - Hélio Jaguaribe conclui:

[As] experiências e decisões dos últimos dez anos [configuraram] uma doutrina e uma prática brasileiras do Estado, da economia, da programação e da democracia social. Essa doutrina e essa prática (...) apontam, inequivocamente, para certa direção: uma *democracia social e nacional, programadamente orientada para o desenvolvimento*, o bem-estar social e a crescente igualização das oportunidades, entre setores, regiões e pessoas, onde a propriedade privada dos meios de produção e a gestão privada dos empreendimentos são preservados na medida em que representem condições de eficiência econômica, onde o capital público tem a principal responsabilidade pela manutenção da taxa de investimentos, mas a gestão dos empreendimentos, ainda que públicos, tende a ser exercida de forma profissional, segundo critério e produtividade (DEDP, 1962: 213. Grifos nossos).

Consagrando o que denomina de nacional-desenvolvimentismo – corrente ideológica que pressupõe “a promoção do desenvolvimento e a consolidação da nacionalidade [como] dois aspectos correlatos do mesmo processo emancipatório”, – tem

como contribuição principal promover a decolagem econômica do Brasil (DEDP, 1962: 208). Novamente, o autor parece associar a promoção do desenvolvimento econômico não só à resolução da crise nacional, mas à consolidação mesmo da democracia. Para Hélio Jaguaribe, por programar e executar “satisfatoriamente” tal programação, o governo JK deu um importante passo em sentido ao desenvolvimento da economia nacional e, por consequência (até porque o desenvolvimento seria global), à melhoria do país como um todo.

A nosso ver, o aqui exposto permite vislumbrar o peso que o contexto histórico exerceu sobre as formulações de Hélio Jaguaribe. Embora o móvel do seu pensamento tenha sido sempre a promoção do desenvolvimento econômico, a conjuntura dos anos 1950 pôs em pauta questões de ordem política e social não só no Brasil, mas no mundo. Daí seus primeiros trabalhos apresentarem um debate muito mais dilatado (sobretudo no que tange aos movimentos políticos processados entre 1953 e 1956) que os últimos. A nosso ver, à medida que tais litígios foram se resolvendo, ou melhor, tornando-se menos explosivos, pôde o autor se debruçar mais diretamente sobre a temática do desenvolvimento.

Parece-nos que o contexto de calma advindo com a posse de Juscelino Kubitschek, somado ao lançamento do Plano de Metas em 1956, fez com que o autor focalizasse sua análise nas medidas necessárias à consolidação do desenvolvimento. Isso explica porque os dois textos escritos após 1957 trazem uma análise muito mais restrita e técnica, consagrando, ao final, a ideia de que uma vez promovido o desenvolvimento econômico, resolver-se-iam todos os problemas nacionais. Vale, contudo, destacar que se em 1958 o autor está imerso num ambiente de aparente euforia¹²⁰, resultado dos altos índices de crescimento econômico alcançados pelo país, quando da publicação do segundo texto (1962) Hélio Jaguaribe enfrenta um ambiente de profunda instabilidade política e de

¹²⁰ Utilizamos a palavra aparente, pois já em 1958 observava-se o agravamento da situação inflacionária (de 7% em 1956, pula para 24,3% em 1958), consequência direta das estratégias de financiamento do ambicioso Plano de Metas – teve como principais fontes: o capital estrangeiro atraído por uma política cambial favorável, o que agravava ainda mais a situação do balanço de pagamentos nacional, e os investimentos públicos obtidos a partir da emissão de papel-moeda. Daí o governo lançar, neste mesmo ano, o Plano de Estabilização Monetária (PEM), projeto que, embora logo abandonado, foi representativo da “ascensão do objetivo da estabilidade na escala de prioridades dos formuladores e gestores da política econômica” (SILVA, 2000: 84).

queda na taxa de crescimento do PNB, dando a entender que a longa fase de crescimento econômico chegara a seu fim.

V. O sentido do primeiro momento de Hélio Jaguaribe

À primeira vista, a análise deste primeiro momento de Hélio Jaguaribe parece referendar a leitura consagrada por Toledo (1982) sobre o ISEB. De fato, e já no primeiro número de CNT, Hélio Jaguaribe associa a resolução da crise nacional e o desenvolvimento econômico à prévia elaboração e divulgação de uma ideologia. Conforme o autor: “a rápida enumeração dos problemas nacionais (...) põe em destaque a necessidade de uma ideologia”, resultado tanto das “exigências específicas de determinados problemas” como “da necessidade de integrar num sistema conjunto as diversas soluções reclamadas pela crise nacional” (CNT, 1953e: 142 e 148). Esta tarefa, por sua vez, não se estende a toda a sociedade, compete antes a “uma vanguarda esclarecida e eficaz” (CNT, 1956b: 146). Isto é, à intelectualidade e à burguesia industrial, porque grupos representativos das forças dinâmicas do processo econômico-social com consciência da “dependência que existe entre o processo econômico e a elevação do seu nível de vida” (CID: 49).

Ademais, a preponderância conferida pelo autor à esfera econômica em seu raciocínio, somada à percepção de que, no Brasil, existe uma correspondência entre os interesses situacionais de classe, acabam por referendar a crítica de Franco (1978). Em todos os textos aqui analisados, Hélio Jaguaribe parece não só ignorar a existência de diferentes interesses de classes (ao menos entre as classes ditas progressistas), como propagar a ilusão de que os benefícios do desenvolvimento se repartem igualmente pela sociedade. Daí caracterizar a ideologia do desenvolvimento econômico-social como a ideologia mais autêntica ao momento histórico do país e difundir o mote, constantemente repetido, de que a promoção do desenvolvimento econômico significaria a resolução mesmo da crise nacional.

Não obstante essa primeira concordância, acreditamos que tais ideias não tratam de uma opção deliberada de Hélio Jaguaribe com vistas a consagrar a dominação ideológica da burguesia. Reflete, antes, os dilemas e desafios postos pelo contexto em que ele escreve.

Como bem pontua Martins (2008: 02), os dez anos que transcorreram entre o suicídio de Vargas e o golpe militar caracterizaram-se como “um momento de crise estrutural da sociedade brasileira”.

Enquanto no plano político opunham-se setores de orientação conservadora (“preocupados com a manutenção das relações de poder que privilegiavam os interesses agroexportadores”) e de tendência progressista (“vinculados aos interesses das novas forças sociais de caráter urbano-industrial”), no plano econômico vivenciava-se um “quadro de crise do setor agrário e de fortalecimento da industrialização” seguido do “adensamento dos problemas referentes às formas de financiamento do desenvolvimento”, e no plano sociocultural a consolidação de um novo padrão de sociabilidade, de novos “hábitos de consumo e de cultura”, resultado da expansão do capitalismo (MARTINS, 2008: 02). Logo, nestes dez anos, o debate político-intelectual girou quase que exclusivamente em torno das questões do desenvolvimento e do projeto de desenvolvimento não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Conforme Cardoso (1975: 384), as dificuldades econômicas com que a América Latina se defrontava¹²¹ em meados da década de 1950 eram “sérias a ponto de indicarem que o desenvolvimento espontâneo que [até então ela] vinha experimentando não mais teria meios de prosseguir”. Como garantir a manutenção do desenvolvimento torna-se “preocupação constante (...) para os países que a compõem”, a ponto mesmo de se tornar “objetivo de política econômica de aceitação praticamente universal” (CARDOSO, 1975: 384). Ambicionando alcançar o desenvolvimento autônomo, os governos latino-americanos se voltam não só à programação, mas ao “levantamento objetivo das condições de cada país”. Os estudos realizados pela CEPAL e pelo BNDE, no caso específico do Brasil, ganham então estatuto científico, assumindo grande importância “nas definições ideológicas, na articulação das relações de forças do período” (CARDOSO, 1975: 385).

Todavia, como bem pontua Valdes (2003: 37), o debate aí travado consistia ainda em um debate puramente econômico: tem como objetivo principal a industrialização.

¹²¹ No Brasil, por exemplo, o crescimento dos bens de produção caiu de 9% para 2%, e dos bens de consumo de 7% para 3% ao ano (SILVA, 2000).

Conforme o autor, somente em finais dos anos 1950 e início dos anos 1960 é que “os fatores sociais passaram a ser decisivos”¹²². Até então se pensava que:

(...) el problema básico del desarrollo económico era la elevación del nivel de la productividad de toda la fuerza de trabajo, que en este caso debía ser posibilitada por una substitución de importaciones, estimulada por una política de protección moderada y selectiva. Desde este punto de vista fue criticada la insistencia de los centros de la idea obsoleta de la división internacional del trabajo y propuesta la necesidad de una política, de parte de los gobiernos, de racionalidad y visión, así como de inversión en infraestructura para acelerar el crecimiento económico, lo que indicaba la necesidad del planeamiento (VALDES, 2003: 33).

Diferentemente dos anos 1930, em que nacionalismo designava consciência nacional, nos anos 1950 ele despontou como “paradigma do desenvolvimento”. Tratar-se-ia de “um projeto voltado para a aceleração da industrialização” capaz de elevar “a nação a outra etapa de organização socioeconômica, com melhoria das condições de vida da população” (SOUZA, 2009: 36). O planejamento, por sua vez, antes restrito a uma elite estatal, passou a envolver quadros da sociedade civil e se orientar “para dentro do aparelho de Estado” (SILVA, 2005: 19). Isto explica a formação de diversas instituições, “dentro e fora do aparelho estatal”, quer para construir quadros técnicos especializados ao exercício de determinadas atividades, quer para aprofundar os estudos dos problemas nacionais, expressão do “aprofundamento do processo de racionalização do Estado” (PEREIRA, 2002: 39).

Conforme Bielschowsky (2004), no Brasil essa agenda atingiu seu auge entre os anos 1956-1961, precisamente os anos do governo JK. Pautado no amadurecimento do debate sobre a industrialização planejada, processado entre 1953 e 1956, somado à percepção e diagnóstico da crise nacional, o lançamento do Plano de Metas consagrou a incorporação mesmo da ideologia desenvolvimentista “à retórica oficial do governo” (BIELSCHOWSKY, 2004: 404). Não se tratava mais de analisar a situação brasileira, mas

¹²² Percebe-se aí que, apesar do crescimento econômico obtido pelos países, os atuais esquemas de desenvolvimento contêm falhas, tais como disparidade de ingresso, inflação e desigualdade. Isto põe em relevo os fatores sociais – “no es solo una de las causas o manifestaciones de que existe desarrollo sino también debe constituirse como consecuencia”, – consolidando, ao final, uma sociologia do desenvolvimento econômico (VALDES, 2003: 37). No caso específico da CEPAL, de lócus formulador de uma teoria de desenvolvimento independente nos anos 1950, se transforma, nos anos 1960, em um fórum de discussão de ideias crítico ao processo de desenvolvimento então praticado, posto que “a industrialização havia seguido um curso que não conseguia incorporar à maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico, não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência; apenas [alterado] sua natureza” (BIELSCHOWSKY, 2000: 39).

de implantar políticas econômicas concretas; o que se fez sentir nas grandes inversões de capital “na infraestrutura de serviços de energia e transporte e nos segmentos fundamentais da indústria pesada” realizadas pelo governo. “Aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infraestrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas, era, em resumo, a questão que norteava o pensamento do período” (BIELSCHOWSKY, 2004: 406).

A nosso ver, é este caldo cultural que explica porque, mesmo em face de uma arguta análise da situação brasileira, tocando desde questões econômicas a sociais e políticas, característica de seus primeiros escritos, Hélio Jaguaribe limitou-se a prescrever medidas econômicas. Longe de um conservadorismo, entendemos que isto aponta para a crença na “industrialização como processo transformador capaz, em si mesmo, de minar os alicerces conservadores da sociedade e viabilizar a superação da miséria” (BIELSCHOWSKY, 2004: 130). Expressa, pois, a associação, bastante comum à época, entre as ideias de desenvolvimento e industrialização com a de progresso, até porque “o amadurecimento político da sociedade brasileira não permitiu, antes do final dos anos 1950, a politização do debate desenvolvimentista no nível da discussão de reformas progressistas que tangenciassem as questões básicas associadas às relações de produção” (BIELSCHOWSKY, 2004: 131)¹²³.

Nesse sentido, remetendo-nos às leituras de Lamounier (1978), Ortiz (1985) e Pécaut (1990), podemos argumentar, de modo semelhante, que Hélio Jaguaribe foi responsável por um diagnóstico bastante crítico da realidade brasileira no que tange aos fatos e movimentos políticos processados entre os anos de 1953 e 1956. Denunciando o baixo índice de renovação das elites dirigentes e o conteúdo reacionário e antinacional de que as mesmas se revestiam, o autor bradou por uma aliança entre as classes progressistas, capaz de realizar “os pontos básicos de uma política pela emancipação nacional” – a saber: desenvolvimento econômico e luta contra a espoliação da economia (CNT, 1955c: 49). Nesse sentido, ao conclamar a burguesia industrial e a *intelligentsia* à realização imediata

¹²³ Corroborar essa ideia a própria revisão que, anos mais tarde, Caio Navarro de Toledo faz em suas primeiras colocações. A partir do confronto com o contexto histórico dos anos 1946 a 1964, dimensão que anteriormente não tocara, afirma: “o ISEB – apesar de seus equívocos teóricos, políticos e ideológicos – deve ser lembrado como uma instituição cultural cujos intelectuais se comprometeram com a defesa de causas progressistas e de caráter democrático” (TOLEDO, 2005: 162).

de um trabalho ideológico no país, o fez por acreditar ser este um veículo à conscientização da classe média e do proletariado, e não como instrumento à dominação burguesa.

O mesmo se verifica no que se refere ao uso da temática nacionalista. Ainda que em sua análise Hélio Jaguaribe tenha erigido a Nação como categoria central, entendemos que não o fez para justificar o domínio de uma classe, e sim por concebê-lo como mecanismo à proteção geral da Nação e de seu povo. Conforme o autor: “tanto interna como externamente o nacionalismo exprime uma tomada de consciência dos interesses próprios do Brasil, no âmbito das outras nações, e das massas populares, no âmbito interno do país, e constitui uma exigência de acatamento das soberanias popular e nacional” (RCM, 1957b: 12). Logo, longe de um obscurecimento das consciências das classes, sua ênfase no conflito nação x antinação significou um posicionamento progressista porque voltado para organizar a economia e política nacionais em novas bases.

Reforçam esta ideia frases como: “a fim de levar adiante tal política (...) com vistas ao desenvolvimento e à emancipação do Brasil, são necessários (...) democracia representativa, baseada no sufrágio universal, secreto e igualitário, igualdade efetiva de oportunidades para todos os cidadãos” (CNT, 1956b: 127); trata-se de uma mudança operada “dentro do regime democrático representativo e de uma série de outras exigências determinadas por nossos valores culturais” (CID: 29). Fica, pois, claro que Hélio Jaguaribe associava promoção do desenvolvimento econômico e democracia. Justamente este o ponto que, mais à frente, faz do seu pensamento um pensamento conservador.

Se, como vimos, a agenda temática dos anos 1950 girou, quase que exclusivamente, em torno dos “questionamentos sobre o atraso e sobre as possibilidades de desenvolvimento da sociedade brasileira” - aponta-se aí para a inviabilidade da manutenção do modelo agrário exportador como base da economia brasileira em favor da substituição das importações e da ampliação da intervenção do Estado na economia, - a ponto de o PCB empunhar a bandeira do nacional-desenvolvimentismo, ainda que visando outros propósitos (a consolidação do capitalismo nacional porque etapa fundamental para a revolução socialista), ao final da década tal perspectiva deixara de ter validade universal (MARTINS, 2008: 76).

Conforme Martins (2008: 126), “os efeitos perversos das iniciativas tomadas” – crise econômica e social expressa nas implicações da “migração campo-cidade, no aumento

das taxas de inflação, na corroboração das desigualdades regionais e sociais e na pressão do balanço de pagamentos” consequência da utilização de capital estrangeiro no crescimento – fizeram desvanecer o otimismo com o nacional-desenvolvimentismo. Tanto o desenvolvimentismo de JK foi revisto e questionado, ainda que não abandonado de todo¹²⁴, como se processou um reexame das teses marxistas, uma renovação da esquerda no Brasil. Conceitos como “classe, conflito social, revolução social” passaram aí a integrar “grande parte das interpretações progressistas do momento”, incluindo as da última fase do ISEB (MARTINS, 2008: 127).

Todavia, a despeito deste novo cenário, parece-nos que Hélio Jaguaribe não apenas manteve, mas antes aprofundou seu economicismo. Se no livro de 1958, ao repensar o nacional-desenvolvimentismo o autor priorizou o segundo ao primeiro, em claro compasso com a política econômica então vigente – ao caracterizar o nacionalismo como um meio para obter-se um fim incorpora e justifica a utilização do capital estrangeiro como caminho mais fácil ao desenvolvimento, – no texto de 1962, relançado (sem grandes alterações) em 1968, Hélio Jaguaribe aparentemente ignorou o novo contexto. Embora patente que o modelo de desenvolvimento até então processado não fora capaz de superar as desigualdades (é antes concentrador de renda), bem como aprofundara a situação de dependência do país, o autor insistiu em investigar as condições políticas e sociais necessárias a uma satisfatória programação do desenvolvimento “econômico”. Parece aí perder o bonde da história, consagrando, ao final, uma perspectiva conservadora até porque meramente técnica.

A nosso ver, ao ainda crer em 1962 que o desenvolvimento econômico era a questão chave do seu tempo – porta de entrada a transformações políticas e sociais – e reiterar a demanda pela formulação de uma ideologia desenvolvimentista (já agora) “nacional-capitalista” pela burguesia – classe progressista capaz de representar os interesses das massas operária e camponesa, – o autor ignora as mudanças de contexto, recusa-se a ver os limites do desenvolvimentismo, a nova estrutura social, a luta de classes entre burguesia

¹²⁴ Conforme Martins (2008: 126), se por um lado passou-se a questionar “os limites do economicismo e das classes dominantes”, por outro se mantiveram antigos critérios como o planejamento democrático e/ou o nacionalismo.

(mesmo a industrial) e trabalhadores¹²⁵ que então despontava, ao passo que desacredita (de modo semelhante à Oliveira Vianna) na possibilidade da sociedade transformar-se por si só, insistindo em clamar por uma liderança, agora, de tipo neobismarckiano – o que, mais tarde, dirá encontrar nos governos autoritários¹²⁶. O progressismo anterior de suas ideias parece, pois, ceder espaço ao que Cardoso (1975: 393) denomina de “ênfase apenas técnico: fornece uma dimensão por demais insuficiente para captar relações estruturalmente mais complexas”, levando-o mesmo a prescindir da democracia em favor do desenvolvimento econômico.

Em resumo, enquanto nos anos 1950 é a correspondência de suas ideias com o contexto do seu tempo que confere ao pensamento de Hélio Jaguaribe um caráter progressista, nos anos 1960 será justamente por dissociar-se deste, ignorando o que a história revelara, que se tornará patente aquilo que as mesmas tinham de conservadorismo.

Já no que concerne ao segundo conjunto de leituras sobre o ISEB - agiu este como um grupo de interesse ou pretendeu-se uma *intelligentsia*?, - de modo sintético podemos responder da seguinte forma. Tendo em vista que grupo de interesse designa “qualquer grupo que à base de um ou vários comportamentos de participação, leva adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, com o fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento” consoante com seus interesses (PASQUINO, 2004: 564), ao classificar o ISEB como um grupo de interesses Abreu (2005) parece concordar com a ideia isebiana de que haveria uma correspondência entre os interesses situacionais de

¹²⁵ Vale lembrar que o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 foi um período marcado por inúmeras mobilizações e greves no campo e na cidade. Sem contar que a própria legislação de metas – que alterava progressivamente a participação da produção nacional na fabricação do carro – tornou possível a industrialização do pequeno produtor, dando origem aí a uma nova classe.

¹²⁶ Referimo-nos aos textos *Brasil estabilidade social pelo colonial-fascismo*, publicado em 1968, e *Brasil: crise e alternativas*, de 1974, nos quais o autor analisa positivamente o regime militar. Primeiramente por “levar à execução [um] modelo para a estabilidade social”, o colonial-fascismo, é fundamental para a implantação de políticas de controle de inflação que o país carecia – tais como “a redução dos salários reais dos trabalhadores”. E posteriormente, já face ao período de esgotamento do milagre econômico, por se tratar de um regime que, apoiado numa coligação entre burguesia e classe média, “exprime os interesses e valores dessa coligação”; isto é: “preservação do sistema produtivo baseado na *empresa privada*, sob direção do *empresariado privado*, no âmbito mais amplo das classes inversoras”. Em ambos os textos, a ilegalidade do regime militar parece despontar como um mal menor diante dos resultados econômicos promovidos (JAGUARIBE *apud* LOVATTO, 2010: 132 e 137. Grifos no original).

classe em torno do desenvolvimento econômico, ou entende que estes representavam a si mesmos, pois em momento algum referencia um grupo específico¹²⁷.

Para nós, não obstante a autora ressaltar que o ISEB não pode ser identificado “estritamente como um grupo de interesse” dado suas distinções em relação à ação de outros grupos que atuam na sociedade, ao não resolver essa questão básica – se um grupo de interesse representa os interesses de um grupo, qual grupo o ISEB representava? – tal classificação perde todo o sentido (ABREU, 1975: 284). Aponta, no mínimo, para uma utilização genérica do termo, acreditando que o simples fato de um conjunto de intelectuais procurar influenciar os centros de decisão política à adoção de medidas congruentes com suas propostas o faria um grupo de interesse. Haja vista que a própria autora assinala que, nos primeiros anos, a ação do ISEB pautou-se na “argumentação e persuasão” procurando converter o saber em influência, parece-nos mais apropriado abordá-lo enquanto *intelligentsia* – camada intersticial, situada não acima, mas entre as classes sociais, capaz de adotar e enfocar as questões em pauta sob várias perspectivas em favor da síntese (MANNHEIM, 1974), – sobretudo no que concerne às primeiras obras do primeiro momento de Hélio Jaguaribe.

A nosso ver, em todos os seus trabalhos, Hélio Jaguaribe pretendeu-se um intelectual apto para interpretar de forma neutra os dilemas e desafios da realidade brasileira e, por consequência, promover a síntese. Esta, por sua vez, se faria sentir no desenvolvimento econômico porque saída capaz de superar os quatro planos da crise nacional, e ao mesmo tempo ser representativa dos interesses de quase todas as classes sociais. Daí seu esforço contínuo tanto em pressionar o governo à adoção de medidas congruentes com seu projeto, como em mobilizar a sociedade em sentido ao mesmo.

Conforme o autor, uma vez que as classes nacionais não tinham consciência de seus interesses – ainda são bastante débeis, imediatistas e sensíveis apenas às altas e baixas dos salários (CNT, 1955c: 53), – nem percebiam que “os móveis da luta nacional eram o interesse de classe das forças reacionárias e antinacionais” (CNT, 1955a: 22), fazia-se necessário “interessar as vanguardas do proletariado, da burguesia industrial e da inteligência técnica” (que ele próprio integrava) no sentido de preparar e educar

¹²⁷ É, porém, provável que Abreu (2005) estivesse se referindo à burguesia. Como vimos, na época são diversas as interpretações que entendem que o ISEB representava os interesses da burguesia, ideia da qual discordamos.

ideologicamente as massas (proletariado, camponês e classe média) (CNT, 1955c: 53). Daí os cursos, conferências e estudos publicados – procuram revelar às massas que o desenvolvimento econômico é a fórmula representativa da transição nacional para uma etapa mais avançada do processo faseológico, e que seus interesses estavam aí igualmente contemplados, – combinados a seu contínuo esforço em pressionar o governo a favor do desenvolvimento. Hélio Jaguaribe parece acreditar aí “situar-se além e adiante” da situação nacional, como se antecipasse a alternativa necessária, mas ainda não concretizada no país (MANNHEIM, 1974: 95). Ambicionou, pois, o papel de *intelligentsia* cujas ideias, como vimos, nem sempre tiveram sentido progressista.

Capítulo 3 - Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe em perspectiva comparada

Terminado o balanço das obras de Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe é hora de nos debruçarmos sobre nosso problema de pesquisa: a despeito dos diferentes contextos em que esses autores escreveram e, em consequência, dos diferentes desafios a que procuraram responder, subsistem semelhanças, afinidades entre tais análises? Se sim, são elas suficientes para fazê-los representantes de uma mesma família intelectual, de uma mesma linhagem do pensamento social brasileiro? Embora a primeira afinidade que possa surgir a todos nós diz respeito aos prognósticos destes autores, mais precisamente à centralidade conferida por ambos ao Estado, a nosso ver subsistem várias outras. Situam-se, em geral, no plano do diagnóstico da sociedade¹²⁸.

I. O plano do diagnóstico e as visões da crise

A começar pela própria chave do diagnóstico, podemos dizer que ela foi central na obra de Oliveira Vianna, como foi para os autores de seu tempo. Haja vista as profundas transformações experimentadas pelo país na década de 1920 - intensificação da urbanização e da industrialização, formação do empresariado, surgimento de movimentos sociais e de concentrações operárias que pressionaram (através de inúmeras greves no campo e cidade) por melhorias na condição de vida, de trabalho e salário, - combinadas a permanências nada desprezíveis – manutenção da tradição colonialista, dos latifúndios, do sistema oligárquico e do desenvolvimento desigual das regiões, – formaram-se nacionalmente “questionamentos inéditos [quando] não apenas as concepções tradicionais [foram] atacadas, mas também as instituições republicanas, identificadas com uma legalidade que não tem correspondência no real” (LAHUERTA, 1998: 93).

¹²⁸ Referimo-nos a “diagnóstico da sociedade”, pois o diagnóstico das instituições não foi feito propriamente por nenhum dos dois autores. Mesmo em Jaguaribe, para quem essa dimensão pareceu ter maior importância, a análise das mesmas limitou-se à mera descrição de seus principais problemas e falhas sem, contudo, aprofundar ao exame dos mecanismos que os geravam.

Isso se traduziu num amplo esforço da intelectualidade no sentido de pensar como deveria ser o Brasil moderno, o que, por sua vez, passava pela compreensão primeira das características e especificidades do Brasil atual (1920). Partilhando da percepção de que “todo progresso só será possível se nos mantivermos colados à realidade”, o chamado “ensaísmo de 1920” buscou entender o presente à luz do passado, com vistas a apresentar perspectivas prováveis e cabíveis para o futuro. A questão da “figuração de uma identidade nacional” entrou de vez na agenda do dia: resgatar a cultura, as tradições, costumes e etnias de modo a revelar, inventar a autenticidade nacional tornou-se preocupação comum aos autores e obras da época (BASTOS, 2006: 67).

Em sintonia com este ambiente intelectual, Oliveira Vianna procurou, em suas obras, desvendar as características do Brasil e do povo brasileiro. Para o autor (até por basear-se nos métodos sociológicos de Le Play), conhecer as singularidades do Brasil não tratava apenas de uma primeira etapa à resolução dos problemas nacionais, mas de parte fundamental desse processo. Analisar o processo social brasileiro, a “composição, estrutura, tendências particulares da mentalidade e do caráter do povo brasileiro” possibilitaria tanto entender o contexto específico do país, seus desafios e dilemas, como saber, “de ciência certa, quais as incapacidades a corrigir, as deficiências a suprir, as qualidades a adquirir [pela Nação, de modo a] conservar intactas, a nossa personalidade e a nossa soberania” (PMB: 21). Daí debruçar-se longamente à análise das características do povo, do meio, da história e (mais à frente) da cultura nacionais, de tal modo que a dimensão do prognóstico, a apresentação de projetos para o Brasil, de “um programa nacional de reformas políticas e sociais” de que ele tanto falava, parece ter ficado em segundo plano e para um segundo momento (EPB: 39). Não obstante isso, nessa investigação histórica e sociológica do país o autor consagrou ideias, termos e conceitos que não só permearam seus trabalhos, como também se tornaram clássicos do pensamento brasileiro; a exemplo do ensaísmo de 1920.

De modo diverso, em Hélio Jaguaribe a dimensão do prognóstico parece ter predominado sobre a do diagnóstico. Com exceção dos seus trabalhos de cunho mais filosófico e dos dois primeiros números de CNT (nos quais procurou caracterizar a crise nacional), o autor pouco se dedicou ao diagnóstico da sociedade brasileira. Isto se explica frente ao fato de que, nos anos 1950, o país já contava com uma bibliografia especializada sobre o tema. O fervor cultural dos anos 1930 já traçara diversos caminhos analíticos;

“conservadores, autoritários, liberais, democratas e socialistas já t[inham] ao seu dispor um esquema básico, uma referência coerente, um paradigma para pensar e agir” (IANNI, 2004: 34). Logo, embora o que movesse a intelectualidade da época ainda fosse a consolidação do moderno, do novo, do Brasil do futuro, alguns intelectuais (entre eles Hélio Jaguaribe) acreditavam não ser mais necessário revisitar a história, pensar a Nação e o povo brasileiro como o fez a geração de 1920, até porque consideravam que ambos já estavam ali “constituídos em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura, de sua vontade política” (PÉCAUT, 1990: 99). Contentaram-se, então, com o que já havia sido produzido mobilizando, assim, os diagnósticos e as categorias elaboradas – personalismo, familismo, patrimonialismo – à análise da situação da vida política e econômica nacionais, à pesquisa dos “condicionantes sociais do desenvolvimento; das resistências à mudança; da dicotomia arcaico *versus* moderno”, posto que era a mudança, o desenvolvimento social, e não mais a autoafirmação da identidade, o grande tema da época (OLIVEIRA, s/d).

Em acordo com este ambiente intelectual, Hélio Jaguaribe não fez uma análise estrutural do Brasil. Enfocou mais diretamente a conjuntura de sua época ou, como dizia em CNT, “os problemas do [seu] tempo e os problemas do Brasil em perspectiva”. Procurando compreender a realidade concreta para fundamentar uma ação autêntica, o autor não considerou necessário retomar a história da formação nacional e dos processos sociais que configuraram a sociedade brasileira, apropriando-se apenas das ideias já consagradas com vistas à “justa interpretação das possibilidades e das necessidades do homem brasileiro, nas nossas condições de lugar e tempo” (CNT, 1953a: 02). Daí seu pensamento aparentar ser mais prático que o de Oliveira Vianna: analisa a sociedade, a economia e a política brasileiras procurando entender as circunstâncias e desafios do país naquele contexto específico, e não consolidar uma explicação sociológica sobre ele. Insere-se aí no grupo que Ianni denominou “continuadores, [ainda que] com inovações importantes: reiteram ou desenvolvem as explicações [clássicas] de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda” etc. (IANNI, 2004: 39).

Se pudéssemos classificar tais obras em uma única frase diríamos: a obra de Oliveira Vianna representou um esforço para compreender, desvendar o Brasil real e suas mazelas, enquanto a de Hélio Jaguaribe tinha como horizonte interpretar os desafios de seu tempo. Desse diferente procedimento inicial, combinado aos diferentes contextos a partir

dos quais os autores escreveram resultam, a nosso ver, suas diferentes visões a respeito da crise brasileira.

Tendo como pano de fundo a crise do pacto oligárquico¹²⁹, base política da Primeira República, e as mudanças econômicas e sociais produtoras de um ambiente de grande instabilidade e de amplo debate acerca da prevalência do mundo agrário na sociedade nacional, Oliveira Vianna pensou a crise do seu tempo em termos sociais e políticos. Isso se faria sentir, primeiramente, na inexistência de uma unidade nacional e, em consequência, do próprio povo; e, posteriormente, na ausência de uma sólida organização política, o que abria portas à prática de políticas particularistas reforçando, assim, o quadro inicial.

Como vimos, para o autor, a tendência essencialmente rural de nossa colonização, combinado ao fato de ser este um ruralismo baseado na grande propriedade, fez com que a população brasileira não desenvolvesse laços de solidariedade, relações de interdependência para além das estabelecidas em torno dos grandes domínios. Estes por sua vez, ao produzirem quase tudo para o seu sustento, organizarem sua própria defesa, não constituíram vínculos mais amplos, uma solidariedade externa, tal qual as “associações privadas de fins morais ou sociais, tão numerosas entre (...) os anglo-saxões” (PMB: 156). Consolidaram, antes, uma sociedade em fase patriarcal, que não só desconhecia qualquer forma de cooperação social mas que também, ignorando partilhar interesses para além dos domínios do “feudo”, tinha seu “círculo de simpatia ativa” restrito ao clã. Daí, parafraseando Saint-Hilaire, afirmar: “aqui não há *sociedade*; quando muito, existem certos rudimentos de *sociabilidade*; (...) o *homo rusticus*, tal como o medalha uma evolução de quatro séculos, não pode se elevar sequer à consciência de *solidariedade da aldeia*, ou da *solidariedade da tribo* (...) porque nunca sentiu realmente necessidade da aldeia ou da tribo” (PMB: 154. Grifos no original).

¹²⁹ Expressa a intensificação das dissidências interoligárquicas ante ao predomínio político da burguesia cafeeira. Uma vez que até os anos 1920 esse domínio foi assegurado graças à prática de uma política de manutenção do preço do café pautada na desvalorização cambial e endividamento externo, expandiu-se nacionalmente o sentimento de insatisfação, entre as oligarquias de segunda grandeza (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul), com a dominação de Minas e São Paulo no jogo do federalismo brasileiro. Isso, associado ao aumento do custo de vida e consequentemente da pressão por parte da classe média em favor da modernização das estruturas políticas nacionais (incapazes de incorporar os novos setores sociais), e à crise que assolou o mundo em 1929, criou internamente as condições objetivas a uma nova estruturação do país. Daí a formação da Aliança Liberal e, posteriormente, a Revolução de 1930 (FAUSTO, 1997; WEFFORT, 2003).

Se desde então isso representava um problema, para Oliveira Vianna, ao se municipalizar (1832) ou federalizar (1891) a administração nacional ele se agudizou. Nosso insolidarismo histórico, fundamento da inexistência de interesses comuns entre nós, fossem locais ou nacionais, somado ao desconhecimento e ao próprio desprezo do povo pelo poder político (a população só conhecia e respeitava o poder do chefe local), significou a utilização da esfera pública em favor de interesses privados. A crise, que até então era social, tornou-se assim política.

De modo diverso, haja vista o contexto específico dos anos 1950, Hélio Jaguaribe pensou a crise brasileira inicialmente em termos culturais e prioritariamente em termos econômicos. Vale lembrar que era este um momento em que se acreditava que “o futuro t[inha] chegado; (...) o país vivia sob a égide de uma ideologia prometeica, de crença no desenvolvimento, no progresso e na mudança” (OLIVEIRA, s/d). Se, por um lado, parecia ter-se concluído a travessia do mundo rural para o mundo urbano-industrial iniciada na década de 1930, por outro o país vivia “um intenso processo de modernização política e econômica e sofria todos os impactos, positivos e negativos, daí decorrentes” (OLIVEIRA, s/d). Consolidar o desenvolvimento e a emancipação nacional era, pois, palavra de ordem. Daí, e já no início do segundo governo Vargas (1951), dar-se a reestruturação do Estado brasileiro com a criação de novas agências voltadas para a formulação e implementação de políticas econômicas (Comissão do Desenvolvimento Industrial; Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia; Banco do Nordeste etc.) e para o financiamento do desenvolvimento (BNDE). Também utilizados “como instrumentos para contornar a tradição clientelística do Brasil e facilitar bolsões de excelência capazes de lidar com questões de planejamento”, radicam, ao final, o desenvolvimento econômico, a realização do Brasil moderno capitaneados pelo Estado; orientação mantida e aprofundada pelo governo JK (OLIVEIRA, s/d).

No que tange à cultura, essa vontade do novo se fez na forma de um movimento de renovação estética e na germinação de diversos estudos sociais. Partilhando do sentimento, presente nas décadas anteriores, de sermos “desterrados em nossa própria terra”, artistas e intelectuais procuraram pensar o Brasil e defender sua cultura. Enquanto para os últimos isso se traduziu num esforço em discutir temas e problemas de seu tempo (desenvolvimento, industrialização, mudança social) e ao mesmo tempo consolidar uma

sociologia científica, artistas e autores preocuparam-se não só em desenvolver uma temática nacional (como fora prática nos anos 1920), mas também em “encontrar uma estética [própria; nacionalizar a] arte brasileira através de sua linguagem, de sua forma, de sua expressão” - marca do movimento concretista e, posteriormente, do cinema novo¹³⁰(DEBS, 2006: 219). De igual modo, ambos os grupos inseriram-se no processo geral de mudança e de reestruturação então experimentado pelo país, partilhando da preocupação em consolidar “uma nova visão do futuro” (OLIVEIRA, s/d). Conforme Álvaro Lins, era hora de “pensar o Brasil em termos nacionais e em termos de América”, era hora de “realizar uma emancipação na ordem da cultura, [conjuntamente à] emancipação econômica” do país, era hora de nos tornarmos “homens de nossa região e de nosso país, homens devidamente impregnados do sentimento de terra, da sociedade, da cultura brasileira” (LINS *apud* DEBS, 2006: 219).

Imerso nesse contexto Hélio Jaguaribe caracterizou as “duas faces da crise” da seguinte maneira: enquanto a primeira (a cultural) se expressaria na incapacidade da cultura e filosofia brasileiras darem respostas próprias à crise ocidental dos paradigmas, aos impasses da vida contemporânea, a segunda (a econômica) se faria notar no subdesenvolvimento e dependência do país. Para o autor, uma vez que o início dos anos 1950 caracterizou uma época mundialmente problemática, resultado da falência das crenças e ideologias ocidentais, o Brasil, ao não possuir uma cultura e filosofia nacionalmente desenvolvidas, não teria condições de dar respostas próprias aos desafios vigentes, o que poderia impossibilitar “a conquista de um destino superior para a comunidade brasileira”, ou (no caso de um dos dois blocos vir a obter hegemonia mundial) condená-lo à condição de terra colonial (FB: 52). Era, porém o fato do Brasil ainda possuir uma economia pautada na monocultura de exportação ante a crescente demanda por matéria prima e maquinaria (torna o saldo do balanço de pagamentos insuficiente), uma infraestrutura de transportes e comunicação incipiente, e uma produção pouco racionalizada (encarece o produto final) eram, porém, o que mais o preocupava. A crise econômica não só se sobrepôs à cultural

¹³⁰ No campo da literatura o movimento concretista foi marcado pelo banimento do verso, a valorização do conteúdo sonoro e visual, a possibilidade de várias leituras a partir de ângulos diversos. No campo da arte pautou-se no afastamento de qualquer conotação lírica ou simbólica; o quadro construído exclusivamente com elementos plásticos, planos e cores, não teria outra significação senão ele próprio. Já o cinema novo expressava uma nova forma de fazer cinema quando a realidade brasileira e não mais sua idealização era mostrada na tela (RIDENTI, BASTOS e ROLLAND, 2003).

como, numa chave marxista - a infraestrutura produtiva determina a superestrutura social, - passou a ser pensada como a crise em si, base à resolução dos problemas nacionais em todos seus planos.

Essa diferente percepção a respeito da origem formal da crise, ou das esferas da sociedade que a experimentavam, não significou, porém, a completa divergência desses autores, o antagonismo de suas análises. Refletiu, antes, as diferentes conjunturas em que estavam imersos, os diferentes temas e dilemas a que procuravam responder. Daí mobilizarem diversos temas comuns, ainda que a partir de outro gancho. Iniciemos nossa análise pela crítica ao divórcio entre Brasil legal e Brasil real.

II. Inautenticidade das instituições, prática da política de clã e a questão nacional

Pensada igualmente em termos do descompasso das nossas instituições com a realidade nacional, esta temática foi bastante importante em ambas as análises, porque serviu, em grande parte, para matizar os objetivos dos autores: superar as forças até então dominantes. Contudo, a exemplo dos diferentes modos em que eles interpretaram a crise nacional, também diferiu a maneira como, e a chave a partir da qual, eles vieram a trabalhar essa questão. Isto é, uma vez que em seu diagnóstico Oliveira Vianna apreendeu a crise como sendo de natureza social e política, a separação Brasil real e legal foi pensada em relação aos usos e costumes da sociedade brasileira; já Jaguaribe, por considerá-la uma crise econômica, destacou os aspectos econômicos da questão.

Conforme Oliveira Vianna, o divórcio entre Brasil real e legal se fazia sentir no fato de as instituições políticas nacionais, geralmente importadas e próprias ao país de origem, não corresponderem às características do povo brasileiro. Como vimos, segundo o autor, as especificidades da formação histórica nacional fizeram do brasileiro um povo em fase elementar de integração social, com baixo grau de organização e afeito à política de clãs. Logo, a instituição de um regime político “baseado no pressuposto da opinião pública organizada, arregimentada e militante”, quando da proclamação da República, representou puro anacronismo, a completa dissociação da vida política, da “nossa gente e [de nossos] destinos” (IC: 96). Hélio Jaguaribe, por sua vez, tinha como referência a não conexão entre a dinâmica político-eleitoral do país e sua dinâmica econômico-social. Para o autor, embora

já fossem as forças urbanas as responsáveis pela dinâmica do processo econômico (burguesia industrial, proletariado), no campo político ainda prevaleciam forças ligadas ao meio rural (burguesia latifundiária e mercantil). Isso não apenas embaraçava o desenvolvimento, como permitia (na verdade induzia) a convivência de setores e regiões modernas com atrasadas.

Não obstante essas divergências, entendemos que subsiste certa continuidade entre tais formulações visto que, ao pontuarem essa temática, ambos os autores estavam denunciando o fato de não contarmos com instituições, com um sistema político realmente representativo da sociedade. Esse divórcio entre Brasil real e legal evidenciava, pois, que a nossa vida política encontrava-se desconectada do povo, quer por desconhecimento de nossas elites dirigentes das características histórico-sociais deste, quer resultado da prática de uma política demagógica por uma elite decadente que lograva permanecer no poder a despeito das novas forças em ascensão (ainda pouco conscientes de seus verdadeiros interesses).

Nesse sentido, ao se propor deslindar as singularidades do povo brasileiro, seu direito costumeiro etc., o que Oliveira Vianna almejava, de fato, era resgatar “o sentimento de nossas realidades, (...) os métodos objetivos e práticos de administração e legislação”, tão caros, a seu ver, aos estadistas do Império, e que explicavam o fato de ter sido este o ápice da vida política brasileira (PMB: 19). De modo semelhante, ao analisar os problemas do Brasil na perspectiva do seu tempo, Hélio Jaguaribe procurava “esboçar os delineamentos [básicos] de uma política nacional de desenvolvimento”, porque única política representativa da Nação (CNT, 1953e: 53). A superação do descompasso entre as instituições e as características do povo despontava, pois, como uma das principais questões do país, até porque tal desconexão contribuiria grandemente para reforçar o estado de desorganização e de subdesenvolvimento nacional. Para melhor entendimento deste ponto, observemos primeiro os afastamentos e aproximações no modo em que ambos os autores abordaram a temática do clã, da política de clientela.

Para Oliveira Vianna, uma vez que a “obra do desbravamento, da conquista e povoamento” do Brasil fez com que a única forma de solidariedade desenvolvida pelo povo brasileiro fosse a patriarcal, mais precisamente a solidariedade ao clã do feudo, a “base de toda nossa estrutura social e política” foi, portanto, a dos clãs rurais. Criados para garantir a

segurança do latifúndio e de seus moradores, consistiam em organizações de interesse privado com caráter personalista (IC: 65). Lançados à vida pública quando da instituição do regime democrático, e inexistindo qualquer outra força capaz de contrapor seu poder, acabaram por reproduzir a única lógica que conheciam: a privada. Utilizavam cargos e recursos públicos em favor dos interesses individuais do clã ou dos clãs com os quais se uniam, consagrando, ao final, aquilo que Oliveira Vianna denominou “baralhamento entre público e privado”.

Diferentemente, Jaguaribe definiu a política de clientela como a política surgida da urbanização previamente à industrialização do país. Conforme o autor, uma vez que quando da migração de parte da sociedade para as cidades o Brasil ainda era um país agrário com estrutura-tipo bastante simples (“classe dominante latifundiário-mercantil e classe dominada do campesinato”), não havia qualquer possibilidade de a nova classe surgida deste processo, a classe média, inserir-se no sistema produtivo; estava ela “socialmente condenada à marginalidade” (CID: 21). Isto levou à formação de clientelas em torno das fazendas que, consolidadas e homologadas com a instituição do regime federativo, sancionaram uma política de favor que barganha votos em troca de empregos. Contando para isso com o Estado Cartorial – forma típica de Estado da política de clientela, tem como única função envolver a classe média marginal no serviço público em troca da manutenção “de privilégios de classe, do regime de produção primária (...) da funcionalidade e da rentabilidade das empresas” da classe latifundiária, – consagrou-se a apropriação do público pelo privado a nível nacional (CID: 24).

Novamente, apesar dos autores abordarem o tema a partir de ganchos diversos (político-social *versus* econômico) eles concordavam que a política de clã ou clientela consistia na apropriação da máquina pública por interesses particularistas através do controle de massas de votantes em redutos específicos. Enquanto para Oliveira Vianna a principal consequência da prática de tal política era reforçar a desagregação e a despolitização do povo brasileiro em favor dos interesses de clãs, para Hélio Jaguaribe era tanto assegurar a perpetuação do regime agroexportador (já não rentável) como estabelecer um hiato entre a estrutura do Estado e as reais necessidades do país, dificultando seu desenvolvimento. Somando a isso a crítica em comum ao caráter eminentemente regional de nossos partidos – para Oliveira Vianna eram facciosos, não passavam de agremiação de

diferentes senhores rurais sob uma mesma legenda, e para Hélio Jaguaribe representavam o mundo rural, quando já era o mundo urbano o responsável pela dinâmica das forças econômicas, – ambos pareceram entender que o estabelecimento da “democracia” nada mais foi que a transposição ao nível nacional daquilo que há séculos praticava-se ao nível local: a realização dos interesses e demandas privadas dos clãs em detrimento do povo – quer porque este inexistisse como tal, quer porque encontrava-se alienado de seus interesses. Retomam aí a questão do divórcio entre Brasil real e legal focando, agora, suas consequências políticas.

Para Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe a instituição de uma política que pouco ou nada tinha a ver com as características históricas do povo brasileiro e/ou com a dinâmica econômica do país significou não apenas a consolidação de uma política pouco representativa da sociedade, mas a imposição, a nível nacional, daquilo que Piva (2000: 138) denominou determinismo negativo: características e práticas do povo que tanto “não habilitam para o bom futuro, quanto levam inevitavelmente ao mau futuro”. Nesse sentido, a prática da política de clã e/ou de clientela tratou da sequela mais nociva e manifesta do erro que foi instaurar um regime democrático e federativo junto a uma sociedade com experiência histórica desagregadora e ainda pouco consciente de seus interesses econômico-sociais, como o era a sociedade brasileira; até porque esta ainda não contava com uma classe média ou, no mínimo, esta se encontrava alienada de seus interesses. Apontam aí para mais uma temática em comum: a da inexistência ou deslocamento da classe média.

A começar por Oliveira Vianna, o autor pareceu associar a inexistência da classe média (e, em consequência, do povo brasileiro) à manutenção da política de clã, bem como ao atraso nacional. Para ele, uma vez que a economia nacional baseou-se em latifúndios oniprodutivos, não se formaram no país condições favoráveis ao desenvolvimento da pequena propriedade e, em consequência, da classe média. Como resultado, inexistiram forças capazes de contrabalançar o poder dos grandes chefes rurais, em favor de uma formação social mais equilibrada e/ou, segundo a interpretação de Brasil Jr. (2007), de tornar nossa estrutura social mais complexa, adensando os interesses coletivos em sentido à democratização. Perpetuaram-se, assim, as principais falhas de nossa formação

(isolamento, insolidarismo) que, por sua vez, permitiram ou até mesmo aprofundaram nosso atraso, dado as falhas e faltas de nossa vida política.

Diferentemente, para Hélio Jaguaribe nos anos 1950 o Brasil já contava com uma classe média. O problema era que esta se encontrava deslocada, alienada de seus verdadeiros interesses. Segundo o autor, como essa classe surgiu anteriormente à industrialização do país, ela foi levada a parasitar em torno do Estado, preenchendo quadros da burocracia e do Exército. Na medida em que, após a Segunda Guerra Mundial, o país experimentou um surto de industrialização (formou-se um mercado interno) que resultou na transformação de sua estrutura social (expresso no surgimento do proletariado), “a única solução durável para [a classe média] permanecer na direção do processo político-social do país” consistia em aliançar-se com o proletariado em prol do desenvolvimento, da mudança da estrutura econômica do país (CNT, 1955a: 06). Todavia, de modo inverso, ela preferiu aderir e se submeter à liderança da burguesia mercantil (que até então lhe garantia cargos), tornando-se reacionária. Logo, Hélio Jaguaribe pareceu responsabilizar a classe média não só pela manutenção da política de clientela e do Estado Cartorial, mas pelo próprio subdesenvolvimento do país, visto que não era uma classe produtiva e sim burocrata.

Inexistente ou alienada, o fato é que, ao tematizarem esta questão, ambos os autores deram mostras de entenderem que a mudança social deveria se operar em direção à classe média. Enquanto para Oliveira Vianna seu surgimento seria base à organização do povo e da opinião e, por consequência, ao controle do poder dos clãs e à unificação do país, posto que garantiria o exercício da liberdade, para Hélio Jaguaribe sua transformação (de classe conservadora em progressista através da tomada de consciência de seus reais interesses), seu “ajustamento faseológico”, permitiria não só a conscientização do povo, mas também a consolidação do desenvolvimento do país (CID). Nesse sentido, ainda que Oliveira Vianna tivesse como horizonte a transformação político-social do país e Hélio Jaguaribe a mudança econômica do mesmo, a classe média exerceria papel central qualquer que fosse o movimento.

Além desses temas, bastante correlatos por sinal, entendemos que esses autores partilhavam uma mesma preocupação: a formação do Brasil-Nação. O desafio que se colocava para ambos era na direção de resolver a questão nacional, profundamente marcada pelo problema regional. Como consolidar definitivamente a Nação superando aquilo

(características, experiências, instituições) que há séculos teimava em nos dissociar? Esta parece ser a pergunta feita pelos dois autores, mesmo que ambicionando fins diversos com sua resolução. Vale, porém, lembrar que enquanto as transformações experimentadas pelo país nos anos 1920 levaram os intelectuais a pensar a cultura e a identidade nacionais de modo tanto a responder a questão “que país é este?”, mas, sobretudo, promover a integração nacional – então prejudicada pelo jogo das forças regionais – e formar o povo brasileiro – não obstante sua multiplicidade de raças e características, – nos anos 1950 a formação do povo parecia estar equacionada; já éramos um único povo. “A metamorfose da população, [enquanto] pluralidade de raças, mesclas [e regiões], em povo, [em] uma coletividade de cidadãos” já tinha se completado (IANNI, 2004: 134). A problemática da consolidação da Nação passou então a ser analisada em seus aspectos e consequências econômicos; como garantir a industrialização integrada do país? Isso explica porque Oliveira Vianna (dada a importância do diagnóstico em sua obra) retomou nossa formação histórico-social de modo a apreender as causas, características e consequências da questão regional, e Hélio Jaguaribe preocupou-se mais diretamente com os empecilhos que ela representava ao desenvolvimento nacional.

Como vimos, Oliveira Vianna associava o fato de ainda não constituirmos uma Nação primeiramente às características ambientais (geografia, clima), históricas e sociais do país – tínhamos pelo menos três habitats diferentes, três histórias diferentes e três sociedades diferentes, – só depois às econômicas e políticas – nosso ruralismo de grande propriedade combinado à inexistência de uma sólida organização política significou a dispersão e insolidarismo de nossa população, bem como a regionalização de seus interesses. Se nesse primeiro momento a inexistência da Nação parecia não representar um problema efetivo, porque consequência natural dos diferentes meios, histórias e sociedades internas ao país, não podendo e nem precisando ser alterado, no segundo ela despontou como questão central. É que ao associá-la (a inexistência da Nação) à estrutura econômica e política do país, o que antes fora pensado como símbolo de nossa diferenciação, de nossa autenticidade, tornou-se sinal de nossa dispersão.

Partilhando da atmosfera de revisão que marcara os anos 1920, Oliveira Vianna passou a enxergar “nossos regionalismos” como uma anomalia, que combinada ao vício de imitação sagrou-se responsável pelos principais males do país: inexistência do povo e de

sua organização legal. Erigir a Nação tornava-se aí primordial na medida em que significava não apenas “a defesa e preservação da unidade da sociedade nacional” - a partir de uma invenção da cultura e da identidade nacionais, - a consolidação “de uma organização política que lhe fosse adequada” e orientada em sentido aos interesses nacionais, mas também o Brasil “assumir o papel que representa[va] no conjunto das nações”, afirmando, assim, seu conteúdo de civilização (BASTOS, 2006: 69 e 70).

Já para Hélio Jaguaribe, a problemática da Nação se colocava basicamente face aos diferentes níveis de desenvolvimento registrados entre as diferentes regiões do país, e face aos perigos que o fato de o país ainda não constituir uma Nação poderia trazer à economia nacional. Embora nos anos 1950 o Brasil vivenciasse um surto de desenvolvimento, para o autor este ainda era bastante tumultuário e desigual. Enquanto as regiões capitalizadas (sul e sudeste) concentravam grande parte da produção industrial do país, as regiões de menor densidade capitalista (norte, nordeste e centro-oeste) resignavam-se à produção de insumos agrícolas para exportação. Daí caracterizar a estrutura-tipo da comunidade brasileira como uma estrutura dual: era “por um lado, (...) a de uma comunidade subdesenvolvida, marcada, por outro lado, por notas semicoloniais”. Não obstante ressaltar que “se verifica, nessa estrutura-tipo uma propensão para a rápida modificação dessas características, através de um franco processo de desenvolvimento”, Jaguaribe pareceu perceber a consolidação da Nação como algo fundamental a esse processo (DEBN: 19). É que somente ao formar esse símbolo de coesão social seria possível revelar à sociedade não só que os interesses verdadeiramente nacionais caminhavam em sentido ao desenvolvimento industrial do país, e não o agrário, mas também que era este último o responsável por marginalizá-la tanto política como economicamente.

Somando a isso o fato de que, para além do conflito da Guerra Fria, os anos 1950 marcaram um cenário de reestruturação do capitalismo mundial, acompanhado de uma crescente internacionalização da economia, consolidar o Brasil-Nação significava criar mecanismos à proteção da economia e consequente desenvolvimento nacional contra possíveis ameaças e obstáculos estrangeiros. Logo, de modo semelhante a Oliveira Vianna, Hélio Jaguaribe associava a formação da Nação à reestruturação da sociedade e política nacionais – em sentido à superação da política de clientela, – mas também à afirmação do Brasil e de seus interesses no concerto das nações.

É, pois, perceptível que ambos os autores pontuaram a questão nacional tendo como referência a mudança social. Todavia, do mesmo modo que julgavam serem poucas ou nenhuma as chances de a sociedade, haja vista suas características históricas, vir a conseguir formar o povo e a Nação de modo endógeno, desacreditaram na possibilidade de essa mudança em suas estruturas básicas ocorrer autonomamente. Prova disso era que, passados quatro séculos de história, a população brasileira, longe de atuar em favor da consolidação da unidade e do desenvolvimento nacionais, continuava presa a antigos localismos / clientelismos contribuindo, assim, à perpetuação de uma política que pouco ou nada a representava. Entendendo que só a partir da atuação de algum elemento externo poder-se-ia superar o quadro vigente em sentido à modernização, ao desenvolvimento do país, tais autores acabaram por patrocinar a mudança social provocada pelo Estado, “agente mais prestigioso, mais enérgico, mais eficaz” na tarefa de transformar a estrutura social brasileira – parafraseando a colocação de Oliveira Vianna a respeito do poder real (PMB: 206). Constituíram, assim, o Estado como ator (conquanto com funções diversas), como fora a tônica em seus respectivos contextos.

III. O Estado enquanto agente da mudança

Vale lembrar que embora os anos 1920 tenham sido um momento de profundas transformações no país, observou-se à direita e à esquerda a “tendência de subordinar a dinâmica da sociedade e de seus conflitos aos princípios abstratos da organização”. Negligenciaram-se a atividade política (porque negativa, excludente) e suas instituições de tal modo que, embora fossem muitas as posições ideológicas em disputa, “a discussão sobre o regime de governo, (...) as questões relativas a uma ordem política democrática [ficaram] relegadas a um plano absolutamente secundário” (LAHUERTA, 1997: 98). Sob a demanda comum pela unificação cultural do país, a centralização do poder, a formação de um Estado forte capaz de viabilizar a consolidação da sociedade e de realizar o interesse coletivo passou então não só a ser aceita, como requisitada. Como bem pontua Lahuerta (1997: 100): “tal ambiência cultural possibilita que, na segunda metade dos anos 30 (...) se leve às últimas consequências a ideologia organicista e antiliberal [a partir da formação de] enorme

consenso (...) quanto à necessidade de unificação do país, [e da] radicaliza[ção d]a perspectiva de que somente o Estado, sobrepondo-se ao particularismo, ao clientelismo e ao caráter clânico da sociedade, poderia realizar a construção da nação e a modernização da sociedade”. O Estado emergiu, assim, como agente da mudança.

O mesmo se verificou nos anos 1950, quando a ação do Estado revelou-se decisiva ao desenvolvimento nacional. Não obstante, desde 1930, o Brasil aparentar vivenciar tão somente o embate entre as novas forças interessadas na industrialização (empresários industriais, classe média profissional, operários industriais) *versus* “a velha classe dominante composta de grandes fazendeiros e comerciantes ligados ao comércio externo”, muitas eram as lutas ideológicas vigentes - industrialismo x agriculturalismo, nacionalismo x cosmopolitismo, intervencionismo desenvolvimentista x liberalismo, - muitas eram as forças sociais em disputa (BRESSER-PEREIRA, 2003: 107). Todavia, nenhuma com força suficiente para “assumir a direção política do processo de transformações sociais”. Isso levou à formação de uma fórmula de compromisso, quando o Estado, mesmo não se “afast[ando] totalmente dos múltiplos interesses oligárquicos e agroexportadores, [procurou] contempl[ar] interesses dos setores médios urbanos e da burguesia industrial, (...) e oferecer oportunidades de inserção econômico-social aos grupos populares”, sem porém significar um situação de equilíbrio (DRAIBE, 1985: 22).

Conforme Draibe (1985: 42 e 43), haja vista a enorme heterogeneidade de interesses existentes, somada à sua constante transformação (com a industrialização), não se formaram no país condições a qualquer forma orgânica de articulação de interesses - “as alianças e articulações que se estabeleceram no período (...) foram fugazes e instáveis”, - tornando possível, para não dizer necessária, uma relativa autonomia ao Estado: “eleva-se acima dos interesses imediatos [em favor de uma política] de caráter geral e universal”. Desenvolvendo, para isso, um amplo organismo burocrático-administrativo que aprofundava sua capacidade regulatória e intervencionista, o Estado pode aí planejar, regular e intervir nos mercados, tornando-se “ele próprio produtor e empresário”. Logo, para a autora, a fórmula do Estado de compromisso expressou a consolidação de um Estado dirigente em sentido à “transformação capitalista da economia e da sociedade” (DRAIBE, 1985: 20).

Não obstante concordarmos com tal avaliação do contexto - a nosso ver, desde a quebra do pacto oligárquico nenhuma classe, nenhuma força social teve poder suficiente para gerir a política, daí a instabilidade que marcou o período, - entendemos que a política de compromisso aí instituída não teve um sentido prefixado (para além da simples industrialização), nem hierarquizou os interesses econômicos e políticos. De fato, tratou-se de uma espécie de política de acomodação de interesses que, combinada às facilidades ou dificuldades de financiamento do desenvolvimento, sobretudo na segunda metade dos anos 1950, acabou por definir o perfil da economia brasileira, bem como o sentido da mudança social processada.

Se, como pontua Oliveira (1977: 76), durante o segundo governo Vargas (1951) “o padrão de acumulação intentado para a economia brasileira fundava-se numa prévia expansão do setor produtor de bens de produção, que poderia fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada”, no governo JK, haja vista as dificuldades crescentes de financiamento¹³¹ e as alterações no perfil da demanda, ele mudou completamente: passou a estar centrado “numa expansão sem precedentes do Departamento III da economia”, com destaque para a indústria automobilística¹³² (OLIVEIRA, 1977: 84). Para o autor, por não contarmos com um Departamento I devidamente estruturado, tal opção

¹³¹ Conforme Oliveira, o financiamento do padrão de acumulação de capital processado no segundo governo Vargas pautou-se: 1) na manutenção da política cambial e de confisco fiscal, procurando aí transferir os excedentes do setor agroexportador para o industrial; 2) na nacionalização dos setores básicos do Departamento I (bens de capital) e financiamento interno e externo dos Departamentos II (bens de consumo não duráveis) e III (bens de consumo duráveis) via política cambial; 3) contenção relativa do salário real dos trabalhadores. Tendo em vista as dificuldades do financiamento externo (só é viável quando se expande a exportação ou melhora os termos de intercâmbio) e o imobilismo da taxa cambial (expressa contradição entre o objetivo de transferir o excedente do setor agroexportador para o industrial e a necessidade de preservar a rentabilidade do primeiro) aí verificados, as únicas opções possíveis ao financiamento do desenvolvimento passaram a ser a reforma fiscal ou o recurso à inflação; ambas, porém, barradas face à política de compromissos vigente (OLIVEIRA, 1977).

¹³² Ianni (2009: 177) aponta para outro aspecto dessa mudança, o ideológico: “passou-se das formulações e decisões que se orientavam no sentido de criar um sistema econômico do tipo nacional [no governo Vargas], para as formulações e decisões que se orientavam no sentido de desenvolver um sistema capitalista de tipo associado” no período JK. Para o autor, isso se explica na medida em que o compromisso nacionalista do último “era apenas e exclusivamente ideológico e tático. Era muito mais uma concessão às forças políticas com as quais Kubitschek teve de jogar (PTB, PCB e PSD), devido às contingências do processo político”, do que um objetivo em si. Daí que ao notar que “a política econômica ditada pelas estruturas da dependência e as relações de tipo imperialista estavam produzindo um surto notável de desenvolvimento econômico” que beneficiava, até mesmo, setores do proletariado, JK pode executar livremente sua “política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento com a internacionalização dos novos setores econômicos”. Consagrou, ao final, uma estratégica política de desenvolvimento econômico que “trazia consigo, como componente essencial, a reelaboração da dependência estrutural, que sempre caracterizou a economia brasileira”. Referendou, assim, a percepção de que, para ele, “industrialização e independência econômica nacional [eram] duas entidades distintas” (IANNI, 2009: 178 e 156).

acabou por significar: 1) o restabelecimento do tipo de relação centro-periferia, na medida em que, não obstante ter ocorrido uma forte expansão da indústria automobilística no país, ela exerceu o papel de mera montadora de insumos importados, pouco significando em termos de crescimento e incentivo à produção nacional; 2) o aumento da dependência externa posto que a expansão do Departamento III alicerçou-se no investimento direto estrangeiro sem cobertura cambial; e 3) a elevação da inflação interna, já que para expandir “o capital-social básico” - infraestrutura rodoviária e de energia - requerido pela expansão da indústria automobilística, o governo utilizou do expediente inflacionário. Isso, somado à “estruturação oligopolística d[esses] novos setores e ramos”, processou no país uma “extremada concentração de renda” e uma recorrente crise do balanço de pagamentos já “agora sob um novo padrão: [o da] circulação internacional de dinheiro” (OLIVEIRA, 1977: 86, 89 e 87).

Nesse sentido, não obstante o Estado ter desempenhado papel relevante na tarefa de industrialização do país desde os anos 1930, foi somente na segunda metade dos anos 1950, no governo JK, que ele se “transformou num instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento”, a ponto de se tornar empresário, gerindo as “empresas estatais [com vistas a] performances lucrativas” (OLIVEIRA, 1977: 90). Conforme Ianni, consolidou-se “mais uma etapa de hipertrofia do Executivo” que então passou “a ser o avalista (em termos econômicos e políticos) dos novos investimentos e da nova fase de expansão do setor privado, (...) o centro de decisões e realizações (econômicas, financeiras, cambiais etc.) indispensáveis ao financiamento e desenvolvimento do setor privado” (IANNI, 2009: 171 e 173).

É, pois, em consonância com esse ambiente político-intelectual que Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe pontuaram a necessidade de o Estado agir pela e para a sociedade. Daí, em suas análises, clamarem nem tanto por uma reforma política ou das instituições do Estado, mas por uma reforma do caráter do Estado. A nosso ver, ainda que o enfrentamento dos temas e problemas listados por ambos os autores demandasse mudanças de cunho político, eles pareciam acreditar que mais do que reformar nossas instituições, alterar o regime político, o sistema eleitoral, ou mesmo instituir uma nova burocracia do Estado com vistas a suprimir práticas e organismos faltosos, precisávamos antes reformar a sociedade e sua realidade.

Uma vez que tal reforma não tinha condições de vir a acontecer de forma autônoma (a partir do movimento da própria sociedade), fazia-se necessário instituir um novo tipo de Estado que, atuando em sentido à organização e desenvolvimento do país, conseguisse transformar o quadro vigente, de modo que antigos problemas, tais quais o divórcio das instituições brasileiras com sua realidade social ou a prática da política de clã, não tivessem mais condições de se perpetuar, ou mesmo de vir a se formar. Em outras palavras, mais do que reformar, suplantando sistemas e instituições responsáveis pela crise nacional, era necessário primeiro superar os mecanismos que as produziam e que lhes davam suporte a partir de uma mudança, nada desprezível, das funções e do caráter do Estado: de canal passivo de agregação e processamento de demandas, passaria a agente ativo responsável não só por hierarquizá-las e realizá-las, mas principalmente por definir, por revelar quais eram as demandas verdadeiramente nacionais. Reconheciam, pois, o Estado não apenas como agente da mudança, mas também como a própria “consciência da mudança” – só ele e algumas vanguardas seriam capazes de perceber que esta deveria caminhar em sentido à organização e desenvolvimento do país.

Vale, contudo, destacar que enquanto Oliveira Vianna demandava a centralização do Estado com vistas a organizar legal e socialmente a Nação, a consolidar uma cultura política única superando, assim, os acordos regionais então existentes, Hélio Jaguaribe tinha como horizonte a homogeneização do país. Por, a exemplo das teses da CEPAL, pensar que desenvolver o país significava industrializá-lo¹³³, o autor reivindicava uma intervenção do Estado em sentido à industrialização do Brasil o que, por sua vez, possibilitaria a superação do dualismo que até então o caracterizava; seríamos, assim, uma única estrutura (econômica e social) moderna. A despeito disso, reconheciam de igual modo o interesse do Estado como interesse geral da Nação e, frente a isso, demandavam sua ação imediata.

¹³³ Como vimos no segundo capítulo, o pensamento da CEPAL nos anos 1950 colocava como mensagem central a “necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza”. Demandando a restrição do consumo das classes ricas “em favor do investimento e do progresso técnico”, entendiam que a industrialização dos países periféricos bastava à incorporação de “um amplo excedente real e potencial de mão-de-obra”. Somente nos anos 1960, haja vista a diminuição do ritmo do crescimento, somado ao “crescente empobrecimento e favelização” urbanas, reflexo da incapacidade da indústria em absorver a força trabalho egressa do campo, é que se processou uma reorientação dessas ideias de modo a “incluir em seus trabalhos contribuições de natureza sociológica”. Lança-se, então, um novo argumento: o da “necessidade de alterar a estrutura social e redistribuir renda, especialmente através da reforma agrária” (BIELSCHOWSKY, 2000: 25, 37 e 39).

Mesmo que à primeira vista possa ter-se a impressão, a exemplo das teses do autoritarismo instrumental, de que esta era uma demanda temporária apenas para e enquanto não se concretizasse a transformação das condições vigentes, até que fossem superados os costumes e as estruturas responsáveis pela crise nacional, acreditamos que a consolidação da democracia¹³⁴ não estava de fato no horizonte de nenhum dos dois autores. Prova disso é que, embora a palavra democracia figure nessas duas análises (momentaneamente, é verdade), ao se analisar o conjunto observa-se que as propostas, os projetos aí apresentados jamais foram democratizantes.

A começar por Oliveira Vianna – ainda que isso possa parecer, para muitos, algo óbvio, posto que com o intento de unificar e organizar a Nação legitimou a centralização do poder não só no Executivo em detrimento do Legislativo, mas na figura do próprio presidente. É importante observar que mesmo em sua “fase autoritário-instrumental” o autor empregou o termo democracia em sentido formal, enquanto ideal de liberdade e não de igualdade. A nosso ver, o que estava no seu horizonte era a democracia inglesa, a consolidação de um sistema de governo que garantisse a liberdade – há muito obliterada pelo poder dos clãs – e não a igualdade. Daí pensar, analisar, ponderar, em diversas ocasiões e livros, os caminhos necessários à organização da opinião, à consolidação da tão famosa *pressure* inglesa, ao passo que relegava a segundo plano (na verdade silenciava-se sobre) a questão social.

Já em Hélio Jaguaribe, ainda que o conteúdo não democratizante de suas ideias tenha sido algo menos evidente - se fez sentir na sugestão de que a promoção do desenvolvimento já implicava certa dose de democracia, - entendemos que, de modo

¹³⁴ De modo sucinto, compreendemos democracia enquanto “democracia integral” de Bobbio. Esta não se limita à garantia de um conjunto de princípios irrevogáveis tais quais o direito de ir e vir, a liberdade de expressão, ou o mero direito de voto a partir da consolidação de eleições universais, com critérios razoavelmente claros, periodicidade definida, caráter competitivo, em que a população adulta escolhe seus tomadores de decisão em eleições garantidas por um conjunto de instituições que lhe dão suporte (democracia formal). Envolve também tornar esses direitos efetivos, permitir o livre movimento das faculdades humanas, ampliar o processo de participação do cidadão (democracia substancial). Implica, pois, certa dose de equidade e igualitarismo, o que, por sua vez, demanda reformas das estruturas econômicas e sociais. Logo, não basta ter instituições democráticas para termos uma democracia, é necessário que a sociedade, por meio de sua participação, legitime-a (BOBBIO, 1987). Obviamente não pretendemos determinar o caráter democrático dos autores a partir da maior ou menor aproximação de suas ideias com este conceito, já que este foi elaborado em contexto distinto e posterior ao qual eles escrevem. Nosso propósito aqui é apenas deixar claro com qual ideia de democracia trabalhamos, ponderando, porém, que o caráter democrático ou não democrático das ideias de cada um deles deve ser medido em relação ao que se entendia por democracia em seus contextos específicos.

semelhante a Oliveira Vianna, ele também pensou a democracia em seu sentido liberal e não social. Como vimos, embora crítico ao atual estado de coisas, associava a resolução dos quatro planos da crise nacional à promoção do desenvolvimento econômico, quer por acreditar que a mudança da estrutura material do país levaria à mudança de sua estrutura política e social, quer por entender que as demandas, os interesses de grande parte da sociedade estavam aí contemplados. Defendendo a instituição de uma política designada como “trabalhismo produtivo e nacionalista”¹³⁵, chegou a apontar para a necessidade de melhoria do padrão de vida da população. Contudo, tanto não evoluiu a ideia para o tema da igualdade, como ressaltou que tal melhoria só poderia ser alcançada “a longo prazo e em profundidade” pelo desenvolvimento econômico (CNT, 1956b: 131). Limitou, pois, a democracia à igualdade de oportunidades, à garantia do direito de participação às massas, mesmo entendendo que essas precisavam, antes, ser educadas e conscientizadas pelas vanguardas.

Conquanto reconheçamos que somente Oliveira Vianna tenha se revelado (em determinados momentos) autoritário, contrário ao regime democrático, à participação política da sociedade, porque esta não se encontrava preparada para tal ou porque se tratava de um regime avesso à mentalidade do povo brasileiro, entendemos que, ainda que não tenha se oposto, Hélio Jaguaribe pouco ou nada se empenhou em seu favor. Relacionando isto ao contexto específico a partir do qual cada um desses autores falava, tal dado se faz ainda mais relevante.

Somente nos anos 1920 foi que a questão social deixou de ser considerada um assunto de polícia e começou “a ser tratada como um problema político” (IANNI, 2004: 104). Apesar disso, ainda não era percebida como sendo de natureza econômica ou mesmo social, mas sim como um problema de moral, de higiene e, já nos anos 1930, como algo estreitamente associado ao trabalho¹³⁶. Daí que, como bem pontua Ianni (2004: 37), entre

¹³⁵ Trabalhismo: “é pelo valor e pela produtividade que se deve ajustar a posição de cada cidadão na sociedade”; produtivo: “significa um comum esforço de todos com o objetivo de reservar para fins produtivos a maior cota possível de renda nacional”; e nacional: “organiza o Brasil para o povo brasileiro, rompendo todos os vestígios de semicolonialismo e assegurando plena emancipação econômico-social do nosso país e da nossa gente” (CNT, 1956 b: 127).

¹³⁶ Segundo Cohn (2000: 388), a incorporação, pelo Estado, da questão social via trabalho, ao mesmo tempo em que formalizou “o estatuto de cidadania para determinados segmentos sociais” – são cidadãos os trabalhadores, as classes médias urbanas, – “enquadrando-o juridicamente num aparato que reunia e articulava legislação trabalhista, sindical e previdenciária”, relegou “a questão da pobreza, dos desvalidos e miseráveis - exatamente por não estarem inseridos no mercado de trabalho” - à filantropia.

os clássicos do pensamento brasileiro, somente Roberto Simonsen e Caio Prado Jr. estiveram “atentos à questão social”, e mesmo assim somente o último “a percebe na ótica das desigualdades sociais, das lutas de classe”. Diferentemente, nos anos 1950, sem embargo a rearticulação do movimento sindical urbano no governo Vargas e “a condução negociada dos conflitos” praticada pelo governo JK - “associava controle político com boas doses de liberdade sindical”, o que possibilitou ganhos materiais e simbólicos para os trabalhadores, - símbolos da expansão da cidadania então orquestrada no país, observou-se o início da problematização das questões distributivas e de desigualdade social. Discussões sobre distribuição de renda e de propriedade entraram, ainda que modestamente - “a fase era ainda de mero surgimento de certas questões tópicas”, - na agenda do dia¹³⁷, fazendo se sentir no movimento das Ligas Camponesas e na posterior criação da SUDENE (BIELSCHOWSKY, 2004: 393). A questão social dava mostras de evoluir, aos poucos e cada vez mais intensamente, de meros direitos relativos ao trabalho para uma questão de justiça social. Logo, se o ambiente intelectual dos anos 1920 escusava Oliveira Vianna por não ter ido além no debate sobre a igualdade, o mesmo não se aplica a Hélio Jaguaribe, sobretudo se tomarmos como referência a segunda edição de DEDP (1968).

Frente a isso, e guardadas as devidas proporções, nos parece possível afirmar que nenhum dos dois autores pensou o Estado como democrático, seja porque descreditavam na capacidade de a sociedade vir a fazer demandas conscientes, seja porque recusavam o conflito como legítimo, ou simplesmente porque entendiam que a organização e o desenvolvimento do país eram suficientes. Se o primeiro aspecto (o descrédito em relação à capacidade de a sociedade fazer demandas conscientes) é algo evidente (e já apresentado) – na medida em que as características históricas do povo brasileiro tornavam-no incapaz de alterar as estruturas da sociedade, poucas ou nenhuma eram as chances de este vir a fazer demandas para além da lógica privada dos clãs, – o segundo (a recusa ao conflito) consistiu em matéria menos explícita, sobretudo em Hélio Jaguaribe.

Questão latente ao longo de toda obra de Oliveira Vianna, fundamento mesmo de sua proposta corporativa - recusa o conflito político porque sectário, reconhecendo como

¹³⁷ Prova disso é que em 1952 Vargas aprovou um documento elaborado na Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) “definindo diretrizes para a reforma agrária no Brasil”, mesmo período em que foi lançado (pela própria CNPA) “um anteprojeto de lei sobre a irrigação no polígono das secas” (BIELSCHOWSKY, 2004: 398).

legítimo somente o conflito entre as classes econômicas, desde que por canais específicos, como os sindicatos, - só foi devidamente trabalhada em HESC. Ao procurar explicar por que não se formou uma mentalidade capitalista no Brasil, o autor apresentou como qualidade principal do povo brasileiro o fato de, ao longo de toda a sua história, não ter vivenciado qualquer forma de conflito. Já em Hélio Jaguaribe tal questão se fez sentir em sua insistência na possibilidade (na verdade exigência) de uma aliança de classes entre as forças progressistas, mesmo reconhecendo a existência de diferentes classes com interesses também diferenciados. O autor parecia, a exemplo de Oliveira Vianna, admitir como único conflito legítimo o entre grupos de interesses - mais precisamente entre as chamadas novas “forças progressistas” e as forças representativas do atraso. De certa maneira, recuperava o componente corporativista de 1930 enquanto fórmula capaz de solucionar a tensão constante das relações Estado e sociedade, só que agora sob um viés social, e não mais estatal.

É, porém, o último aspecto que nos desperta maior interesse, posto que não apenas incorpora e sintetiza as temáticas anteriores, mas porque expressa o sentido, no mínimo, conservador dessas ideias.

IV. Conservadores?

A nosso ver, não obstante as mutações internas experimentadas nessas obras, as diversas fases e faces apresentadas por esses autores – ao longo de sua trajetória Oliveira Vianna alternou fases e faces ruralistas, liberais, autoritárias e conservadoras, e Hélio Jaguaribe fases progressistas e conservadoras, haja vista as mudanças então processadas em suas conjunturas, – ambas as obras se colocaram em sentido à superação das práticas e instituições responsáveis pela crise nacional, à superação da lógica (política, econômica ou social) e das forças até então dominantes, sem significar, porém, uma maior democratização de tais estruturas. É que ao apreenderem a crise de seu tempo enquanto crise de natureza político-social e econômica, Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe instituíram, em compasso com seus respectivos contextos, a organização e o desenvolvimento econômico como palavras de ordem, a tal ponto que pareceram ignorar

que muitos dos problemas nacionais estavam relacionados à manutenção de uma estrutura (política, econômica e social) extremamente desigual.

Como esperar que da simples centralização e/ou industrialização do país findar-se-ia a prática da política de clã, se a miséria, a fome, os altos índices de mortalidade, os baixos índices de saúde e educação permaneciam os mesmos? Como esperar que da simples centralização e/ou industrialização promover-se-ia a mudança social por eles tão requisitada, se de fato nada mudara nas estruturas básicas do país? Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe pareciam aí não notar (na verdade não se preocupavam) que sem uma maior equalização das condições a organização e o desenvolvimento nacionais não se tornariam efetivos, não significariam o fim da crise ou a superação das falhas e faltas nacionais.

Clamando às vanguardas, sobretudo as intelectuais, a reformarem o Estado no sentido de torná-lo agente da organização e do desenvolvimento nacionais, por um lado Oliveira Vianna deu a entender que a equalização das condições pouco importava à resolução da crise. Por outro, Hélio Jaguaribe aparentou, no máximo, acreditar que ela encontrava-se atrelada ao desenvolvimento econômico do país - como parece ter sido aposta do governo JK. De qualquer modo, o fato é que o que realmente parecia importar para esses autores era o Brasil se afirmar (aparentar ser) como um país moderno, ou como aquilo que consideravam moderno: uma Nação devidamente organizada para Oliveira Vianna, uma Nação desenvolvida e industrial para Hélio Jaguaribe - não obstante em sua estrutura social, política e econômica permanecer um país bastante desigual. Chancelaram, assim, a perpetuação de uma estrutura pouco ou nada democrática, ainda que diversa.

É nesse sentido que acreditamos ser possível considerar esses autores como membros de uma mesma família intelectual. A nosso ver, apesar de pertencerem a contextos históricos diferentes e responderem a desafios em parte diferenciados, Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe partilharam não só temas, mas também uma linha de raciocínio e, em certo sentido, um projeto semelhante. Como vimos, enquanto Oliveira Vianna, a partir da análise das características do povo brasileiro, reconheceu como principal mal do país a dispersão e o insolidarismo de nossa população, e sugeriu como medida necessária a consolidação de um Estado ator, capaz de agir em sentido à unificação e organização política da sociedade, Hélio Jaguaribe, partilhando desse mesmo diagnóstico, mas adequando-o a seu contexto específico, reconheceu como principal problema do país não

mais a dispersão do povo brasileiro, mas a desagregação das classes responsáveis pela dinâmica do processo econômico. Recomendou então, de modo semelhante a Oliveira Vianna, a formação de um Estado agente; porém, agora, para promover o desenvolvimento econômico do país.

Se somarmos a isso o descrédito que ambos demonstraram quanto à capacidade, quanto à possibilidade de a sociedade, via processo democrático, vir a alterar as condições de seu tempo; e a recusa dos dois em pensar a democratização das estruturas nacionais para além do aspecto formal da mera garantia da liberdade ou da igualdade de condições (como garantir que tal liberdade, tais direitos se tornem efetivos?), tomando-a como elemento importante à resolução da crise, nos parece possível considerá-los “idealistas orgânicos” como na acepção de Brandão (2007) – pressupõe que os males vigentes estão presentes na sociedade, podendo ser superados através da ação do Estado.

Logo, embora apartadas no tempo, as ideias, os modos de pensar desses dois autores se aproximaram a tal ponto que nos parece factível tomar a obra de Hélió Jaguaribe como uma atualização, em seu contexto histórico, das ideias lançadas por Oliveira Vianna em 1920 sem, contudo, lhes presumir unidade.

Considerações finais

Em sentido contrário à visão fragmentária que subsiste em algumas análises do pensamento social brasileiro, o presente trabalho procurou analisar comparativamente as ideias de Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe tendo em vista a seguinte pergunta: é possível pensar continuidades entre autores situados em contextos históricos diferentes e respondendo a desafios e dilemas aparentemente distintos? Embora para muitos esta seja uma pergunta já respondida, visto que entre as análises do ISEB algumas reconheciam o conservadorismo dessas ideias como uma continuação do pensamento autoritário de 1930, procuramos avaliar tal questão mais profundamente. Isto é, pensar as semelhanças e diferenças desses dois pensadores e pensamentos para além de seus prognósticos e dos rótulos a que sempre estiveram associados.

Isso nos levou primeiramente a analisar as obras de Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe, separadamente. Procuramos aí não só identificar seus principais temas, caminhos de análise e projetos a que aludiam, mas também dialogar com a bibliografia sobre os mesmos. Acabamos por observar que, tendo em vista a elaboração de ideias consistir em um processo que está inserido na trajetória do autor e que procura responder aos desafios de sua conjuntura específica, ambas as obras comportam permanências e transformações. Permitiam, assim, diversas leituras, algumas mesmo contraditórias. Logo, ainda que os rótulos normalmente atribuídos à Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe (respectivamente autoritário e conservador) não estivessem errados, eles não eram os únicos possíveis.

No caso específico de Oliveira Vianna, nos pareceu admissível qualificá-lo de ruralista, iberista, autoritário puro ou instrumental a depender do texto e/ou da fase de sua produção analisada. De modo semelhante, no que concerne a Hélio Jaguaribe, entendemos que era, justamente, a maior ou menor correspondência de suas ideias ao seu contexto histórico específico o que permitia classificá-lo como progressista ou conservador. Não obstante isso, notamos que não só subsistia certa permanência de temas, problemas e mesmo de projetos nessas obras, como muitos deles eram correspondentes.

Transportando-nos para o plano da comparação, observamos que apesar das diferentes maneiras como esses autores interpretaram a crise do seu tempo e, em consequência, as diferentes chaves em que analisaram o Brasil, suas falhas e faltas, muitas

eram as afinidades entre eles. Não só seus temas, mas também a linha de raciocínio, e até mesmo seus projetos pareciam convergir. Apontando para o divórcio entre as instituições brasileiras e sua realidade (social ou econômica) específica, para a apropriação da máquina pública pela esfera privada, a inexistência ou caráter burocrático da classe média brasileira, e para a dificuldade de o Brasil se afirmar uma Nação (quer em sentido político-social, quer econômico), Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe enxergavam como solução para a crise nacional instituir o Estado como ator. Reivindicando para tal uma reforma não em suas instituições, mas em seu caráter, pressupunham-no responsável por promover a mudança social pela e para a sociedade historicamente incapaz – sem significar, com isso, uma maior democratização de suas estruturas.

Corroboravam, assim, nossas hipóteses de pesquisa, não obstante os rótulos a que estivessem associados. Ou seja, o fato de Oliveira Vianna ter escrito nos anos 1920 e Hélio Jaguaribe nos 1950 tanto não significou uma mudança expressiva em seus temas e ideias como, embora diagnosticando problemas distintos em diferentes graus e sob perspectivas diversas, eles consagraram, ao final, projetos semelhantes. Logo, as ideias de Hélio Jaguaribe podem ser pensadas como uma espécie de atualização, a seu contexto específico, das lançadas por Oliveira Vianna. É, assim, possível pensá-los representantes da linhagem do idealismo orgânico tal qual a definição de Brandão (2007), posto que, malgrado críticos ao atual estado de coisas, prescindiram da democracia em favor do Estado.

Vale, contudo, ressaltar que tal comprovação não significa que nossa análise esteja terminada, ou que entendamos que a tese das linhagens como proposta por Brandão esteja correta. Esse foi apenas um primeiro passo, mais um esforço na agenda de pesquisa que procura pensar as semelhanças e continuidades que subjazem no pensamento social brasileiro. Da mesma forma que a noção de linhagens ainda é uma hipótese, alvo de inúmeras análises e críticas – teríamos tantas linhagens quantos fossem nossos focos de análise etc., – nossa pesquisa procurou demonstrar que é plausível pensar afinidades entre diferentes autores mesmo quando situados em diferentes contextos e/ou posições no espectro ideológico. Na medida em que “o sentido da construção do conhecimento sociológico é cumulativo, ainda que cronologicamente não consensual”, subsistem e sempre subsistirão permanências no conjunto da produção das Ciências Sociais, sejam elas brasileiras ou não (BOTELHO, 2007: 77).

Não há como negar que muitas das questões colocadas por Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe permanecem atuais. Como ignorar que o tal baralhamento entre público e privado continua a informar as análises sobre a corrupção no Brasil? Que a tal depreciação dos termos de troca elaborada pela CEPAL nos anos 1950 e trabalhada pelo ISEB ainda é questão relevante nas análises do perfil da economia brasileira atual? Obviamente que não estamos supondo que haja unidade entre essas análises, ou que esses termos são apropriados tal qual quando elaborados. Estamos apenas colocando que categorias há muito tempo formuladas “existem e são relidas no presente”, como que constituindo uma espécie de “repertório interpretativo” (BOTELHO, 2010: 64). Isso torna necessário que as ideias sejam estudadas de maneira mais integrada, ao que esperamos ter contribuído com nossa pesquisa.

Bibliografia:

Dos autores:

JAGUARIBE, Hélio. 1951. "Que é filosofia?" *Revista brasileira de Filosofia*, nº 1. Rio de Janeiro.

_____. 1952. "Origem e meta história". *Revista brasileira de Filosofia*, nº 5. Rio de Janeiro.

_____. 1953a. "Apresentação"* . *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1953b. "A ideologia do governo republicano e a política internacional dos Estados Unidos". *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1953c. "A crise ministerial e a nova política do Senhor Getúlio Vargas". *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1953d. "Por que venceu Jânio Quadros". *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1953e. "A crise brasileira". *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1954a. "A crise do nosso tempo e do Brasil". *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1954b. "Situação política brasileira"* . *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1954c. "Que é ademarismo?"* *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1954d. "O moralismo e a alienação da classe média"* . *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1954e. "A Crise da Universidade". *Revista brasileira de Filosofia*, nº 4. Rio de Janeiro.

_____. 1955a. "O Golpe de agosto"* . *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 3. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1955b. "As eleições de outubro"* . *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 3. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1955c. “O legado político de Vargas e as possibilidades de sua potencialização ideológica”*. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 3. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1955d. “A sucessão presidencial”. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 4. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1955e. “Situação atual do Brasil”*. *Revista do Clube Militar*, nº 135. Rio de Janeiro.

_____. 1956a. “Sentido e perspectivas do Governo Kubitschek”*. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1956b. “Para uma política nacional de desenvolvimento”*. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1956c. “Golpe e antigolpe na presente situação brasileira”*. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5. Rio de Janeiro: IBESP.

_____. 1956d. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Coleção Fórum Roberto Simonsen.

_____. 1957a. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB.

_____. 1957b. “Sucinta análise do nacionalismo brasileiro”. *Revista do Clube Militar*, nº 147. Rio de Janeiro.

_____. 1958a. *Condições institucionais ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB.

_____. 1958b. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.

_____. 1962. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____. 1968. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2000. “Breve notícia sobre a própria obra”. In: VENANCIO FILHO (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 2005. “O ISEB e o desenvolvimento nacional” In: TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan.

VIANNA, Oliveira. 1921. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Revista do Brasil.

_____. 1927. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra e Sol.

- _____. 1932. *Raça e assimilação*. São Paulo: Editora Nacional.
- _____. 1939. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Nacional.
- _____. 1942. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____. 1956. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1979. *Problemas de política objetiva*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. 1981. “O idealismo da Constituição”. In: CARVALHO, Licínio Cardoso. *À Margem da história da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. 1987. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: EDUFF.
- _____. 1987. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, EDUFF.
- _____. 1990. *O ocaso do Império*. Recife: FUNDAJ.

Geral:

- ABRANCHES, Aparecida Maria. 1999. “Ciências Sociais e vocação política. O caso do ISEB”. In: CHOR MAIOR, Marcos e VILLA BOAS, Gláucia. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: um estudo sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: UFRGS.
- ABREU, Alzira Alves. 1975. “Nacionalism et action politique au Brésil: une etude sur l’ISEB”. *Tese de doutorado*. Paris : Uniniversité René Descartes.
- _____. 2005. “A ação política dos intelectuais do ISEB”. In: TODELO, Caio Navarro (org). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan.
- ABREU, Marcelo de Paiva. 1990. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica e republicana*. Rio de Janeiro: Campus.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio. 2006. *Uma ilusão de desenvolvimento. Nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. 2001. *Metrópole e cultura*. São Paulo: EDUSC.
- BARIANI, Edison. 2005. “Uma intelligentsia nacional: grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo”. *Caderno CRH*, v. 18, n. 44; pp. 249-256.
- _____. 2008. “A sociologia brasileira nos anos 1950: heterogeneidade e heteronomia”. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)*, nº 1; pp. 1-20.

BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs). 1993. *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp.

BASTOS, Élide Rugai. 1987. “Gilberto Freyre: a sociedade como sistema”. *Ciência & Trópico*, Recife, v.15, nº 2, pp 157-164.

_____. 1993. “Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil”. In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp.

_____. 2006. *As criaturas do prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global.

_____. 2008. “O outro Brasil de Luís Amaral”. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai e VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). *O moderno em questão: a década de 50 no Brasil*. Rio de Janeiro: Top Books.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. 1976. *O governo Kubistschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. 2000. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____. (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BITTENCOURT, André. 2013. “Um fiat miraculoso: Oliveira Vianna visita São Paulo”. *Paper* apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia.

_____. 2011. “O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de *Populações meridionais do Brasil*”. Dissertação de Mestrado, UFRJ.

BOOBIO, Norberto. 1987. *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai e VILLAS BÔAS, Gláucia. 2008. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.

BOTELHO, André. 2007. “Sequências de uma sociologia política brasileira”. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, vol. 50, nº 1; pp. 49-82.

_____. 2008. “Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia”. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai e VILLAS BÔAS, Gláucia. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.

_____. 2010. “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo Social*. São Paulo, vol. 22, nº 1; pp. 47-66.

_____. e BRASIL JR, Antônio. 2011. “Próximo distante: rural e urbano em *Populações meridionais e Raízes do Brasil*. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (orgs). *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec.

BRANDÃO, Gildo Marçal. 2002. “Populações meridionais do Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil, um banquete no trópico*. São Paulo: Senac.

_____. 2007. *Linhagens do Pensamento Político brasileiro*. São Paulo: Hucitec.

BRASIL JR, Antônio. 2007. “Uma sociologia brasileira da ação coletiva”. Dissertação de mestrado: UFRJ.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. 2007. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. São Paulo: Unesp.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. 2003. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

_____. 2000. “Os três momentos de Hélio Jaguaribe”. In: VENANCIO FILHO, Alberto (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 2004. “O Conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido”. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, vol. 47, nº1; pp. 49-84.

_____. 2005. “Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência”. In: TODELO, Caio Navarro (org). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan.

CAMPOS, Roberto. 1956. “Cultura e desenvolvimento”. In: ISEB. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. 1975. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARVALHO, José Murilo. 1993. “A utopia de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp.

_____. 2002. “Introdução a Populações meridionais do Brasil”. In: SANTIAGO, Silviano (org). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

_____. 2011. “As duas cabeças de Oliveira Vianna”. In: AXT, Gunter e SCHULER, Fernando (orgs). *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e ofícios.

CAVALCANTI, Temístocles. 1956. “Condições institucionais do desenvolvimento”. *Revista do clube militar*, nº 141. Rio de Janeiro.

COHN, Amélia. 2000. “A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC.

CORBISIER, Roland. 1978. *Autobiografia filosófica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1976. “O nacionalismo segundo o ISEB”. In: *Filosofia e crítica radical*. Rio de Janeiro: Duas cidades.

_____. 1956. “Situação e alternativas da cultura brasileira”. In: ISEB. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro.

CORTES, Norma. 2003. *Esperança e democracia. As ideias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: UFMG.

CPDOC. s/d. “A Era Vargas: o primeiro governo dos anos 20 a 1945”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1>. Acesso em janeiro de 2013.

_____. s/d. “E ele voltou: o segundo governo Vargas 1951-1954” Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2>. Acesso em janeiro de 2013.

_____. s/d. “Os anos JK: o governo de Juscelino Kubistchek” Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK>. Acesso em janeiro de 2013.

_____. s/d. “Jango: a trajetória política de João Goulart” Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango>. Acesso em janeiro de 2013.

DEBRUN, Michel. 1962. “O problema da ideologia do desenvolvimento”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, v. II, nº 2; pp. 236-279.

DEBS, Sylvie. 2006. “Na margem do Estado, o nascimento da crítica cinematográfica”. In: RIDENTI, Marcelo, BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis (orgs). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG.

DINIZ, Eli. 1971. “O modelo político de Oliveira Vianna”. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 30; pp. 08-35.

DRAIBE, Sônia. 1985. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DURAND, José Carlos Garcia (org). 1967. *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar.

FARIA, Luiz de Castro. 2002. *Oliveira Vianna. De saquarema à Alameda São Boaventura*. Rio de Janeiro: Relume.

FAUSTO, Boris. 2001. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 2002. *A Revolução de 1930. História e Historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

FERNANDEZ, Lorenzo. 2000. “Um encontro da razão e da história”. In: VENANCIO FILHO, Alberto (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra.

FERNANDEZ, Maria Fernanda Lombardi. 2011. “O pensamento político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado brasileiro”. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (orgs). *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec.

FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (orgs). 2011. *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec.

FERRES JÚNIOR, João (org). 2009. *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.

FIORI, José Luis. 1994. “O Nó cego do desenvolvimento brasileiro”. *Novos estudos CEBRAP*, nº 40, pp. 125-144.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. 1978. “O tempo das ilusões”. In: CHAUI, Marilena (org). *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOMES, Ângela de Castro. 1990. “A dialética da tradição”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 5, nº 12.

HERNANDEZ, Leila Leite. 1989. “Introdução ao pensamento de Hélio Jaguaribe: seus artigos de 1949 no jornal do Comércio”. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, nº 23; pp. 36-45.

HOLANDA, Sérgio Buarque. 1979. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva.

HOLLANDA, Cristina Buarque. 2012. “Os Cadernos do Nosso Tempo e o interesse nacional”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 55, nº3; pp. 607-640.

HOBBSBAWN, Eric. 1995. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

IANNI, Octávio. 1984. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes.

- _____. 2004. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC.
- _____. 2009. *Estado e planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- IBESP. 1953 a 1956. *Cadernos do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro.
- ISEB. 1956. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro.
- JAIME, Jorge. *História da filosofia no Brasil*. São Paulo, Vozes: 2001.
- JASMIM, Marcelo Gantus. 2005. “História dos conceitos e teoria política e social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57; pp. 56-37.
- KASSAB, Álvaro. 2004. “Entrevista”. In: *Jornal da Unicamp*, edição 256. Campinas.
- Disponível em:
http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2004/ju256pag05.html
- KORNIS, Mônica Almeida. s/d. “Centro popular de cultura”. Disponível em:
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Centro_Popular_de_Cultura. Acesso em janeiro de 2012.
- KUMASAKA, Hiro Barros e BARROS Luitgarde. 1998. “Entrevista com o professor Hélio Jaguaribe de Mattos”. In: *História da Ciência* (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/ Unicamp) Campinas. Disponível em <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ehelio.pdf>.
- LAHUERTA, Milton. 1998. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp.
- LAMOUNIER, Bolívar. 1978. “O ISEB: notas à marem de um debate”. *Discurso*. São Paulo, nº 9; pp. 153-158.
- _____. 1997. “Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. Tomo III, Vol. 2. Rio de Janeiro: Difel.
- LEBRUN, Gérard. 2005. “A realidade nacional e seus equívocos” In: TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan.
- LEITE, Dante Moreira. 2002. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: UNESP.
- LESSA, Carlos. 1981. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense.

LIMA, Hermes. 1954. “Análise da estrutura econômica do Brasil”. *Revista do clube militar*, nº 131. Rio de Janeiro.

_____. 1957. “Nacionalismo e seu conteúdo político e ideológico”. *Revista do clube militar*, nº 151. Rio de Janeiro.

LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres. 1998. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp.

LOVATTO, Angélica. 2010. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Arte escrita.

LOWY, Michel. 1989. *Redenção e utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.

LUKÁCS, Georg. 1965. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1981. “Sociologia”. In: NETTO, José Paulo. *Lukács*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.

MAGALHÃES, Joao Paulo de Almeida. 1976. *Modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Record.

MAIA, João Marcelo Ehlert. 2006. “Ideias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a sociologia da cultura”. *BIB*, nº 6; pp. 53-71.

MANNHEIM, Karl. s.d. *Sociologia do Conhecimento*. Portugal: Rés.

_____. 1974. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva.

_____. 1986. “O Pensamento conservador”. In: José de Souza Martins. *Introdução Crítica à sociologia rural*. Hucitec: São Paulo.

MARINHO, Luiz Carlos de Oliveira. 1986. “O ISEB em seu momento histórico”. *Dissertação de mestrado*. Rio de Janeiro: UFRJ.

MARTINS, Tatiana Gomes. 2008. “Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate”. *Tese de doutorado*. Campinas: Unicamp.

MARTINS, Luciano. 1987. “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil de 1920- 1940”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 04, vol. 02.

MADEIRA, Marcos Almir. 1993. “Posição e atualidade de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp.

MEDEIROS, Jarbas. 1978. *Ideologia a autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV.

MORAES, João Quartim. 1993. “Oliveira Vianna e a democratização pelo alto”. In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp.

MOTA, Carlos Guilherme. 1977. *Ideologia da Cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática.

_____. 1978. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel.

_____. (org). 2000. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC.

MOTTA, Luiz Eduardo P. 2000. “O ISEB, no banco dos réus”. *Comum*. Rio de Janeiro, nº 15; pp. 119-145.

OLIVEIRA, Francisco (1977). *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. 1993. “Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna” In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp.

_____. 1995. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. s/d. “Do atraso ao subdesenvolvimento”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/Atraso>. Acesso em julho de 2013.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma. 1999. “Dualidade e revolução no pensamento isebianos: as visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré”. *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro: UFRJ.

ORTIZ, Renato. 1985. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.

PAIVA, Vanilda. 1980. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

PÉCAUT, Daniel. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.

PEREIRA, Alexsandro Eugênio. 1998. “A crítica e a polêmica em torno do ISEB”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº 10/11; pp. 259-265.

- _____. 2002. “O ISEB na perspectiva do seu tempo”. *Tese de doutorado*. São Paulo: USP.
- _____. 2005. “Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB”. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan.
- PEREIRA, Osny Duarte. 1957. “O ISEB. Desenvolvimento e as reformas de base”. *Revista brasileira de filosofia*, nº 1. Rio de Janeiro.
- PIVA, Luiz Guilherme. 2000. *Ladrilheiros e semeadores*. São Paulo: Editora 34.
- POCOCK, J.G.A. Pocock. 2003. *Linhagens do ideário político*. São Paulo: Edusp.
- PRADO, Maria Emília. 2008. “Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60”. *Revista Intellectus*, nº 15. Rio de Janeiro.
- QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza. 1975. *Sociologia política de Oliveira Vianna*. São Paulo: Convívio.
- RAMOS, Guerreiro. 1957. “Fundamentos sociológico do poder nacional”. *Revista do clube militar*, nº 145. Rio de Janeiro.
- _____. 1956. “A problemática da realidade brasileira”. In: ISEB. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro.
- REIS, José Carlos. 2007. *As identidades do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. 2001. *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- RIDENTI, Marcelo, BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis (orgs). 2003. *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez.
- _____. 2006. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG.
- RICUPERO, Bernardo. 2008. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda.
- _____. 2011. “O conservadorismo difícil”. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (orgs). *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. 1978. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas cidades.

- _____. 1979. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus.
- SCHAWRTZMAN, Simon. 1979. *Pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- SENTO-SÉ, José Trajano e PAIVA, Vanilda. 2005. *Pensamento social brasileiro*. São Paulo: Cortez.
- SILVA, Ricardo. 2000. "Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização". *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, nº 14; pp. 77-101.
- _____. 2002. "Autoritarismo instrumental ou estatismo autoritário? Considerações sobre o pensamento de Oliveira Vianna". *Paper apresentado no XII Encontro ABCP*, Niterói.
- _____. 2004. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos.
- _____. 2008. "Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna". In: *Sociologias*. Porto Alegre, nº 20; pp. 238-269.
- SKINNER, Quentin. 2000. "Significado y comprensión en la historia de las ideas". *Prismas*, nº 04; pp.149-191.
- _____. 2009. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das letras.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1978. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir.
- _____. 1984. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Vozes
- SILVA, Claudio Araújo de Souza. 2005. "Hélio Jaguaribe e a reforma política para o desenvolvimento". *Dissertação de mestrado*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- SKIDMORE, Thomas. 1975. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TAVARES, José Nilo. 1977. *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- TOLEDO, Caio Navarro. 1982. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática.
- _____. (org). 2005. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan.
- TORRES, Alberto. 1978. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Editora Nacional.
- TORRES, Vasconcelos. 1956. *Oliveira Vianna sua vida e posição nos estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

VALDES, Eduardo Daves. 2003. *El pensamiento latino-americano en el siglo XX*. Buenos Aires: Biblos.

VALE, Antônio Marques. 2006. *O ISEB, os intelectuais e a diferença*. São Paulo: UNESP.

VENANCIO, Gisele Martins. 2003. “Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)”. Tese de doutorado, UFRJ.

VENANCIO FILHO, Alberto (org). 2000. *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra.

VIEIRA, Evaldo. 1981. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Edunesp.

VILLAS BOAS, Glacia. 2006. *Mudança provocada*. Rio de Janeiro: FGV.

WEFFORT, Francisco. 2003. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 2006. *Formação do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ática.

WERNECK VIANNA, Luiz. 1993. “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”. BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp.